



MINERADORA CHAPLEAU EXPLORAÇÃO MINERAL
ESTUDO DO COMPONENTE INDÍGENA
TERRA INDÍGENA BAÚ



São Paulo, 31 de julho de 2024.

CHECK LIST FUNAI

ITEM DO TDR	DESCRIÇÃO	Localização itens.
I. Identificação dos Atores envolvidos no Processo de L.A.	A: Atendido. B: Atendido. C: Atendido.	Item 1 Item 1.1 Item 1.1 Item 2.1
II. Localização Geográfica do Empreendimento em relação à TI.	A: Atendido.	
III. Histórico do processo.	A: Atendido.	Item 2.2 Item 2.2.1
IV. Metodologia e Marcos Legais.	A: Atendido. B: Atendido.	A: Item 3. B: Item 4
V. Dados Gerais da TI.	1) Incluído: Caracterização étnica – conforme solicitação dos indígenas -Atendido. A: Situação Fundiária - Atendido. B: Aspectos demográficos - Atendido.	1) Incluído: -Organização social: Item 5 -Nome e Território: Item 5.1 -Mobilidade e Território: Item 5.2 -Organização Social: Item 5.3 -Parentesco: Item 5.4 a 5.4.8 -Histórico de Ocupação: item 6.1 -Constituição das aldeias segundo relatos indígenas: Item 6.2 -Economia Indígena: Item 6.5 -Educação Indígena: Item 6.6 -Saúde Indígena: Item 6.7 -Política Indígena: Item 6.8 -Cultura Material e Imaterial: Item 6.9 -Infraestrutura: Item 7 -Inserção em Políticas Públicas: Item 10. A: Item 6.3 B: Item 6.4
VI. Contexto Socioambiental	A: Identificação e mapeamento das áreas degradadas e de preservação permanente abrangidas pelo empreendimento que tenham relevância para a TI - Atendido. B: Caracterização e mapeamento das relações socioecológicas envolvendo a TI - Atendido. C: Caracterizar uso e ocupação das áreas afetadas pelo empreendimento,	A: -Acesso e Transporte: Item 8 -Localização e formas de acesso: Item 9 B: -Aspectos Etno/socioecológicas: Item 14 C: -Etnomapeamento: Item 16.1

	utilizando recursos do etnomapeamento. - Atendido	
VII. Desenvolvimento regional e Sinergia de Atividades ou Empreendimentos	A: Caracterizar e analisar os efeitos do desenvolvimento regional sobre a TI, indicando se existem significativos impactos socioambientais ocasionados às comunidades indígenas em estudo, em virtude das frentes de expansão econômicas associadas ao empreendimento, assim como sinergia e/ou cumulatividade com outros empreendimentos – Atendido.	A: - Caracterização do meio socioeconômico regional: Item 11 - Identificação e mapeamento dos fatores de pressão externa: item 17 - Marcos Temporais: Item 17.1 - - Aspectos do desenvolvimento regional e sinergia de atividades ou empreendimentos: Item 17.2
VIII. Caracterização dos Impactos Ambientais e Socioculturais sobre as TIs e o Entorno Decorrente do Empreendimento	A: Avaliar as interferências do empreendimento nos meios físicos e biótico, levando em consideração a especificidade e multiplicidade de uso dos recursos ambientais (dos solos, mananciais e corpos hídricos, fauna, flora) pelas comunidades indígenas, em especial pela ictiofauna usada como alimentação e culturalmente pelas comunidades indígenas. – Atendido. B: Avaliar os impactos do empreendimento sobre hábitos alimentares, atividades produtivas, fontes de obtenção de renda e consumo indígena. – Atendido. C: Avaliar os impactos do empreendimento na estrutura sociocultural dos grupos, nas relações socioculturais, econômicas e políticas dos grupos indígenas em tela, no acesso a lugares representativos (arqueológicos,	A: - Caracterização do Meio Físico: Item 12 a 12.5 - Caracterização dos Recursos hídricos: Item 13 a 13.7 - Caracterização do Meio Biótico: Item 15 a 15.11 B: - Economia Indígena: item 6.5 - Agricultura e recursos naturais: item 15.2 C: - Aspectos etnoecológicos e uso dos recursos naturais: Item 14 - Medicina tradicional: Item 15.7 - Fauna: Item 15.8 - Ictiofauna: Item 15.10 D: - Caract. Recursos hídricos: Item Item 13 a 13.7 - A importância da Água: Item 13.1 - Caract. Hidrológicas: Item 13.2 - Fatores da pressão externa: Item 17 e 18. E: - Análises hidrologia: Item 13 a 13.5

	<p>cosmológicos etc.). – Atendido. D: Avaliar os impactos do empreendimento na intensificação dos conflitos pela ocupação e uso da terra e outros recursos naturais entre indígenas e não indígenas – Atendido. E: Avaliar demais impactos à terra e os grupos indígenas – emissão de ruídos, soterramento de vegetações, extinção de espécies, lançamento de contaminantes, alteração do pH etc. – Atendido. F: Avaliar as mudanças na dinâmica regional e de que forma afetarão a qualidade de vida das comunidades indígenas, a partir da implantação e operação do empreendimento; – Atendido. G: Caso seja identificada a ocorrência de significativos impactos em outras terras indígenas que não indicada neste TDR, avaliar a necessidade de complementar estudo em outras áreas da região e/ou indicar a pertinência de contemplá-las nas medidas mitigatórias indicadas. – Atendido. A: Impactos diagnosticados; – Atendido. B: Nível de informação recebida; – Atendido. C: Demandas por informações complementares. – Atendido.</p>	<p>-Caracterização Pluviométrica: Item 13.3 -Índice de variáveis min. Para preservação da vida aquática: Item 13.6 -Ruídos: Incluído no Item 18 e 19</p> <p>F: -Áreas Protegidas: Item 16 -Aspectos do desenvolvimento regional e sinergia de atividades ou empreendimentos: Item 17.2</p> <p>G: -Considerações Finais: item 18, 19 e 23.</p>
IX. Percepção dos Grupos Indígenas quanto ao empreendimento	<p>A: Matriz de impactos – Atendido. B: Diretrizes executivas gerais de ações/medidas. – Atendido.</p>	<p>A: -Percepção Indígena: Item 18 -Identificação e avaliação de impactos: Item 19 -Caracterização dos impactos: Item 21</p> <p>B e C: -Incluído no Item 18 e 19</p>
X. Matriz de impacto e Medidas/Programas de Mitigação, Controle e Compensação.	<p>A: Matriz de impactos – Atendido. B: Diretrizes executivas gerais de ações/medidas. – Atendido.</p>	<p>A: -Métodos e critérios: Item 19.1 -Matriz de impactos: Item 20 -Medidas recomendadas: Item 21 (tabelas 27) a item 21.2</p>

	<p>C: Reavaliação dos impactos quanto à magnitude e a reversibilidade. – Atendido. E demais subitens. – Atendido.</p>	<p>B: -Diretrizes executivas: Item 22</p> <p>C: Item 20– tabela 28, Tabela 29 e Tabela 30.</p>
--	--	---

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E DA EMPRESA DE CONSULTORIA	12
2. INTRODUÇÃO	15
2.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	16
2.1.2 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	20
2.1.2.1 EXTRAÇÃO MINERAL	20
2.1.2.2. ETAPAS QUE SERÃO REALIZADAS NA MINA	21
2.1.2.3 EQUIPAMENTOS DE MINA	24
2.1.2.4. BENEFICIAMENTO DO MINÉRIO	24
2.1.2.5 TRANSPORTE DO MINÉRIO	28
2.1.2.6 INSTALAÇÕES DE APOIO	30
2.1.2.7 ETAPAS DO PROJETO	33
2.1.2.8 PROGRAMAS E AÇÕES AMBIENTAIS	34
2.2 BREVE HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO E DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	36
2.2.1 Linha do Tempo do Licenciamento Ambiental com ênfase no Componente Indígena do Projeto Coringa.	43
3. PROCEDIMENTOS E MÉTODOS	45
3.1 Referencial Metodológico Antropológico e Socioeconômico	45
3.2 Referencial Metodológico Meio Biótico.....	48
3.3 Referencial Metodológico Meio Físico	52
3.4 Referencial Metodológico Hidrologia	53
3.5 Período da realização do trabalho de campo complementar	54
4. PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS	59
5. DADOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ	61
5.1 A DEFINIÇÃO DO NOME MEBENGÔKRE	61
5.2 MOBILIDADE, TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	62
5.3 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ	67
5.4 PARENTESCO E TERRITÓRIO	72
5.4.1 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA BAÚ.	77
5.4.2 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA KAMAU	82
5.4.3 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA KRAMBARJ	85
5.4.4 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA KAMURE	87

5.4.5 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA RATXOPRETI	88
5.4.6 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA RONKO	91
5.4.7 RELAÇÕES PARENTAIS ALDEIA RONKOJAGOT	93
5.4.8 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA ROITIKORE	94
6. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA TI BAÚ	95
6.1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DAS ALDEIAS DA TI BAÚ	97
6.2 A CONSTITUIÇÃO DAS ALDEIAS SEGUNDO RELATOS INDÍGENAS	106
6.3 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	122
6.4 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	126
6.5 ECONOMIA MEBENGÔKRE-KAYAPÓ	126
6.6 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DA TI BAÚ	136
6.7 ATENÇÃO À SAÚDE	143
6.8 ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA MEBENGÔKRE-KAYAPÓ	150
6.9 CULTURA MATERIAL E IMATERIAL	158
7. INFRAESTRUTURA SOCIAL	162
7.1 ALDEIA KAMAU	164
7.2 ALDEIA RATXOPRETI	168
7.3 ALDEIA KRAMBARJ	171
7.4 ALDEIA RONKOJAGOT	173
7.5 ALDEIA RONKO	175
7.6 ALDEIA BAÚ	178
7.7 ALDEIA KAMURE	178
7.8 ALDEIA ROITIKORE	179
8. ACESSOS E TRANSPORTE	180
9. LOCALIZAÇÃO E FORMAS DE ACESSO ALDEIA KAMAU	185
9.1 LOCALIZAÇÃO E FORMAS DE ACESSO DA ALDEIA RATXOPRETI	185
9.2 LOCALIZAÇÃO E FORMA DE ACESSO A ALDEIA KRAMBARJ	186
9.3 LOCALIZAÇÃO E FORMA DE ACESSO A ALDEIA RONKOJAGOT	187
9.4 LOCALIZAÇÃO E FORMA DE ACESSO A ALDEIA RONKO	187
9.5 LOCALIZAÇÃO E ACESSO A ALDEIA BAÚ	188
9.6 LOCALIZAÇÃO E ACESSO A ALDEIA KAMURE	188
9.7 LOCALIZAÇÃO E ACESSO A ALDEIA ROITIKORE	189

10. INSERÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	189
11. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO SOCIOECONÔMICO	190
11.1 Altamira	190
11.2 Novo Progresso	194
12. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO	196
12.1 CLIMA	196
12.2 IMPORTÂNCIA DO CLIMA PARA OS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ	198
12.3 GEOLOGIA	198
12.4 GEOMORFOLOGIA	200
12.5 IMPORTÂNCIA DO SOLO PARA OS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ	201
13. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HIDRÍCOS	201
13.1 A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PARA OS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ	206
13.2 CARACTERIZAÇÃO HIDROLÓGICA	207
13.3 CARACTERIZAÇÃO PLUVIOMÉTRICA	210
13.4 CARACTERIZAÇÃO CLIMATOLÓGICA	212
13.5 CAMPANHA DE MONITORAMENTO	215
13.6 IPMCA	224
13.7 CONCLUSÕES	226
14. ASPECTOS ETNOECOLÓGICOS E USO DOS RECURSOS NATURAIS	227
15. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO BIÓTICO	228
15.1 FLORA	229
15.2 AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	230
15.3 USO MADEIREIRO E NA CONSTRUÇÃO	231
15.4 USOS NÃO MADEIREIROS DA FLORA	236
15.5 PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS.....	243
15.6 ARTESANATO E RITUAL	246
15.7. A IMPORTÂNCIA DO USO DE PLANTAS SAGRADAS E MEDICINAIS PELOS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ	252
15.8 FAUNA	256
15.9 ARTESANATO	262
15.10 ICTIOFAUNA	266
15.11. A IMPORTÂNCIA DA FAUNA PARA OS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ.....	272
16. ÁREAS PROTEGIDAS	272

16.1 ETNOMAPEAMENTO	275
17. IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DOS FATORES DE PRESSÃO EXTERNA	284
17.1 MARCOS TEMPORAIS DA TI BAÚ E DOS IMPACTOS SOFRIDOS NO PASSADO	284
17.2 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SINERGIA DE ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS	286
17.3 IMPACTOS DE ATIVIDADES ILEGAIS	289
17.3.1 DESMATAMENTO	289
17.3.2 GARIMPO	294
18. PERCEPÇÃO DOS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ DA TI BAÚ QUANTO AO EMPREENDIMENTO	300
19. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS	306
19.1 MÉTODOS E CRITÉRIOS APLICADOS	307
20. MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO, MEDIDAS E PROGRAMAS	312
21. CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS.	318
21.1 EIXO DE INTERFERÊNCIA 01 - CULTURAL.....	318
21.2 EIXO DE INTERFERÊNCIA – AMBIENTAL.	319
22. DIRETRIZES GERAIS DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS PROPOSTOS	321
22.1 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL INDÍGENA	321
22.2 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL INDÍGENA.	328
22.3 PROGRAMA DE APOIO A PROTEÇÃO TERRITORIAL	335
22.4 PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DA POPULAÇÃO EXÓGENA CONTRATADA	339
23. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	341
24. BIBLIOGRAFIA	345
25. ANEXOS.....	330

SIGLAS E ABREVIACÕES

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

ANM – Agência Nacional de Mineração

ACP – Ação Civil Pública

ADA – Área Diretamente Afetada

AID – Área de Influência Direta

AII – Área de Influência Indireta

AIM – Associação Indígena Mantinó

CF – Constituição Federal

CGLIC – Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CR – Coordenação Regional

CTF – Conselho Técnico Federal

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

ECI – Estudo do Componente Indígena

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FLONA – Florestas Nacionais

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GERA – Grupo Executivo da Reforma Agrária

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IK – Instituto Kabu
IN – Instrução Normativa
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA – Instituto Socioambiental
LO – Licença de Operação
MPF/PA – Ministério Público Federal do Pará
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PBA – Plano Básico Ambiental
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PT - Plano de Trabalho
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SED – Secretaria de Educação
SEMAS – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará
SEMED – Secretária Municipal de Educação
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
TR – Termo de Referência
TRE – Termo de Referência Específico
TI – Terra Indígena
UC – Unidade de Conservação
UHE – Usina Hidrelétrica

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E DA EMPRESA DE CONSULTORIA

EMPREENDEDOR

Razão Social: Chapleau Exploração Mineral Ltda.

CNPJ: 08.106.658/0003-56

Instalação: Projeto Coringa

Endereço: Fazenda Dois Coringas, s/n Gleba Curuá – Altamira/PA.

Contato Regional: Hélio Carlos Marques Tavares

Telefone: (65) 99981-9853

E-mail: helio.tavares@serabi.com.br

Órgão Licenciador: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS/PA).

Processo: 39519/2017

Órgão Intermitente: FUNAI

Processo Funai: 08620.010130/2018-01

EMPRESA DE CONSULTORIA

Empresa Consultora: *Araçai'* Consultoria Socioambiental ME.

CNPJ: 30.406.799/0001-81

CTF-Ibama: 5869093

Endereço: R: João Antônio de Medeiros, 465 apto. 22 Tulipa, Itaim Paulista, São Paulo/SP – CEP: 08104-060.

Representante Legal: Teresa Cristina Silveira

Função: Proprietária

Email: teresa.keretxu@gmail.com

Telefone: (11) 91441-5836

1.1 EQUIPE TÉCNICA

Na **Tabela 01** apresenta a equipe técnica multidisciplinar envolvida na elaboração do presente Estudo do Componente Indígena (ECI), relacionando as suas respectivas atribuições. No **Anexo 01** do presente documento, seguem apresentados os currículos dos profissionais que compõem a equipe técnica supracitada e os Termos de Compromisso Funai. A equipe desenvolveu as atividades de forma interdisciplinar, garantindo, desta forma, que os técnicos realizassem suas pesquisas com orientação antropológica e da etnociência, utilizando técnicas participativas com os indígenas, visando responder às exigências do TR-Funai e considerando as percepções indígenas Mebêngôkre-Kayapó conforme rege a legislação vigente.

TABELA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL ELABORAÇÃO DO E PBA-CI PARA A TI BAÚ.

Nome do Profissional	Formação	Atribuição	Atividades	CTF	RG ou Registro no Conselho	Assinatura eletrônica dos membros da equipe
[Redacted Content]						

2. INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) os resultados conclusivos do Estudo do Componente Indígena (ECI) no âmbito de regularização do processo de Licenciamento Ambiental da Mineradora Chapleau Exploração Mineral “Projeto Coringa”, trazendo os resultados dos impactos causados às comunidades indígenas *Mebêngôkre-Kayapó* do subgrupo *Menkrãgnoti* que vivem na TI Baú, localizada no município de Altamira, no estado do Pará.

O presente estudo está embasado no Termo de Referência (TDR) expedido pela Funai, Ofício nº 277/2020/CGLIC/DPDS/FUNAI, em agosto de 2020, cujo processo nº 08620.010130/2018-01, se refere à Instrução Normativa da Funai nº 60/2015 e em marcos legais específicos. O diagnóstico resultante subsidiará a manifestação do órgão indigenista ao Ibama bem como atenderá à decisão extrajudicial expedida, no âmbito de Ação Civil Pública, nº 0001592-34.2017.4.01.3908, em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Cabe destacar que o TDR citado tem como objetivo a realização de estudos específicos na TI Baú.

O Estudo do Componente Indígena se faz necessário quando da existência de empreendimentos em uma distância inferior ou equivalente a 10km de territórios de populações tradicionais, conforme prevê as diretrizes de orientação da Portaria Interministerial nº 60/2015, que trata do processo de licenciamento ambiental na esfera federal e atuação dos órgãos intervenientes. O Projeto Coringa tem uma distância equivalente a 11,9km do limite da TI Baú, a qual se caracteriza como Área de Influência Indireta do empreendimento em questão.

O presente documento apresenta os subsídios necessários à caracterização histórica, social, cultural, econômica e ambiental dos *Mebêngôkre-Kayapó* do subgrupo *Menkrãgnoti* da TI Baú. O desenvolvimento do estudo seguiu todas as orientações prescritas na legislação e pelos órgãos competentes, os quais requerem a permanência do pesquisador em campo e o envolvimento direto da comunidade em todo o processo de elaboração do ECI. Bem como, o estudo levou em consideração o Protocolo de Consulta *Mebêngôkre-Kayapó* que estabelece a maneira como esse grupo deseja ser consultado e a Convenção 169 da OIT. As atividades em campo possibilitam o registro e análise dos possíveis impactos causados sobre a TI Baú sob a perspectiva de seus moradores, considerando o reconhecimento singular que o grupo mantém com seu território. É fundamental importância que a população seja envolvida na discussão, tanto no levantamento de dados para a composição da matriz de impacto, quanto para a equipe técnica desempenha

um papel de mediador, adequando anseios locais às regras e métodos necessários para a composição do documento.

2.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Projeto Coringa está localizado nos limites dos municípios de Altamira e Novo Progresso, região sudoeste do estado do Pará. As coordenadas UTM para o Projeto Coringa são: 9,166,700 Norte e 715,500 Oeste; com projeção geográfica: WGS84, Zona S1S.

O empreendimento localiza-se a cerca de 11km dos limites da Terra Indígena Baú e a mais de 20km das cabeceiras do rio Curuá, afluente da margem esquerda do rio Iriri que corta a TI Baú no sentido Norte-Sul. É importante ressaltar que essa área é tradicionalmente ocupada pelos *Mebêngôkre-Kayapó* do subgrupo *Menkrãgnoti*. Ambos os rios integram a bacia hidrográfica do rio Xingu, que nasce no Planalto dos Guimarães, no estado do Mato Grosso e desagua no rio Amazonas, no estado do Pará, o qual totaliza uma extensão de 511.891,00 km² de superfície, dos quais 65% pertencem ao estado do Pará.

O acesso ao Projeto Coringa é realizado em trecho não pavimentado chamado vicinal Dois Coringas, através da rodovia BR-163, que liga o estado do Pará ao Mato Grosso, conforme **figura 01**, abaixo.

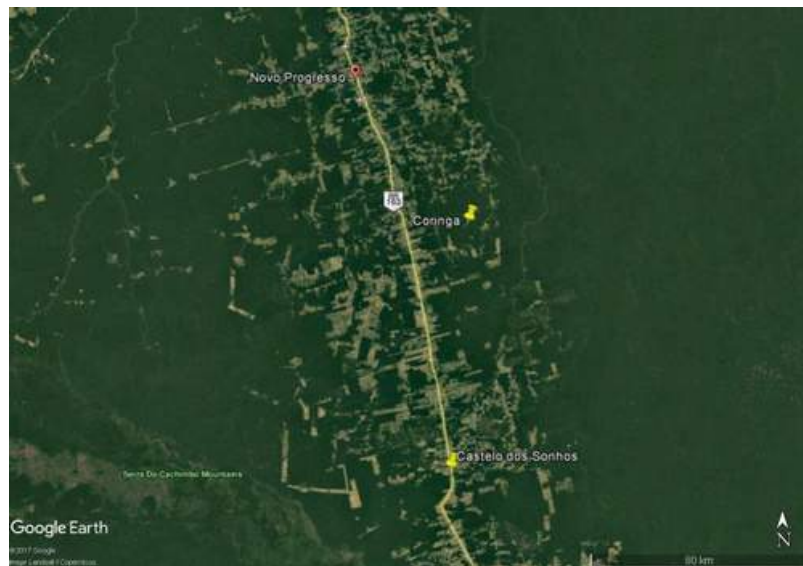


FIGURA 1 ACESSO PROJETO CORINGA. FONTE: EIA CHAPLEAU, VOL.1.

O acesso à propriedade é realizado por estrada pavimentada (Estrada Nacional BR-163) e estradas de terra (Figura 02).



FIGURA 2 VICINAL DE ACESSO. FONTE: EIA CHAPLEAU, VOL.1

O acesso ao Coringa é realizado através do trecho não pavimentado de aproximadamente 25km da vicinal Dois Coringas. Conforme **figura 03**, pode ser realizado o traçado da vicinal Dois Coringas entre a BR-163 e a entrada do Projeto Coringa, cuja distância da portaria ao alojamento operacional tem aproximadamente 9km.



FIGURA 3 ACESSO A PARTIR DA PORTARIA. FONTE: EIA CHAPLEAU, VOL. 1.

Por se tratar de um projeto de mineração, o empreendimento que compõe o projeto Coringa está localizado dentro dos direitos minerários da empresa, próximo aos corpos de minério identificados na área através de diversas campanhas de exploração mineral no distrito aurífero de Tapajós. O direito minerário consiste na exploração subterrânea do minério, com baixa intervenção em superfície.

A seguir, na **Figura 04**, será apresentado o mapa de localização do empreendimento em relação à TI Baú, cujas distâncias das aldeias correspondem: aldeia *Ratxopreti* 55km; aldeia Baú 29km; aldeia *Kamaú* 28,5km; aldeia *Ronko* 18,5km; aldeia *Kamure* 19km; aldeia *Ronkojagot* 38km e aldeia *Krambarj* 72 km.

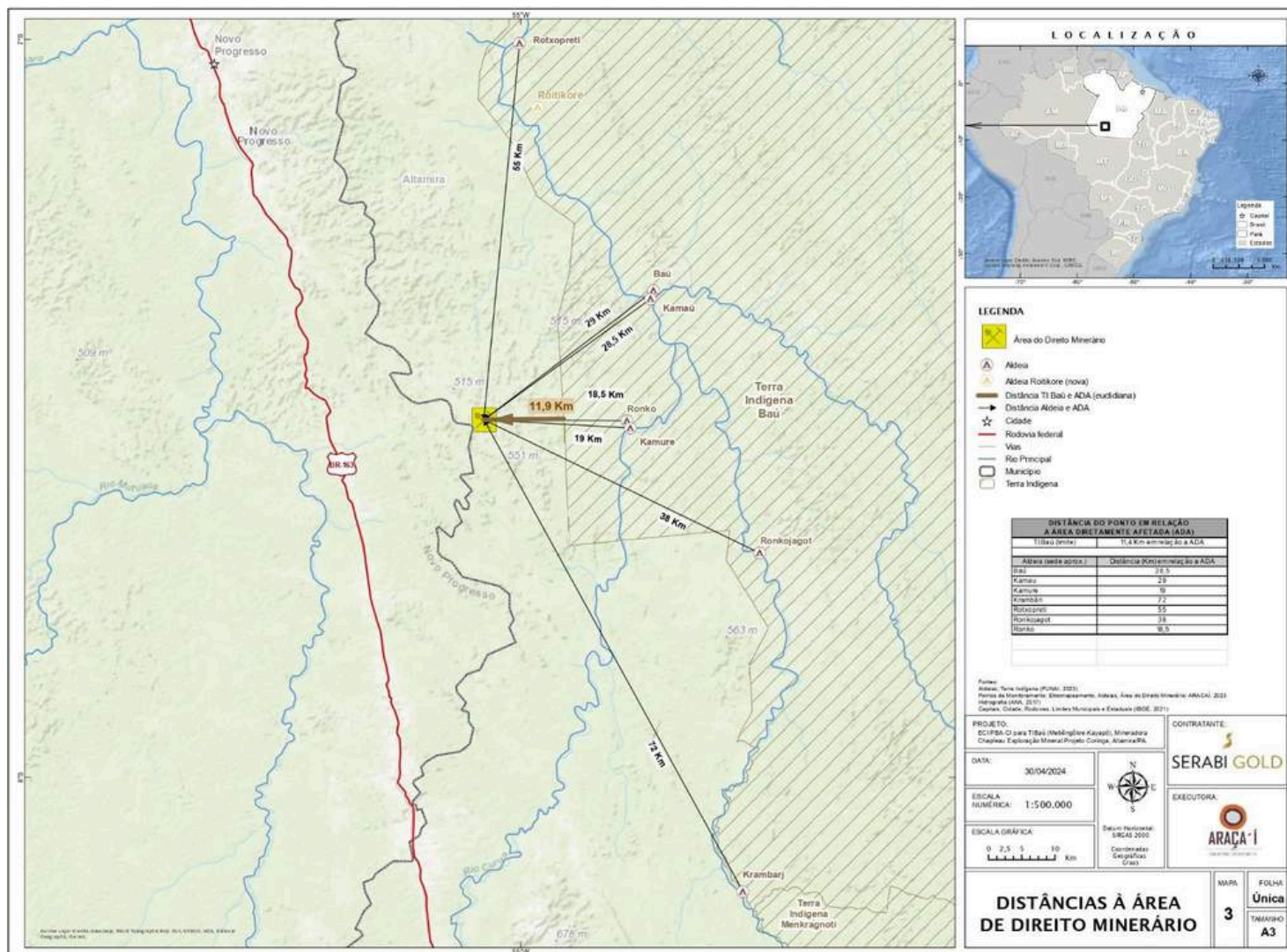


FIGURA 4 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO AROUÁ ACERVO.

2.1.2 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1.2.1 EXTRAÇÃO MINERAL

O Projeto Coringa envolveu a Pesquisa Mineral sistematizada da área para avaliar o potencial de lavra envolvido em todos os processos de concessão em nome da Chapleau Exploração Mineral Ltda., onde foi solicitado a exploração exclusivamente para as áreas dos veios Meio, Serra e Galena.

O Projeto Coringa foi planejado como uma operação de mineração subterrânea. As vantagens da mineração subterrânea incluem:

- Utilização da menor área possível, minimizando impactos ambientais;

Os depósitos de Serra, Meio e Galena são depósitos de veios estreitos de alto teor que são ideais para métodos de mineração subterrânea, pois minimizam a diluição do processo de mineração em comparação com a mineração a céu aberto; e

- A seletividade subterrânea ajudará a maximizar teores corroborando para a viabilidade técnico-econômica do projeto.

A Chapleau reuniu uma equipe técnica responsável pela implantação do Projeto Coringa, sendo composta por profissionais com vasta experiência em operações de veio estreito e com as tecnologias adotadas.

O projeto já possui uma infraestrutura inicial implantada para atividades correntes de desenvolvimento, devendo estas serem ampliadas para a fase de operação projetada. A infraestrutura atual inclui oficinas mecânicas, escritórios, galpões, abastecimento de combustível, energia elétrica, transporte e acomodações no local para seus funcionários.

A implantação do projeto de mineração foi iniciada pela mina Serra através da abertura uma rampa principal seguida do acesso aos veios mineralizados em cada nível. Após 3 anos de operação da Mina Serra, começará a abertura da Mina Meio com abertura de nova rampa de acesso. A mina Galena será desenvolvida no último ano do projeto.

Dois métodos de mineração serão utilizados no Projeto Coringa: método *shrinkage* (método de Recalque) e *Sublevel Stopping* (Lavra em Subníveis ou *Longhole*).

O método de mineração primário para o depósito da Serra é o *Shrinkage*. Com teores de metal mais elevados, o depósito Meio será lavrado usando uma combinação de mineração de *Shrinkage* e de *longhole* de veio estreito. O depósito Meio tem características semelhantes à Serra, no entanto, teores mais altos permitirão ser extraídas com alguma diluição extra que os métodos de lavra *longhole* podem exigir para acomodar o equipamento de mineração, sendo este, um método mais mecanizado de lavra. A mina de Galena usará método *Shrinkage* semelhante à da Serra.

Os veios Serra serão acessados através de uma única entrada de portal. O desenvolvimento incluirá a construção de uma rampa, galerias principais de nível e travessas para fornecer acesso aos realces de produção. A ventilação subterrânea exigirá o desenvolvimento de eixos de ventilação ou aumento de ventilação conectando os níveis subterrâneos à superfície e conectando níveis entre eles. Alguns dos raios de ventilação também serão usados como caminhos de emergências secundários.

Os sistemas de ventilação em Serra, Meio e Galena são projetados para fornecer ar fresco em todas as frentes ativas da mina. As áreas de produção serão conectadas ao circuito de ventilação principal por meio de dutos de ventilação e derivações secundários. O ar fresco será fornecido através da rampa principal e o ar contaminado será exaurido através de chaminés verticais conectadas à superfície.

A mina Serra terá três chaminés verticais. O Meio exigirá apenas duas chaminés de exaustão de gases devido ao seu tamanho.

Cada chaminé de exaustão terá um exaustor e todos os exaustores funcionarão 24 horas por dia, 365 dias por ano. Eles devem ser desligados apenas para manutenção preventiva e/ou reparos.

A mina operará 24 horas por dia e 7 dias por semana, com três turnos durante o dia. Todo o pessoal da mina será acomodado no acampamento localizado na propriedade do projeto.

2.1.2.2. ETAPAS QUE SERÃO REALIZADAS NA MINA



FIGURA 5 PREPARAÇÃO DE DETONAÇÃO.



FIGURA 6 FUROS PARA COLOCAÇÃO DAS DINAMITES



FIGURA 7 DESMONTE.



FIGURA 8 PREPARAÇÃO DE GALERIA.

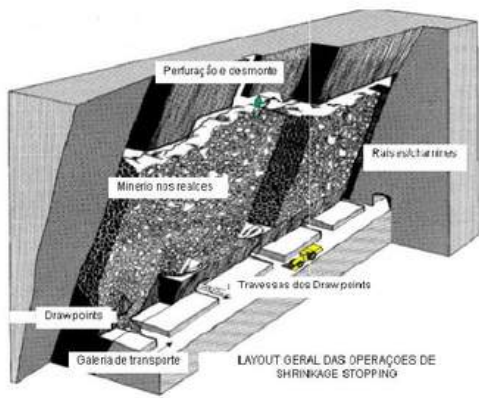


FIGURA 9 MÉTODO *SHRINKAGE*.

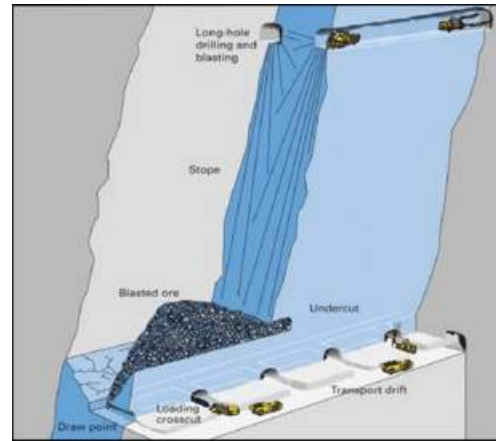


FIGURA 10 MÉTODO *LONGHOLE*



FIGURA 11 CARREGAMENTO



FIGURA 12 TRANSPORTE



FIGURA 13 SEPARAÇÃO DE MINÉRIO NOS PÁTIOS



FIGURA 14 DUTOS DE VENTILAÇÃO.

2.1.2.3 EQUIPAMENTOS DE MINA

A Tabela 02, a seguir, apresenta os equipamentos utilizados na mineração subterrânea.

TABELA 02 EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA MINERAÇÃO SUBTERRÂNEA.

	LHD (carregadeira rebaixada com controle remoto): retira o minério dos realces de lavra após a detonação.
	Jumbo de perfuração: realiza os furos para detonação e desmonte nas frentes de desenvolvimento
	Caminhão caçamba: realiza o transporte de minério e estéril de dentro da mina até os pátios em superfície.
	Pá-carregadeira: realiza o carregamento do desmonte para os caminhões.
	Minetruck: caminhão caçamba rebaixado para transporte de minério.

2.1.2.4. BENEFICIAMENTO DO MINÉRIO

Para a fase inicial do Projeto Coringa, foi concebida apenas a implantação de uma planta industrial de pré-concentração sendo o processo de beneficiamento metalúrgico propriamente dito, realizado na planta de processamento da Mina Palito, distante 230 km e pertencente ao mesmo grupo econômico. Os processos que farão parte do beneficiamento de minério serão baseados em métodos físicos apenas incluindo-se a cominuição (britagem para redução granulométrica) seguido de pré-concentração (através de cor/RGB) por *Ore Sorter*. Os equipamentos chamados britadores (primários e secundários) são usados

para a trituração grosseira e trituração prévia de rochas frágeis, semiduras e duras. Já o processo *Ore Sorting* consiste de uma instalação que utiliza sensores para auxiliar na separação do minério, resultando no prolongamento da vida útil das operações de minas e aumentando o valor geral de seus depósitos. Como o minério será transportado para a Mina Palito, nesta operação de pré-concentração, a ganga (porção de rocha estéril no minério) é reduzida em 35%, ou seja, apenas serão transportados 65% da massa mineral, com ganhos econômicos (frete) e ambientais associados.

O projeto de planta de processo incorpora as seguintes operações unitárias :

- Área de armazenamento de minério ROM;
- Alimentação;
- Britagem primária e secundária;
- Classificação granulométrica em peneira vibratória;
- Pré-concentração por sensores no *Ore Sorter*;
- Estocagem de minério pré-concentrado para envio a Planta do Palito;

Estruturas secundárias:

- Pilha de estéril – material inerte (granito) proveniente da abertura de galerias em subsolo; e,
- Pilha de refugo do *Ore Sorter* – material inerte (granito) britado, refugado na operação de pré-concentração.

a) BRITAGEM

O minério R.O.M. (*Run of Mine* ou minério bruto da mina) proveniente da mina, será transportado para o britador por meio de caminhões basculantes, que descarregarão o minério no pátio de estocagem. O minério é retomado por carregadeira, fazendo a alimentação do silo da britagem, sendo que a alimentação do britador ocorre por meio de um alimentador tipo calha vibratória, instalado abaixo do silo. A **Figura 15**, abaixo, representa o fluxograma resumido do circuito atual da britagem na mina Palito e da mesma forma que será em Coringa.

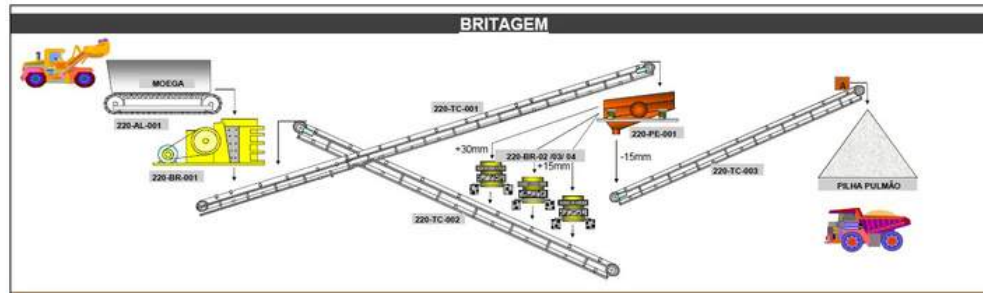


FIGURA15 FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE BRITAGEM.



FIGURA16 MODELO DE UM BRITADOR DE MANDÍBULA.



FIGURA17 MODELO DE UM BRITADOR CÔNICO.

O minério é armazenado no pátio e depois recuperado com pá-carregadeira frontal. A carregadeira despeja o minério em uma moega equipada com um alimentador vibratório que se descarrega em um britador primário de brita de 800 mm a 600 mm.

O produto do britador de mandíbula descarrega em um transportador que alimenta uma tela vibratória de dois metros de altura por 1,5 m de largura. O passante superior alimenta um britador cônico *Symons* de 1 m de diâmetro, enquanto o passante do fundo da mesa alimenta um britador cônico H2800 *Sandvik*. O material britado dos britadores secundários é coletado e reciclado através do transportador de volta à tela vibratória.

O produto britado final (subdividido a partir do *deck* inferior da tela), com um tamanho médio de partículas de 80% passando 10 mm, descarrega em um transportador de correia que alimenta o estoque de minério fino.

b) ORE SORTING

A tecnologia empregada pelo equipamento *Ore Sorter* proporciona a realização de uma pré-concentração do minério, logo nos estágios iniciais do processo produtivo. O objetivo é reduzir o material enviado à planta de moagem em Palito.

O *Run of Mine* (ROM) passa por britagem e daí é encaminhado para o equipamento de *Ore Sorter*, cujo objetivo é identificar o metal de interesse e, então, separá-lo das partículas que não contêm o metal de valor. As rochas britadas passam por sensores de Raio-X e Captação Óptica (RGB), que através do mecanismo de segregação, formam duas classes de partículas: uma que contém o metal de valor e outro que não contém.

O sistema *Ore Sorter* consiste no uso de sensores que identificam diferentes propriedades dos minerais de interesse e de ganga. Durante a passagem do minério pela correia, os sensores do *Ore Sorter* detectam e transmitem informações para saídas de ar a alta pressão que ficam localizadas na parte final do equipamento. Este sistema utiliza válvulas pneumáticas e consiste em uma série de jatos de ar capazes de ejetar rapidamente partículas, permitindo a emissão seletiva de partículas individuais. Essas saídas de ar são extremamente precisas e sopram o minério/estéril que foi identificado e selecionado pelo sensor. O sistema contribui para soluções mais econômicas e eficientes na recuperação de materiais.

O processo de concentração de minérios por *Ore Sorter* é baseado em separação de minério/estéril realizada a seco com granulometrias significativamente mais grosseiras (8 mm a 200 mm) quando comparadas a processos convencionais de concentração mineral (0,1 mm a 1 mm – separação magnética, flotação, etc.), que geralmente são realizados com granulometria fina e a úmido, evitando o intenso uso de água para transporte de massa.

Com o uso do *Ore Sorter*, há um aumento no teor de alimentação do minério que irá para o circuito de moagem e no restante da planta de recuperação de ouro em Palito.

A classificação de minério a granel pelo *Ore Sorter* tem o potencial para melhorar a Sustentabilidade do empreendimento e reduzir o impacto ambiental da mineração/operação sobre o meio onde está inserido.

Os resultados positivos na pré-concentração proporcionarão o seguinte:

- Viabilização do tratamento de minério de baixo teor, concentrando apenas as fases interessantes para a alimentação das etapas de tratamento metalúrgico;

- Maior flexibilidade operacional em lavra em minérios de menor teor e consequentemente redução de custos operacionais;
- Aumento da capacidade e redução dos custos do processo nas etapas seguintes;
- Menor volume de rejeito final para a disposição nos sistemas de disposição de rejeitos;
- Aumento de recuperação, através da seleção correta do minério destinado para o beneficiamento.

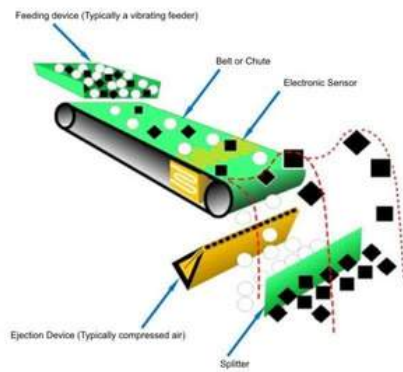


FIGURA18 DESENHO ESQUEMÁTICO DA SEPARAÇÃO NO ORE SORTER.



FIGURA19 FOTO DE MODELO DO EQUIPAMENTO.



FIGURA20 VISTA FRONTAL DO ORE SORTER NA MINA DO PALITO.

2.1.2.5 TRANSPORTE DO MINÉRIO

Após o minério britado e selecionado, o mesmo será transportado através de caminhões para a mina do Palito. Conforme já mencionado, o transporte se dará através da vicinal Dois Coringas até a BR 163,

sentido Moraes Almeida. Não existirá quaisquer interferências com acessos utilizados pelos indígenas, conforme figuras abaixo.

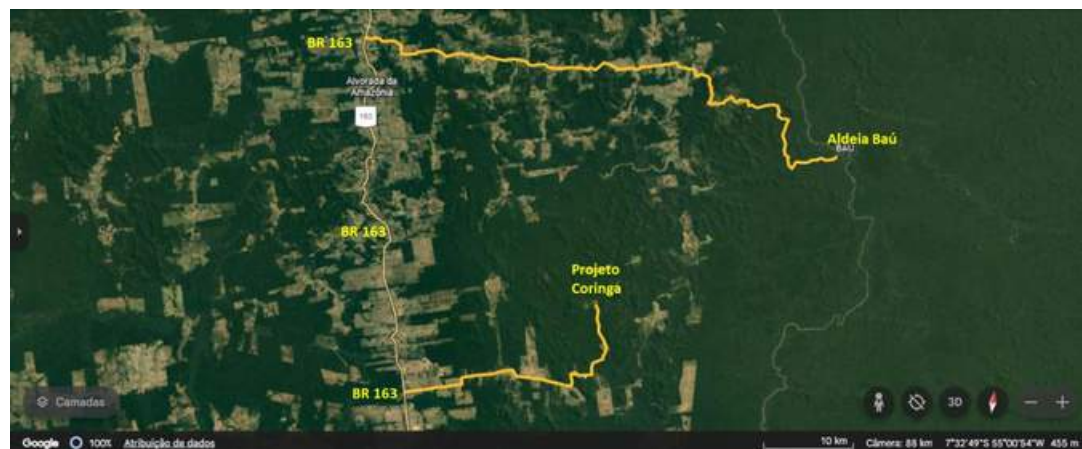


FIGURA 21 IMAGEM DE SATÉLITE DA ESTRADA USADA PELA COMUNIDADE INDÍGENA E PELO PROJETO CORINGA.

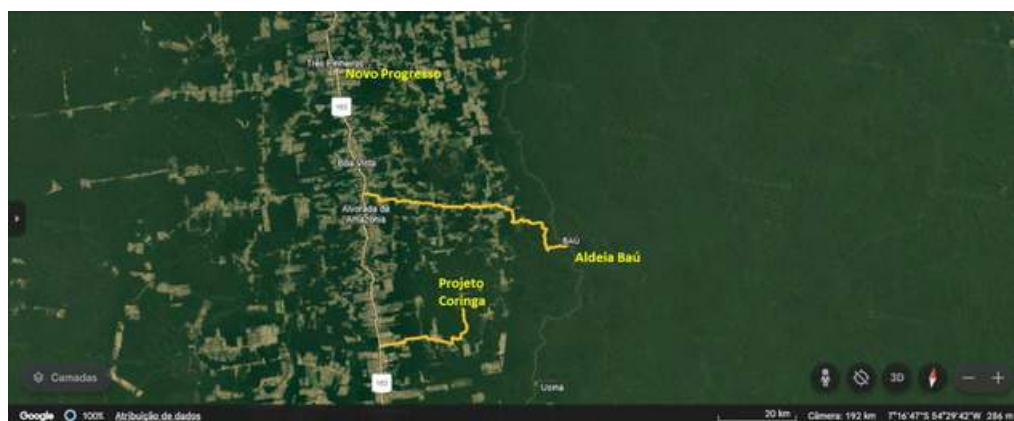


FIGURA 22 IMAGEM DE SATÉLITE DAS VICINAIS E DISTÂNCIA COM NOVO PROGRESSO.

REFUGO DO PROCESSO (BRITA)

A porção rejeitada do processo de pré-concentração será disposta em pilhas, chamadas pilhas de estéril e pilhas de refugo, ambas não terão produtos químicos de beneficiamento do ouro, apenas os elementos encontrados no minério. O material refugado na verdade trata-se de brita 2 de granito sendo excelente material como agregado para construção civil. Estima-se que serão produzidos ao longo da vida do projeto, cerca de 500.000 t deste material (35% do minério) durante a vida útil do empreendimento.

ESTÉRIL

A produção de estéril total para cada portal foi em toneladas e o volume foi calculado com peso específico de 1,88 t/m³ para material colocado na pilha de estéril.

Prevê-se que uma parte do estéril gerado durante a vida da mina seja usado para fins de construção, onde, metade do estéril de cada portal foi considerada como transportada para as pilhas de estéril, a outra metade será usada como enchimento de realces, agregados de construção ou em pavimentação de estradas.

A relação estéril/minério planejada para o Projeto Coringa é 0,6 para 1 ou seja, para cada tonelada de minério extraída, são produzidas 0,6 tonelada de estéril (granito).



FIGURA 23 IMAGEM DE UM TALUDE DE UMA PILHA.



FIGURA 24 IMAGEM DE UMA PILHA.

O objetivo da disposição em pilha é manter uma boa estabilidade e ocupação do menor espaço geográfico possível e possibilitar reutilização futura.

2.1.2.6 INSTALAÇÕES DE APOIO

Atualmente o projeto consta com as seguintes instalações: 05 alojamentos, 01 refeitório, 01 lavanderia, 02 prédios para guarda de testemunho; 01 horta, 01 área de armazenagem de combustível, 01 oficina de equipamentos, 04 prédios para atividades de armazenamento e administrativas, 01 ambulatório, 01 área para vivência de empregados, 01 prédio para treinamento, 01 campo de futebol e 02 salas de apoio para vigilância.

A área de armazenagem de combustível e oficina possuem sistema de tratamento de óleo e o empreendimento possui sistema de tratamento de esgoto. Os carros movidos à diesel possuem monitoramento de fumaça e plano de manutenção preventiva



FIGURA 25 VISTA AÉREA DO EMPRENDIMENTO.

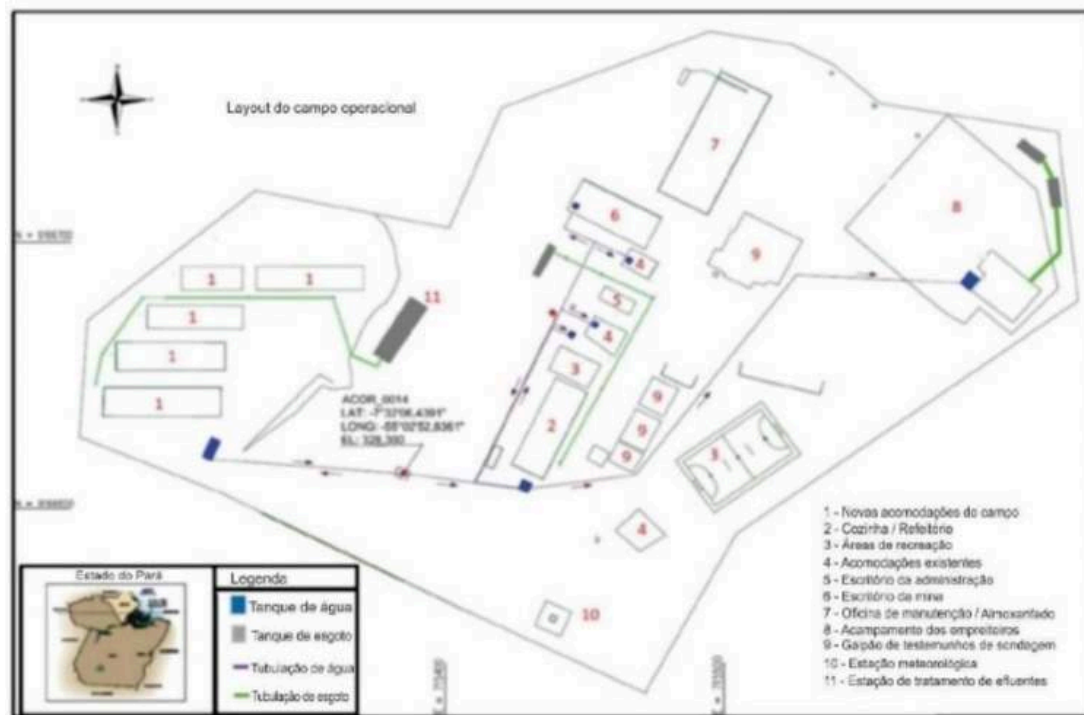


FIGURA 26 LAYOUT DAS INSTALAÇÕES.

2.1.2.7 ETAPAS DO PROJETO

O cronograma de construção do Projeto Coringa reflete ações necessárias para realizar engenharia detalhada, desenvolvimento de sites, construção, comissionamento e *start-up*. Os principais marcos do período de construção incluem: aquisição equipamentos e serviços; mobilização de empreiteiros; investigações de campo; engenharia detalhada; licenciamento e permissão; desenvolvimento local e externo; instalação de britadores e *ore sorter*; portal de minas e desenvolvimento de rampa, e; instalação e colocação em operação. O cronograma prevê as seguintes etapas, conforme a **Tabela 3**:

TABELA 3 CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO PROJETO CORINGA

ETAPAS	IMPLANTAÇÃO	OPERAÇÃO	FECHAMENTO
	2022 a 2025	2025 a 2032	2032 a 2037
Estudos preliminares	X		
Obtenção de permissões legais	X		
Construção do portal	X		
Início do desenvolvimento	X		
Estocagem do minério	X		
Mobilização de equipamentos/pessoas	X		
Construção das instalações de beneficiamento	X		
Construção das instalações de infraestrutura	X		
Construção das pilhas de estéril e refugo	X		
Transporte do minério beneficiado (após <i>Ore Sorter</i>)	X	X	
Execução de atividades de recuperação ambiental	X	X	X
Execução de atividades de monitoramento ambiental	X	X	X

Importante frisar que a empresa Chapleau adquiriu o projeto já com algumas instalações e intervenções locais que estão inclusas no planejamento.

Na fase de implantação do projeto pretende-se ter um contingente de aproximadamente 250 empregados, onde, estarão divididos na dinâmica de alojamento 20x10 e 5x2, ou seja, por questões de mitigar impactos na comunidade, segurança do trabalhador e redução de custos, o empreendimento pretende manter o empregado em regime de escala.

A mesma dinâmica de escala acontecerá em todas as fases, contudo, na fase de operação teremos um contingente de aproximadamente 300 empregados e 50 na etapa de fechamento.

2.1.2.8 PROGRAMAS E AÇÕES AMBIENTAIS

O empreendimento já consta de programas ambientais como: programas sociais, programas de monitoramento do meio físico (água e ar) e meio biótico (fauna e flora), além de programas de gerenciamento de resíduos e efluente.

Os resíduos são transportados e destinados por empresa legalizada, assim como todo o monitoramento ambiental. As informações dos programas são repassadas ao órgão ambiental anualmente, juntamente com todos os documentos comprobatórios.

Abaixo consta espécies de fauna monitoradas no empreendimento.



FIGURA 27 IMAGEM DE AVIFAUNA LOCAL, 2023.



FIGURA 28 IMAGEM DE AVIFAUNA LOCAL, 2023.



FIGURA 29 IMAGEM DE MAMÍFERO VOADOR LOCAL, 2023.

A empresa possui compromisso com a legislação, possuindo vigilância frente ao patrimônio mineral e ambiental, com evidências de denúncias de ações ilegais por garimpeiros e madeireiros nas áreas sob seu domínio.

Os empregados possuem constantemente treinamento de educação ambiental e o empreendimento possui uma equipe técnica para assuntos de meio ambiente e comunidade.

A empresa possui uma pessoa focada em comunicação com a comunidade, dirimindo dúvidas e fazendo gestão de demandas sociais.

2.2 BREVE HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO E DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A atual área que corresponde ao Projeto Coringa começou a ser explorada pelo garimpo entre as décadas de 1970 e 1980. A partir de meados dos anos de 1990, a área foi concedida à iniciativa privada para realização de pesquisas minerais. No ano de 2006, a Chapleau Exploração Mineral Ltda. inicia a prospecção do potencial aurífero do local.

A autorização para ser iniciada as pesquisas foi autorizada pelo então Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)¹, por meio da concessão dos Alvarás de Pesquisa nº 9.9193/2006 (DNPM 850565/1990-0010), 9.194/2006 (DNPM 850567/1990-0017), 11.437/2006 (DNPM 850568/1990-0010) e 14.386/2007 (DNPM 850981/2006-0014), e foram licenciadas pela SEMAS/PA, por meio da Licença de Operação (LO) nº 3457/2009 para pesquisa mineral, subclasse da atividade Pesquisa e Lavra Mineral. Com validade até 04/08/2012, a Chapleau fez o requerimento de renovação da licença para a continuidade das atividades de pesquisa até apreciação final do requerimento de renovação pela SEMAS/PA.

No entanto, para efeito de início de exploração da área, antes do vencimento da LO 3457/2009, um novo processo de licenciamento foi protocolado junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA), em 12/04/2011 (Processo nº 2011/0000009135), designado pela tipologia **Pesquisa Mineral com Lavra Experimental**, relacionados aos Alvarás de Pesquisa nº 9.194/2006 (DNPM 850567/1990-0017), nº 11.437/2006 (DNPM 850568/1990-0010) e nº 14.386/2007 (DNPM 850981/2006-0014), os mesmos referentes ao primeiro licenciamento ambiental iniciado em 2009, salvo o Alvará nº 9.193/2006 (DNPM 850565/1990-0010), que foi excluído na solicitação da licença ambiental.

A Licença de Operação 3457/2009 permitiu que a empresa realizasse a identificação do veio de ouro passível de exploração rentável, resultado apresentado ao DNPM e aprovado pela autarquia em 2016. Sequencialmente, em 27/10/2016, a Chapleau entra com o pedido de Requerimento de Lavra junto ao então DNPM, tratando da etapa seguinte do processo de

¹ O Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM foi substituído pela Agência Nacional de Mineração – ANM, autarquia federal sob regime especial, criada pela Lei número 13.575, de 26 de dezembro de 2017, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, dotada de personalidade jurídica de direito público com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e circunscrição em todo o território nacional. A ANM tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementa (BRASIL; Ministério de Minas e Energia).



concessão de aproveitamento mineral, que se dá por meio de “[...] regime de concessão de lavra, voltado para a extração, beneficiamento e comercialização do bem mineral identificado na etapa anterior, de autorização de pesquisa” (BRASIL, 2023). Em 11/11/2016, a empresa também requereu a Guia de Utilização – GU para lavra excepcional de 50 mil toneladas de minério de ouro.

Contudo, em 1º de dezembro de 2017, sem que nenhuma das duas solicitações supracitadas fosse apreciada pelo DNPM, a SEMAS/PA concedeu a Licença de Operação nº 10902/2017, referente ao pedido de 12/04/2011, autorizando a Chapleau a realizar a lavra experimental de 50 mil toneladas de minério em uma área total de 8325,05 há (oito mil, trezentos e vinte e cinco hectares).

No entanto, a SEMAS exigiu o consentimento do INCRA quanto à situação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa para a emissão das licenças. O pedido de renovação da Licença de Operação nº 10902/2017 foi tempestivamente realizado em 07/04/2022, motivo pelo qual tal licença encontra-se tacitamente renovada e vigente.

O regramento ambiental brasileiro prevê a exigência de estudos de impacto ambiental na fase prévia do licenciamento (Resoluções CONAMA nº 01/1986; 237/1997; 009/1990), fato que levou o Ministério Público Federal do Pará (MPF/PA) a questionar a LO de forma subsequente, em setembro de 2017.

Entretanto, a preocupação dos *Mebêngôkre-Kayapó* em relação aos possíveis impactos sobre seu território e sobre o rio Curuá foi evidenciado por meio de uma Ação Civil Pública, através do Instituto Kabu² e da Associação Indígena Mantinó³ – associações que representam o povo *Mebêngôkre-Kayapó* da TI Baú, que se manifestarem questionando as licenças autorizadas pela SEMA/PA, sem considerar o direito a Consulta Livre, Prévia e Informada conforme estabelecido na Convenção 169 da OIT e através do Protocolo de Consulta Kayapó, visto envolver uma área tradicionalmente ocupada, cujos afluentes hidrográficos serem

²O Instituto Kabu (IK) foi criado em 27 de março de 2008, por três aldeias pioneiras: *Baú*, *Pykany* e *Kubenkrokre*, naquele momento com a finalidade de implementar o Componente Indígena do Plano Básico Ambiental da BR-163 (Cuiabá-Santarém) sob supervisão da Funai. A missão do IK é proteger o território *Mebêngôkre* e garantir a Gestão Territorial e Ambiental das terras indígenas. Atualmente representa duas aldeias na TI Baú: aldeia Baú e aldeia *Kamure*, além das nove aldeias da TI *Menkragnoti*.

³A Associação Indígena Mantinó (AIM) foi criada em 12 de junho de 2019 por lideranças indígenas das aldeias *Kamau*, *Ronko*, *Krabari*, *Ronkojagot* e *Kamure* como dissidência do Instituto Kabu. A finalidade da AIM é fortalecer o monitoramento socioterritorial, cultural e econômico do povo Kayapó *Menkragnoti*. Em 2023, a aldeia *Kamure* deixou a AIM e retornou à filiação ao IK, durante a Assembleia Geral.



imprescindíveis para a sobrevivência dos indígenas e está associado a todo ciclo de vida tradicional que envolve a socio biodiversidade da TI Baú.

Neste contexto, a Funai, órgão licenciador e interveniente, foi acionada para apresentar um Termo de Referência (TDR) para compor um estudo de caracterização do território indígena e de possíveis impactos, conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 60/2015 que rege o licenciamento ambiental de empreendimentos que envolvem territórios de comunidades tradicionais. Não houve manifestação da SEMAS/PA quanto às demandas apresentadas pelos *Mebêngôkre-Kayapó*.

Em resumo, a Ação Civil Pública que motivou a demanda indígena frente às licenças autorizadas, questionou a dispensa dos estudos exigidos para emissão de licenças ambientais, de acordo com o que prevê a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e demais regulações, destacando a necessidade de avaliação dos eventuais impactos socioambientais do Projeto Coringa sobre a bacia hidrográfica e sobre o território indígena (TI Baú), localizada a aproximadamente 11 km da área do empreendimento.

Em contrapartida, a Chapleau realizou, ainda no ano de 2017, os Estudos de Viabilidade do Projeto Coringa, com sucessiva apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), onde é definida a exploração das áreas dos veios Meio, Serra e Galena, com proposta de expansão da atividade para futuro aproveitamento integral das jazidas de minério. O EIA também apresentava as obrigações a serem cumpridas para que as necessidades operacionais do projeto fossem autorizadas pelo órgão ambiental. Todas as condições e requisitos são abordados através da implementação de sistemas, planos e procedimentos de gerenciamento. O EIA foi retificado no ano de 2019 para informar mudanças quanto ao procedimento de minério e depósitos de rejeitos objetivando, desta forma, melhores práticas e menores riscos de impactos ambientais.

A elaboração dos estudos se baseou no Termo de Referência (TDR) emitido pela SEMAS/PA, que apresentou as áreas de influência do Projeto Coringa (ADA – Área Diretamente Afetada; AID – Área de Influência Direta; AII – Área de Influência Indireta), diagnosticando as particularidades dos meios físico, biótico e socioeconômico.

A TI Baú é classificada nos estudos como Área de Influência Indireta (AII), por estar localizada no município de Altamira/PA. Segundo o Diagnóstico do Meio Socioeconômico (Vol. 4 do EIA, pág. 258, 2017), a AII compreende a porção mais ampla do território sobre a qual serão sentidas as repercussões mais difusas do empreendimento, podendo ser bastante diferenciadas



por tema, em função da lógica espacial de propagação dos impactos bióticos, físicos e socioeconômicos.

Entretanto, o documento fundamenta sua base em informações e dados secundários, constituindo um perfil histórico, socioeconômico e cultural da TI, pontuado de acordo com a localização do Projeto Coringa sem avaliar de fato quais os eventuais impactos da mineração sobre a Terra Indígena.

A TI Baú também é identificada como Área Protegida no Diagnóstico do Meio Biótico (Vol. 3), no qual são apresentadas as características associadas aos elementos ambientais no ponto de vista regional (Macrorregiões de Itaituba e de Altamira) e das áreas de influência do Projeto Coringa. O trabalho foi realizado com base em dados primários e secundários de forma a contextualizar a situação ambiental na área, bem como dos eventuais impactos gerados por atividades relacionadas ao empreendimento (EIA, 2017, p.1).

Em outubro do mesmo ano, a Chapleau comunicou a Funai que as duas poligonais a serem exploradas estavam realizadas a mais de 10km da TI Baú. Portanto, não haveria a necessidade da elaboração do Estudo do Componente Indígena (ECI), observando-se os limites previstos no Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/2015 para instalações de atividades ou empreendimentos que impactem Terras Indígenas.

Tal fato foi inclusive ratificado pela Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental (CGLA) da Funai, que comunicou à SEMAS, em dezembro de 2019, que procedimentos específicos, em relação à questão indígena, não eram necessários pois o Projeto Coringa dista em 11,9 km da TI Baú, extrapolando os limites estabelecidos na referida Portaria Interministerial. Na prática, isso significava a dispensa do ECI para o licenciamento do Projeto Coringa.

Dessa forma, a SEMAS deu seguimento ao licenciamento com a realização de uma Audiência Pública, em 06 de fevereiro de 2020, no município de Novo Progresso, para apresentação do Projeto Coringa e seus possíveis impactos na região, conforme demonstrado na **Figura 30**, a seguir.





FIGURA 30 AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO CORINGA EM NOVO PROGRESSO/PA. FONTE: AGÊNCIA PARÁ, 2020.

A audiência teve duração de cerca de 5 horas, contou com a presença de cerca de 600 pessoas, a maioria de Novo Progresso, das quais, mais de 100 eram indígenas *Mebêngôkre-Kayapó*, que manifestaram a insatisfação por não terem sido ouvidos sobre a instalação do projeto e ameaçaram ocupar a área do empreendimento até serem consultados.

Diante deste fato, em carta à Funai, datada em 11/02/2020, a Chapleau Exploração Mineral Ltda/ Serabi Gold manifestou preocupação quanto às ameaças dos *Mebêngôkre-Kayapó*, solicitando ao órgão que intervisse junto às lideranças. Por conta desta situação de iminente conflito, em 27 de fevereiro de 2020, a Coordenação Regional (CR) da Funai de Cuiabá/MT sugeriu à Coordenação Geral do Licenciamento Ambiental que avaliasse novamente a possibilidade de elaboração e execução de um Plano Básico Ambiental (PBA) para a TI Baú.

Em 12 de março de 2020, durante a mobilização da Rede Xingu+, em Brasília, foi entregue um ofício ao então presidente da Funai, Marcelo Xavier, requisitando, entre outras demandas, que o órgão se manifestasse junto à SEMAS/PA pela suspensão da licença de operação da lavra experimental do Projeto Coringa até que os *Mebêngôkre-Kayapó* fosse consultado, de acordo com o Protocolo de Consulta Kayapó. O ofício também reforçou a necessidade da realização dos estudos de impacto ambiental do componente indígena sobre a TI Baú.

Em 19 de março de 2020, a Coordenação Geral do Licenciamento Ambiental (CGLIC) da Funai encaminhou ofício à SEMAS/PA consultando sobre a possibilidade de emissão do Termo de Referência Específico (TER) para o Componente Indígena da TI Baú.

Importante frisar que, o artigo 3º da Portaria Interministerial nº 60/2015 é destacado para informar que pode haver exceções quanto aos limites pré-estabelecidos no Anexo I da referida Portaria:



§ 3º - Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados e em função das especificidades da atividade ou do empreendimento e das peculiaridades locais, os limites estabelecidos no Anexo I poderão ser alterados, de comum acordo entre o Ibama, o órgão ou entidade envolvido e o empreendedor (CGLIC/FUNAI, 2020).

Devido a excepcionalidade do caso, a Funai propôs, assim, que fossem elaborados os Estudos de Impacto Ambiental e o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (EIA-ECI-PBA-CI) em uma única fase que contemplasse tanto a identificação de eventuais impactos quanto o detalhamento de programas socioambientais. A SEMAS/PA, contudo, não manifestou nenhum posicionamento quanto à solicitação da Funai, o que levou o órgão indigenista a recomendar, por meio da Informação Técnica nº 121, de agosto de 2020: 1) a emissão de TER-CI para o Projeto Coringa; e, 2) a suspensão da Licença de Operação pela SEMAS/PA até o cumprimento das etapas do Componente Indígena no licenciamento ambiental.

A Informação Técnica levou em consideração a Convenção 169 da OIT e a cumulatividade de outros empreendimentos no entorno da TI Baú, o que tornaria imprescindível realizar avaliação mais pormenorizada dos possíveis impactos do Projeto Coringa.

De forma subsequente, em 18 de agosto de 2020, a Funai emitiu Termo de Referência Específico para a elaboração dos Estudos do Componente Indígena. A SEMAS/PA manifestou-se somente neste momento, em 24/08/2020⁴, informando sua concordância com a primeira proposta da Funai de realização do Estudo do Componente Indígena (ECI) e Plano Básico Ambiental (PBA-CI) em uma única fase.

O Termo de Referência indica que a identificação e análise dos impactos nos componentes sociais, culturais e ambientais decorrentes do empreendimento deve ensejar a proposição de ações e medidas de mitigação e controle de impactos, caso existam, de acordo com as especificidades da TI Baú e, especificamente, dos *Mebêngôkre-Kayapó*, subgrupo *Menkrãgnoti*.

Então, a partir do Termo de Referência, foi dado início as tratativas necessárias para a elaboração dos Estudos de Componente Indígena, envolvendo o empreendedor, SEMAS/PA, Funai e as duas organizações representativas dos *Mebêngôkre-Kayapó*: o Instituto Kabu e a Associação Indígena Mantinó. Uma empresa de consultoria havia sido contratada para a realização do trabalho de campo para coleta de dados e informações primárias, que ocorreu entre os meses de novembro de 2022 e janeiro de 2023, entretanto, na apresentação final do

⁴ Ofício SEMAS/PA nº: 62304/2020/GEMIM/CMINA/DLA/SAGRA.



estudo elaborado pela primeira equipe do estudo, a Associação Indígena Mantinó manifestou um parecer aceitando o estudo com ressalvas, mas o Instituto Kabu manifestou, em 06/07/2023, rejeição do estudo apresentado através de uma avaliação técnica (**ANEXO 2**), a qual questionava a qualidade do estudo visto não responder minimamente a IN nº60/2015, além da proibição do antropólogo coordenador da referida equipe técnica ter sido banido de retornar na aldeia Baú.

É neste contexto que o presente estudo se insere, para complementar o estudo anterior e responder as demandas apresentadas pelos *Mebêngôkre-Kayapó* da TI Baú. As tratativas da atual equipe se deram durante o mês de setembro de 2023, por indicação do Instituto Kabu, por existir uma relação de confiança com a equipe atual.

O trabalho de campo complementar da equipe atual ocorreu entre os dias 05/10/23 a 15/10/23, com entrega do estudo parcial, a ser protocolado junto à Funai, em 30/11/2023, e, portanto, seguir com as tratativas de agendamento para a fase final do estudo em consulta aos *Mebêngôkre-Kayapó* das duas instituições indígenas. Na tentativa de retornar para as comunidades para a apresentação final do estudo, previsto para dezembro, o Instituto Kabu, informou que entraria em recesso institucional a partir de 20 de dezembro de 2023, e, antes deste período, estariam em atividades institucionais junto à TI Menkrãgnoti; desta forma, **não** sendo possível realizar a apresentação final do estudo junto ao INSTITUTO Kabu e suas respectivas lideranças indígenas, para construção participativa das Diretrizes Gerais dos Programas Ambientais a serem propostos. É importante ressaltar, nesta fase, que os técnicos monitores das duas instituições indígenas emitiram pareceres técnicos referente ao estudo parcial apresentado pela atual equipe técnica (**ANEXO 3**), no qual algumas correções foram solicitadas, sendo que, de modo geral, o presente estudo fora aceito pelos monitores indicados por Kabu e Mantinó, estando a encargo apenas o agendamento das tratativas finais de Consulta nas comunidades, conforme estabelecido no Protocolo de Consulta *Mebêngôkre-Kayapó*.

De acordo com os fatos relatados na fase final do estudo, o Instituto Kabu emitiu uma Notificação Extrajudicial (**ANEXO 4**) para a Chapleau Exploração Mineral Ltda, referente a um alegado descumprimento do acordo extrajudicial celebrado em 26 de junho de 2023, entre o Instituto Kabu, a Associação Mantinó e a Chapleau Exploração Mineral Ltda. Tal acordo extrajudicial foi protocolado pelo Instituto Kabu nos autos da Ação Civil Pública nº 0001592-34.2017.4.01.3908, em curso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), com origem na Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Itaituba/PA. Na ocasião de tal protocolo, o Instituto Kabu relatou um descumprimento do cronograma estimado e previsto no Acordo



Extrajudicial de 26 de junho de 2023, no qual havia uma previsão de entrega do ECI à CGLIC/FUNAI, em 15/12/2023.

Em resposta ao Instituto Kabu, a Chapleau Exploração Mineral Ltda, respondeu à Notificação Extrajudicial, em 02 de fevereiro de 2024, buscando dialogar de maneira pacífica e se reconhecendo como a maior interessada nas tratativas junto às associações indígenas e ressaltando que buscou atender todas as considerações manifestadas pelo Instituto Kabu, tais como: a paralização da primeira equipe do estudo, cujos trabalhos anteriores já haviam sido realizados junto ao Instituto Kabu e estabelecendo vínculo de confiança pelos indígenas, a inclusão do antropólogo Gustaaf Verswijver, a realização de trabalho de campo complementar para responder a todos os pontos elencados nos pareceres da instituição, buscando respeitar o tempo das aldeias e também do período de recesso institucional previsto para o final do ano, conforme apresentado no **ANEXO 4**.

Em resposta, por mensagem eletrônica, o Instituto Kabu se manifestou informando que não seria possível realizar a reunião final do presente estudo enquanto não fosse resolvida a questão apresentada na Notificação Extrajudicial de 20 de dezembro de 2023, ou seja, enquanto a Chapleau Exploração Mineral Ltda não pagasse a multa prevista no Acordo Extrajudicial de 26 de junho de 2023, por entender que a mesma havia descumprido tal Acordo Extrajudicial. Por essa razão, o Instituto Kabu não autorizou a atual equipe técnica em realizar a devolutiva do ECI, conforme a Convenção nº 169 da OIT, em diálogo com o Protocolo de Consulta Mebêngôkre-Kayapó.

Paralelamente, a Associação Indígena Mantinó (AIM) autorizou que fosse realizada a apresentação do estudo para consulta junto às lideranças e para a construção participativa das Diretrizes Gerais dos Programas Ambientais Propostos, em 11/03/2024 a 13/03/2024, o que ocorreu na aldeia Kamaú (TI Baú), reunindo todas lideranças das aldeias vinculadas à AIM, para a conclusão do estudo e aceite das comunidades, o que transcorreu em total conformidade com o Protocolo de Consulta Mebêngôkre-Kayapó, culminado, inclusive, com o aceite da AIM, conforme apresentado no **ANEXO 5**.

2.2.1 Linha do Tempo do Licenciamento Ambiental com ênfase no Componente Indígena do Projeto Coringa.

A **Tabela 04**, a seguir, apresenta de maneira resumida as etapas do Processo de licenciamento ambiental do Projeto Coringa:



TABELA 4 ETAPAS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PROJETO CORINGA.

Período/Ano	Detalhamento
2009	O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) concede ao empreendedor alvarás de pesquisa e a SEMAS/PA, por meio da Licença Operação (LO) nº 3457/2009, autoriza pesquisa e lavra mineral com validade até 04/08/2012.
Abril/2011	Para efeito de início de exploração da área, um novo processo de licenciamento foi protocolado junto à SEMAS/PA em 12/04/2011, designado pela tipologia “pesquisa mineral com lavra experimental”, referente a três alvarás de pesquisa: nº 9.194/2006; nº 11,437/2006; e, nº14.386/2007.
2017	SEMAS/PA concede nova Licença de Operação (LO nº 10320/2017) para o empreendimento sem a realização do Estudo de Componente Indígena (ECI) Conclusão dos Estudos de Viabilidade do projeto.
Julho/2017	Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).
2017	MPF elabora parecer que atesta contaminação de peixes por mercúrio acima dos limites recomendados por ANVISA/OMS nos rios Curuá e Baú. Chapleau desiste do licenciamento de área de direito minerário próximo à TI Baú, para explorar somente áreas a mais de 10km da TI, evitando elaboração de ECI.
Abril/2019	CGLIC Funai comunica à SEMAS que o projeto dista 10,44km da TI Baú, portanto, não se enquadrando no que aponta a Portaria Interministerial nº60/2015 para a realização de ECI.
Outubro/2019	Indígenas Mebêngôkre-Kayapó da TI Baú se mobilizam pela realização do ECI/PBA do Projeto Coringa. Projeto Coringa aguarda emissão de Licença Prévia após avaliação da SEMAS do EIA/RIMA. CR da Funai (Cuiabá/MT) pede que a CGLIC reavalie a necessidade de elaboração de ECI, dado que o projeto está localizado sobre importante curso de água da TI e que o PBA-CI inclua avaliação das águas do Curuá semestralmente.
Dezembro/2019	Funai informa que reunião entre SEMAS/PA, indígenas da TI Baú e representante do Projeto Coringa não poderiam ocorrer devido à Pandemia de Covid-19.
Fevereiro/2020	Funai encaminha ofício à SEMAS/PA sobre elaboração de Termo de Referência Específico (TRE) para realização de ECI/PBA em uma única fase, dado que há indício de impacto sobre importante curso d'água da TI Baú.
Março/2020	Funai publica Termo de Referência Específico (TRE) para realização de ECI/PBA em uma única fase e SEMAS declara concordâncias.
Março/2020	Reunião deliberativa sobre os procedimentos de elaboração do ECI/PBA do Projeto Coringa, com a presença de representantes Kayapó, Funai, do empreendedor, do antropólogo responsável pelo ECI e da empresa Brandt.
Agosto/2020	Aprovação do Plano de Trabalho do ECI/PBA. Período de trabalho de campo para elaboração do ECI/PBA pela equipe da empresa Brandt.
Fevereiro/2022	Entrega do ECI/PBA-CI para avaliação das associações indígenas e aprovação. Rejeição do Estudo apresentado pela equipe inicial, proibição da entrada do antropólogo responsável de retornar na TI Baú.
Outubro/2022	
Novembro/2022 a fevereiro/2023	Contratação da nova equipe técnica com autorização prévia dos Mebêngôkre-Kayapó da Associação Indígena Mantinó e Instituto Kabu. Realização de campo
Abril/2023	
Agosto/2023	
Setembro/2023	



	complementar pela atual equipe para complementação do estudo inicial e tratativa com os indígenas da TI Baú. Notificação extrajudicial emitida pelo
Dezembro/2023	Instituto Kabu paralisando o estudo. Contranotificação da Chapleau em
Fevereiro/2024	resposta a notificação do Instituto Kabu. Realização da apresentação final
Março/2024	do estudo na aldeia Kamaú reunindo todas as lideranças das aldeias associadas à AIM, para consulta e aceite indígena, aceite que ocorreu na mesma ocasião. Ajustes solicitados no estudo e entrega do estudo para
Abril/2024	CGLIC/Funai.

3. PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

3.1 Referencial Metodológico Antropológico e Socioeconômico

Diante das diretrizes definidas pelo TR do ECI, o levantamento de dados será composto por: **a)** pesquisa bibliográfica (dados secundários); **b)** levantamento realizado a partir das atividades em campo (dados primários) junto aos *Mebêngôkre-Kayapó*.

Os dados secundários compreendem:

- Levantamento da ampla bibliografia existente sobre os *Mebêngôkre-Kayapó* no que se refere a sua organização social, política, cosmologia, padrões de deslocamento e mobilidade. Neste sentido, os *Mebêngôkre* manifestaram sobre a inserção de Gustaaf Verswijver, antropólogo belga com cerca de 52 anos de experiência entre os *Mebêngôkre*, para realizar o levantamento de dados secundários no presente estudo;
 - Consulta dos registros existentes sobre os territórios *Mebêngôkre-Kayapó*, em especial com atenção aos impactos cumulativos referentes aos empreendimentos na região;
 - Mapeamento dos conflitos a partir de registros existentes na bibliografia especializada, nos arquivos da Funai e materiais de mídia;
 - Demografia da TI Baú, partir de dados oficiais, existentes na Funai e no DSEI e coletas interiores junto aos técnicos de saúde ou indígenas;
 - Dados de saúde envolvem tanto as políticas e atenção básica à saúde existente na TI, quanto as principais doenças (mais recorrentes) e causas relacionadas.
 - Dados de educação serão obtidos a partir de registros existentes escolas ou nas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e serão referentes ao: **a)** número de alunos matriculados por ano; **b)** evasão escolar; e, **c)** número de professores indígenas. Já as condições relacionadas à infraestrutura das escolas e aos projetos voltados à educação indígenas serão



levantadas *in loco* por meio de observação direta, registro fotográfico e entrevistas semiestruturadas com professores; e,

- Levantamento dos aspectos ligados à economia regional será realizado a partir da consulta em fontes oficiais: IBGE, Secretarias Municipais, Plano Diretor Municipal e demais fontes arroladas ao longo do levantamento.

Já os dados primários, coletados a partir de atividades desenvolvidas em campo, serão obtidos a partir da utilização de algumas técnicas próprias da investigação antropológica, tais como: o registro de narrativas, a realização de entrevistas abertas com os chamados “informantes privilegiados”; os registros a partir da observação direta, o mapeando de espaços e das atividades desenvolvidos cotidianamente pelo grupo. O emprego de tais técnicas permitirá levantar informações sobre:

- Histórico da ocupação do território e seus múltiplos significados simbólicos e cosmológicos;
- Histórico do empreendimento sob a perspectiva indígena;
- Levantamento das condições e projetos de educação, saúde e desenvolvimento econômico;
- Construção das relações de parentesco, para compreender dinâmicas próprias da organização social e política indígena. É importante ressaltar que será utilizado o método de amostragem por aldeia envolvida no presente estudo;
- Identificação das principais lideranças;

A investigação direta ainda pressupõe a realização de entrevistas semiestruturadas, utilizadas sobretudo para caracterizar a economia indígena. Entende-se que a economia de populações rurais e tradicionais é composta pelas dimensões monetárias e não monetárias. A existência de uma dimensão não monetária é própria de economias que estão integradas ao mercado de forma parcial, nesses casos outras dimensões, como a da reciprocidade, compõem parte significativa da economia. Já a composição dos rendimentos, dimensão quantificável da economia, deve considerar como a renda familiar é composta e os impactos de cada fonte de renda sobre o orçamento doméstico. A realização de entrevistas semiestruturadas terá por objetivo caracterizar o seguinte:

- As principais atividades produtivas;



- As esferas de troca e ajuda mútua entre as famílias *Mebêngôkre-Kayapó*;
- A composição dos rendimentos;
- Aspectos gerais do consumo *Mebêngôkre-Kayapó*; e,
- Como se dá as relações entre a economia (monetária) *Mebêngôkre-Kayapó* e a

sociedade abrangente.

Os dados referentes ao uso dos recursos, percepção e usos do território, calendário agrícola ou de sazonalidade serão obtidos a partir de diferentes técnicas próprias de processos participativos, em especial aquelas relacionadas ao etnomapeamento.

Já o histórico de conflitos e do empreendimento também deverá ser levantado a partir da perspectiva indígena, para isso serão realizadas as oficinas com Grupos Focais. O trabalho, tal como definido pela USAID (2011) consiste em uma técnica que deve levar em consideração o número de participantes e sua composição. Idealmente o número de participantes deve ser reduzido, para favorecer o debate. Em tese, a escolha das pessoas para composição dos grupos focais deve sintetizar a totalidade de um determinado local. Recomenda-se que o grupo seja constituído por representantes dos vários segmentos, incluindo diferentes faixas de idade e gênero. O objetivo é apreender diferentes opiniões e perspectivas.

Na **Tabela 05**, a seguir, apresenta a síntese do referencial metodológico que será utilizado para o levantamento antropológico e socioeconômico.

TABELA 5 SÍNTESE DO REFERENCIAL METODOLÓGICO – MEIO ANTROPOLÓGICO E SOCIOECONÔMICO

Métodos	Descrição	Esforço
Levantamento bibliográfico	Pesquisar em diversas fontes disponíveis dados sobre: política, cosmologia, padrões de mobilidade, histórico do território <i>Mebêngôkre-Kayapó</i> de conflitos, histórico do pleito e homologação da TI. Obtenção de dados sobre saúde e educação.	Pesquisar, desenvolver e consultar a organização das informações em construção textual e tabelas.
História oral	Entrevistas abertas para registrar a memória e narrativas dos informantes <i>Mebêngôkre-Kayapó</i> . Direcionadas: anciãos, e Temáticas a serem obtidas pelo método: histórico de ocupação da área, histórico do empreendimento. Mapear as relações de consanguinidade e afinidade no interior e entre a TI Baú e demais composições parentais entre o bloco Kayapó como caracterização.	Mapeamento dos informantes na TI Baú. Número previsto de 03 informantes por aldeia.
Genealogia de parentesco		1) Entrevistas abertas, sem número definido em unidades familiares. 2) Validação do diagrama de parentesco interligando as aldeias e com bloco Kayapó por núcleo familiar principal.



Métodos	Descrição	Esforço
Entrevistas semiestruturadas	Aplicação de questionários para caracterização dos dados econômicos, considerando aspectos não monetários e monetários da economia indígena. Serão levantadas informações sobre: atividades realizadas, organização do trabalho, composição dos rendimentos, consumo.	Questionários aplicados por aldeia. Amostragem melhores, informação completa pelas organizações indígenas.
Elaboração de calendário agrícola	Calendarização participativa de agricultura envolvendo: principais cultivos, período e cosmologia.	Diálogos abertos para obtenção dos dados Realização de 1 oficina participativa na
Etnomapeamento	Utilização de técnicas participativas para mapear os usos, costumes e os significados atribuídos pelos indígenas ao seu território. O etnomapeamento será realizado de forma sinérgica levantamento do meio físico e biótico.	consolidação de um mapa que será atribuído ao uso territorial das aldeias pertencentes ao estudo (TI Baú). O etnomapeamento foi realizado em forma de croqui, visto os indígenas não autorizarem a realização, devido a primeira equipe do estudo ter realizado anteriormente, mas o estudo não ter aceitado pelas organizações indígenas. Basta do mapeamento Insetários da construção de etnomapeamento para PGTA das TI's Baú e <i>Menkrãgnoti</i> . A equipe técnica dialogou com todas as lideranças para coletar dados sobre o uso do território no âmbito etnomapa.
Oficinas com Grupos Focais	Método próprio para identificar o histórico de conflitos segundo diferentes perspectivas. As oficinas com os grupos focais devem conter um grupo restrito de participantes, mas de composição variada (por gênero, classe de idade, ocupação etc.), possibilitando uma visão ampla sobre determinado tema.	Entrevistas semiestruturadas com os grupos focais de cada aldeia.

3.2 Referencial Metodológico Meio Biótico

No que tange aspectos do meio biótico, o estudo tem como objetivo central fazer o levantamento e caracterização da fauna, da flora, dos mananciais e dos recursos hídricos assim como a identificação da importância e dos usos tradicionais desses elementos para reprodução econômica, social e cultural do modo de vida do povo *Mebêngôkre-Kayapó*. A caracterização dos aspectos bióticos teve maior foco nos recursos e nos usos dos rios, relacionando com os possíveis impactos do empreendimento, por meio do diagnóstico da ictiofauna.

Para a caracterização ambiental da TI Baú, primeiramente, será realizado o levantamento de dados secundários sobre os diversos recursos naturais da região, tais como hidrografia, dados sobre fauna terrestre e aquática (principalmente relacionados a ictiofauna) e



flora, objetivando compor uma lista de espécies, que serviram de pano de fundo para o desenvolvimento das atividades em campo.

Posteriormente foi conduzido o trabalho de campo para avaliação ambiental e sociocultural dos diferentes ambientes aquáticos e terrestres com aplicação de metodologias que buscaram articular os conhecimentos da Antropologia, da Etnobiologia, Etnoecologia e disciplinas correlatas, que baseiam suas explicações nas descrições dos ambientes culturais específicos a fim de refletir sobre os múltiplos significados atribuídos aos ambientes correlacionados com os indivíduos que os habitam, bem como as práticas de uso e manejo dos recursos naturais aquáticos e terrestres.

As informações de campo foram obtidas por meio de metodologias participativas (POSEY, 1986; ALBUQUERQUE et al., 2010), pensadas de maneira a envolver ativamente os indígenas na pesquisa e conhecer aspectos da interação entre a comunidade e o ambiente em que vivem, e traçar o contexto Etnoambiental estudado.

Para o início do trabalho optou-se pela “metodologia geradora de dados” (POSEY, 1987), que se baseia em perguntas abertas, que foram direcionadas principalmente para lideranças e membros da comunidade mais antigos, com o objetivo de levantar informações sobre os usos dos recursos naturais e atividades produtivas, visando obter o máximo de informações e categorias locais, para melhor compreensão da realidade atual e histórica na comunidade. As entrevistas livres permitem ao entrevistado discorrer livremente sobre o assunto tratado e poderá ser aplicada sempre que houver formação espontânea de grupo para tratativas de assuntos pertinentes a pesquisa, ou outros (CHAMBERS & GUIJT, 1995).

Após as entrevistas livres, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, baseadas em roteiro de entrevista semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, para os informantes-chave que contemplou especialistas nos diferentes temas da pesquisa, buscando sempre que possível e diversidade local, com participação de homens e mulheres de diferentes idades. Os roteiros de entrevistas foram estruturados com informações sobre os usos etnobiológicos e etnoecológicos dos recursos naturais e seus usos locais. Para os usos dos recursos florísticos (alimentar, artesanal, madeireiro, medicinal e ritual), as espécies foram apresentadas em suas fisionomias vegetais vivas *in loco* por método de caminhada nas áreas de usos tais como pomares, roças, mata, canteiros medicinais (**Figura 31, Figura 32, Figura 33, Figura 34**).

Para os recursos da fauna, os questionamentos aplicados, visaram levantar dados acerca das diferentes formas de relacionamento e atual utilização dos recursos faunísticos (caça,



xerimbabo, ritual, crenças) pela comunidade, sendo também coletadas informações sobre as características/condições locais para a interpretação da possibilidade de ocorrência de táxons diversos da fauna. Essas entrevistas foram registradas em caderno de campo e em registros áudio e fotográficos.



FIGURA 31 ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS INDÍGENAS NA CASA DO GUERREIRO, ALDEIA KAMMDI, EM 05/10/23).



FIGURA 32 ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS INDÍGENAS NA CASA DO GUERREIRO, ALDEIA RONKO, EM 11/10/23).

Para a caracterização da pesca e demais relações das comunidades indígenas à ictiofauna local, o roteiro de entrevistas foi estruturado com perguntas específicas relacionadas aos peixes com a finalidade de caracterizar sua importância de acordo com a diversidade de uso das etnoespécies de peixes nas áreas indígenas (alimentar, enquanto iscas nas pescarias, alvo de restrições alimentares e regras sociais, a serem comercializados ou utilizados para artesanatos entre outros fins) e as características Etnoecológicas (habitat, relações tróficas, comportamento, etc.). Adicionalmente, com o objetivo de observar as áreas de uso dos recursos pesqueiros, locais e os registros do conhecimento Etnoecológico (cotidiano nas pescarias, peixes, utensílios e técnicas de pesca, categorias ecológicas e a percepção local) os especialistas indígenas foram acompanhados e, sempre que possível, fotografados em suas atividades, mediante autorização prévia e condições descritas anteriormente.

Os resultados das entrevistas e observações das práticas foram organizados em quadros teóricos e planilhas, previamente elaboradas, e analisados através da interpretação do discurso dos entrevistados, que em seguida, comparados a dados científicos correspondentes, de forma a verificar a correlação das informações obtidas, por meio da triangulação metodológica (DENZIN, 2017).



Outro resultado do estudo é a identificação dos usos atuais e os potenciais usos futuros dos recursos ambientais pelos indígenas (solo, mananciais, recursos hídricos, cobertura vegetal, recursos faunísticos etc.) para identificar e avaliar os possíveis impactos ambientais do empreendimento aos meios físico e biótico. Para esse aspecto foram utilizadas técnicas complementares à metodologia das entrevistas, como caminhadas transversais, acompanhadas por moradores das aldeias, o que permitiu visualizar e georreferenciar os locais de importância sociocultural e ambiental.



FIGURA 33 REALIZAÇÃO DE TRILHAS GUIADAS, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.



FIGURA 34 REALIZAÇÃO DE TRILHAS GUIADAS, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/23.

A metodologia priorizada para essa etapa foi a produção de mapas cognitivos, a partir da metodologia de Etnomapeamento (FARIA & FERREIRA-NETO 2006; FUTEMMA & SEIXAS, 2008), que consiste em pedir que alguns membros da comunidade representem graficamente, em papel pardo e ou cartolina, mapas mentais, desenhos em que representem a utilização, os limites e os recursos da terra indígena e áreas observadas nos espaços que atuam. O mapa cognitivo também trouxe a representação dos recursos naturais que os envolvam na tentativa de estruturar um modelo cognitivo de distribuição espacial das áreas de uso dos bens naturais, especialmente os recursos oriundos da fauna e flora existentes no entorno das áreas indígenas, assim como das localidades que são suas referências de pesca, de caça, de coleta e de cultivo de roça.

Após a construção do mapa cognitivo, os pontos identificados foram mapeados em campo, por meio do uso da ferramenta *AlpineQuest Explorer*, junto com lideranças indígenas e/ou informantes-chave, especialistas no aspecto que será observado.

A seguir, a **Tabela 06**, apresenta a síntese do referencial metodológico.



TABELA 6 SÍNTESE DO REFERENCIAL METODOLÓGICO – MEIOS FÍSICO E BIÓTICO.

Métodos	Descrição	Esforço
Metodologia geradora de dados – entrevistas abertas.	Realização de entrevistas abertas, visando apreender categorias locais de caracterização dos recursos naturais (fauna e flora) e do meio físico.	Serão realizadas entrevistas livres para mapeamento com duração de, no máximo, 10 minutos. Tamanho da amostra não definido.
Aplicação do método <i>snow ball</i>	Cada especialista indígena entrevistado indica novos informantes possíveis até que os mesmos indígenas já entrevistados comecem a ser citados. Neste ponto considera-se a obtenção de uma rede coextensiva. Consiste na aplicação de questionários	Repetição de entrevistas abertas até obtenção da rede. Duração máxima 10 minutos em cada entrevista.
Entrevistas semiestruturadas	para o levantamento de dados padronizados visando o levantamento de informações para caracterização dos usos etnobiológicos e etnoecológicos dos recursos naturais e do meio físico. Consiste na realização de incursões na	Serão aplicados questionários nas aldeias envolvidas da TI Baú. Tamanho da amostra não definido, dois questionários aplicação de informantes, obtidas pelos métodos Gerador de dados e <i>Snow Ball</i> .
Caminhada guiada	visando o levantamento das espécies de flora e de fauna existentes no entorno da TI, assim como áreas utilizadas pelos mais diversos usos, como áreas de coleta de produtos da flora, caça. Também serão realizadas caminhadas dentro e no entorno da TI para registrar e caracterizar o meio físico	Caminhadas sem duração padronizada, dependendo da disponibilidade dos indígenas.
Produção de mapa cognitivo	Consiste na elaboração de mapas e desenhos, em papel pardo, para delimitar áreas de uso e recursos utilizados, na TI Baú especialmente fauna e flora, bem como caracterizar o meio físico	Realização de 1 oficina participativa com o método Alpine Quest Explorer.

3.3 Referencial Metodológico Meio Físico

Os produtos esperados para o meio físico são a caracterização e localização geográfica do empreendimento Coringa em relação à Terra Indígena Baú e representações cartográficas de aspectos dos meios antrópico, biótico e físico.

As metodologias utilizadas foram a análise de dados secundário, documental (PIMENTEL, 2001) e análise cartográfica (especialização e espacialização com análise multicritério) complementadas com informações de dados primários obtidos pelos especialistas do meio antrópico e biótico.

A caracterização e referencial geográfico do empreendimento em relação à Terra Indígena será composta por um mapa locacional do empreendimento, com informações cartográficas e descritivas das aldeias.



Os produtos esperados para representações cartográficas dos aspectos do meio antrópico, biótico e físico são o mapeamento dos locais de moradia, de usos e de especial significado para os indígenas que habitam as aldeias da TI Baú; o mapeamento das áreas degradadas e de preservação permanente na terra indígena e seu entorno imediato.

3.4 Referencial Metodológico Hidrologia

A abordagem para o estudo do ambiente físico, com foco na hidrologia e qualidade da água, será inicialmente baseada na análise remota de informações relacionadas às principais redes hidrográficas afetadas (ou potencialmente afetadas) na região do empreendimento e nas proximidades da TI Baú. Em seguida, serão conduzidas atividades de campo, durante as quais amostras de água serão coletadas e posteriormente submetidas a análises laboratoriais. Os resultados dessas análises serão comparados com dados disponíveis na literatura técnica.

O tratamento remoto de informações coletará e caracterizará as principais variáveis que afetam os recursos hídricos superficiais da região. Para isso, serão utilizadas técnicas de drenagem numérica para delimitação de áreas de drenagem com base em imagens de satélite, bem como estimação das principais variáveis hidrológicas pertinentes à região; como vazões específicas, vazões máximas, vazões mínimas, além da caracterização do regime pluviométrico nos entornos da TI Baú.

Para tanto serão buscadas imagens recentes de satélite que permitam a delimitação e caracterização fisiográfica da área em estudo. Além disso, serão realizadas buscas por estações fluviométricas e pluviométricas com dados públicos disponíveis na base de dados nacional da ANA ou INMET para a caracterização hidrológica da região.

Durante a etapa do trabalho de campo, serão realizadas avaliações dos principais rios da TI Baú, e tributários ou córregos utilizados pelos indígenas. Será utilizada uma sonda portátil com o objetivo de aferir as principais variáveis associadas à qualidade da água da região; serão coletadas informações sobre oxigênio dissolvido, temperatura, condutividade, turbidez, pH e sólidos dissolvidos totais, além disso serão coletadas amostras de água que serão posteriormente encaminhadas a um laboratório para a quantificação da demanda bioquímica de oxigênio (DBO) bem como análise da presença dos principais metais pesados associados à extração de ouro (mercúrio, chumbo, arsênio, cádmio, entre outros).



As amostras de água serão manuseadas com o devido zelo, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras (ANA, 2011). Este guia abrange os procedimentos recomendados para a coleta, preservação e transporte de amostras de água no contexto de estudos ambientais relacionados à qualidade da água.

3.5 Período da realização do trabalho de campo complementar

A **Tabela 07**, abaixo, sintetiza as atividades desenvolvidas junto aos Mebêngôkre-Kayapó e as datas de realização de cada uma delas.

TABELA 7 ATIVIDADES REALIZADAS JUNTO AOS MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ E AS DATAS DE REALIZAÇÕES.

Período	Atividades realizadas
03/10/2023	Visita da equipe técnica a Mina Palito – visualização do processo completo de exploração e beneficiamento do minério.
04/10/2023	Visita da equipe técnica a planta do Projeto Coringa – visita interna a mina, a toda parte externa onde serão depositados os rejeitos secos e a separação do minério, reunião com o Engenheiro de Minas e Geólogo responsável pelo projeto para compreensão de todo o processo de operação; acompanhamento de uma explosão para verificar o nível do ruído.
05/10/2023	Reunião com as lideranças da Associação Indígena Mantinó Ida para a aldeia <i>Kamau</i> – TI Baú. Reunião de apresentação do estudo na aldeia e início das coletas de campo.
06/10/2023	Aldeia <i>Kamau</i> – continuação da coleta de campo.
07/10/2023	Saída da aldeia <i>Kamau</i> para a aldeia Ronko – havia uma tora de madeira no caminho, não foi possível chegar na aldeia, deslocamento para a cidade de Novo Progresso/PA. Aldeia <i>Roitikore</i> (aldeia nova) que não foi contemplada no estudo,
08/10/2023	mas a equipe técnica decidiu visitar para retirar o ponto e a caracterização, e breve explanação sobre o processo de licenciamento ambiental que envolve o estudo. Aldeia <i>Ratxopreti</i> – reunião de apresentação e coleta breve dos dados de campo. O cacique não estava na aldeia, desta forma, os dados coletados envolveram o uso do território e breve caracterização da aldeia (parentesco, economia, educação e saúde, meio físico e biótico).
09/10/2023	Aldeia <i>Krambarj</i> – reunião de apresentação e coleta de dados de campo.
10/10/2023	Aldeia <i>Ronkogajot</i> - reunião de apresentação e coleta de dados de campo.
11/10/2023	Aldeia Ronko - reunião de apresentação e coleta de dados de campo.



12/10/2023	Reunião na sede da Associação Mantinó. Coleta dos dados da aldeia <i>Ratxopreti</i> com o cacique que estava em Novo Progresso/PA.
13/10/2023	Aldeia Baú - reunião de apresentação com os indígenas da comunidade e início da coleta de dados
14/10/2023	Aldeia Baú – continuação da coleta de dados de campo. Devido à baixa do rio, não foi possível se deslocar para a aldeia Kamure, entretanto, o cacique da aldeia estava na aldeia Baú e os dados gerais da aldeia foram coletados em diálogo com ele.
12/03/2024	Realização da apresentação final do Estudo para construção participativa junto às lideranças vinculadas a Associação Indígena Mantinó e aceite do estudo.

A seguir, serão apresentadas as evidências de campo durante o período citado acima.





FIGURA 35 VISITA DA EQUIPE TÉCNICA A MINA PALITO, EM 03/10/2023.



FIGURA 36 VISITA DA EQUIPE TÉCNICA NO INTERIOR P C ENGENHEIRO DA FZT E GRUPO JUNTO COM A S EIS PARA CONHECIMENTO TÉCNICO DA OPERAÇÃO, EM 04/10/2023.



FIGURA 37 REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA NA ALDEIA KAMAU, EM 05/10/2023.



FIGURA 38 DESLOCAMENTO INTERROMPIDO À ALDEIA RONKO DEVIDO A UMA ÁRVORE CAÍDA NO CAMINHO DE ACESSO, EM 07/10/2023.



FIGURA 39 BREVE VISITA TÉCNICA NA ALDEIA ROITOKORE, EM 08/10/2023.



FIGURA 40 REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO NA ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.





FIGURA 41 APÓS APRESENTAÇÃO, COLETA DE DADOS NA ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/2023.



FIGURA 42 APÓS APRESENTAÇÃO COLETA DE DADOS NA ALDEIA RONKOJAGOTO, EM 10/10/2023.



FIGURA 43 APÓS APRESENTAÇÃO, COLETA DE DADOS NA ALDEIA RONKO EM 11/10/2023.



FIGURA 44 REUNIÃO NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA MANTINÓ, EM OVO ROGRESSO PARA DETALHAMENTO DA ALDEIA ATXOPRETI COM O CACIQUE PUDJA EM 12/10/2023.





FIGURA 45 REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO NA ALDEIA BAÚ, EM 13/10/2023.



FIGURA 46 COLETA DE DADOS COM O CACIQUE ANHÊ, DA ALDEIA KAMURE REALIZADA NA ALDEIA BAÚ, EM 14/10/2023.



FIGURA 47 APRESENTAÇÃO FINAL DO ECI, CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES E ACEITE DO ESTUDO, ALDEIA KAMAU, EM 12/03/24.



FIGURA 48 APRESENTAÇÃO FINAL DO ECI, CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES E ACEITE DO ESTUDO, ALDEIA KAMAU, EM 12/03/24.





FIGURA 49 APRESENTAÇÃO FINAL DO ECI, CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES E ACEITE DO ESTUDO INDÍGENA MANTINÓ ALDEIA KAMAU, EM 12/03/24.



FIGURA 50 ACEITE DO ESTUDO PELA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA MANTINÓ ALDEIA KAMAU, EM 12/03/24.

4. PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS

Definem-se para a elaboração do Estudo do Componente Indígena os instrumentos jurídicos que embasam a proteção dos direitos indígenas quando ocorre implantação de empreendimentos potencialmente causadores de impactos a esses povos, territórios e recursos naturais ali existentes, conforme estabelece a legislação, a saber:

- A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008);
- A Constituição Federal (1988);
- Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais (Convenção nº. 169) da Organização Internacional do Trabalho;
- Decreto nº 6040 de 07/02/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Convenção de Diversidade Biológica, Decretos nº 4.946/2003, nº 3.945/2001 e a Medida Provisória nº. 2.186-16/2001;

Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde, que estabelece procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e pela Resolução CONAMA 396, de 03 de abril de 2008; e,

- A Portaria Interministerial nº 60/2015, que estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em



processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Instrução Normativa (IN) nº 02/Funai, de 30/03/2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Funai, quando instada a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal, em razão da existência de impactos socioambientais e culturais aos povos e terras indígenas decorrentes da atividade ou empreendimento objeto do licenciamento.

Lei nº 6.938/81, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. A PNMA tem por objetivo: “[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (Art. 2º). O licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores ou causadores de degradação ambiental foi definido como um dos instrumentos da lei;

Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989, regulamenta o artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938/81. Define que empreendimentos que se destinam à exploração de recursos minerais deverão, quando da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório do Impacto Ambiental – RIMA, submeter à aprovação do órgão ambiental competente, plano de recuperação de área degradada;

Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989, regulamenta o artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938/81. Define que empreendimentos que se destinam à exploração de recursos minerais deverão, quando da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório do Impacto Ambiental – RIMA, submeter à aprovação do órgão ambiental competente, plano de recuperação de área degradada;

Resolução CONAMA nº 01/86, que dispõe sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Prevê como item mínimo obrigatório, o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, considerando, o meio socioeconômico a partir do “uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais das comunidades, as relações de dependência entre as sociedades locais, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos”;



- Resolução CONAMA nº 06/87, que dispõe sobre regras gerais para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente aquelas de interesse nacional relevante;
- Resolução CONAMA nº 237/97, que regulamenta o procedimento de Licenciamento Ambiental, que considera Estudos Ambientais “[...] todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco” (Resolução CONAMA 237/97, artigo 1º, alínea III);
- Resolução CONAMA nº 010/1990, que regulamenta normas de licenciamento de atividades de mineração;
- Política Estadual de Meio Ambiente do Estado do Pará – Lei nº 5.887/95, que em seu Art. 93, parágrafo único, preconiza que o licenciamento deve levar em consideração as peculiaridades da região, quando determina estudos que comprovem as influências socioeconômicas nas comunidades locais dos empreendimentos a serem licenciados, avaliação das consequências diretas e indiretas sobre outras atividades praticadas na região;
- Convenção de Diversidade Biológica no que tange a questão do acesso ao conhecimento tradicional e à proteção da biodiversidade.
- Outras legislações ainda poderão ser adequadas de acordo com o estudo e incluídas até a elaboração do relatório final.

5. DADOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ

5.1 A DEFINIÇÃO DO NOME MEBENGÔKRE

Ao longo do tempo, diversos nomes foram utilizados para se referir ao grupo indígena hoje conhecido como Kayapó. No início do século XVIII, quando eles viviam no norte do atual Estado de Tocantins, na área triangular delimitada pela confluência dos rios Araguaia e Tocantins, eles se chamaram de *Ngôkrejé* (“aqueles do buraco d’agua”) mas eram conhecidos pelo nome de *Nhyrykwayé* (“aqueles do seu lar”). No início do século XIX, esses indígenas se deslocaram. Atravessaram o Rio Araguaia e se instalaram na área do afluente, o Rio Pau d’Arco.



Em meados daquele século, eles foram avistados por exploradores brasileiros que lhes denominaram de *Gradáu* (Gradahu). A Serra dos *Gradáus* foi nomeada como tal porque era parte, naquela época, do habitat dos Kayapó. Pouco depois, surgiu o nome Kayapó. Esse nome foi dado a eles pelos pioneiros brasileiros que viram muita semelhança entre estes indígenas e outros que já conheciam por esse nome, sendo os Kayapó que habitavam as áreas mais ao sul, na fronteira com os estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás e que hoje são referidos com o termo Kayapó do Sul — isso a fim de distinguir entres esses índios e aqueles que são objeto deste estudo, os chamados Kayapó do Norte ou, simplesmente, Kayapó.

O termo Kayapó (às vezes também escrito "Kaiapó" ou "Cayapó") não é uma autodesignação, mas um termo usado por outros indígenas vizinhos para se referir aos Kayapó do Sul. Os Kayapó sabem que são assim chamados pelos outros, mas se autodenominam *Mebêngôkre*, “o povo do buraco d'água”. Durante décadas o nome Kayapó foi usado para se referir a esses indígenas, mas nos últimos anos eles quiseram que sua autodesignação *Mebêngôkre* ou *Mebêngôkre-Kayapó* fossem usadas — que é o que fazemos no presente estudo.

No decorrer dos últimos três séculos, o grande grupo *Mebêngôkre* passou por um processo de cisões. Assim, inicialmente surgiram os grupos chamados Xikrin, Gorotire e *Ira'amranh*. O último grupo foi vítima de doenças ocidentais e foi extinto por volta de 1945. Na primeira metade do século XX, os Xikrin e, sobretudo, os *Gorotire* passaram, por sua vez, pelo processo de fragmentação. No caso dos *Gorotire*, que mais nos interessam aqui, surgiram assim, em ordem cronológica, os subgrupos chamados de *Mekrãgnoti*, *Kararaô*, *Djudjetukti* (chamados *Gorotire*), *Menokanê*, *Kubenkranken* e *Kokraimoro*. São os *Mekrãgnoti* e os *Menokanê* que atravessaram o Rio Xingu para se instalar na ampla área entre os Rio Jarina e Jamanxim. Hoje, vivem espalhados por várias Terras Indígenas, com a maioria concentrada nas Terras Indígenas Baú e *Menkrãgnoti*. Neste estudo, focamos principalmente nos grupos que habitam Terra Indígena Baú, mas devido aos fortes laços intergrupais é impossível fazer isto sem paralelamente tratar os grupos ocupando a Terra Indígena *Menkrãgnoti*.

5.2 MOBILIDADE, TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A vida dos *Mebêngôkre* no século XX era caracterizada por muita mobilidade. De fato, o modo de vida “semi-sedentário” praticado pelos *Mebêngôkre-Kayapó* que viviam concentrados



nas grandes aldeias, consistia essencialmente em duas formas de nomadismo. Primeiro, existia o sistema de migrações “lineares”, chamados de *mey* (“o povo caminhando”). Havia várias formas de migrações lineares. A mais notável era aquela durante a qual a população inteira da aldeia mudou de uma aldeia-base para outra. Essas mudanças se fizeram regularmente e as aldeias-base geralmente não ficavam longe uma das outras. Desta forma, a população acabou ocupando a primeira aldeia novamente depois de uns seis a dez anos. A vantagem deste movimento rotativo constante era que os *Mebêngôkre-Kayapó* regularmente voltaram para aldeias antigas, onde a flora e a fauna conseguiram se recuperar e, mais importante ainda, onde as roças que haviam sido plantadas durante a ocupação anterior, ainda eram parcialmente produtivas. Com certeza, novas roças tiveram que ser plantados, mas a disponibilidade de roças antigas ainda parcialmente produtivas foi de grande importância para a sobrevivência e manutenção dos grupos relativamente grandes.

Além desse movimento rotativo, frações da população podiam, ocasionalmente, se separar do grupo principal para, durante algumas semanas ou meses, ir num local definido para coletar frutas silvestres ou algum material específico, como óleo ou folhas de palmeira. Caminhadas semelhantes também podiam ser realizadas na estação seca para áreas onde o peixe e a carne eram mais abundantes, ou por grupos familiares que se dirigiram a uma determinada área para plantar novas roças ou manter as existentes. Durante essas migrações lineares, especialmente as de longa duração, os grupos ou as famílias que se separaram temporariamente, estabeleceram aldeias ou acampamentos satélites onde permaneceram por determinado tempo para desfrutar da abundante caça e pesca.

As coisas eram diferentes durante as expedições de guerra, que eram organizadas na base das sociedades masculinas (no caso dos homens casados), ou nas categorias de idade (no caso dos guerreiros solteiros) — maiores detalhes serão apresentados no **item 6.8**. Assim, as expedições de guerra dos *Mebêngôkre-Kayapó* eram geralmente assuntos exclusivamente masculinos e se distinguiram sobretudo pelas distâncias percorridas e pela duração desses empreendimentos. Pesquisas recentes mostram que os guerreiros *Mebêngôkre-Kayapó* regularmente se separavam do grupo principal e vagavam por vários meses, às vezes até vários anos, em áreas localizadas a quinhentos ou mais quilômetros distantes, em linha reta, de sua aldeia. Assim, os *Mebêngôkre-Kayapó* se familiarizaram gradualmente com imensas áreas, explorando novas regiões e familiarizando-se com as características dessas áreas. As informações assim coletadas podiam provar essenciais, especialmente quando, após uma disputa interna na comunidade, uma facção era forçada a se separar e a instalar-se em outra



área, suficientemente longe do local de residência original, na esperança de não ser atacada pelos guerreiros do grupo do qual se separaram.

O caso do grupo *Menokanê* (**veja item 6.1**), que hoje constituem a população base da Terra Indígena Baú, ilustra bem a importância das migrações lineares em vista possíveis situações futuras. O grupo *Menokanê* representava uma das seis grandes sociedades masculinas na grande aldeia ocupada pelos *Krinkati*. Desde o final da década de 1920, os *Menokanê* se deslocaram quase anualmente para a região dos rios Curuá e Jamanxim, uma área onde permaneciam às vezes por meses seguidos e que eles apreciaram muito por ser muito farto em caça e, sobretudo, em peixe. Ao longo dos anos, eles se familiarizaram muito com essa área. Quando, no final de 1936, após uma disputa interna, os *Menokanê* se separaram da grande aldeia *Krinkati*, eles se juntaram aos *Mekrãgnoti* que moravam ao sudeste da grande aldeia *Krinkati*. Porém, essa união não durou muito: quando, uns dez anos depois, os *Menokanê* se separaram dos *Mekrãgnoti*, eles avançaram resolutamente para a região dos Rios Curuá e Jamanxim, com a qual eles estavam tão familiarizados e que, além disso, se situava a uns quatrocentos quilômetros da aldeia base dos *Mekrãgnoti*, longe o suficiente para minimizar possíveis confrontos indesejados com guerreiros *Mekrãgnoti*.

Ora, o grupo *Menokanê* original não contava com mais de 200 indígenas, número relativamente pequeno para um grupo *Mebêngôkre-Kayapó*, pois os grandes grupos-base (*Gorotire*, *Kubenkranken* e *Mekrãgnoti*) tinham uma população de 600 a 800 pessoas. Devido ao agrupamento mais pequeno, não havia necessidade para os *Menokanê* de manter um sistema rotativo de aldeias-base: teoricamente, toda a população podia viver numa só aldeia-base. No entanto, no período 1948-1958 (ou seja, o período após a separação dos *Mekrãgnoti* até à dita “pacificação” pelos agentes do SPI), os *Menokanê* raramente residiam em aldeias propriamente ditas, e levavam uma existência *seminômade*, geralmente se movimentando e construindo acampamentos temporários. Isso em nada facilitou a vida dos *Menokanê*, mas era necessário, pois o coração do seu território era palco de intensa exploração da borracha (**veja item 6.1**). Como resultado, os *Menokanê* procederam seguindo a tática de atropelar e fugir, vivendo em constante estado de alerta, o que os forçava a frequentemente movimentar-se para evitar conflitos.

Todas as comunidades *Mebêngôkre-Kayapó*, grandes e menores, aplicaram o sistema de migrações “lineares.” Essas se distinguiram das migrações “circulares” (*õntomõr*, “dormir várias noites”), que são inerentemente parte das grandes cerimônias. Durante fases determinadas de tais cerimônias, a população inteira (ou às vezes, apenas uma parte dela) deixou a aldeia para



percorrer, durante um determinado período, uma região pré-escolhida a fim de coletar grandes quantias de carne (ou peixe) para poder alimentar todos os cantores, dançarinos e outros atores durante uma fase principal da cerimônia. Estas grandes caçadas coletivas são chamadas migrações “circulares” porque as pessoas saem da aldeia, indo em determinada direção, fazendo um movimento circular no mato, e na volta, entrando na aldeia pelo ponto de origem. Durante essas migrações circulares, o objetivo era geralmente de coletar centenas de jabutis. Mas em certas circunstâncias, uma alternativa poderia ser escolhida. Isso acontecia, por exemplo, no final da estação seca, quando o nível da água está mais baixo, o que permitiu organizar uma grande pescaria com cipós timbó; ou quando naquele momento se localizava uma banda de queixadas, e os caçadores então rapidamente decidiram correr atrás desses animais a fim de matar o maior número possível deles.

Combinando essas duas formas de migração com a rotação entre várias aldeias importantes, os *Mebêngôkre-Kayapó* desenvolveram um sistema econômico no qual produtos agrícolas estavam sempre disponíveis, e que as oportunidades de caça eram amplas. Além disso, esse sistema permitiu que os Kayapó continuassem a viver em grandes aldeias, apesar de viverem em áreas consideradas ecologicamente menos adequadas para isso — isto é, ao longo das cabeceiras de afluentes e igarapés. A análise detalhada da história dos *Mekrãgnoti* e dos *Menokanê* mostra que, no período entre 1930 e 1955, esses indígenas se deslocavam em média uma vez por ano, o que permite definir os *Mekrãgnoti* (e os demais Kayapó) como um povo seminômade.

Hoje em dia, a situação se apresenta diferente. As migrações circulares, ligadas às cerimônias, ainda são realizadas, seja de forma modificada, porque as pessoas costumam primeiro navegar em barcos para cima ou para baixo no rio ao longo do qual a aldeia está localizada, e depois se deslocar para a floresta a partir de um determinado ponto de desembarque. A volta à aldeia também é organizada de barco. Outra adaptação recente é que a duração dessas migrações tende a ser mais curta porque, onde antes duravam entre duas ou cinco semanas, agora costumam durar uma ou duas semanas. Em média, agora são realizadas uma ou duas dessas migrações por ano. É o mesmo que nos períodos pré-contato (i.e., antes dos meados da década de 1950), mas diferente dos anos 1970-2000, período particular que corresponde à fase de recuperação após o período de despovoamento e instabilidade sociocultural desencadeada pelo impacto mortal do processo de “pacificação”. Naquela fase de recuperação, foram realizadas anualmente cerca de três ou quatro cerimônias principais, cada uma acompanhada por uma migração circular. A situação excepcional no fim do século XX se



compreende pelo fato que é necessária pelo menos uma geração para uma comunidade indígena superar o choque da dita “pacificação” — um evento extremamente drástico, que é acompanhado de um declínio demográfico catastrófico: só depois disso, a comunidade pode iniciar o processo de recuperação demográfica e de revitalização cultural. Ora, apesar das alterações recentes no sistema de migrações circulares, o resultado é mantido devido à apropriação de tecnologias novas como barcos (com ou sem motores), lanternas, lonas de plástico, tendas, linhas de nylon, espingardas... Esses novos elementos facilitam os deslocamentos e, ao mesmo tempo aumentam a efetividade na caça e/ou pesca.

Outra novidade é que as aldeias atuais são fixadas. A estrutura da aldeia própria, e a infraestrutura do posto com farmácia, escola, pista de pouso e demais, que foram construídos na adjacência anexo, não permitem de facilmente mudar uma aldeia de localidade. Assim, o sistema adaptativo tradicional de rotação entre várias aldeias-base, não existe mais. As migrações lineares dos guerreiros sofreram alterações, no sentido que os guerreiros não partem mais a pé para confrontar seus inimigos, mas hoje viajam por canoa, barco, carro, ônibus ou avião para confrontar o adversário. No caso, trata-se ou de expedições para localizar e confrontar eventuais invasores na Terra Indígena, ou de viagens a locais determinadas para defender os direitos das comunidades — que seja em capitais, para participar de protestos ao qual participam representantes de vários povos indígenas; ou para participar a reuniões com políticos; ou até em outros países para divulgar os problemas das comunidades e buscar apoio internacional.

As demais formas de migrações lineares ainda são praticadas, que seja de forma menos frequente. Assim, ainda há famílias que podem se separar por alguns dias para ir em certo local distante da aldeia onde mantém umas roças; ainda ocasionalmente se organizam expedições organizadas pelos homens para ir buscar matérias-primas em locais específicos; e demais.

Migrações representam momentos importantes da organização social *Mebêngôkre-Kayapó*, pois são as ocasiões nas quais se reforçam os laços de solidariedade, e a liderança política ou ritual é reforçada. Na sociedade *Mebêngôkre-Kayapó*, há uma distinção entre a liderança política e a liderança ritual. A primeira é de longo prazo e necessita um longo treinamento, a segunda é temporária e acompanha a função desempenhada durante uma determinada cerimônia. Mas a influência de um líder ritual não deve ser subestimada, pois, durante as grandes cerimônias de nomeação, são os patrocinadores masculinos (i.e., os pais das crianças honradas) que assumem temporariamente essa posição; assim, são eles que decidem a condução das sucessivas fases da cerimônia, e também quem irá realizar qual tarefa



comunitária e quando. A importância desta posição é ilustrada em várias ocasiões da história dos *Menokanê* e *Mekrãgnoti*, onde cerimônias foram às vezes adiadas até o encerramento da cerimônia em andamento. A importância da função de líder ritual reflete a relevância das grandes cerimônias para a sociedade *Mebêngôkre-Kayapó*.

5.3 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ

No início do século XX, os povos de língua Jê que ocupam o Brasil central, representaram uma anomalia intrigante na cena etnográfica sul-americana. Considerando a aparente simplicidade de sua cultura material (veja o **item 6.9**), uma economia onde a agricultura representa apenas uma atividade marginal (**Item 6.5**), e o fato deles perambular partes de cada ano, vivendo quase como nômades, caçadores e coletores, estas sociedades foram classificadas como “marginais”. Foi o famoso etnólogo alemão Curt Nimuendajú quem, através de suas publicações em 1939-1946, corrigiu esse equívoco demonstrando a presença de sistemas sociais altamente complexos entre esses povos. Ele chamou a atenção para a estrutura social e vida cerimonial que era mais complexa do que as da maioria dos povos que habitam a floresta amazônica. De fato, os trabalhos de Nimuendajú e pesquisas de campo mais recentes de antropólogos, evidenciam uma estrutura social extremamente complexa, com categorias de idade, sociedades masculinas e femininas, várias formas de metades, casas dos homens, numerosos chefes, cerimônias de grande diversidade, etc. Trata-se, portanto, de sociedades complexas em vez de marginais.

Uma aldeia *Mebêngôkre-Kayapó* tradicional consiste em um anel de casas residenciais com, no meio, a casa dos homens, conforme demonstrado na **figura 51** e **figura 52**, a seguir.





FIGURA 51 VISTA AÉREA DA ALDEIA BAÚ. FOTO: ~~PIETRE RÄGNÖTI~~, ACERVO NSTITUTO ~~2013~~.



FIGURA 52 RENOVAÇÃO DO TELHADO DA CASA DO GUERREIRO, ALDEIA KAMAU, ~~NOVEMBRO DE 2013~~ (VERSÃO PRIMÁRIA DO ESTUDO PELA EQUIPE ANTERIOR).

O círculo das casas é associado às atividades domésticas, ao desenvolvimento físico do indivíduo e à sua integração nos grupos de parentesco. Os *Mebêngôkre-Kayapó* são monogâmicos. O seu padrão de residência é matrilocal, o que significa que um casal fixa residência com a família da esposa. Ademais, as casas residenciais formam segmentos, aqui chamados de Casas, que cada um tem seu patrimônio que consiste em privilégios, nomes pessoais e outros elementos (veja o **subitem 5.4**).

O centro da aldeia é composto por duas partes, tradicionalmente definidas, como: a praça, onde acontecem a maioria das atividades públicas, e a casa dos homens. A incorporação de um menino na vida da casa dos homens se dá por meio de laços de amizade que nada têm a ver com os de parentesco. Assim, a sua incorporação nos grupos políticos de homens adultos (as sociedades masculinas) é uma questão fora do parentesco, o que contrasta fortemente com as relações sustentadas na periferia da aldeia. O centro está, então, relacionado com as sociedades masculinas e com atividades tipicamente reservadas aos homens: reuniões,



discursos e a realização de cerimônias e rituais públicos. Na sociedade *Mebêngôkre-Kayapó* não existe um verdadeiro chefe que coordene toda a aldeia. Pelo contrário, cada sociedade masculina tem o seu próprio chefe ou líder, e pode ter mais do que um. Dado que as grandes aldeias podem ter várias sociedades masculinas, o número de chefes nessas aldeias pode ser considerável. Tornar-se chefe é um processo demorado. Um chefe em potencial deve primeiro seguir um longo aprendizado com um chefe mais experiente. Os chefes seniores podem instruir vários jovens, não necessariamente todos sendo os descendentes diretos (filhos, netos ou primos), uma vez que também podem ser eleitas pessoas não relacionadas. Pela enormidade do conhecimento a ser transmitido dessa forma, o treinamento para se tornar chefe leva muitos anos. Os chefes devem ter um conhecimento profundo da cultura *Mebêngôkre-Kayapó*, conhecer bem a mitologia e a história tribal, conhecer remédios específicos e plantas medicinais associadas às atividades bélicas (porque os chefes devem ser capazes de liderar grupos de guerra) e conhecer um repertório específico de canções e recitais. A realização destes últimos constitui uma parte essencial das diferentes cerimônias comunitárias ou das atividades realizadas pelos homens pertencentes a uma determinada sociedade masculina, ou por todos os homens ativos da aldeia.

É importante ressaltar o papel das mulheres em uma sociedade tradicionalmente considerada masculina e o seu lugar na organização social *Mebêngôkre-Kayapó*.

Tradicionalmente, as culturas indígenas organizam suas posições dentro da estrutura social de maneira muito mais definida do que ao modo social não indígena. Nas sociedades Jê, tradicionalmente, as mulheres são porta vozes da manutenção da vida da aldeia; elas são as responsáveis em nutrir e fortalecer as bases da existência familiar alinhado à própria relação com o natural, pois são elas quem acompanham a roça e cuidam das áreas domésticas da aldeia, tratam dos filhos, preparam o alimento, produzem artesanatos, acompanham seus maridos e fortalecem laços interiores nas relações entre famílias. Embora tradicionalmente as sociedades Jê se denominem como sociedades masculinas, as mulheres possuem um papel fundamental no equilíbrio de decisões a serem tomadas, principalmente quando as mulheres são filhas ou esposas de grandes chefes da sociedade Jê, ou adquiriram conhecimento, tais como os homens, ao longo dos anos de aprendizados, para manifestarem sua voz como tomada de decisão ou posicionamento perante todo o grupo. As mulheres das sociedades Jê reconhecem a sua importância na manutenção da vida das aldeias, mas também se reconhecem presentes durante a guerra, apoiando os chefes e fortalecendo a política interna da comunidade, conforme será detalhado no **item 6.8**.



Como os chefes não têm meios formais para forçar os seguidores a obedecê-los ou a agir conforme as suas decisões, eles usam a oratória como principal instrumento de persuasão. Durante a oratória, eles articulam as suas decisões que, por sua vez, refletem o consenso dentro de sua sociedade masculina. Esse consenso é frequentemente alcançado em conjunto com os homens mais experientes dessa sociedade masculina. Através dos discursos, da articulação dos valores morais e dos interesses da sociedade masculina, os chefes exercem a sua influência e o seu prestígio para que as suas sugestões ou ideias sejam aceitas e para evitar que as lutas individuais se transformem em disputas coletivas que possam pôr em perigo a unidade da comunidade. Nem todos os chefes são dotados de talentos excepcionais de eloquência verbal, mas tais deficiências podem ser compensadas pela capacidade de tomada de decisões ou outras qualidades notáveis.

Na sociedade tradicional *Mebêngôkre-Kayapó*, a liderança era vitalícia; os chefes só podiam ser depostos após uma séria reprimenda por parte de outros chefes, e os chefes rejeitados geralmente respondiam abandonando a aldeia, juntamente com os membros da sua sociedade masculina e as suas famílias.

Do ponto de vista político, a maior adaptação recente refere-se à chefia. Os chefes contemporâneos nem sempre são pessoas treinados especificamente para isso, mas sim indivíduos “eleitos” entre os candidatos que a comunidade acredita que podem melhor representar a sua comunidade e defender os seus interesses. Dado que o conhecimento da língua portuguesa desempenha um papel cada vez mais importante neste processo, os candidatos geralmente não pertencem aos idosos da aldeia.

Quanto mais nos afastamos da aldeia, mais a floresta se torna antissocial e, portanto, mais perigosa. Como sempre existe o perigo de o “social” ser apropriado pelo domínio natural, escapando ao controle humano. Portanto, os *Mebêngôkre-Kayapó* se engajam em uma apropriação simbólica do natural, socializando-se por meio de cantos de cura e cerimônias que estabelecem um intercâmbio constante entre o homem e o mundo da natureza. É nesta perspectiva que a parte da floresta onde a população da aldeia caça, pesca e cultiva a terra é socializada pela atribuição de topônimos. Além disso, as modificações humanas no mundo natural são acompanhadas por ações rituais. A abertura de novos roçados, por exemplo, é precedida por uma dança que apresenta muitas semelhanças estruturais com o ritual de guerra. Abrir novos roçados é de fato uma guerra simbólica, contra um inimigo natural e não humano. Além disso, voltando da caça, os homens cantam para os espíritos do animal que mataram; fazem isso para apaziguar os espíritos e para que estes permaneçam na floresta. Os ritos



Mebêngôkre-Kayapó expressam e atualizam valores fundamentais da sociedade, e também refletem a imagem que o grupo tem da sociedade e do universo. Cada rito traduz uma parte desta visão cosmológica e estabelece uma ligação entre a humanidade e a natureza, na qual a relação humano-animal é reforçada acima de tudo. Os rituais *Mebêngôkre-Kayapó* são numerosos e diversos: sua importância e duração variam muito. Podem ser divididas em três categorias principais: as grandes cerimônias de confirmação de nomes pessoais; certos rituais agrícolas, de caça e pesca, bem como aqueles realizados para evitar um desastre, por exemplo, aqueles realizados durante um eclipse solar ou lunar; e ritos de passagem. Estas últimas marcam a passagem de uma pessoa de uma faixa etária para outra, e são geralmente acontecimentos solenes, muito breves e raramente acompanhados de danças ou cantos.

As cerimônias de confirmação de nomes pessoais figuram entre as cerimônias mais elaboradas e são qualificadas pelo termo *mereremex* (“pessoas que se exibem lindamente”). Tais cerimônias compreendem atividades de grupo cujo objetivo é socializar valores “selvagens” ou antissociais. Um tema central destas cerimônias é a atribuição de nomes pessoais, emprestados da natureza. Os xamãs entram em contato com os espíritos naturais e aprendem com eles novas canções e nomes. Estes nomes, juntamente com as canções correspondentes, são assim emprestados do mundo “natural” e são introduzidos na cultura no momento das grandes cerimônias de nomeação. Portanto, a verdadeira natureza da “beleza”, referida pelo termo *Mebêngôkre mereremex*, não está relacionada apenas ao aspecto visual (isto é, à maneira altamente elaborada como as pessoas — e especialmente as crianças que têm seus nomes confirmados e/ou novos nomes concedidos — enfeitam-se nessas ocasiões), mas também se refere à atividade do grupo, ou seja, ao esforço exigido da comunidade na totalidade para “socializar” os nomes de algumas pessoas. Os novos nomes introduzidos, seja durante a cerimônia de nomeação ou simplesmente na privacidade de uma família, passam a fazer parte do patrimônio familiar e podem a partir de então ser transmitidos.

Como resultado do processo de fragmentação contínuo das aldeias *Mebêngôkre-Kayapó*, surgiram recentemente cada vez mais pequenas aldeias. Isto muitas vezes diz respeito a grupos familiares que constroem uma aldeia autônoma. A maioria destas aldeias é tão pequena que não constroem uma casa dos homens e não há homens suficientes para se organizarem em sociedades masculinas. O número limitado de habitantes dessas aldeias significa também que eles próprios não conseguem organizar a maioria das cerimônias de nomeação. Portanto, fazem-no colaborando com outras aldeias semelhantes e/ou coorganizando-as com membros da família que vivem em aldeias maiores. Desta forma, a configuração atual mostra semelhanças



com o sistema tradicional *Mebêngôkre-Kayapó* onde, na época das aldeias realmente grandes (com 2.000 ou mais habitantes), grupos se separaram por determinados períodos e construíram aldeias satélites, mas voltaram a aldeia principal para a celebração das grandes cerimônias. A diferença com a situação de hoje é que essas aldeias satélites temporárias se tornaram aldeias satélites permanentes.

5.4 PARENTESCO E TERRITÓRIO

Raoni (ou melhor, *Ropni*), o famoso chefe *Metuktire Mebêngôkre*, comentou uma vez ao antropólogo americano Terence Turner: “*Mergulhamos em nosso território e nadamos por nossas terras.*” Tal declaração é frequentemente feita pelos idosos *Mebêngôkre*, e serve para ilustrar como eles se espalharam, penetraram, exploraram e ocuparam territórios desconhecidos. Saindo de suas aldeias, espalhadas em grandes territórios, durante suas migrações circulares, lineares, sazonais ou outras, penetraram áreas conhecidas e desconhecidas, construindo acampamentos, coletando frutas silvestres, caçando e pescando, ultrapassando sistematicamente os limites e familiarizando-se com novos territórios.

Para cada comunidade *Mebêngôkre-Kayapó*, a aldeia é o centro da cosmologia e é considerada composta por três áreas principais: o centro da aldeia, o círculo de domicílios residenciais e a zona de transição (*atyk-mã*, a área “preta” / antissocial da aldeia) entre a aldeia propriamente dita e a natureza circundante. Além deste espaço se situa a parte da floresta que os habitantes conhecem bem por percorrê-la frequentemente durante caçadas, migrações lineares, circulares e sazonais e realizando atividades diárias ou rituais. A área chamada *meba nhõ pyka* (“a nossa terra”), se refere a toda a extensão de terra tradicionalmente ocupada por cada grupo *Mebêngôkre*. Essas áreas consistem na parte da aldeia e nos arredores conhecidos, e são enormes. Num sentido mais amplo, os *Mebêngôkre-Kayapó* também reconhecem o que chamam de *Mebêngôkre nhõ pyka* (“a terra dos *Mebêngôkre*”), que é uma enorme área geográfica composta pelos territórios tribais de todas as aldeias *Mebêngôkre-Kayapó* contemporâneas. É, em outros termos, a soma dos *meba nhõ pyka* (“a nossa terra”) de cada um dos grupos *Mebêngôkre*.

Tradicionalmente, a zona além da “nossa terra” era só penetrada para visitar outras comunidades, para imigrar para outro grupo ou outra região, ou em caso de ataques. Nessa vasta área, trilhas estreitas desaparecidas, antigos acampamentos cobertos de floresta, roças antigas dificilmente reconhecíveis e assim por diante, lembram a ocupação histórica dos *Mebêngôkre-Kayapó*. Embora os indígenas estejam familiarizados com os perigos das áreas distantes de suas aldeias, a floresta sempre foi considerada como um domínio antissocial em



que as pessoas podem ser transformadas em animais ou espíritos, podem enlouquecer e matar parentes, ou onde podem viver humanos que parecem com animais. Quanto mais se afasta do centro do universo *Mebêngôkre-Kayapó* — isto é, do centro da aldeia — menos socializado e mais perigoso se torna o ambiente.

O conhecimento territorial dos velhos *Mebêngôkre-Kayapó* era — e ainda é — enorme.

Seja explorada por eles mesmos ou por seus pais, a extensão da área de perambulação *Mebêngôkre-Kayapó* costumava ser gigantesca. A área de perambulação dos *Mekrãgoti*, por exemplo, se estendia de Altamira, ao norte, até Posto Leonardo Villas Boas (no centro do Parque Indígena do Xingu), ao sul; e da ilha do Bananal, a leste, até o rio Tapajós, a oeste. Isso representa uma área enorme de mais de 500.000 km², correspondendo aproximadamente com a superfície do Estado da Bahia ou da Espanha!

Uma noção importante da mobilidade e territorialidade, e que escapa frequentemente à atenção, é a relação entre as pessoas e os locais. Estudos recentes feitos por antropólogos evidenciam o papel de certos lugares na constituição e transmissão de sistemas de conhecimento indígenas. Através da nomeação de locais, uma grande área geográfica é, de certa forma, socializada e familiarizada. Trata-se de um processo dinâmico: novos nomes de locais são constantemente dados, alguns mais antigos esquecidos, mas não há dúvida quanto à importância de tais nomes na rememoração de eventos e sua contribuição para a história tribal e familiar. Portanto, andar no mato ou no cerrado com um idoso *Mebêngôkre-Kayapó* significa uma viagem através do tempo, onde o presente e o passado se tornam realidade e formam uma entidade consistente. De fato, esse tipo de passeio não é apenas uma lição sobre fauna e flora — onde o informante mostra onde certas plantas ou animais podem ser encontrados — mas também na história familiar e tribal. Isso porque o informante instrutivo aponta locais, cita seus nomes e, se solicitado, explica a origem do nome do lugar. Essa prática é contínua, transmitida de geração a geração e praticada até os dias atuais.

Na área comumente percorrida pelos *Mebêngôkre-Kayapó*, a maioria dos locais são nomeados: rios, córregos, áreas de vegetação específica, áreas onde certos frutos são abundantes, montanhas, encostas, áreas de cerrado, acampamentos recentes ou antigos... todos têm nomes. Esses nomes de locais são mantidos vivos na memória tribal, e é óbvio que ao longo do tempo toda a área se torna um mapa cultural em que muitos nomes se referem a eventos, tanto históricos, seja ao nível de todo o grupo ou de uma família específica. Seja durante discursos na casa dos homens, seja ao contar histórias do grupo ou da família no círculo familiar, referências a tais nomes são constantemente feitas, para serem lembradas. Ao ouvir



um discurso na casa dos homens, por exemplo, se um ouvinte não está familiarizado com um evento e não conhece um local mencionado durante o discurso, cabe a ele perguntar ao narrador ou a outros para obter informações sobre o local em questão. É desta maneira que o conhecimento de locais vai comumente muito além da área percorrida pelos informantes. Assim, quando os idosos *Mekrãgnoti* contam histórias sobre o período em que seus antepassados ainda viviam ao longo dos rios Araguaia, Xingu e Fresco — isto é, muito a leste do habitat atual — eles costumam citar nomes de locais que nunca pessoalmente viram.

Praticamente falando, nomear lugares serve para poder se referir a estes locais específicos. É, portanto, elementar para poder se orientar, seja nas caçadas diárias ou nas migrações distantes. Ademais, esses nomes têm um significado mais profundo, a saber, a socialização da área ocupada e do ambiente mais amplo. Este é particularmente o caso quando nomes pessoais são usados no nome de um local. O nome do local então se refere a um evento particular que ocorreu lá, e no qual uma pessoa específica desempenhou um papel crucial. Isso é o caso, por exemplo, no nome *Irekànhõngô*, “a água de *Irekà*”, referindo a um afluente do Rio Jamanxim onde a *Irekà* durante anos viveu sozinho com sua filha.

Há nomes descritivos, como *rojkhô-re* (“área de concentração de palmeiras tucum”) ou *ropdjãmdjà* (“lugar onde a onça-pintada estava”) referindo-se ao lugar onde, numa certa ocasião, um caçador avistou uma onça, mas há também nomes que se referem a eventos pessoais, como o nascimento de uma certa criança; onde alguém perambulou sozinho por um certo tempo; onde alguém cruzou um rio; e assim por diante. É claro que, em tais casos, há uma conexão íntima entre o local e a pessoa mencionada, e, por extensão, a sua família direta — leia-se: seus descendentes. O vínculo entre os membros da família e aquele local é sempre forte: o local faz parte da história familiar. Mas as coisas nem sempre são tão óbvias. Menos evidente, mas igualmente importante em termos emocionais e familiares, é a ligação entre indivíduos e locais específicos que têm sido importantes na vida de membros da família, vivos, (tanto jovens quanto idosos) ou falecidos. Nesta perspectiva, é relevante referir ao *krati jêj djà* (“o lugar da placenta”), referindo ao local onde a placenta de alguém foi enterrada: trata-se de locais sagrados, que estão para sempre ligados tanto à mãe quanto ao filho, e que devem ser deixados intactos. Locais onde um ancião da família nasceu; onde ele, quando jovem, ganhou o direito de usar o estojo peniano pela primeira vez; onde uma cerimônia de nomeação foi concluída em sua homenagem; onde morreram membros da família; e muito mais, podem não ser associados a esse evento através do nome do local — sem que o nome do lugar refere especificamente a este evento — mas essas memórias são mantidas vivas nas famílias. Desta forma, o mapa social é



diferente para cada indivíduo (ou, pelo menos, para cada família nuclear), e é a soma de todos esses mapas individuais ou familiares, quer dizer, das experiências individuais e de seus familiares, que formam o mapa cultural da comunidade.

O território pertence à comunidade. É através da migração para outras áreas — seja temporária ou mais permanentemente — que este território se expande. Em sentido estrito, não existe ligação direta entre parentesco e territorialidade, exceto nos locais mencionados anteriormente que são importantes para a história familiar ou individual, e também por meio de plantações. Esse último, refere não apenas à plantação de roças (que são individuais, i.e., pertencentes a uma única família nuclear), mas também a outro fenômeno importante que o antropólogo americano Darrell Posey mostrou: trata-se do fato que indivíduos *Mebêngôkre-Kayapó*, durante suas andanças no mato (que sejam caçadas, ou migrações de qualquer tipo), ocasionalmente plantam sementes de árvores, arbustos ou plantas medicinais. Isso pode acontecer simplesmente ao longo dos caminhos que a pessoa percorre ou em locais específicos. Os resultados desses plantios pertencem à família do plantador. De fato, o território não é posse individual, mas as intervenções individuais no meio ambiente são propriedade do iniciador.

A visão de mundo dos *Mebêngôkre-Kayapó* é complexa, e ainda há muito a ser explorado para entender melhor a interação entre os *Mebêngôkre* e seu ambiente, e os laços familiares e emocionais que estão envolvidos. Assim, por exemplo, pouco sabemos sobre a relação entre as associações masculinas (sociedades de homens ou, em tempos mais antigos, metades) e a direção cardinal de suas atividades e do rumo tomado após uma separação do grupo base. O fato é que a territorialidade *Mebêngôkre-Kayapó* sempre foi, e ainda é um fenômeno muito dinâmico e que até agora apenas a ponta do véu foi levantada: ainda há muito a ser revelado.

Se por um lado, os *Mebêngôkre-Kayapó* demonstram a maneira como nomeiam lugares durante sua mobilidade, traduzindo uma maneira muito peculiar de transitar entre o mundo cosmológico da floresta e, por outro, o centro da aldeia.

A aldeia é constituída por casas dispostas em círculo, divididas de forma regular e habitadas por famílias extensas. Essa parte da aldeia está associada às atividades domésticas, ao desenvolvimento físico do indivíduo e suas relações de parentesco. Na divisão do trabalho doméstico, as mulheres se ocupam com os trabalhos nas roças, ou estão na área doméstica cuidando dos filhos, tecendo, preparando o alimento, ou em companhia com os membros da família. A área circular que contorna toda área central da aldeia, é caracterizada como uma área



feminina, onde geram e realizam a manutenção da vida. Envolve também o contexto dos afetos, trocas e esquivas, as relações de reciprocidade e mediação. Elas transitam entre a área central e os arredores, pois dialogam com o cuidado de lidar com os tabus, aqueles que envolvem a alimentação, mas também de quem chega de fora, seja da floresta ou da cidade. É onde as relações parentais se expressam e se realizam.

Os *Mebêngôkre-Kayapó* são monogâmicos. Quando um homem se casa, ele deixa a casa dos homens para viver sob o teto de sua esposa. As mulheres, por sua vez, nunca saem de sua residência materna, demonstrando, desta forma, que dependendo da família, sua casa abriga várias famílias conjugais: uma avó e seu marido, juntamente com suas filhas e seus maridos e filhos. Mas, quando o número de moradores se torna muito grande, o grupo residencial se divide e constrói uma ou mais novas casas ao lado da primeira. E, através da mobilidade entre aldeias, é comum que o filho se mude para outra aldeia quando se casa, passando a morar na casa da família da esposa. Ou, a filha, ao transitar entre aldeias ou receber membros indígenas em festejos em sua aldeia, ao se casar, o esposo venha compartilhar de sua família a mesma casa.

Desta forma, as relações de parentesco estabelecidas se desenrolam por meio das atividades públicas da aldeia que ocorrem na praça - a área que se estende entre o quintal doméstico ou área doméstica e a casa do guerreiro. Por outro lado, o jovem incorpora a vida da casa dos homens por meio de laços de amizade, não necessariamente com laços de parentesco. Contrastando fortemente com as relações mantidas na periferia da aldeia, ou no quintal doméstico. E, o centro, que está relacionado às associações masculinas e são reservadas para a realização de reuniões, de cerimônias ou de rituais públicos. Há um contraste, e se entrelaçam tecendo novas relações, constituídas pelas relações de afinidades.

Buscando compreender sobre as relações estabelecidas⁵ de parentesco ou das afinidades estabelecidas entre os grupos, sem se aprofundar nas teorias antropológicas, durante o trabalho de campo foi realizado uma coleta amostral em cada aldeia. A coleta buscou identificar as principais famílias nucleares e resgatar junto as histórias de constituição das aldeias da TI Baú, as relações de afinidades estabelecidas nas aldeias atuais e caracterizar a

⁵É importante ressaltar que na relação *Mebêngôkre-Kayapó*, marido e mulher não são parentes consanguíneos. Os laços de afinidade têm uma importância muito grande no conjunto da organização social de qualquer agrupamento humano; o casamento tem sido responsável por uma série de relações fundamentais, tais como as relações políticas entre partes (masculino e feminino) mais fortes, apoios financeiros junto com a família nuclear; fortalecimento de alianças a partir das relações de afinidades, entre outros.



mobilidade das famílias nas aldeias estudadas e, também, apontar a partir dos núcleos familiares a distribuição das famílias e suas relações de parentesco.

O modelo de organograma apresentado a seguir, segue o padrão GenoPro, utilizado para coletas de dados simples. Durante o preenchimento do modelo, o símbolo “Δ” (triângulo - correspondente ao gênero masculino) foi substituído por “□” (quadrado); foi mantido o círculo como gênero feminino. Ambos serão preenchidos com um “X” para designar morte de algum ente, e na estrutura do organograma, o traçado cruzado sobre os casamentos, designam ruptura ou separação. O quadrado preenchido “■” determina o Ego, indivíduo cuja a coleta de

A amostragem foi estabelecida de modo mais simples dos modelos de relações parentais, não foi possível se aprofundar na constituição das histórias dos nomes indígenas visto a aquisição de um nome envolver profundamente a relação com a natureza ou lugares e, também, devido ao curto período de trabalho de campo, essa especificidade exigiria uma dedicação fora do objetivo principal do presente estudo. Desta forma, a amostragem partindo da identificação das famílias nucleares das aldeias tratam especificamente de caracterizar as famílias nucleares demonstrando brevemente as migrações para a atual constituição das aldeias, seguindo a ordem relatada na constituição das aldeias.

5.4.1 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA BAÚ.

A aldeia Baú possui duas famílias nucleares principais, que são: os descendentes de *Wakonkra* e os descendentes de *Ho-i*, conforme apresentado na **Figura 53** e **Figura 54**.

Wakonkra é filho de *Bepmotire* e *Opotikwyj*, ambos oriundos das aldeias do Mato Grosso. *Wakonkra* é casado com *Ako-ô*, juntos tiveram onze filhos, a grande parte destes são casados e moram na aldeia. Percebe-se na regra de casamentos, que as filhas permanecem na aldeia, no mesmo núcleo familiar do pai, cujos maridos das filhas, migraram de outra aldeia para constituir família na aldeia Baú, conforme alguns exemplos, a seguir: A filha *Panh-me* é casada com *Koptere*, oriundo da aldeia *Pygraitire* (TI *Menkrãgnoti*); a filha *Kokokinti* é casada com *Panhkin*, oriundo da aldeia *Kubenkokre* (TI *Menkrãgnoti*); a filha *Nhak-ômio* é casada com *Bebere* (da aldeia *Kaiwatum*, TI *Menkrãgnoti*). Alguns filhos foram residir em outras aldeias ou na cidade, mas mantêm as relações internas com o núcleo familiar pertencente. E, os dois núcleos familiares se cruzam, através do casamento de *Ngreikran* (filha de *Wakonkra*) com *Kudjekre* (filho de *Ho'i*); a filha *Panh-ô* é casada com *Kremajti*, nascido na aldeia Baú, mas seus pais são *Kayapó-Kararaô*; o filho *Mydjere* é casado com *Ngreikanoro*, oriunda da aldeia *Krambarj*, com



descendência da aldeia *Pykany* (TI Menkrãgnoti) e moram em Novo Progresso. Os casamentos estabelecidos dizem respeito as relações de afinidades estabelecidas com as outras aldeias, estabelecendo, a partir dessas afinidades, a origem de novas relações consanguíneas.

É importante ressaltar que o exemplo é apenas uma amostragem dos dados coletados para dispor de exemplos de parentesco entre as famílias e entre as aldeias.



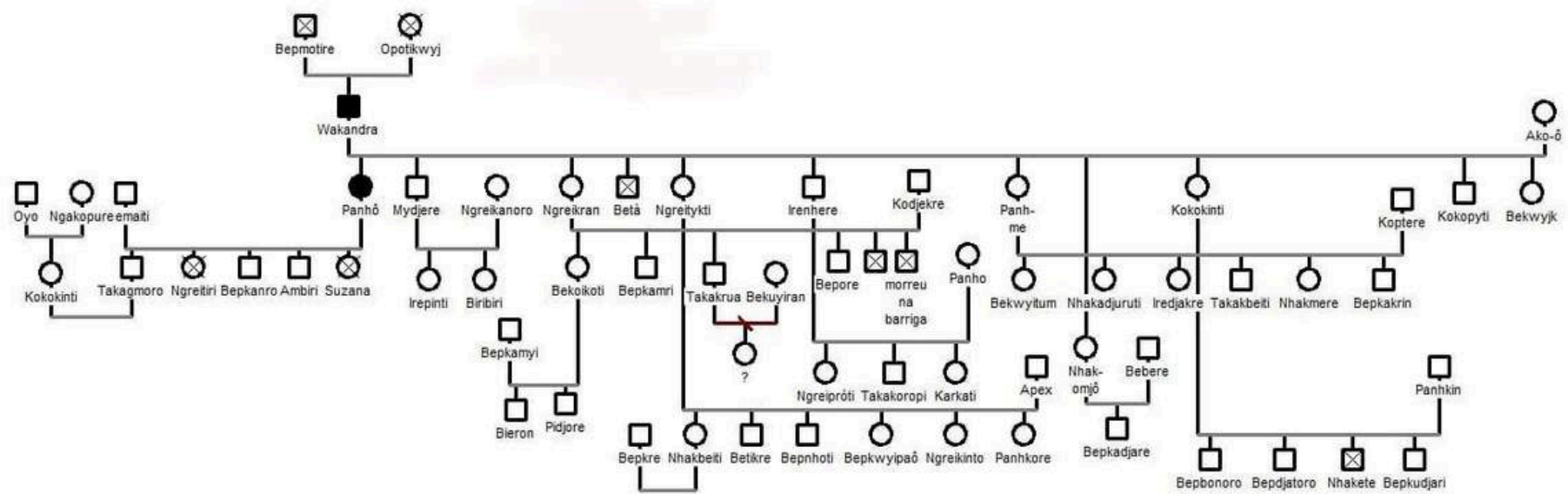


FIGURA 53 NÚCLEO FAMILIAR DESCENDENTES DE WAKONKRA, ALDEIA BAÚ, 14/10/2023.

O núcleo familiar dos descendentes de *Ho'i* compõe o segundo núcleo familiar extenso de característica matrilocal e exogâmico da aldeia Baú, conforme apresentado na **Figura 54**, abaixo.

Ho'i se casou com *Phan-to*, oriundos da aldeia *Menkrãgnoti velho* (TI *Menkrãgnoti*), de lá migraram para a aldeia Baú para a garantia da defesa do território, conforme apresentado no **item 6.1**. *Ho-i* e *Phan-to* tiveram nove filhos, dois faleceram (*Irajpoi* e *Bekwyibokre*); o filho *Ire'ó* casou-se com *Mindjore*, que faleceu em seu último parto, tiveram doze filhos, dos quais a grande maioria reside na aldeia Baú. Com a morte da esposa, *Ire'ó* se casou novamente, com *Mariaty*, que segundo os relatos, tem descendência da aldeia *Pykany* (TI *Menkrãgnoti*), não tiveram filhos. O irmão de *Ire'ó*, *Kudjekre*, se casou duas vezes, com *Pununty*, oriunda da aldeia *Kararaô*, tiveram dois filhos *Bepmoro*i e *Bepkamri*. Os dois filhos residem na TI *Menkrãgnoti*. *Bepmoro*i é casado com *Ireikiti*, da aldeia *Kawatum*, onde residem e tem dois filhos pequenos; e, *Bepkamri* é casado com *Ngoiadui*, reside fora da aldeia Baú. Ao se separar de *Pununty*, *Kudjekre* se casou com *Ngreikrã*n, da linguagem de *Wakonkra*, e tiveram dois filhos e uma filha, residentes na aldeia Baú. O casal se separou, *Ngreikrã*n se casou e também se separou (nome não identificado) e teve uma filha, *Bekoikote*, que se casou com *Bepkamg* (da aldeia *Kubenkokre*, TI *Menkrãgnoti*) e tiveram dois filhos, a família reside na Baú. O filho *Kangroeti* se separou de *Purutu*, ela nasceu na Baú, mas atualmente mora na aldeia *Krimej* (TI *Menkrãgnoti*), onde sua família nuclear reside atualmente. O casal teve três filhos (duas mulheres e um homem). O outro filho de *Ho-i*, *Txotxuru*, reside na aldeia Baú, se casou duas vezes, a primeira vez com *Bekwyngngrati*, com quem teve sete filhos, dos quais o filho *Kokoranti*, se casou com *Kokobie-re*, da aldeia *Pykany* (TI *Menkrãgnoti*) e residem no núcleo familiar do pai da esposa. E, a segunda vez, com *Nhakeiti*, filha do finado *Mateti Kararaô*, da aldeia *Kararaô*. O filho *Mogwete* é casado e mora na aldeia *Pykany* (TI *Menkrãgnoti*); o filho *Katema* é casado e mora na aldeia *Pukatu* (TI *Menkrãgnoti*) e a filha *Ngreitum*, casada com *Bepká* (da aldeia *Bakajá*, do povo *Xikrin-Kayapó*) residem na aldeia Baú.

Atualmente, é possível perceber que quando há separação de casal, normalmente o marido volta para a aldeia de descendência, mas há regras que variam, quando o casal transita entre a aldeia e núcleo familiar com melhor acesso a estrutura da aldeia, possibilitando o transitar entre aldeias o tempo todo. A regra é matrilocal, o genro passa a morar com a família da mãe da esposa, mas poderá ocorrer variações após o nascimento do filho, estabelecerem uma residência e se mudarem de aldeia. Tudo depende das relações de afinidades estabelecidas pela família. A amostragem demonstra a mobilidade do grupo e sua organização social.



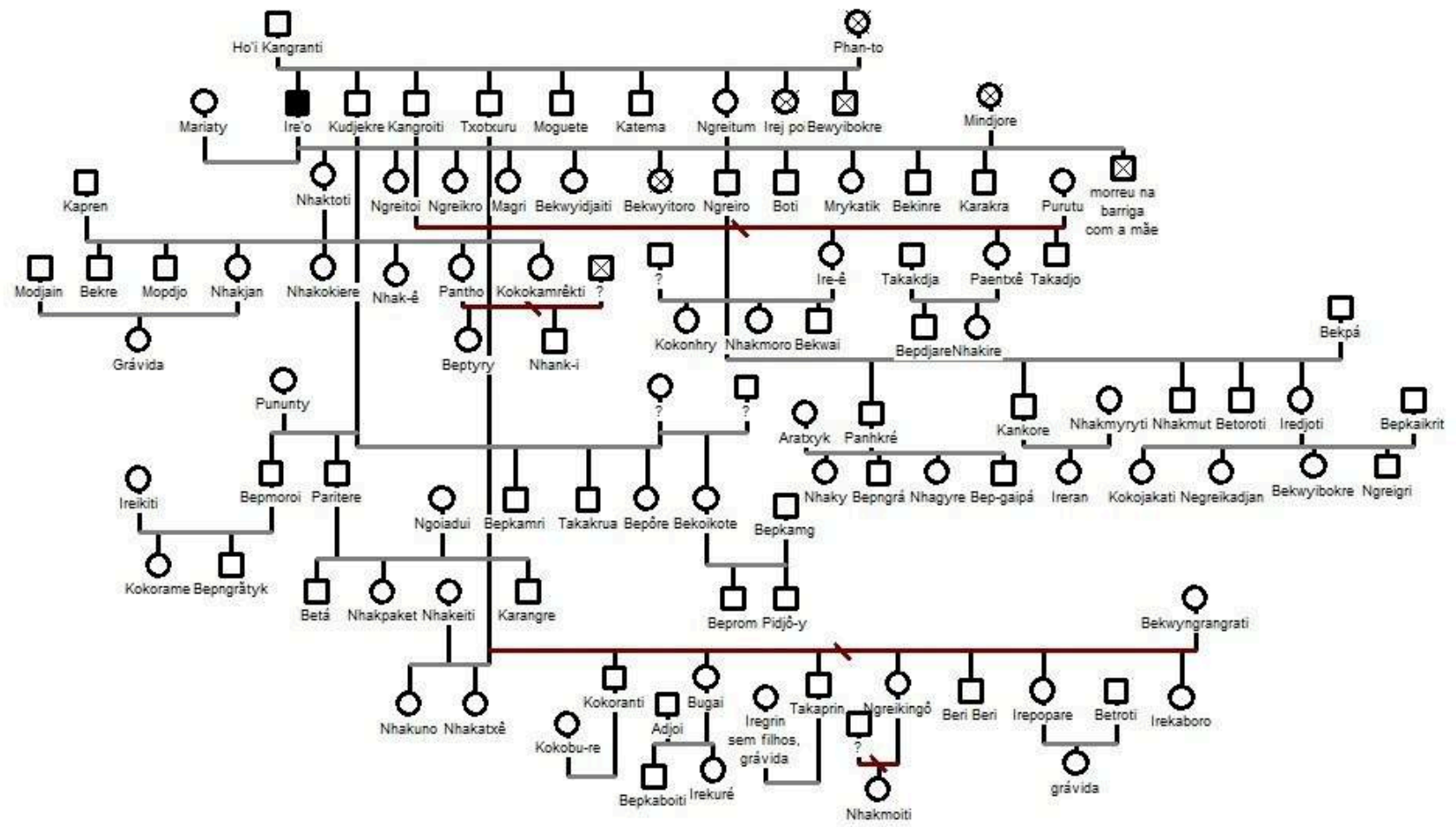


FIGURA 54 NÚCLEO FAMILIAR DESCENDENTES DE HO'I, ALDEIA BAÚ, EM 4/10/2023.



5.4.2 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA KAMAU

A aldeia *Kamau* apresenta a constituição de uma aldeia com um núcleo familiar mais antigo, oriundo dos descendentes de Mantinó, conforme relatado no **item 6.1** e **item 6.2**, e descendentes de outras aldeias que se mudaram para lá de acordo com as relações de afinidades e de parentesco estabelecidas.

A amostragem fez o recorte das famílias cujos relatos foram coletados durante o trabalho de campo, mas o censo da aldeia obtido no posto de saúde demonstra a característica da aldeia como de família extensa, constituída por outras famílias através de casamentos ou de alianças estabelecidas com a família nuclear. Desta forma, percebe-se a aldeia é formada por membros de outras aldeias. Não foi possível detalhar todas as famílias.

O núcleo familiar principal, dos descendentes de Mantinó, é representado por: *Koe-i (nascido no Menkrãgnoti velho) casado com Bekwyirati*, tiveram seis filhas e três filhos, apresenta estabelecer relações de afinidades com outras aldeias devido ao casamento de suas filhas, na constituição das residências da aldeia. Dos irmãos de *Koe-i*, *Poê* se casou mais de uma vez, na amostragem foi coletado apenas o último casamento. E, *Nhakoti*, irmã de *Koe-i* reside na aldeia Baú, casou se com *Tikato*, com quem tem quatro filhos (um homem e três mulheres). É interessante, que mesmo sem se aprofundar muito, é possível perceber o desdobramento das relações de alianças estabelecidas, segundo a regra *Mebêngôkre-Kayapó*, os genros se mudam para a casa dos sogros, e os filhos se mudam para as aldeias da sogra. Na constituição das relações de afinidades da aldeia, o modelo se repete, outras relações de parentesco são organizadas a partir das relações de afinidades estabelecidas entre duas famílias, os filhos estabelecem as relações de parentesco consanguíneos.

Relações de alianças também acontecem, como é o caso da descendência de *Kabokin*, cujo pai *Wapure*, casado com *Kebenkanhô* (ambos do *Menkrãgnoti* velho) que se mudaram para a aldeia Baú e depois *Kamau* durante a luta contra o garimpo e homologação do território. *Wapure* e *Kubenkanhô*, já falecidos, se casaram e tiveram seis filhos, destes, três morreram, permanecendo *Kabokin*, o filho *Karanhê* que mora na *Kubenkokre* (TI *Menkrãgnoti*) e *Kukoitaminho* (mora na aldeia *Kamau*). *Kabokin* se casou três vezes, no primeiro casamento com *Nhankpanhiri* (oriunda da *Menkrãgnoti* velho, TI *Menkrãgnoti*) da qual se separou, mas tiveram três filhas; a segunda esposa é *Ngreibati* (da aldeia *Kamau*), com quem tem um filho, *Bepkabo*, residente na aldeia *Kamau*. E, a terceira esposa será apresentado nas relações de parentesco da aldeia *Ratxopreti*, onde estabelecem relações diretas. O filho de *Wapure* e *Kebenkanhô*, *Karanhin*, mora na aldeia *Kubenkokre* (TI *Menkrãgnoti*) atualmente, constitui relações de



afinidade e parentesco lá. E, a filha de *Wapure* e *Kebenkanhô*, *Kukoitaminho*, reside na aldeia *Kamau*. Ela é casada com *Maiota* (oriundo da aldeia *Menkrãgnoti* velho) e tiveram três filhas e três filhos: a filha *Kakary* (casada e reside na aldeia *Kamau*); a filha *Irejare* (casada e reside na aldeia *Kamau*); o filho *Bepdjy-re* casado com *Nhakrua*, da aldeia *Kamau*; o filho *Ngapre*, cacique da aldeia *Kamau*, casado com *NgHo-i*, tem uma filha, *Panhkanãrãti*, reside na aldeia *Kamau*.

A **figura 55** demonstram o organograma da amostragem coletados da aldeia *Kamau* e mencionado acima.



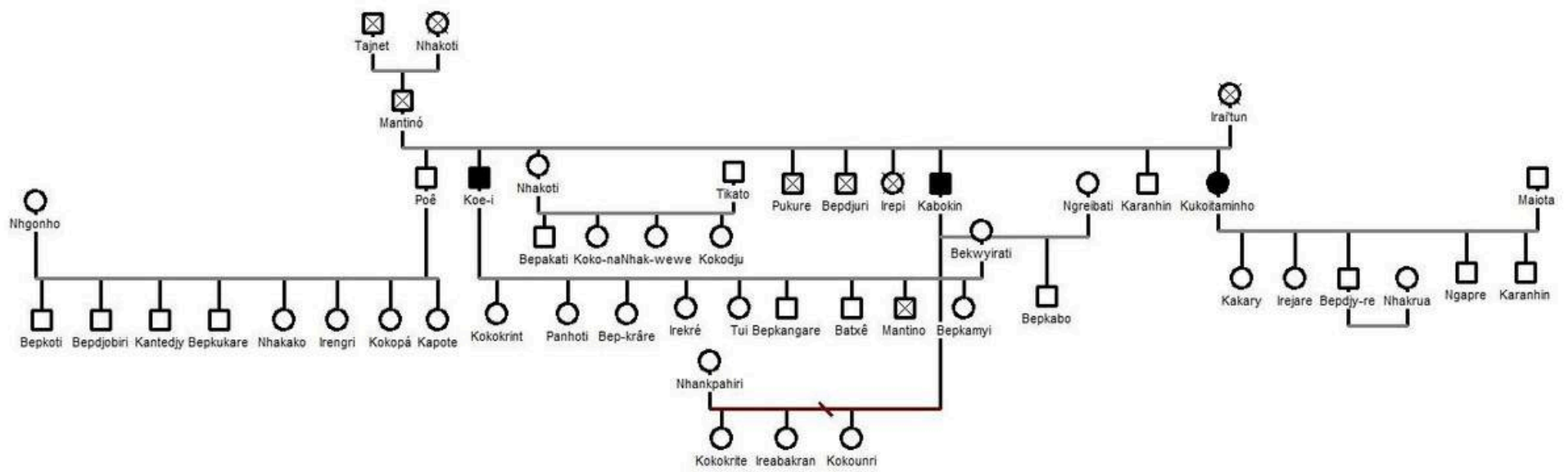


FIGURA 5 FAMÍLIA NUCLEAR ALDEIA KAMAÚ, 06/10/2023.



5.4.3 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA KRAMBARJ

O modelo das relações de afinidade e de parentesco se repetem na aldeia *Krambarj* através do núcleo familiar descendente do guerreiro *Krambarj*. Atualmente, *Kwiku*, nascido no *Menkrãgnoti velho*, filho de *Krambarj* e de *Krote*, (também nascidos na aldeia *Menkrãgnoti* velho), se mudaram para a aldeia Baú, durante o período de luta pelo território, no entanto, atualmente vive na aldeia *Krambarj*, é casado com *Ireo'ti* e, juntos, tiveram onze filhos: *Ngreima*, *Djyti*, *Ngreikjeot*, *Pinoti*, *Nhakopot*, *Mrore*, *Bekwyjkra*, *Tyti*, *Kambrok*, *Wakantire*, *Ngreikamoroti*. Dos onze filhos, o filho *Pinoti* mora na atualmente na aldeia *Pykany* (TI *Menkrãgnoti*); *Bekwyjkra* mora em Novo Progresso; *Djyti* mora na aldeia *Kenjan*; *Ngreikjeot* mora na aldeia *Pyngrajti* (TI *Menkrãgnoti*); *Bekwyjkra* reside entre Novo Progresso e a aldeia *Krambarj*, e os demais filhos moram na aldeia *Krambarj*. A filha *Tyti* é casada com *Kubyni* que veio da aldeia *Kenjan*, e juntos, tiveram sete filhos (*Benhikwati*, *Brinó*, *Nhakjabe*, *Betoroti*, *Bekwyjbaket*, *Pyroeie* e *Bepywejti*). O filho *Wakontire* é casado com *Bekwyjnhoti* que veio da aldeia *Pykany* (TI *Menkrãgnoti*) e, juntos, tiveram quatro filhos que residem na aldeia. A filha *Ngreikomoroti* é casada com *Banó*, vindo da aldeia *Kamau* e juntos tem cinco filhos, residem na aldeia. A filha de *Kwiku*, *Bekwyjkra* é casada com *Okryt* (cacique da aldeia) e tiveram seis filhos (*Pajkuwkyjry*, *Morere*, *Bepbejti*, *Ngowyre*, *Poy're* e *Niti*), destes *Pajkwkwyjry* é casada com *Keron*, vindo da aldeia *Kawatun* (TI *Menkrãgnoti*), e tiveram quatro filhos (*Kopojti*, *Ngakjate*, *Bepkamjajti* e *Takakdjara*), todos residem na aldeia *Krambarj*.

A seguir, a **Figura 56**, apresenta o modelo de amostragem do organograma de relações de afinidade e parentesco da aldeia *Krambarj*.



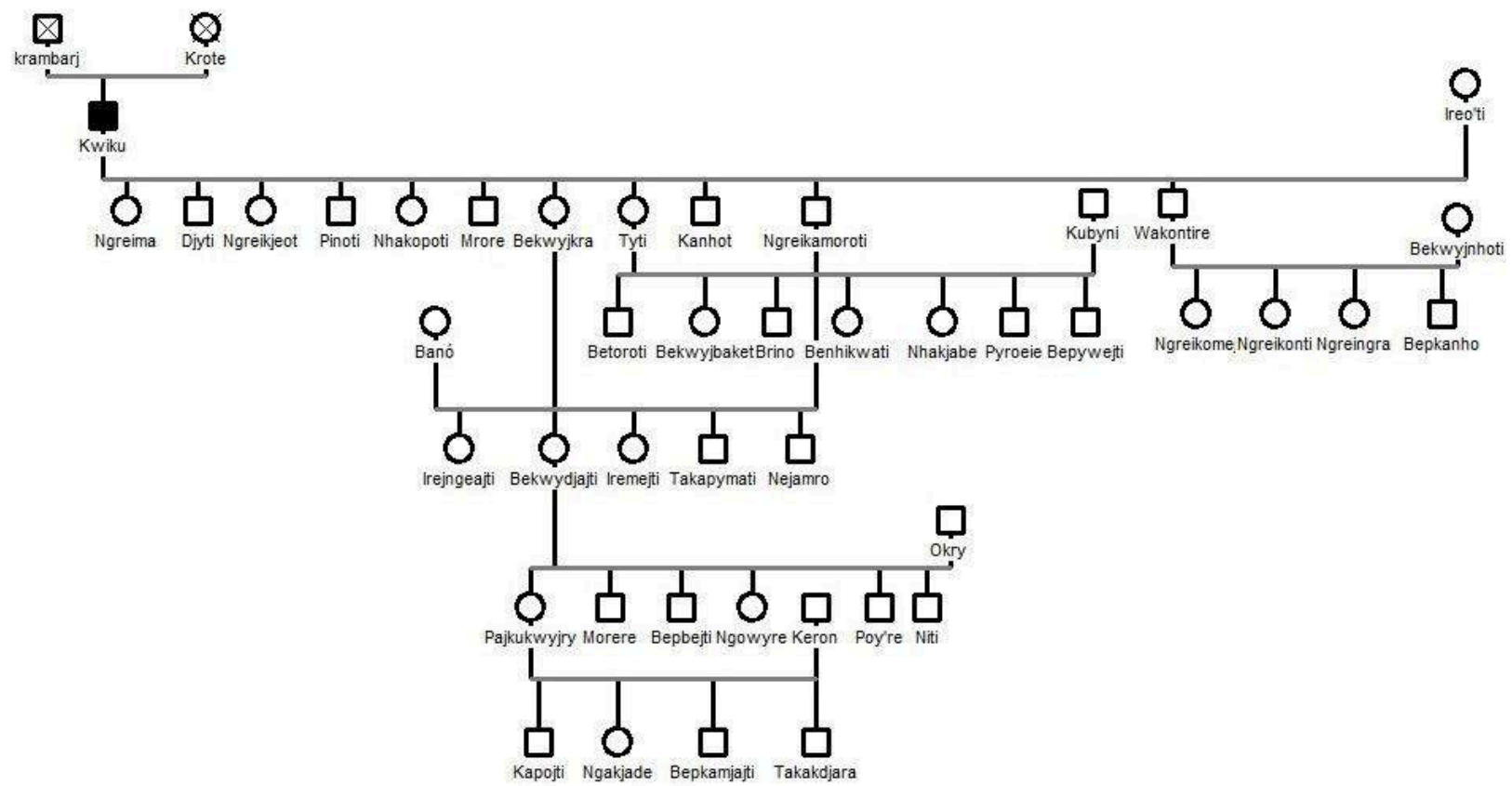


FIGURA 56 NÚCLEO FAMILIAR DESCENDENTE DE KRAMBARJ, ALDEIA KRAMBARJ, 09/10/23.

5.4.4 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA KAMURE

A aldeia Kamure é uma aldeia descendente da aldeia Baú. *Anhê*, o cacique, é filho de *Bepmojrati* e de *Betyn*, nasceu no *Menkrãgnoti velho*, assim como seus pais, que migraram de lá durante o período de defesa da TI Baú. *Anhê* conheceu *Nhaitu*, sua esposa, na aldeia Baú, ela é filha de *Takangri* e *Ngreime*, que migraram da aldeia *Pykany* para a Baú. *Anhê* e *Nhaitu* tem duas filhas e um filho, dos quais, a filha *Ngreimoro* é casada com *Briokrit* (oriundo da aldeia *Pykany*, TI *Menkrãgnoti*), e tem oito filhos, todos residem na aldeia *Kamure*. A filha *Nhakabe-re* se separou de *Kapren* com quem teve o filho *Ngreire*, se separou de *Tutui* com quem teve o filho *Beptuk* e atualmente é casada com *Bepka*, pai de seu filho *Bepmoroti* e residem na aldeia com a família nuclear. O filho de *Bepkanhe-re* é casado com *Irepymati* da aldeia *Pyngraitire* (TI *Menkrãgnoti*), onde atualmente reside com a esposa e sua família.

A amostragem coletada, **figura 57**, demonstra as relações de parentesco estabelecidas a partir dos filhos, resultado das relações de afinidades estabelecidas pelos pais, demonstrando o mesmo modelo nas relações parentais das demais aldeias: matrilocal e exogâmico.

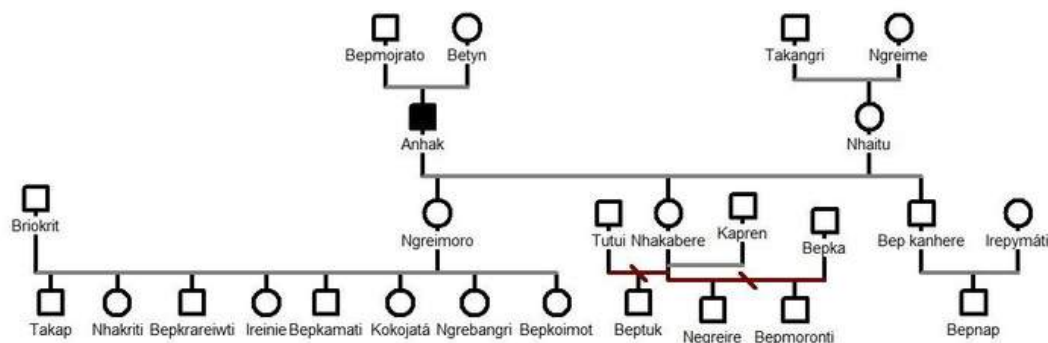


FIGURA 57 NÚCLEO FAMILIAR DA ALDEIA KAMURE/EM 2023.



5.4.5 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA RATXOPRETI

A aldeia Ratxopreti é outro exemplo das relações de afinidades e de parentesco estabelecidas conforme o modelo *Mebêngôkre-Kayapó*.

Pudjá, cacique da aldeia, Ratxopreti, é filho de *Kabokjn* (pajé da aldeia *Kamau*) e de *Tika*, ambos vieram da aldeia *Menkrãgnoti* velho. Casado com *Makokopje*, neta de Mantinó, filha de *Bektoke* e *Kokotyti*. *Pudjá* é genro de Mantinó. *Pudja* e *Makokopje* tem seis filhos, dos quais quatro filhos (*Bepkongere*, *Egrj*, *Ongkre*, *Bepnghekre*) vivem em Novo Progresso por causa da escola e dois pequenos (*Bepkato* e *Ke'oma*) vivem com eles na aldeia *Ratxopreti*. A mobilidade da família ocorreu conforme o casamento e na busca em proteger o território, durante a movimento de composição da aldeia Baú, e sequencialmente, a aldeia *Kamau* até abrirem a aldeia *Ratxopreti*. A família de *Pudjá* constitui a família nuclear da aldeia.

Bej', filho de Mantinó, ajudou o cacique *Pudja* nos momentos difíceis de abertura e constituição da aldeia. *Bej'* atualmente é casado com uma indígena de outra etnia e tem um filho. Anteriormente foi casado com *Paj-ô* e tiveram o filho *Ngreiram*, e anteriormente também foi casado com outra indígena *Kayapó*, do qual é pai de *Takamoro*.

Das famílias que compõe a aldeia *Ratxopreti*, observa-se a família extensa estabelecida através das relações de parentesco e de afinidade com a aldeia *Kamau* e também com a aldeia dos *Kararaô*.

Entrevista com *Nhomike*, é casada com *Pyré*, ela veio da aldeia *Kubenkokre* (TI *Menkrãgnoti*) e ele nasceu na aldeia *Menkrãgnoti* velho. *Nhomike* é filha de *Tangoti* e de *Tika*, ambos moravam na aldeia *Menkrãgnoti* velho, ele falecido. *Pyré* é filho de *Pynti* e de *Wapure*. E é irmã de *Kabokin*, da aldeia *Kamau*. *Pyré* mora atualmente na aldeia *Pykany* (TI *Menkrãgnoti*), a mãe, *Tika*, mora na *Ratxopreti*. Casados, a família é composta por sete filhos (*Bekojpa*, *Eirjamo*, *Bepkure*, *Nha'rimati*, *Bepkojajejti*, *Kokototi*, *Pynky*), todos moram na aldeia *Ratxopreti*, com exceção de *Bepkojajejti* que mora em Novo Progresso/PA para estudar. E, *Bekojpa* é casado com *Bepbiriti*, tem um filho chamado *Tatokuma*, moram na aldeia *Ratxopreti*. Outro filho, *Bepkure* é casado com *Mairjo* e tem uma filha pequena, chamada *Ire'apaky*. Todos moram juntos. *Pyré* e *Nhomike* contam que viveram na aldeia *Kubenkokre* até os sete ou oito anos de idade. Ele mudou para *Kamaú*, e depois para a *Ratxopreti*. *Nhomike* saiu da aldeia *Kubenkokre* (TI *Menkrãgnoti*) se mudando para a aldeia Baú, ainda pequena. Eles se conheceram na aldeia Baú, mas se casaram na aldeia *Kubenkokre*. Quando a irmã de *Nhomike* morava na aldeia Baú chamou algumas famílias para se mudarem para a *Ratxopreti*, devido a abertura da aldeia. A



Figura 58, abaixo, representa o organograma de amostragem da família nuclear da aldeia *Ratxopreti*.

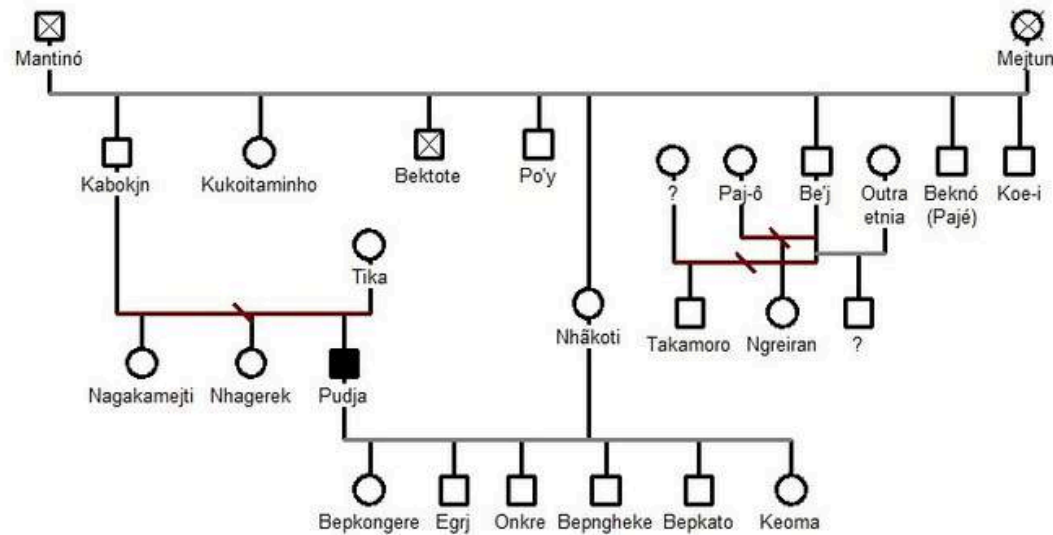


FIGURA 58 FAMÍLIA NUCLEAR DA ALDEIA RATXOPRETI, 10/2023.

Das relações de afinidades e de parentesco cuja relações se estabeleceram com as demais aldeias, em entrevista com *Reprity*, é casada com *Bekri*, ela nasceu na aldeia Baú, é filha de *Ngairerij* e *Betyn* (mãe do cacique *Anhê*, da aldeia *Kamure*), ambos moravam na *Menkrãgnoti velho*, mas se mudaram para a aldeia Baú, onde ela nasceu. *Reprity* é irmã de *Bepkarotj* e de *Kokoba*, da aldeia *Pykany* (TI *Menkrãgnoti*). *Reprity* e *Bekri* têm quatro filhos (*Irejako*, *Bepkarojti*, *Ngerejko* e *Takoberejti*) todos vivem na aldeia *Ratxopreti*. *Reprity* conta que antigamente os pais dela se mudaram da aldeia *Menkrãgnoti* velho para a aldeia Baú, pois tinham a intenção de ajudar na constituição da aldeia Baú, para a proteção da TI Baú, devido à presença de *Kuben* ao longo da história e do conflito que havia com os fazendeiros. A **Figura 59** apresenta as relações apresentadas.



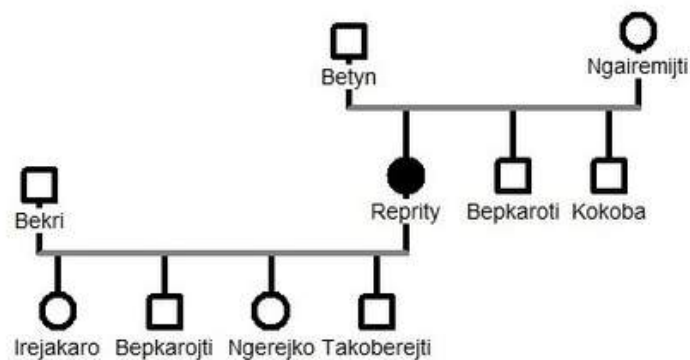


FIGURA 59 RELAÇÕES DE PARENTESCO ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.

Assim como as alianças estabelecidas em diálogo com as afinidades dos distintos grupos Kayapó, conforme a entrevista com *Kadjutobu*. *Kadjutobu*, indígena mulher, nasceu nos *Kararaô*, depois foi morar no Baú e depois do Kamau, até se mudar para a *Ratxopreti*. Ainda jovem casou lá nos *kararaô*, não se casou novamente. A mãe de *Kadjutobu*, mora na aldeia *Kamau* e por isso ela veio morar perto da mãe, seu pai morreu na aldeia *Kamau*. Ela conta, que naquele tempo, havia muitos conflitos por causa da terra. Ela se mudou para a *Ratxopreti* por que seu irmão havia vindo primeiro, mas atualmente mora em Novo Progresso. Conta que a trajetória entre a aldeia dos *Kararaô* e a TI Baú é muito longe. Filha de *Britê*, ele era *Kararaô*, e sua mãe *Bonj* também era de lá da aldeia dos *Kararaô*, outro irmão, conhecido como Coronel, e outro chamado *Nhamike*, moram na aldeia *Kararaô*, em Tucumã/PA. *Kadjutobu*, conta que além do primeiro filho que perdeu ainda no ventre (sem nome), é mãe de *Britê*, *Pymarj*, *Bepkairi* que atualmente mora na aldeia Baú, conforme apresentado no organograma da **Figura 60**.



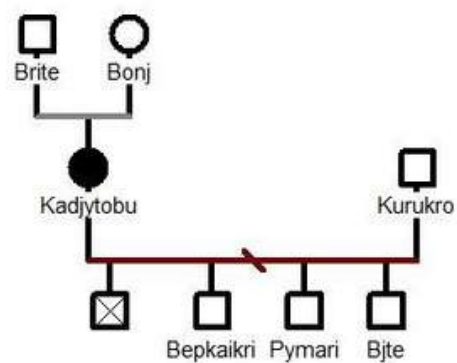


FIGURA 60 RELAÇÕES DE AFINIDADE E ALIANÇAS ESTABELECIDAS COM OS KARARAÔ ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.

5.4.6 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA RONKO

As relações de afinidade e parentesco da aldeia *Ronko* se apresentam seguindo o mesmo modelo como nas demais aldeias.

O cacique *Borj'u* nasceu no *Menkrãgnoti velho*, filho de *Bepby're* (falecido), morava no *Menkrãgnoti* velho e de *Kramojté*, atualmente vive na aldeia *Keijam* (TI *Menkrãgnoti*). *Borj'u* e é casado com *Magrj*, também do *Menkrãgnoti* velho, juntos tiveram cinco filhos (*Kokobjre*, *Panhô* que reside em Itaituba, *Irajboky* que mora junto com o pai, *Bepkure* e *Bepkamyte* vivem em Novo Progresso). A filha mais velha, *Kokobjre* é casada com *Tumkê* e moram na aldeia *Kamau*, conforme apresentado na **Figura 61**.

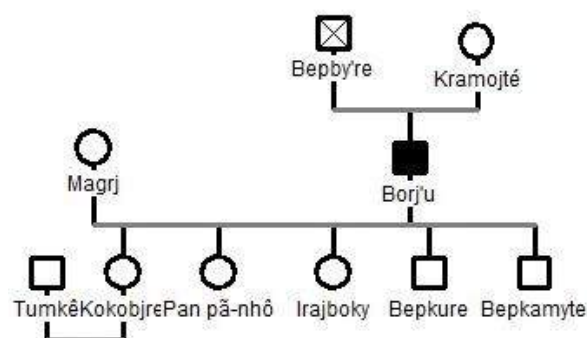


FIGURA 61 FAMÍLIA NUCLEAR DA ALDEIA RONKO, EM 08/10/23.



Na aldeia *Ronko* também vive outras famílias, como a do AIS, *Iatu*, nascido na aldeia Baú, filho de *Djotire* que mora na aldeia *Karemã* e da mãe (falecida) *Irejodju* (nascida na aldeia Baú), *Iatu* é casado com *Bepkonhu*, vinda da aldeia *Menkrãgnoti velho*, juntos tiveram seis filhos: *Poy're* que é casado com *Pokoy* e tiveram a filha *Irejakati* e vive com o pai, *Bepkaiakati* que mora junto à casa dos pais, *Betkré* que é casado e mora na aldeia *Kubenkokre* (TI *Menkrãgnoti*), *Irepri* que é casado e mora na aldeia *Kamaú*; *Takapri* e *Kokonhu*, ambos solteiros e vivem junto com os pais na aldeia *Ronko*, conforme a **Figura 62**.

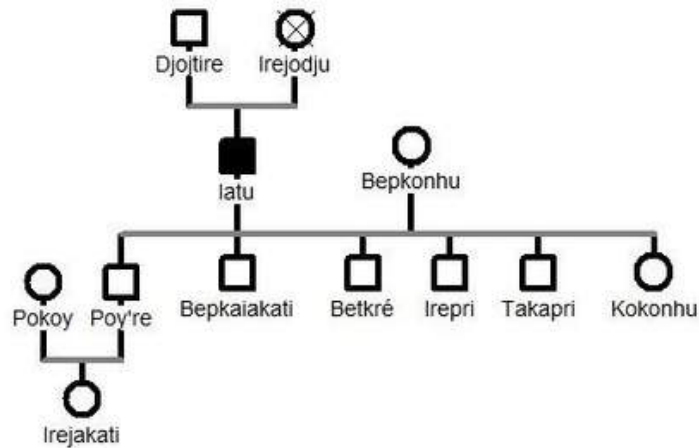


FIGURA 62 RELAÇÕES DE AFINIDADE E PARENTESCO, ALDEIA RONKO, EM 11/10/23.

O professor da aldeia, *Bekire*, é nascido na aldeia *Kubenkokre* (TI *Menkrãgnoti*), filho de *Ngotitirte* e *Bekwikrit* (ambos falecidos, oriundos da aldeia *Menkrãgnoti velho*), é casado com *Kokodjam* que nasceu na aldeia *Kubenkokre*, é filha de *Ireba* e *Ngreiã-ra*. *Bekire* e *Kokodjam* tiveram juntos seis filhos (*Bepkingnoti*, *Bepjareti*, *Kokokãnhiriti*, *Nhakamreti*, *Ngreikinky* e *Irekwyi* – todos moram com o pai na aldeia *Ronko*). A filha *Kokonkãnhiriti* é casada com *Takakmra* que veio da aldeia *Kamaue* tiveram a filha *Kami*, residem na aldeia *Ronko*, conforme a **Figura 63**.



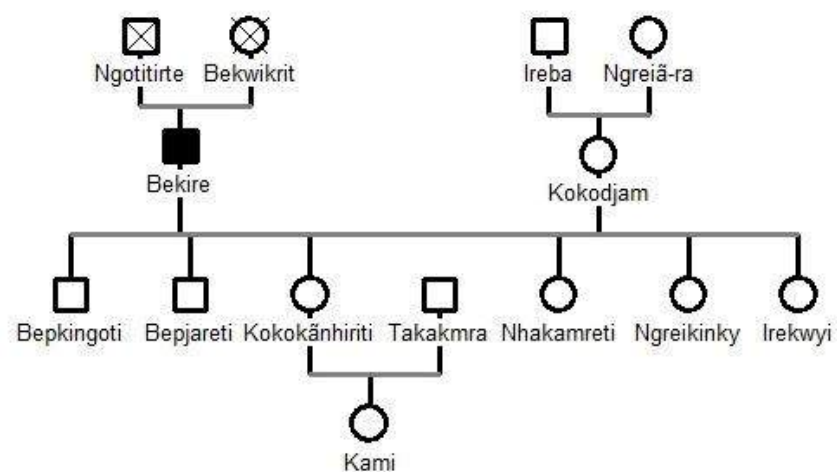


FIGURA 63 RELAÇÕES DE AFINIDADE E PARENTESCO, ALDEIA RONKOJAGOT

5.4.7 RELAÇÕES PARENTAIS ALDEIA RONKOJAGOT

A aldeia *Ronkojagot* é uma aldeia com poucas famílias e aberta há pouco mais de um ano dois anos (2020). A família nuclear da aldeia, **Figura 64**, é constituída por descendentes da aldeia Baú. *Ima*, o cacique, nasceu na aldeia *Menkrãgnoti* velho e se mudou para a aldeia Baú na década ainda jovem, retornando para a aldeia *Kubenkokre* (TI *Menkrãgnoti*) na década de 1980. Ima é casado com *Kokonhre*, com quem teve oito filhos. Destes, o primeiro filho (*Mojyre*) faleceu com 14 anos; duas filhas (*Poropó*, *Bepjeiti*) na cidade de Novo Progresso; a filha *Totore* se casou com Beka, cuja família é oriunda da aldeia *Kubenkokre* (TI *Menkrãgnoti*), e as filhas mais novos, vivem com ele na aldeia. *Totore* e *Beka* tem cinco filhos que vivem na aldeia. O modelo de relações de afinidade e parentesco se repetem na aldeia *Ronkojagot*.



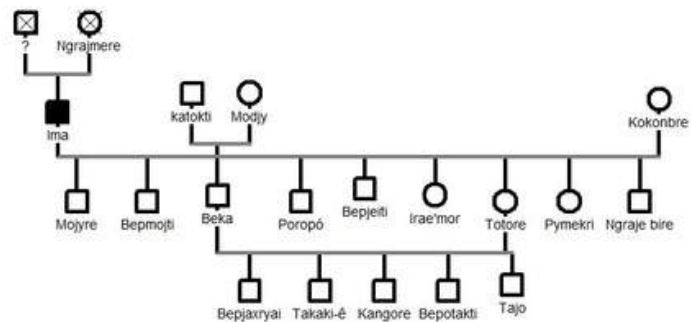


FIGURA 64 FAMÍLIA NUCLEAR ALDEIA RONKOJAGOTO, 10/10/23.

5.4.8 RELAÇÕES PARENTAIS DA ALDEIA ROITIKORE

A aldeia *Roitikore* é uma aldeia recém-aberta, possui duas famílias, cuja família nuclear (**Figura 65**) descende da aldeia Kamau. Davi *Takakpe* é filho de *Menkra* (oriundo do *Menkrāgnoti* velho) e *Ngakire* (residiu por muitos anos na aldeia Baú). Davi *Takakpe* é casado com *Ngreikingu* e tiveram dez filhos, dos quais o filho *Panhpytiti* é casado com *Nhakhgek* e tem um filho. Todos residem na aldeia *Roitikore*. Há uma variação da esposa do filho mais velho residir na aldeia e não o filho na aldeia da mãe de *Nhakhgek*. Possivelmente se explica devido os outros filhos serem menores e Davi *Takakpe* precise da ajuda do mais velho para a atenção aos afazeres da aldeia recém aberta, o que possibilita pensar que o casal transite entre a aldeia de origem da mãe dela e a do pai dele, ou ainda, que se mudaram com a intenção de construírem sua casa na aldeia nova, futuramente.

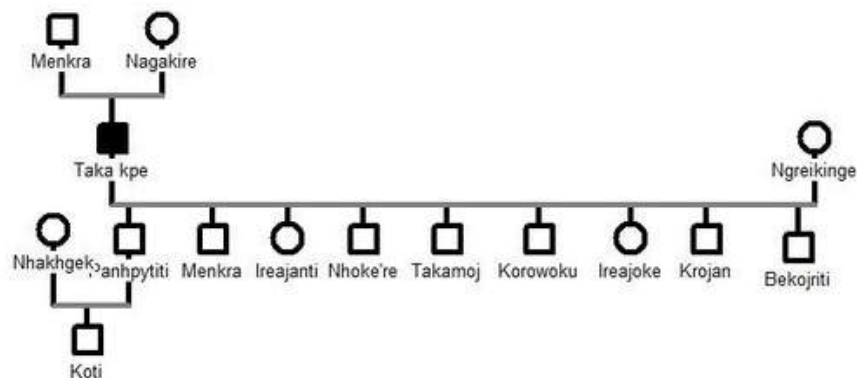


FIGURA 65 FAMÍLIA NUCLEAR ALDEIA ROITIKORE, 08/10/23.



6. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA TI BAÚ

A Terra Indígena Baú tem uma área de 1.550.378 ha e está localizada no extremo sul do Município de Altamira, no estado do Pará e situa-se na região compreendida entre os rios Cateté, Curuá e Baú (Portaria nº 826, de 11/12/98), todos fazem parte da bacia do rio Xingu, afluente do Amazonas, no bioma Floresta Amazônica.

No ano de 2004, a TI Baú foi reduzida, atualmente possui 237 km de fronteira paralela com a BR-163, se caracterizando, desta forma, em completo estado de vulnerabilidade, ao lado de fazendas de gado, das pressões externas que envolvem a exploração de seus recursos naturais, tais como a madeira e os minérios de grande porte que despejam sedimentos no rio Curuá, da pesca ilegal nas áreas limites dos rios e da pressão de grandes empreendimentos interessados em explorar a região.

A seguir será apresentado um mapa da TI Baú, na **Figura 66**.



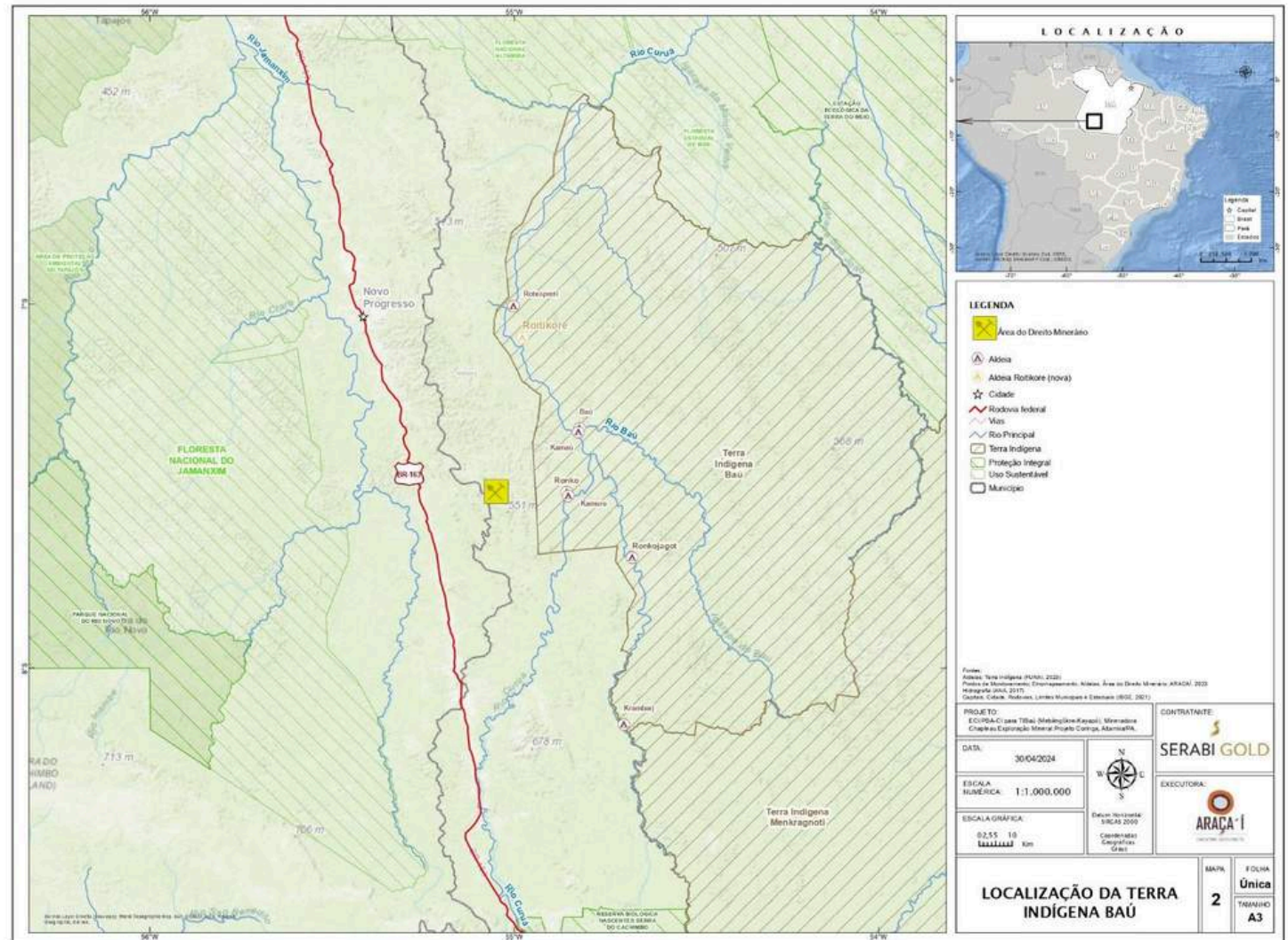


FIGURA 66 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA TI BAÚ.

6.1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DAS ALDEIAS DA TI BAÚ

Foi por volta de 1915 que os indígenas *Mebêngôkre* começaram a aparecer na área do Rio Curuá, afluente do Rio Iriri, pilhando ocasionalmente moradias dos seringueiros. O famoso etnólogo alemão Curt Nimuendajú foi informado disso em fevereiro de 1917, e logo organizou uma expedição para percorrer aquela área, à procura de aldeias dos *Mebêngôkre*. Esse empreendimento foi realizado em 1918-1919, mas não produziu os resultados desejados, pois ele só conseguiu coletar alguns itens que os guerreiros *Mebêngôkre* tinham deixado no local após um ataque. Nimuendajú foi obrigado a concentrar sua atenção nos indígenas Xipaya que viviam na aldeia Boca do Baú e onde trabalharam em situação análoga à escravidão para um seringalista, o “dono” do local. Ironicamente, um mês depois de Nimuendajú iniciar sua longa viagem de volta a Belém, os *Mebêngôkre* reapareceram, desta vez lançando um ataque na região do Igarapé Baú, afluente do Rio Curuá. Essas incursões na região do Curuá foram empreendidas pelos *Mekrãgnoti*, que se separaram do grande grupo *Gorotire* uma década antes.

A partir de então, havia também outros *Mebêngôkre* que descobriram a região dos rios Curuá e Jamanxim e começaram a deslocar-se regularmente até lá, atirados pelo fato que essa área é particularmente rica em peixes. De fato, na década de 1920 e no início da década de 1930, duas sociedades masculinas da grande aldeia dos *Gorotire*, escolheram esta área como aquela onde preferiam se aventurar periodicamente e permanecer por algum tempo, para pescar, descansar e ocasionalmente saquear um assentamento de seringueiros. Essas duas sociedades masculinas se chamavam *Kararaô* (após um grito de guerra) e *Menokanê* (“aqueles com olhos doentes”). Ambas eram parte da casa dos homens oriental e eram, assim, havia um forte vínculo entre esses homens por pertencer à mesma casa dos homens. Às vezes os homens das duas sociedades iam lá juntos, às vezes separadamente.

Em 1935, após uma briga interna na grande aldeia, os homens da sociedade masculina *Kararaô* e seus familiares se separaram e rumaram para aquela região entre os rios Curuá e Jamanxim que eles conheciam tão bem. Não é o lugar aqui para aprofundar na complexa história do grupo *Kararaô*, mas é suficiente mencionar que eles não se estabeleceram nesse território favorito, simplesmente porque temiam ser atacados ali pelos *Mekrãgnoti* e *Gorotire*, os dois grandes grupos *Mebêngôkre* naquela época. O medo dos *Kararaô* era tão grande que acabaram se estabelecendo ao longo de um afluente do Rio Jaraucu, localizado a mais de 600 quilômetros ao norte de sua área original. Pouco tempo após se instalar ali, houve um grande conflito na



comunidade *Kararaô* e o grupo se dividiu em quatro facções pequenas, cada uma pegando outro rumo. Um desses grupos, migrou para o sul e acabou morando no alto Riozinho do Anfrísio, onde viviam escondidos durante vários anos, até que, no início de 1957, decidiram migrar mais para o sul, direção do Igarapé do Limão.

Em 1936, um ano depois da saída dos *Kararaô*, os homens da sociedade masculina *Menokanê* e seus familiares também se separaram da aldeia principal. Este grupo preferiu não estabelecer um grupo autônomo, pelo mesmo motivo de temer ser demasiadamente vulnerável em comparação com os grandes grupos *Mebêngôkre* existentes. Assim, os *Menokanê* optaram por se juntar aos *Mekrãgnoti*. O chefe dos *Menokanê* era *Tàpjê*, reconhecido como um grande líder: era, sobretudo, um líder guerreiro. Após sua mudança para a aldeia *Mekrãgnoti*, *Tàpjê* continuou indo regularmente para a área dos rios Curuá e Jamanxim, desta vez não somente levando guerreiros *Menokanê*, mas também *Mekrãgnoti*. É evidente que os últimos também já conheciam aquela área, mas não tanto quanto *Tàpjê* e seus guerreiros.

Em 1944, um guerreiro *Menokanê*, chamado *Ku'at*, se separou do grande grupo. Ele foi acompanhado por um punhado de homens e seus familiares. O pequeno grupo se dirigiu logo rumo ao Rio Curuá, onde permaneceram durante uns quatro anos, até que a maioria deles decidiu voltar para a área natal: juntaram-se com o grande grupo *Gorotire*, exceto uns cinco homens que, liderados pelo guerreiro *Nhôjkrã*, ficaram por trás, perambulando na área entre o Riozinho do Anfrísio e o Igarapé do Limão, dois afluentes do Rio Curuá.

O bom relacionamento entre os *Mekrãgnoti* e os *Menokanê* durou apenas dez anos, e terminou com o assassinato de *Tàpjê*. Isto deu início a um período de instabilidade e de conflitos internos e vinganças mútuas. O resultado foi que, em 1947, quase todos os homens *Menokanê* se separaram da grande aldeia *Mekrãgnoti*. Juntamente com suas famílias e um punhado de aliados *Mekrãgnoti*, liderados pelo guerreiro *Kenti*, eles seguiram rumo noroeste. Depois de uma lenta migração que provavelmente durou um ano, o grupo alcançou o rio Curuá, zona com a qual os idosos ainda estavam familiarizados. Foi ali que se instalaram. Os *Menokanê* viveram principalmente uma existência nômade, sem realmente construir aldeias permanentes. Eles optaram por isso principalmente por medo de ataques pelos guerreiros dos outros grupos *Mebêngôkre*: perambulavam constantemente por não serem facilmente encontrados, e isto reduziu ao máximo os confrontos diretos com os grupos maiores.

Pouco tempo após iniciar sua vida na área do rio Curuá, *Kenti* e seus aliados *Mekrãgnoti* se separaram dos *Menokanê* após outro conflito interno. Esse grupo separatista contava apenas



com um punhado de homens, e entrincheirou-se um pouco mais ao sul, ainda na região do rio Curuá. No final das contas, esse grupo liderado pelo *Kenti* se tornaria o principal inimigo dos *Menokanê*, que eram muito mais numerosos, pois contavam com cerca de 200 pessoas, em comparação com umas 50 pessoas no grupo de *Kenti*. Durante uma das migrações em direção norte, rumo ao Igarapé do Limão, os guerreiros *Menokanê* encontraram *Nhôjkrã*: este e seu grupo se juntaram aos *Menokanê*.

Um ano após instalar-se na área do rio Curuá, os *Menokanê* foram atacados por uma posse composta de seringueiros e indígenas *Xipaya*, todos altamente armados. O ataque ocorreu em duas fases: primeiro atacaram um acampamento, depois a aldeia. Houve várias vítimas da parte dos *Menokanê* e, portanto, essa ação pedia vingança. Uns meses depois, em 1949, os guerreiros se dirigiram ao local chamado Baú, e sitiaram este importante centro ocupado por seringueiros e indígenas *Xipaya*. O local de Baú incluía um barracão de aviamento no qual os seringalistas armazenavam grandes quantias de mercadorias necessárias como armas e munição, utensílios e viveres (farinha, café, açúcar e demais) para seus trabalhadores locais. O cerco durou quinze dias. Não houve vítimas, pois os habitantes conseguiram fugir com barcos, mas os *Menokanê* obtiveram muitas mercadorias. Logo depois desse cerco, Baú foi abandonado até que, em 1952, o SPI ali instalou um posto destinado à atração dos *Menokanê*, mas esta iniciativa falhou.

Nessa época, os *Menokanê* decidiram afastar-se temporariamente do Rio Curuá e mudaram para o alto Rio Jamanxim onde construíram uma aldeia temporária em *Kêkàjtikrô*, próximo à locação da atual cidade de Novo Progresso, e onde ficaram por um tempo. Dada a sua localização, os *Menokanê* foram os *Mebêngôkre* que mais frequentemente saquearam moradias dos seringueiros operando na área do rio Curuá.

Num dado momento, os *Menokanê* se separaram em dois grupos: o grupo maior permaneceu na área, enquanto a facção menor rumou ao oeste e se instalou ao longo de um pequeno afluente do rio Tapajós. A divisão não durou muito e após pouco mais de um ano, o pequeno grupo voltou. A reunião aconteceu por volta de 1953. Foi aí que os *Menokanê* começaram a se estabelecer de forma mais permanente, e fizeram isto no alto curso do Igarapé Pimentel, perto do seringal Bom Futuro. Construíram uma aldeia e plantaram roças num local chamado por eles de *Jàtkamrêkti*. De lá, ainda ocasionalmente fizeram excursões para saquear moradias dos seringueiros, especialmente após sofrer um ataque dos *Mekrãgnoti*, durante o qual perderam quase todos os rifles que eles conseguiram obter até aquele ponto. Não era



incomum deles, após executar tal saque, migrar temporariamente para outro local, temendo ser vítima de um contra-ataque da parte dos seringueiros e seus aliados *Xipaya*.

Em meados de 1957, Francisco Meirelles, inspetor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), organizou uma expedição a fim de “pacificar” os últimos grandes grupos *Mebêngôkre* que, através de seus incessantes ataques aos colonos e pioneiros brasileiros, ameaçaram a colonização duma grande área no Brasil Central. A expedição foi lançada após pressão dos poderosos seringalistas sob o governo do Estado do Pará e do governo federal. A equipe de Meirelles consistiu em agentes experientes do SPI e indígenas *Gorotire*, assistidos por seringueiros locais que ficaram mais do que felizes em participar da expedição porque aspiravam que, se o empreendimento teve sucesso em aproximar pacificamente os indígenas *Mebêngôkre*, pudessem ganhar livre acesso a toda a área entre os rios Iriri e Jamanxim para explorar a borracha e, além disso, talvez poder empregar os indígenas como mão de obra barata. Meirelles e sua equipe facilmente estabeleceram contato com o pequeno grupo *Kararaô* que havia recentemente se instalado no alto Igarapé do Limão. Logo depois, estabeleceram também contato com os *Menokanê*. Esses contatos ocorreram sem problemas, não apenas pela presença dos indígenas *Gorotire*, enviados como vanguarda, mas também porque Meirelles havia trazido de presente uma quantidade de armas de fogo e munições que ele distribuiu aos indígenas. Houve um momento de hesitação da parte dos indígenas que temiam que os membros da expedição viessem para se vingar das vítimas anteriores, mas assim que perceberam que receberam presentes (e principalmente armas), eles acolheram a equipe e aceitaram a proposta de paz que Meirelles proclamava.

Como era de costume naquela época, Meirelles pediu aos *Menokanê* de se estabelecer ao longo de um rio, supostamente para poder fornecer melhor assistência aos indígenas. Na perspectiva de tempos melhores pela frente, os indígenas seguiram cegamente as diretivas do SPI e ergueram um acampamento ao lado do barracão de Bom Futuro. Assim, os *Menokanê* prontamente abandonaram sua aldeia. Os *Kararaô* também foram alojados lá. Em um ano, quase metade dos indígenas foram vítimas de doenças ocidentais contra as quais os *Menokanê* não tinham imunidade. O SPI não conseguiu fazer face a esta calamidade porque sofria de uma grave falta de recursos financeiros. Havia pouco que os agentes do SPI que trabalharam com os indígenas, pudessem fazer, a não ser assistir impotentes enquanto muitos indígenas morriam. Enquanto isso, o SPI instruiu esses agentes a integrar os indígenas à economia local o mais rápido possível. No caso dos *Menokanê*, isso envolvia extrair borracha e coletar castanha-do-pará. Os indígenas cooperaram de boa vontade porque era a única maneira para ter acesso aos produtos



ocidentais que tanto cobiçavam, incluindo munição e objetos de metal como facões, panelas e assim por diante.

Meirelles voltou em 1958, não para melhorar a assistência aos Menokanê, mas para “pacificar” o grande grupo *Mekrãgnoti*. Nesta ocasião, Meirelles contou com a ajuda de guias Gorotire e... Menokanê. Após estabelecer esse contato, Meirelles voltou para Belém. Nos meses seguintes, começou a crescer no grupo *Menokanê* a ideia de se unir com os *Mekrãgnoti*. Nessa altura, os *Menokanê* contavam com menos da metade da população original, e a perspectiva de uma fusão com um grupo maior revelou-se atraente, nem que seja para poder realizar as grandes cerimônias juntos. A ideia ganhou cada vez mais apoio até que o grupo *Menokanê*, já bastante reduzido demograficamente, decidiu ir em frente. Porém, durante a longa viagem de canoa e a pé, direção à aldeia *Mekrãgnoti* localizada no meio da floresta, um dos acompanhantes *Mekrãgnoti* espalhou o boato que seu povo ia matá-los quando chegassem. Assustados, os *Menokanê* pararam aonde haviam chegado, sendo o local que era conhecido pelo nome Baú. Isso deu início à Baú como assentamento *Mebêngôkre*. Isso foi em 1960.

Após uma tentativa fracassada pelo SPI de estabelecer os *Mekrãgnoti* ao longo de um rio — no caso o Rio Iriri — eles mantiveram sua aldeia na vasta floresta entre os rios Curuá e Iriri. Porém, cresceu entre os *Mekrãgnoti* o interesse para também ter acesso fácil às mercadorias ocidentais, assim como os *Menokanê*. É por isso que, no período entre 1961 e 1967, Baú era frequentemente visitado por homens ou famílias *Mekrãgnoti* que ali se estabeleceram temporariamente para trabalhar ou vender peles de animais que haviam coletado. Isso porque ao lado da pequena aldeia *Menokanê*, o SPI tinha estabelecido um pequeno posto de assistência. O posto sofria de uma escassez crônica de recursos (incluindo medicamentos), mas era o único ponto em toda a região onde os *Menokanê* e *Mekrãgnoti* tinham acesso a ajuda em caso de necessidade, e onde podiam obter mercadorias. Em meados da década de 1960, a situação em Baú melhorou quando um missionário canadense se estabeleceu lá — logo depois, outro missionário canadense seguiu esse exemplo e se estabeleceu entre os *Mekrãgnoti*.

Em 1965, membros do pequeno grupo *Mebêngôkre* isolado que vivia na região do alto Igarapé Baú, mataram um homem *Mekrãgnoti* que estava visitando Baú. Esse grupinho isolado foi chamado *Byriryti*. Era composta por um grupo familiar que tinha se separado do grande grupo *Mekrãgnoti* em 1944 e que, a partir de então, permaneceu escondido, perambulando pela imensa mata ao redor do rio Curuá e do Igarapé Baú. Três anos depois, em 1968, o pequeno grupo *Byriryti* de oito membros foi contatado pelos guerreiros *Menokanê* acompanhados de alguns guerreiros *Mekrãgnoti* que estavam visitando Baú. Em menos de um ano, todos os



membros do *Byriryti* sucumbiram a doenças ocidentais que ocasionalmente continuavam a atormentar os *Menokanê*.

Em 1974, a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) alcançou o Sul do Pará e chegou próxima da aldeia Baú: os *Menokanê* podiam ouvir os trabalhos na rodovia. Isso foi o início de uma nova era para eles, pois, anos depois, essa rodovia tornou-se a rota de abastecimento ao longo da qual eles constantemente tinham acesso às mercadorias. Isso tornou Baú novamente atraente para os *Mekrãgnoti*, assim como havia sido uma década antes. Naquele ano de 1974, a aldeia *Menokanê* em Baú contava com apenas 41 indígenas. Assim, o grupo continuava sem a massa crítica, do ponto de vista demográfico, necessária para celebrar as grandes cerimônias tão importantes para os *Mebêngôkre*. Como será mencionado no **item 6.9**, as cerimônias constituem a cola que une a comunidade em uma unidade coesa. Ora, a pequena aldeia Baú continuou a ser privada dessas importantes interações sociais.

Ainda nos anos 1970, a falta de meios de transporte entre Baú e a aldeia *Mekrãgnoti* fez com que visitas entre essas comunidades aldeãs continuassem a ser praticamente impossíveis. Mas as coisas estavam mudando, pois a Funai investiu num programa para os *Menokanê* e os *Mekrãgnoti* coletar castanhas-do-pará, que seriam transportadas por lancha de Baú até Altamira. Para incluir os *Mekrãgnoti* no programa, eles deviam coletar castanhas na área de Baú, região repleta de castanhais. Assim, quase anualmente, um grupo de homens (às vezes acompanhados de umas mulheres) *Mekrãgnoti* foram a pé até Baú para coletar castanhas e assim garantir uma renda para a comunidade. Embora tenham ocorrido conflitos ocasionais entre os *Menokanê* e os visitantes dominantes, este processo levou a uma aproximação entre os dois grupos. Uma primeira consequência direta disso foi que várias pessoas *Mekrãgnoti* se estabeleceram em Baú, e alguns *Menokanê* se moviam na direção oposta. Esse processo de contatos intergrupais levou ao aumento demográfico em Baú que, em 1980, contava com 61 pessoas.

Mas a situação na área alterou mesmo quando as comunidades *Mebêngôkre*, nos anos 1980, abriram a mão para que madeireiros explorassem certas zonas dos territórios indígenas. Isto mudou todo o quadro geral na região, pois, de repente, era possível viajar entre aldeias. Foi nessa época que mais famílias *Mekrãgnoti* se mudaram para Baú para que os homens pudessem trabalhar lá por longos períodos e assim adquirir bens importantes, como motores de popa ou transmissores de rádio. Várias dessas famílias permaneceram em Baú, e isso resultou na verdadeira recuperação demográfica da aldeia dos *Menokanê*. A intensificação dos contatos intergrupais, possíveis graças aos meios de transporte disponibilizados pelo influxo financeiro



de dinheiro proveniente da exploração madeireira, possibilitou que os *Menokanê*, com o apoio de parentes *Mekrãgnoti*, mais uma vez realizassem cerimônias maiores, tais como as importantes cerimônias de nomeação. Isto porque os *Menokanê* começaram a organizar tais cerimônias, convidando parentes na grande aldeia *Mekrãgnoti* assim como na segunda aldeia *Mekrãgnoti*, chamada *Pykany*, que tinha se separado da aldeia principal em 1980.

Com o passar do tempo, a aldeia Baú começou a contar mais descendentes dos *Mekrãgnoti* do que dos *Menokanê* originais. Em 2011, aconteceu uma separação quando dois terços da população de Baú saíram da aldeia para construir uma nova aldeia, localizada do outro lado do rio, literalmente em frente à Baú. A nova aldeia foi chamada *Kamaú*, após o nome dado pelos *Menokanê* a aldeia antiga que tinham construído ao lado do local Bom Futuro, em 1957. Não muito depois de 2011, surgiu uma nova aldeia dentro da TI Baú. Trata-se de *Krambarj*, composto de um grupo familiar que se separou da aldeia *Mekrãgnoti* chamada *Pykany*. Esse movimento migratório de *Krambarj* foi seguido por vários outros grupos, até que, hoje em dia, existem, além de Baú e *Kamaú*, cinco aldeias recém-instaladas dentro da TI Baú. Trata-se de *Krambarj*, *Ronko* e *Kamure*, que consistiam em grupos familiares que se separaram da aldeia *Pykany*; *Ronkojagot* que se separou de *Kubenkokre* (a aldeia *Mekrãgnoti* principal) e de *Ratxopreti*, que se separou de *Kamaú*. Isso quer dizer que quatro das cinco aldeias novas são habitadas pelos *Mekrãgnoti*.

É importante notar que, paralelamente, havia outros grupos familiares que se separaram das duas aldeias *Mekrãgnoti*, mas que estes se instalaram dentro da TI *Menkrãgnoti*. São várias as razões por que as quatro comunidades *Mekrãgnoti* se instalaram dentro da TI Baú. Uma delas é a dominância no plano político, dentro da TI *Menkrãgnoti*, das aldeias maiores, sendo *Pykany* e, sobretudo, *Kubenkokre*. As pequenas aldeias dissidentes queriam romper com essa situação. Outro argumento é a posição forte de *Koe-i*, o chefe da aldeia *Kamaú*. *Koe-i* é filho de *Mantinó*, até recentemente um dos últimos homens que viveu a separação dos *Menokanê* dos *Gorotire*, e posteriormente também dos *Mekrãgnoti*; ele se tornou chefe de Baú em meados da década 1960 e, sobretudo, perfilou-se como a pessoa que durante quarenta anos lutou imperturbavelmente para a demarcação da terra dos *Menokanê* — terra que foi homologada em 2008. *Koe-i* foi inicialmente uma figura bastante retraída que agia à sombra de seu pai forte, mas que mais tarde se tornou ele mesmo um chefe forte, estabelecendo relações externas através de arranjos institucionais permitiu que *Kamaú* se transformasse em uma comunidade forte em infraestrutura.



Fortalecidos por esse processo, *Kamaú*, juntamente com as demais aldeias da TI Baú, decidiram criar sua própria associação indígena e romper com o existente Instituto Kabu, ao qual essas aldeias estavam anteriormente associadas. Esta decisão foi parcialmente inspirada pelo fato de as comunidades participantes terem optado por não continuar numa associação (no caso, o Instituto Kabu) e, assim, foi criada a Associação Mantinó, assim chamada em memória do pai de *Koe'i*. Apenas a aldeia Baú decidiu não se filiar a essa nova associação e preferiu continuar dentro do Instituto Kabu. Nessa fase, a comunidade de Baú ocupava uma posição marginal dentro da TI Baú, pois era a única que não participava da Associação Mantinó, se mantendo fiel ao Instituto Kabu. O Instituto Kabu continuou ininterruptamente a fornecer assistência à aldeia de Baú, e isso não só levou a uma posição confiante dessa comunidade dentro da TI Baú, mas também resultou na migração, durante os últimos anos, de indivíduos e famílias de várias outras aldeias — tanto *Mekrãgnoti* quanto *Menokanê* — para Baú. Também é importante a este respeito que a aldeia de Kamure (originalmente uma divisão da aldeia *Mekrãgnoti* de *Pykany*), muito recentemente decidiu voltar para o Instituto Kabu.

Para concluir este capítulo, é importante ressaltar que a antiga inimizade entre os *Menokanê* e os *Mekrãgnoti* não existe mais em si, mas permanece um remanescente subjacente. Como é claramente mostrado neste capítulo e nos **capítulos 5.2 e 5.4**, os *Menokanê* não fazem parte do grande grupo *Mekrãgnoti*: os *Menokanê* viveram com os *Mekrãgnoti* por cerca de uma década, mas depois se separaram e se tornaram, como era comum naquela época período, inimigos tradicionais dos *Mekrãgnoti*. Tudo isso enquanto o relativamente pequeno grupo *Menokanê* é sempre, e incorretamente, considerado um subgrupo *Mekrãgnoti* na literatura e por entidades externas (agentes da Funai, trabalhadores de ONGs, missionários...). O fato de os *Menokanê* terem insistido para a Funai, na década de 1980, a ter sua própria Terra Indígena, separada da Terra Indígena *Menkrãgnoti*, já mostra que se trata de dois grupos independentes, separados. Assim, é compreensível que os habitantes da aldeia *Kamau* e de sua aldeia satélite, *Ratxopreti*, insistam que eles não são *Mekrãgnoti*: de fato, não o são, pois são *Menokanê*.

Ora, é importante entender certos aspectos importantes da dinâmica da formação das comunidades *Mebêngôkre*, sendo que, independentemente da influência dos imigrantes, uma comunidade continua a ser associada com o grupo que deu origem aquela comunidade. Ou seja, ao imigrar numa comunidade, o indivíduo se torna automaticamente um membro dessa comunidade, independentemente da origem e afiliação anterior. O caso da aldeia *Gorotire* é um bom exemplo para ilustrar essa dinâmica. A aldeia *Gorotire* foi criada em meados dos anos 1930,



quando um grande grupo se separou do grupo principal que na literatura é comumente chamado pelo mesmo nome, *Gorotire*. Ao se separar, o grupo dissidente contava com quase 800 indígenas, mas devido a múltiplas epidemias de doenças ocidentais, a população diminuiu rapidamente para apenas 89 sobreviventes. A população continuou a diminuir até que, na década de 1950, houve uma verdadeira explosão demográfica. Esse foi o resultado da imigração de muitas famílias *Xikrin* e *Kubenkokre*, grupos *Mebêngôkre* recém- “pacificados” e das quais famílias inteiras foram atraídas pela assistência disponível na aldeia *Gorotire*, e não na sua própria aldeia. Apesar do grande número de imigrantes na aldeia *Gorotire*, e da grande influência deles na política interna, esta aldeia continuou a ser considerada como uma aldeia *Gorotire* pelos próprios *Mebêngôkre*. Ele se apresenta agora no caso da aldeia Kamaú, que, em última instância, conta com mais imigrantes *Mekrãgnoti* e seus descendentes diretos, que *Menokanê* propriamente ditos, mas que apesar disto, continua a ser considerada como uma aldeia *Menokanê*, i.e., não *Mekrãgnoti*.

Quando um indivíduo deixa seu próprio grupo e passa para outro grupo, ele é imediatamente considerado membro do grupo para o qual se mudou. Portanto, não existe filiação vitalícia a um determinado grupo entre os *Mebêngôkre*. As comunidades são compostas por pessoas que vivem juntas. Assim, uma pessoa pode nascer como membro do grupo *Mekrãgnoti*, mas depois migrar para os *Kubenranken* e será a partir de então considerada como *Kubenranken*. Essa flexibilidade pode ser entendida e explicada pela dinâmica numa comunidade aldeã onde as configurações políticas não são permanentes e mudam quando as comunidades aldeãs se fundem, após tensões internas dentro dessa comunidade, e demais. Tais mudanças importantes na composição demográfica de um grupo, sejam elas repentinas ou graduais, são frequentemente acompanhadas por um rearranjo das sociedades masculinas. Ademais, os filhos não pertencem à mesma sociedade masculina que seus pais.

Menokanê (“aqueles com olhos doentes”) é o nome da sociedade masculina que se separou do grande grupo *Gorotire* em meados da década de 1930 e se juntou temporariamente aos *Mekrãgnoti* (“aqueles com a testa toda pintada vermelho”). Quando se separaram novamente dez anos depois e formaram um grupo autônomo, aqueles homens que faziam parte do grupo original *Menokanê*, e que viveram a separação dos *Gorotire* já sendo adultos, eram idosos. Eram poucos. Mas os seus filhos não eram *Menokanê*, pois ao crescer, eles não se filiaram à sociedade masculina que era assim chamada. No caso, eles se associaram a uma das sociedades masculinas existentes na aldeia *Mekrãgnoti*, onde se tornaram adultos. Mas algum tempo depois dos ditos *Menokanê* se separaram de novo, desta vez dos *Mekrãgnoti*, e



formaram um grupo autônomo, os homens se reorganizaram e assim surgiram duas sociedades masculinas, a maior sendo chamado (*Mebê*) *Kamaú* (“aqueles do cavalo”), e a menor (*Me*) *Ità-re* (“aqueles com enfeite vermelho na testa”). No caso do finado Mantinó, que era chefe da aldeia Baú nas décadas 1960 até 2010, após o nascimento de seu primeiro filho — momento em que ele teve que decidir a qual sociedade queria pertencer — ele se tornou membro de uma dessas duas novas sociedades masculinas — no caso *Mebêkamaú*. Em outras palavras, Mantinó, e seus pares nunca foram membros da sociedade masculina *Menokanê*, porque esta foi formada por seus pais. Portanto, nomes como *Mekrãgnoti* e *Menokanê*, comumente usados na literatura, refletem uma realidade do passado, porque os nomes das sociedades masculinas são temporários. *Mekrãgnoti*, *Menokanê* e *Kararaô* são nomes de antigas sociedades masculinas que não existem mais. Os nomes persistem porque os outros grupos *Mebêngôkre* continuam a usá-los, e os envolvidos se sentem confortáveis em serem chamadas dessa forma — assim como os *Mebêngôkre* se familiarizar com o fato de terem sido chamados de Kayapó por outros grupos populacionais durante décadas, embora agora prefiram ser chamados pela autodesignação *Mebêngôkre-Kayapó*. Trata-se, portanto, de nomes de sociedades masculinas antigas — lês, extintos — que, assim, não refletem a realidade da dinâmica atual das associações masculinas dentro das sociedades *Mebêngôkre*, mas a literatura segue a forma como os grupos *Mebêngôkre-Kayapó* se referem entre si, e por isso continua a utilizar nomes como *Menokanê* e *Mekrãgnoti*.

6.2 A CONSTITUIÇÃO DAS ALDEIAS SEGUNDO RELATOS INDÍGENAS

De acordo com os registros históricos, a organização política *Mebêngôkre-Kayapó* é marcada historicamente pelas grandes cisões dos grupos *Mebêngôkre*, dados aos distintos conflitos territoriais e para a sobrevivência do grupo.

No século XIX, se dividiam em três grandes grupos, os *Ira'amranh* (“os que passeiam nas planícies”), os *Gorotí Kumrenhtx* (“os homens do verdadeiro grande grupo”) e os *Porekry* (“os homens dos pequenos bambus”). A cisão resultou em três frentes de agrupamentos: os *Mebêngôkre-Kayapó* meridionais que migraram atravessando o Xingu em direção a oeste se estendendo pelas regiões do rio Iriri até o rio Tapajós; os *Mebêngôkre-Kayapó* setentrionais, separados por volta de 1947 seguindo a norte; os *Mebêngôkre-Kayapó* centrais que se separaram do grupo *Mebêngôkre-Kayapó* meridionais em 1956 após uma série de cisões e amalgamações desde aproximadamente 1935.



No entanto, o grupo em destaque é reconhecido pelos demais subgrupos Kayapó como os grupos descendentes dos *Gorotire*, denominados como subgrupos *Menokanê* (“aqueles com olhos doentes”) e *Menkrãgnoti* (“aqueles com a testa toda pintada de vermelho”), mas na junção de dialogar entre os antigos subgrupos, decidiram pela autodenominação *Mebêngôkre-Kayapó*.

A construção do presente item apresenta a construção histórica através dos relatos indígenas sobre a constituição atual das aldeias da TI Baú. Para tanto, foram realizadas entrevistas livres com os indígenas anciãos na busca de resgatar fragmentos da história através da memória e percepção indígena daquele período. É importante frisar que durante o período de pandemia a TI Baú, bem como todo povo *Mebêngôkre-Kayapó*, tiveram perdas irreparáveis sobre a memória oral da comunidade, pois muitos anciãos que guardavam as grandes histórias partiram, permanecendo, ainda, pouco dos antigos sábios historiadores orais da comunidade.

Durante a cisão do grupo *Menokanê* do grupo *Menkrãgnoti*, junto a uma porção de indígenas do grupo *Menkrãgnoti*, liderados pelo guerreiro *Kenti* seguiram para o sentido noroeste, até alcançarem o rio Curuá, onde se instalaram. O agrupamento perdurou por um longo período, mas, novamente, posteriormente, ocorreu uma nova cisão entre eles, especialmente, devido aos confrontos com os grupos maiores e com os seringueiros que ocupavam a atual área onde se localiza a aldeia Baú.

Segundo o relato de *Wakonkra*, pajé da aldeia Baú, tratava-se do início da **retomada do território da aldeia Baú**, por aquele grupo liderado pelo guerreiro *Kenti*, *acompanhado por seu pai, Bepmotire e sua mãe Opotikwyj*:

“Antigamente, todos viviam naquela parte onde o pessoal chama de Mato Grosso, lá era uma aldeia grande, onde abrigava todo mundo. A partir dali surgiu um desentendimento entre o próprio povo, resultando em uma cisão dos Kayapó. Então, os grupos se separaram, um grupo veio para cá, acompanhando o Kenti, uma liderança antiga, famosa e guerreira. Kenti tinha muita coragem e os kuben tinham medo dele. Kenti junto de seu grupo vieram para essa região e passaram a permanecer para esse lado de cá. Depois disso, outros desentendimentos ocorreram, o próprio Kenti brigou mais uma vez e passou a morar aqui, mais ou menos onde está localizado Novo Progresso. Lá era uma aldeia, foi onde ele viveu por muito tempo lá. A partir do momento que o Kenti passou a frequentar esse local e mais ou menos onde está Novo Progresso, eles circulavam muito por essa região toda. Kenti não estava só, ele tinha um grupo de guerreiros junto com ele: My’ure, Takamaytj, Mojcore, Bejwareme, Bejwore, Amjokrã, Tobi, Takamokoro, Kwaje, Wajmine, Wjpui, Ariti. Naquela época, Mantinó não morava aqui, ele morava lá embaixo. Naquela



época, embora todo esse território fosse área de coleta indígena, haviam muitos kuben que transitavam naquela época, trabalhavam em busca da castanha, pele dos bichos e entraram em confronto com os guerreiros Kayapó. O conflito fez com que os kuben que sobreviveram fugiram dessa região e os indígenas permaneceram para não permitir a ocupação. Quando os guerreiros vieram para cá, eles não fizeram uma roça como é hoje, naquela época viviam da coleta de frutos da floresta, da caça e da pesca. Antes eles procuravam alimentos diariamente, podendo garantir alguns dias, no máximo uma semana, buscavam mel, peixe. (Entrevista com Wakonkra, aldeia Baú, em 14/10/2023).

Entre retomar à terra para garantir a proteção do território e a sobrevivência do grupo, em meio aos conflitos na região com os seringueiros e as contínuas cisões que ocorriam a todo instante, dividindo o grupo que também migrara para a região do Mato Grosso, *Kenti*, em dado momento retornou para o *Menkrãgnoti*, possivelmente para fortalecer o grupo e convidar novos aliados para tomar a frente de ocupação, segundo relata:

“Kenti e o seu grupo foi quem defenderam essa terra. Ele foi morar do outro lado, mas o pessoal não gostou e ele resolveu ir embora, foi lá para o Menkrãgnoti velho. A terra ficou sem ninguém, nem os kuben, nem os indígenas. Lá para baixo morava Arkme-ê, Ykakoro, Oriwere, Kokoreti e Beka. Esse grupo se autodenominava Menkrãgnotire. E, naquela época teve alguns kuben que se aproximaram desse grupo lá para baixo, eles continuaram morando lá, aí o My’ure em conflito com um kuben, acabou o matando, os não indígenas saíram de lá. Aqui não era Baú o nome, o nome antigo desse lugar era Kãtxo-urukwãre. Foi quando defenderam o meu pai, meu pai não era indígena, meu pai era francês, a minha mãe era indígena, ela era do grupo dos Gorotire. Todos os que estão aqui hoje são os netos e bisnetos de Kentj, eles são os verdadeiros donos dessa terra.

Os grupos andavam como nômadez pela mata, eles não tinham lugar para ficar, andavam pelo rio Iriri, e chegaram lá embaixo onde é o verdadeiro Kamaue, juntos, vieram para começar a morar aqui”.

Depois que o My’ure matou o kuben eles se juntaram lá no Kamau e decidiram vir morar aqui. Depois que eles vieram para cá, o primeiro cacique foi o Oliveira, Kokoreti e o Ykakoro. As três lideranças combinaram com o grupo do Kamau e vieram para Kãtxo-urukwãre, que hoje é chamado de Baú, nome recebido pelos kuben. Essa terra é uma terra onde teve muitos conflitos e muitos indígenas morreram, o Bepmoitire, My’ure e Takamoyte mataram dois kuben para cá para proteger os indígenas. (Entrevista com Wakonkra, aldeia Baú, em 14/10/2023).



Wakonkra, relata sobre a participação de seu pai em meio a defesa do território e a garantia da sobrevivência do grupo, em meio aos conflitos, retomando a linhagem dos primeiros guerreiros que defenderam o território até os dias atuais:

“O meu pai nasceu aqui, mas cresceu lá para cima, no Mato Grosso, depois voltou para cá quando estava com 19 anos, foi quando isso aconteceu. Ele não era indígena, era francês, e matou para proteger os indígenas, e foi então que os indígenas defenderam o meu pai e ele passou a morar aqui. O Oliveira foi o primeiro cacique dessa terra indígena (Baú), era Baú e Menkrãgnoti, aí quem foram os caciques era o Kokoreti, o Oliveira e o Ykakoro; depois o Kokoreti morou aqui e subiu lá para a Menkrãgnoti, e quem ficou aqui foi o Ykakoro e Kokoreti. O Ykakoro e o Oliveira foram os primeiros caciques, daí o Oliveira morreu, Ykakoro foi embora para o Mato Grosso, quem veio depois foi o Amikoto, que ficou como cacique, depois que o Amikoto morreu, aí que veio o Mantinó, depois que o Mantinó morreu veio o Ire-o, depois veio o Bepjore. Essa é a história da terra indígena e dos primeiros caciques. O Oliveira protegeu o Ho-i, o meu avô, ele também não é indígena, foi protegido pelo irmão do Oliveira e quem cuidou dele foi o Oliveira, ele cuidou e teve o Ire-o que foi um dos caciques. O Bepjdore é neto do Kenti.

Os caciques, o Oliveira e o Ykakoro são os verdadeiros donos dessa terra. O Mantinó não é tipo um dono, ele não era dessa terra, ele foi cacique através do Amikoto, o Mantinó é lá para baixo de onde eles vieram, ele foi cacique e começou a morar lá na antiga aldeia Kamau, lá mora os antigos netos do Amikoto. Aqui, no Baú, são os netos e bisnetos do Ykakoro, Oliveira e Kenti. Lá no Kamau são os netos e bisnetos de Amikoto e Mantinó.

Eu e o Wuter/Yuter somos quem chamou essa terra de Baú. Aqui, o Baú era chamado de Kãtxo-urukwãre, eles eram do grupo Gorotire, trabalhavam com os não indígenas e por isso chamavam essa terra de Baú, eles foram os que mataram muitos indígenas aqui. Essa história é muito antes, foi Wuter quem trouxe os não indígenas, começou a morar com os não indígenas, mas depois eles começaram a mataram muitos indígenas aqui. Os indígenas usavam apenas o arco e flecha, com o tempo descobriram as armas que tinham, como espingarda, faca, fogo. Os kuben buscavam os produtos que tinha aqui, mas principalmente a seringa e o cacau; só depois de muito tempo eles quiseram comprar pele de animal. Eu mesmo trabalhei nessa frente. Quando eles descobriram as peles de onça, eles compravam todos os tipos de animais, mas quando descobriram a de onça, só queriam a de onça”. (Entrevista com Wakonkra, aldeia Baú, em 14/10/2023).

Ho-i, ancião da aldeia Baú, retoma uma parte da história da retomada do território:

“O pessoal mais velho daqui morreu tudo já, pegaram sarampo e morreram tudo já, não tem mais ninguém aqui. Eu morava junto com Wakonkra lá no Menkrãgnoti velho. No tempo do SPI eu vim para cá



primeiro, foi o cacique Oliveira que me chamou para cá, aí o Wakonkra veio para cá. No tempo do Oliveira, Teketri, o Ykakoro, muita gente. Morreram tudo, não tem mais ninguém. Naquela época, era um grupo, o pai do Kokoriti, formaram um grupo, mas tinha um grupo que era separado, viveram separado, aí eles moravam lá embaixo, no Bom Futuro. No tempo do SPI, o Chico Meirelles os pegou, ficaram lá embaixo, ficaram, ficaram, ficaram, aí o Chico Meirelles conversou com o Antônio e aí ele trouxe o pessoal para cá, o pessoal tava morrendo muita gente, e trouxe o pessoal para cá e ficaram aqui. Ficaram, ficaram crescendo, crescendo, aqui era o braço direito, o pessoal chamava de Kàtxo-urukwâre, aí nós ficamos, ficamos. Era para proteger do garimpo e do avanço sobre a terra, que queria destruir tudo, a madeira, o garimpo. Daí, os grupos brigaram e teve a divisão, e teve a Kamau depois. O primeiro grupo foi do Amikoto, ele vivia separado, só vivia no mato. O grupo do Ykakoro morava separado também, o Kenti, Amikran, morava separado”. (Entrevista com Ho-i, aldeia Baú, em 14/10/2023).

Kwiku, ancião e pajé da aldeia *Krambarj*, relata sobre a comercialização de peles e de produtos extraídos da floresta, cuja frente seu pai trabalhou, vendendo os produtos para os seringueiros:

“Naquela época dos antigos, os grupos de kuben que viajaram para a floresta, tiveram o contato com o meu pai, o guerreiro Krambarj, lá na TI Menkrãgnoti. Naquela época, os antigos Mebêngôkre, vinham acampando, era o modo de viver deles, o principal alimento deles era o peixe, a castanha, a caça, eles caminhavam longe para coletar alimentos. Mas daí, o movimento dos seringueiros contactou ele, meu pai e o grupo dele, foi daí que eles vinham acompanhando o movimento dos seringueiros daquela época, mas a vontade era de conseguir fazer artesanato de miçangas, coletar sementes. Naquela época também era comprado peles de animais pelos kuben, eles gostavam de comprar pele de onça, mas também compravam de qualquer outro animal. Eu nasci no Menkrãgnoti velho e eu saí de lá rumo à aldeia Baú, na busca de algum trabalho. Naquela época tinha muito kuben que estava em Altamira/PA, muitos saíram de lá e foram para a aldeia Baú, eles queriam comprar pele de animais dos Mebêngôkre que estavam seguindo para a Baú. Naquela época eles não pagavam com dinheiro, eles pagavam em produtos (cartucho de bala para espingarda, rede, panela, facção). Ainda naquela época não havia a pista de pouso no Baú, eles subiram tudo de navio. E eles vieram até a beira do rio a pé e foram remando até a aldeia Baú. E desceu até a aldeia Krimej, eram muitos dias viajando, meu pai andava por tudo, para trabalhar para aquela frente, foi naquela época que ele conheceu a região da Krambarj”. (Entrevista com Kwiku, ancião da aldeia Krambarj, em 09/10/2023).



Enquanto um grupo permanecia na área da aldeia Baú, um outro grupo que havia se separado migrou para outra área do rio Curuá, na aldeia *Nejkonõ*, antes de **ocuparem permanentemente a aldeia Kamau, em 2010.**

Devido aos riscos de contato com os seringueiros e os contínuos conflitos, os grupos se juntavam para garantir a sobrevivência do grupo, *Koe-i*, filho de Mantinó, relata:

“Meu pai era na época do grupo Menkrãgnoti, eu também era. Meu pai morava junto com o grupo Menkrãgnoti na época. O lugar onde eles se espalharam era o Ramptko, se espalharam, meu pai estava com um grupo e o Kenti estava com outro grupo. Daí eles se espalharam, meu pai ficou com um grupo por aqui. Eles ficavam nesse mato, ele ia lá e voltava, o pessoal não parava. Eles tinham a aldeia velha que se chamava Bandjokore, em Novo Progresso. Aqui que o Kuben fez contato com ele, onde fica o limite, que o Kuben chamava de Pimenta. O Kuben trouxe aqui para esse limite que o Kuben chamava de Pimenta, onde eles chamam de aldeia velha, dos antigos. Daí mudaram para cá, Kuben andava atrás do gado para vender, essas coisas. Aqui e no Baú, ele (Mantinó) contava para nós que o Baú era do Kuben, que até hoje tem essas casas antigas do Kuben. Quem era os donos daqueles pedaços de lá era o Antônio e o Francisco Meirelles eram os donos daquele pedaço lá. Antigamente a aldeia deles era lá embaixo, que fizeram a mudança para cá. A aldeia antiga deles se chamava Nejkonõ, lá embaixo.

A aldeia deixou de existir devido ao conflito de contato. Mas, a maioria da turma deles voltaram para lá, um para o Capoto, outro foi para o Menkrãgnoti Velho. Um bocado morreu aqui na época do sarampo, e na época ficou só ele.

Na época meu pai ainda estava na aldeia Baú, que se chamava *Kàtxo-Urukwãre*, era o nome da aldeia deles, do Mantinó. Mas o *kuben* chamava de Baú, por causa do rio Baú. Os *Mebêngôkre* chamavam o rio Baú de *Mejkukaki ngamo*” (entrevista com *Koe-i*, aldeia *Kamau*, em 07/10/2023).

O atual local, onde está a aldeia Baú, no rio Curuá, era ponto atrativo para os seringueiros explorarem a região, incluindo as oportunidades de comercializar peles de bichos e produtos extraídos da floresta pelos indígenas. Entretanto, esse período é marcado por muitos conflitos com os seringueiros, resultando em muitas vítimas indígenas. Em meados da década de 1950, o Serviço de Proteção do Índio se instalou na região objetivando controlar os conflitos e atrair os grupos para retornarem para a aldeia Baú, também com o objetivo de “pacificá-los”. Entretanto, o SPI não possuía recursos suficientes para atender a demanda indígena, que sofriam com o contato e o contágio de sarampo. Tal calamidade, resultou na morte de muitos indígenas, enquanto o SPI sem poder para atuar, assistia impotentemente os indígenas morrerem.



Sobre esse período, *Kukojtaminho*, anciã da aldeia *Kamau*, filha de *Mantinó*, conta sobre o contato:

“Eu nasci nessa região, na época não tinha demarcado, eu nasci aqui lá embaixo descendo o rio Curuá, na antiga aldeia chamada Kurodjame. Naquela época havia muitos conflitos com os povos e com os seringueiros, era preciso nos afastarmos do rio para nos protegermos. Depois que fizeram o contato conosco, passamos a morar próximo à beira do rio Curuá. Eu tinha cinco anos de idade, eu me lembro da pessoa que apareceu naquela região e fez o contato; depois disso, começamos a nos aproximar. Mas a minha mãe morreu um pouco depois de sarampo e eu passei a ser cuidada por uma outra mãe, que veio para essa região do Baú. Eu cresci na aldeia Baú, mas naquela época o sarampo matou quase todos da aldeia, sobrou cerca de sete pessoas na aldeia Baú e que sobreviveram a doença. Depois fomos para Menkrãgnoti Velho, fui com o meu irmão Kabuki e um outro tio que faleceu. O Kabuki veio me buscar e voltamos para a aldeia Menkrãgnoti Velho, foi o último lugar que morei antes de vir para cá quando me casei e retornei para lá novamente. Da Menkrãgnoti Velho, teve um outro contato quando eu estava lá, era o SPI que vieram até nós fazer o contato, lá eu fiquei um tempo, mas não tinha água potável, só tinha um córrego e na época de seca a vida era muito difícil. Pensamos em mudar para a região do rio Iriri, na aldeia Kubenkokre, e passei a morar lá, ficando até 1984-1985; foi lá que constituímos a nossa família e ficamos muitos anos, devido as condições de vida junto ao rio e mais protegida, na floresta, quando a família já estavam para cá, eu resolvi vir para cá novamente”. (Entrevista com *Kukojtaminho*, aldeia *Kamau*, em 06/10/2023).

Os dois grupos que haviam se juntado para proteger a região da aldeia Baú, o rio Curuá, havia sofrido imensamente com o contato e o contágio com o sarampo. Tal situação forçou abandonarem a área da aldeia Baú e retornarem para a aldeia mãe, *Menkrãgnoti velho*, em busca da sobrevivência. Entretanto, o período marca também uma frente de contato do SPI, de seringueiros e exploradores de recursos naturais, na região do *Menkrãgnoti velho*, o que impulsionou a novas cisões e a abertura das aldeias *Pykany* e, posteriormente, com as cisões, a aldeia *Kubenkokre*, na TI *Menkrãgnoti*.

Kabuki, ancião, pajé da aldeia *Kamau*, filho de *Mantinó*, relata sobre a abertura da *Kubenkokre* e esse período de novas cisões:

“Eu morava quando eu era pequeno lá no Menkrãgnoti Velho, lá tem um lugar chamado Kandoka, perto de um castanhal, onde o meu avô faleceu. Quando eu vim para cá eu já era adulto, e retornei para o Menkrãgnoti velho, fiquei muitos anos lá, na época do contato, eu fui para fundar a aldeia Kubenkokre, fiquei lá bastante tempo. E, só depois



eu vim para cá. Quem fundou a aldeia fomos nós, agora estamos aqui. Assim que começou a nossa história. Eu vou continuar morando aqui e lutando por nosso território aqui, aqui que é o meu lugar”. Entrevista com Kabuki, aldeia Kamau, em 06/10/2023).

O período de afastamento da aldeia Baú devido aos conflitos e ao contágio de sarampo, resultando no retorno dos grupos para as aldeias *Menkrãgnoti* velho, posteriormente *Pykany* e *Kubenkokre* perdurou até meados de 1968, segundo os dados secundários. Os conflitos, no entanto, não diminuíram, especialmente com a aproximação dos colonos, a expansão do governo em expandir a região amazônica e com o objetivo da abertura da BR-163, interligando Cuiabá/MT à Santarém/MT. A pressão sobre o território só aumentava. E, mesmo com pequenos grupos *Mebêngôkre* vivendo mais isolados ou mesmo, de pequenos grupos, vivendo próximo ao rio Curuá, o risco era iminente a todo o povo *Mebêngôkre-Kayapó*.

Em meio aos riscos de contato e de conflito, os *Mebêngôkre-Kayapó* organizaram estratégias de um retorno mais amplo com as famílias que haviam retornado TI *Menkrãgnoti* objetivando protegerem a TI Baú. Na aldeia Baú, naquele momento do início da abertura da BR-163, iniciara um novo período de retomada do território.

As dificuldades de acessibilidade entre as terras indígenas *Menkrãgnoti* e Baú eram praticamente impossíveis, com a chegada da BR-163 e a pressão sobre o território, a articulação indígena pressionando o órgão para obter a homologação da terra e a frente de colonos que avançavam cada vez mais sobre os extremos da TI Baú, fizeram com que a Funai investisse em um programa para os dois grupos, *Menokanê* e *Menkrãgnoti*, coletassem castanhas-do-pará e que seriam transportadas da aldeia Baú até Altamira, resultando num processo de aproximação entre os dois grupos e de fortalecimento dos laços internos e da economia indígena.

Kwiku, ancião da aldeia Krambarj, conta sobre os acordos internos da retomada:

“Teve uma frente de colheita de castanha organizado pela Funai, mas antes disso, não tinha demarcação, descobriram que a terra estava tomada pelos kuben, foi quando lá na Menkrãgnoti resolveram organizar uma frente para proteger a TI Baú. Daí chamaram o Mantinó para morar na Menkrãgnoti, chamaram o Raoni, Kramoroj e o Bepgogoti para se reunirem para falarem com Mantinó para tratar da demarcação da TI Menkrãgnoti e da TI Baú. Eles estavam lutando para demarcar para eles lá na TI Menkrãgnoti e por isso a TI Baú também foi demarcada. Eles pediram para Mantinó mudar para a TI Menkrãgnoti para ficar lá, daí reuniram com Raoni, Bepgogoti e Kramoroj para tratar da demarcação da TI Baú.



Eles acompanharam onde colocaram o marco de demarcação. Eu já era adulto, encontrei com Raoni, Kramoroj na cachoeira. Eles pediram para colocar o marco para cá, no limite. Eu também os acompanhei na colocação do marco de delimitação da TI Baú. Depois disso, eu ficava entre a TI Menkrãgnoti e na TI Baú em busca de algum trabalho. O meu pai foi enterrado na aldeia Baú. A mudança da Menkrãgnoti velho tem um igarapé onde tem muito lambari e um caiu lá, se machucou. E depois disso, eles resolveram sair de lá para abrir a aldeia Pykany e outros seguiram para abrirem a aldeia Kubenkokre, depois voltaram para a Baú. Naquela época já tinha as duas aldeias na TI Menkrãgnoti e eu fiquei na aldeia Pykany por um tempo. Lá na aldeia Pykany, algumas pessoas resolveram sair para criar a aldeia Kenjan, outras vieram para a frente da Baú” (entrevista com Kwiku, aldeia Krambarj, em 09/10/2023).

Koe-i, guerreiro da aldeia Kamau, relata sobre o período de demarcação, contando um pouco a história de Mantinó e da **constituição da aldeia Kamau**:

“Eu lembro de quando ele era sozinho. Tem ainda um do grupo dele, que é o Ho-i, da aldeia Baú, que está vivo ainda, o resto está espalhado em algumas aldeias por aí. Na época da demarcação, ele era novo, vinha lutando, para ver se conseguia a demarcação da TI Baú, na época eu tinha 12 anos, eu tinha 13-14 anos eu ia com ele nas reuniões. Na época, como nós estamos, em 1987, o pessoal queria tirar nós daqui a família do Mantinó levava no Menkrãgnoti Velho ou qualquer outra área, porque aqui eles diziam ser terra do kuben, eu acompanhava o meu pai, e na época quem pediu para o meu pai ficar e afirmasse foi o finado Payakan. O meu tio e Mantinó teve que permanecer no Baú, porque muito mais tarde o kuben iria invadir e querer tomar as terras, que é o que está acontecendo. Se não fosse essa pessoa, teriam levado a gente para a Pykany, eu me lembro muito bem, a gente não queria sair, não queria sair, na época já vieram e lutou, lutou, e em meados de 1990, os kuben começaram a querer invadir cada vez mais. Porque não tinha mais como a gente segura mais, Novo Progresso, Castelo dos Sonhos estavam crescendo, grileiro, madeireiro, tudo crescendo cada vez mais. E como a gente iria fazer mais, tinha que fazer um acordo, pq a divisa nossa era lá, o limite antigo. A gente ficou com medo de sair daqui e os kuben, então a gente pensou e resolveu chegar num acordo com o kuben para demarcar logo, a demarcação começou em 1995, a homologação foi em 2008. E a gente lutou, o kuben não queria também, e a gente conversou com a Funai e com um monte de gente para demarcar a terra para nós. E quando a gente cresceu a gente começou a lutar no lugar de nossos pais porque eles já não aguentavam mais ir às reuniões e não homologar. Então, quem fez isso, foi todos nós, foi o filho do Mantinó, foi nós que fizemos isso e hoje a aldeia cresceu né, tem 4 aldeias lá para cima e duas aqui para baixo. Naquela época, quando estava todo mundo lá, nós e os outros de lá, era muito difícil o acesso, a ribanceira do outro lado era muito alta. E como estava crescendo nós, os nossos filhos, a ribanceira era



muito alta, a gente ficou preocupado com os nossos filhos, como aqui era a terra plana e eu queria que todo mundo mudasse para cá, mas as famílias que estava para lá, mas eles com medo dos kuben, resolveram ficar para lá e nós resolvemos fazer essa aldeia em 2010, não faz muito tempo, faz pouco tempo. Baú, a gente nasceu e crescemos no Baú e mudamos para cá. Lá não tinha como fazer mais aldeia, tem a pista de pouso, e nós mudamos para cá porque era mais plano, o acesso era melhor, já estava na casa vindo de carro, já estava na casa. Não era aqui antes, no outro ramal lá embaixo, onde a Baú era antes, por que agora renovou, lá era uma estrada antiga na época, a gente ia lá e descia. Quando a prefeitura de Novo Progresso ajudou a fazer, a abrir essa estrada aqui para nós, ainda assim era difícil porque não tinha canoa para atravessar, a gente gritava, chamando. E, quem quis ficar aqui, ficou, quem não quis se foi. Quem são os fundadores dessa terra aqui, somos nós, foi o meu pai. A gente está aqui, e está bom, estamos felizes aqui. Eu fico feliz, por isso quando eu falo do meu pai é porque não tem como, era uma pessoa lutando por essa terra, eu fico feliz contando a história dele, eu fico emocionado em contar a história do meu pai. É através dele que muita gente está aqui, que muita gente veio para cá. E por isso nós colocamos o nome dele na Associação. Quando ele ia para Brasília/DF, as pessoas pediam outras coisas, mas o negócio dele era a demarcação de terra, quem acompanhava ele desde novo, era eu. E por isso que estamos aqui, junto com o pessoal da Baú, estamos indo”. (Entrevista com Koe-i, aldeia Kamau, em 07/10/2023).

Nhakwiti, irmã de Koe-i, filha de Mantinó, da aldeia Kamau, também conta um pouco sobre seu pai:

“Naquela época, meu pai chegou no Bonfim e foi vindo para a aldeia Kamau, mas foram os Kuben que trouxeram o seu pai, Mantinó, ele foi o grande responsável pela luta de demarcação do território da TI Baú, da proteção do território naquela época. Ele faleceu lutando pela terra, que deixou para seus filhos e toda a família Mebêngôkre” (Entrevista com Nhakwiti, aldeia Kamau, em 07/10/2023).

Contudo, a década de 1980 é marcada pela luta pela homologação da terra em meio a expansão dos colonos sobre o território, motivo pelo qual as pressões sobre os recursos naturais, sobretudo a exploração da madeira, ocasionaram em mais conflitos e a exploração de um grande trecho do território. Contudo, após anos de conflito, houve um acordo entre indígenas *Mebêngôkre-Kayapó*, os fazendeiros e a Funai sobre os trâmites para a conclusão da demarcação da TI Baú, que ocorreu somente em 2008, com a redução de 307 mil hectares do território, a fim de cessar os conflitos.



A partir da abertura da BR-163 e dos acordos de homologação da TI, outras aldeias foram constituídas como estratégia de proteger os limites do território.

Kwiku, ancião da aldeia *Krambarj*, filho do guerreiro *Krambarj*, relata sobre o **surgimento da aldeia *Krambarj***, em 2017:

“Quando já tinha duas aldeias na TI Menkrãgnoti, eu morava na Pykany, fiquei um tempo por lá, foi quando um grupo saiu de lá para abrir a Kenjan, outros foram para a Baú, e nós viemos para cá, em 2017. Esse lugar era conhecido pelo meu pai, ele já tinha vindo aqui antes, tinha roça, ele vinha acompanhando o movimento e acampando por essa região que ele passava e foi por isso que ele abriu aqui, foi o meu pai que veio para cá primeiro” (entrevista com *Kwiku*, aldeia *Krambarj*, em 09/10/2023).

A aldeia *Krambarj* foi aberta em uma das frentes de proteção do limite do território, local onde o pai de *Kwiku* já havia iniciado o roçado – marco de assentamento das famílias que acampam para prover dos alimentos da floresta para a sobrevivência, durante as longas caminhadas dentro da floresta.

Similar ao processo das aldeias mais recentes, cujo objetivo era proteger locais estratégicos do território é que nasce a aldeia *Kamure*. O cacique *Anhê*, relata um pouco sobre o **período de abertura e constituição da aldeia *Kamure***:

*“Eu nasci na aldeia Menkrãgnoti velho, nós viemos para cá na aldeia Baú, na década de 1980, junto com os meus pais. Foi na aldeia Baú, que eu me casei aqui, estudei aqui e tive três filhos. Aí depois, por causa do pai da minha esposa, o pai de criação, depois mudamos em 1994 para o Pykany velho, aí depois mudamos para o Pykany novo, na Jabui. Aí por causa de política, minha esposa me perguntou para onde nós iríamos, então, eu conversei com a liderança daqui da Baú, a família da minha esposa era daqui, daí resolvi ir para Novo Progresso. Naquela época tinha mais de 60 pessoas na aldeia Baú, daí por causa das coisas ilegais, como eu sempre vinha contra as coisas ilegal, ninguém quer me escutar, só quer escutar o pessoal da Kamau, o pessoal andava junto, tirava coisa ilegal em conjunto, e eu lutava contra. Então, eu estando lá com a minha família eu estou bem. A aldeia *Kamure* foi aberto em 23 de junho de 2018. Quando nós íamos mudar para lá, já tinha garimpeiro, madeireiro, já tinha acabado com tudo, daí nós sobrevoamos com avião e tinha uma estrada velha, tinha a boca do igarapé Coringa, nós vimos, daí estamos na boca desse igarapé. Eu fui para lá para proteger o igarapé e aquele pedaço. Atualmente, a aldeia possui três casas, mas uma casa virou escola”*. (Entrevista com *Anhê*, que estava na aldeia Baú, em 14/10/2023).



Pudja, cacique da aldeia *Ratxopreti*, relata sobre sua trajetória até a **abertura da aldeia Ratxopreti**, em 2019:

“Eu nasci no Menkrãgnoti velho, eu nasci lá e cresci lá, depois que eu me mudei para a aldeia Baú, fiquei um tempão lá e só me mudei para a aldeia Kamau. Só em julho em 2019, eu e o Bej’ pensamos em formar as outras aldeias para proteger as áreas de baixo. Nós pensamos devido os riscos e que futuramente, para nossos filhos e netos, para que eles possam proteger futuramente. A nossa preocupação era com o avanço do garimpo, dos fazendeiros. Eu assumi a aldeia Ratxopreti em 15 de setembro de 2019. Naquele momento só uma família, a minha esposa, minha filha, o meu filho, e mais duas crianças.

Depois de 2020, iniciou a chegada de outras famílias, veio à minha mãe, a Tika, e a família das minhas duas irmãs, a Nhagerek e Nhakamejti. Já em 2021, veio outra família, a família do Bej’, veio o Beptore veio com a família toda; e em 2022 veio mais outra família; atualmente são 82 pessoas na aldeia Ratxopreti.

Na época quando não tinha ninguém para assumir como cacique, em 2021, as comunidades me indicaram para eu continuar sendo cacique; quem em ajuda foi o Bej’, ele me ajudou com alimentação, com o carro. O pai dele já tinha me orientado sobre o melhor local para abrir a aldeia. Para os kuben chamam de “cana brava”, mas o nome indígena é Ratxopreti.

Antigamente, entre 1995 a 1998, aquela região era tomada por balsas de garimpo. Quando eu me mudei para a aldeia Baú em 1999, sai do Menkrãgnoti velho para a aldeia Baú, era um período difícil, mas ainda não era pior do que foi Novo Progresso que em 1985 era tomada toda a região por garimpos, na época que todos vinham para aquela região por causa da região do Morro Pelado, que fica acima da minha aldeia, cerca de 3km acima. Naquela época ainda teve um conflito com o pessoal do Morro Pelado e a aldeia Baú, eu quase morri naquela época, porque tentaram atirar em mim. E, tivemos que conversar com o pessoal de Brasília, com a Funai, para diminuir a terra para não termos problema. Hoje, há uma combinação com os vizinhos que ajudam a proteger a terra, então, hoje, os vizinhos temem que se os indígenas não ficarem no seu território podem colocar em risco até o território deles. Nós protegemos esse pedacinho até o rio Catete.

A história do Mantinó é triste, pois ele foi quem lutou por tudo, ele andou por tudo, foi até lá perto dos Munduruku, Jamanxim. Ali na minha aldeia, você viu o pé de manga, é o marco de um morador antigo, mas mais abaixo da minha aldeia é onde tem a aldeia velha do Mantinó, perto do rio Pimentas, abaixo tem a aldeia velha do pai do Bej’, é onde está enterrado o Mantinó, e é do grupo Kayapó Mekranore, perto de outros grupos, usado pelos Kuruaya e Xipaia, é perto dos Kuruazinho, onde tem água limpinha, onde tem muito peixe. Lá, nós queremos fazer uma base de vigilância para proteger o rio.

Quando eu iniciei a abertura da aldeia, eu sofri com o acidente de um machado, fiquei no hospital, mas ainda hoje eu sinto dor. Graças a Deus estamos bem, mas no começo eu sofri muito. E, a minha família sofreu muito, sem um homem cuidando da casa, sem comunicação. E,



foi Bej' quem ajudou a minha família com mantimentos e vendo se estava tudo bem; a aldeia está lá, com estrutura e com acesso".
(Entrevista com Pudja, em 12/10/2023, na sede da Associação Mantinó).

O cacique *Barju*, relata sobre sua trajetória até a **constituição da aldeia Ronko**, em 2020:

"Eu nasci na aldeia Baú e foi criado lá, meu pai (Bety) faleceu afogado, ele vivia na aldeia Menkrãgnoti velho, depois já na Baú ele conheceu a minha mãe que nasceu lá na Baú e foi onde eles se casaram, ela era de lá. Quando eu tinha 10 anos de idade, meu pai faleceu, afogado. Os pais dele e os pais da minha mãe vieram, e nos levaram de volta para a Menkrãgnoti velho, lá eu fiquei e me casei. Em 1996 eu me mudei para Kubenkokre, retornando em 2007 para a aldeia Baú, porque era onde eu nasci, onde meu pai está enterrado, é onde fica o cemitério entre a aldeia Baú e Kamaú, do lado do Kamautem um cemitério. Quando eu me mudei em 2007, eu estava trabalhando no Instituto Kabu (IK), e sobrevoava essa área e via muito madeireiro entrando aqui, eu vi muito caminhão para cá. E eu pensei "eu vou voltar para a minha terra, mas eu quero defender o mato aqui, e por isso eu fundei a aldeia lá embaixo, era em 2020-2021 eu fiquei lá, quando chove a água enchia tudo, essa área fica a 2km daqui eu fundei lá, mas eu resolvi ficar aqui. Durante esses anos, sempre teve muito madeireiro entrando aqui, você está vendo a estrada, aí quando eu entrei, a picada que eu abri, o mato já tinha coberto tudo. Então, eu fui lá no Valentin (Funai) e ele me deu as coordenadas de onde era o limite daqui. A placa sempre cai, e eu já pedi 25 placas para a Funai e eles ainda não me mandaram ainda.

Se a Funai me mandar eu vou marcar e limpar cada local da placa. Quando eu trabalhava no Instituto Kabu eu era da vigilância, eu trabalhava na proteção. Eu saí em 2020 eu saí, mas na época o instituto era o meu cunhado, e na época antes de chegar ao final do mandato, e as sete aldeias saíram do IK, por que não concordamos com o presidente. O Instituto Kabu é da TI Menkrãgnoti, mas ainda a aldeia Baú está ligada com o IK e atrapalha nós, e quando tem um projeto andando o IK para o projeto e quando eles estão fazendo, nós não aceitamos e paramos também.

Naquela época, quando eu sobrevoava aqui, eu via muita derrubada e pensei muito como eu faria para abrir a aldeia para defender a floresta e por isso estou aqui agora. Nessa região tem muito roubo de madeira aqui, já tiraram muita madeira aqui. Antes, quando eu estava abrindo a estrada para abrir a aldeia, tinha muita estrada dos madeireiros"
(Entrevista com Borju, aldeia **Ronko**, em 10/10/2023).

O cacique *Ima*, relata sobre a **abertura da aldeia Ronkogajot**, em 2021:

"Nós estávamos morando no Kamure, quando resolvemos vir para cá no ano de 2021. Mas, antes nós moramos no Menkrãgnoti Velho, depois mudamos para o Pykany e na aldeia Keijam. Do tempo que eu morava na aldeia Kamure, eu andava por esses lados e observei que



aqui tinha muita água, o rio Curuá e o igarapé, e por isso resolvemos começar as roças primeiro para termos alimentos durante a abertura da aldeia”. (Entrevista com Ima, aldeia Ronkojagot, em 11/10/2023).

Uma recente aldeia foi aberta na TI Baú, trata-se da **aldeia Roitikore**, sob liderança do cacique *Takakpe* (Davi), que relatou sobre a abertura, em 2022:

“Eu nasci na aldeia Baú, e me mudei da aldeia Baú em meados de 1984, daí em meados de 1988, eu fui para Kamau, cresci lá, eu andava muito nessa área, aqui era tomado de garimpeiros, eu pensei em vir abrir a aldeia, havia iniciado a abertura da aldeia na região da pista nova, mas tivemos muitos problemas com os garimpeiros que ocupavam o rio na época daquela região, daí eu resolvi começar a abrir aqui, e em 04/12/2022, foi quando de fato chegamos, eu e a minha família aqui. Atualmente só moramos nós, cerca de 14 pessoas. Eu já escrevi para a Funai para a atualização e registro da aldeia”. (Entrevista com Takakpe, aldeia Roitikore, em 08/10/2023).

A partir dos relatos, é possível observar a estratégia dos *Mebêngôkre-Kayapó* na constituição das aldeias nos limites da TI, locais onde já haviam sido abertas as áreas por seus ancestrais ou cuja abertura mais contemporânea, visto estarem no limite frente as fazendas do entorno, buscando, desta forma, garantir a proteção do território, especialmente devido ao avanço e o risco eminente do avanço da exploração dos recursos naturais, sobretudo da madeira.

A seguir, serão apresentadas algumas fotos das entrevistas de campo e dos antigos guerreiros citados nos relatos coletados.





FIGURA 67 ENTREVISTA COM *KOE-I*, ALDEIA *KAMAU*, EM 05/10/2023.



FIGURA 68 ENTREVISTA COM *NHAKWITI*, ALDEIA *KAMAU*, EM 05/10/2023.



FIGURA 69 ENTREVISTA COM *KABUKI*, ALDEIA *KAMAU*, EM 05/10/2023.



FIGURA 70 ENTREVISTA COM *KUKOJTAMINHO*, ALDEIA *KAMAU*, EM 06/10/2023.



FIGURA 71 ENTREVISTA COM *PUDJA* SOBRE A HISTÓRIA DA ALDEIA E MAPA, EM 12/10/2023, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA MANTINÓ.



FIGURA 72 ENTREVISTA COM *KWIKU*, ALDEIA *KRAMBARJ*, EM 09/10/2023.





FIGURA 73 ENTREVISTA COM CAÇIQUE MAR ALDEIA RONKOJAGOT EM 10/10/2023.



FIGURA 74 ENTREVISTA COM BARIU, ALDEIA RONKO, EM 11/10/2023.



FIGURA 75 ENTREVISTA COM KONKRA, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/2023.



FIGURA 76 ENTREVISTA COM QI ALDEIA BAÚ, EM 14/10/2023.



FIGURA 77 ENTREVISTA COM ANHÊ, CAÇIQUE DA ALDEIA KAMURE, ENTREVISTA REALIZADA NA ALDEIA BAÚ, EM 14/10/2023.



FIGURA 78 FOTOS DAS ANTIGAS LIDERANÇAS NA CONQUISTA DO TERRITÓRIO, DA ESQUERDA PARA DIREITA: MAJOTA, ROPKRA, KWYJMOK, KABOKIN, MATINO E PATNHIT. ACERVO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA MANTINÓ E INSTITUTO KABU.





FIGURA 79 GRUPO *GOROTIRE*, DÉCADA DE 1980. DA ESQUERDA PARA DIREITA *SIKIRI*, *KOMAYANHONKIENM* E *OTOÍ*. FONTE: CUNHA, MANUELA DA N : HSTÓRIA DOS ÍNDIOS DO RASJCOMPANHIA DAS ETRAS, SÃO PAULO ,SP,1992.



FIGURA 80 GRUPO *GOROTIRE* NA DEFESA DO TERRITÓRIO CONTRA O GARIMPO, 1985. FONTE: CUNHA, MANUELA DA. IN: HISTÓRIA DOS ÍNDIOS DO BRASIL, COMPANHIA DAS LETRAS, SÃO PAULO, SP, 1992.



FIGURA 81 GUERREIRO *GOROTIRE* NA DEFESA DO TERRITÓRIO CONTRA O GARIMPO, 1985. FONTE CUNHA, MANUELA DA. N : HSTÓRIA DOS ÍNDIOS DO BASIL OMPANHIA DAS LETRAS, SO PAULO ,SP,1992.

6.3 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Mediante o contexto de pressão que os *Mebêngôkre-Kayapó* estavam sofrendo desde a abertura da BR-163, com a intensificação da exploração de madeira e garimpo, inicia-se um processo de reconhecimento do território indígena como forma de defendê-lo do avanço das frentes predatórias. No ano de 1991, um primeiro movimento resultou na declaração de posse indígena da TI Baú, a portaria nº 645/1991, que declarava a TI com 1,85 milhões hectares de extensão, com localização no sul do município de Altamira e no município de Novo Progresso. O Instituto Kabu relata que, durante esse processo inicial, invasores apoiados por políticos locais, com interesse na exploração de recursos da terra indígena, impediram várias vezes a demarcação física com agressões aos *Mebêngôkre-Kayapó* e a funcionários da Funai.



Esse conflito persiste por uma década, com auge entre os anos de 2002 e 2003, quando os *Mebêngôkre-Kayapó* realizaram a expulsão de madeireiros e garimpeiros das áreas indígenas e quando se inicia o processo de demarcação da TI.

A extensão original da TI foi objeto de questionamento por parte de alguns setores da economia local de Novo Progresso, que reagiram com violência para evitar a demarcação, intimidando indígenas e funcionários da FUNAI. A tensão em torno de uma possível disputa armada levou o então Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a revogar a Portaria nº 645/1991, determinando desafetação de 347 mil hectares no lado oeste da TI Baú.

O processo de desafetação se deu base em um acordo firmado em Santarém, estado do Pará, em setembro de 2003, entre as lideranças *Mebêngôkre-Kayapó*, as associações representativas de fazendeiros, posseiros e garimpeiros, Ministério Público Federal (MPF) de Santarém, Funai, Polícia Federal e Prefeitura de Novo Progresso. Segundo o Instituto Kabu, a redução da TI visava resolver os conflitos existentes, onde os grupos se comprometiam em não promover novas invasões à terra indígena. No acordo, os fazendeiros também se comprometeram em pagar à prefeitura de Novo Progresso o valor de R\$ 120 mil anuais, durante dez anos, valor que deveria ser investido em benefícios para os indígenas (Instituto Kabu; TORRES, 2017). Este acordo já teve sua validade contestada na justiça.

Segundo Torres (2017, p. 105):

[...] com isso, 17,2% da TI, uma área de comprovada ocupação indígena, foram subtraídos e se tornaram formalmente terras públicas sem destinação e — na prática, como se pôde constatar em curto prazo — terras disponíveis para a grilagem e a degradação ambiental.

O autor afirma que antes da desafetação, os focos de desmatamento na porção oeste da TI já eram bastante evidentes, mas, após a desafetação, os índices de desmatamento dispararam vertiginosamente. Esse aumento é apontado por um estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) que mostra que o desmatamento da TI Baú entre os anos de 2000 e 2008, após a redução da área, as taxas anuais de desmatamento na porção desafetada aumentaram 129% (MARTINS et al., 2014 apud TORRES, 2017, p. 107).

Em 2006, parte da área desafetada da TI Baú foi destinada à criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa. De acordo com Torres, a fração da área desafetada da TI Baú destinada ao PDS também foi reduzida para atender aos interesses de grileiros e fazendeiros: “[...] em 16 de março de 2015, foi publicada a retificação da Portaria SR-



30 nº 3, que criou o assentamento. Esse ato reduziu a área do PDS Terra Nossa de 149.842 para 20.081 hectares” (TORRES, 2017, p. 109). Segundo carta de servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional de Santarém, a retirada destas terras públicas federais da condição de destinadas para não destinadas favoreceu ainda mais as invasões e a ocupação irregular do território, acirrando conflitos pela posse da terra, crimes de grilagem e desmatamento ilegal (TORRES, 2017, p. 110).

A homologação da TI Baú só aconteceu cinco anos depois de iniciado o processo de demarcação, em 2008, compreendendo uma área total de 1.543.460 hectares. A demarcação foi promovida pela Funai e homologada pelo Poder Executivo Federal através do Decreto de 19 de junho de 2008. A população da TI Baú é estimada em cerca de 665 indígenas da etnia *Mebêngôkre-Kayapó*.

Sua localização abrange o município de Altamira e a TI faz parte de um mosaico de áreas protegidas, abrangendo a Terra do Meio, que possui ainda duas reservas extrativistas, duas unidades de conservação estaduais, a Floresta Nacional de Altamira, o Parque Nacional do Rio Novo e a Estação Ecológica da Terra do Meio, Parque do Jamanxim, além das demais terras indígenas distribuídas ao longo do percurso dos rios e das rodovias.

Sua cobertura florestal é do tipo Floresta Ombrófila Aberta (88,03%) e Floresta Ombrófila Densa (11,97%). Sua rede hidrográfica expande-se a partir do rio Curuá e o bioma é Amazônia.

Após várias divisões internas provocadas pelas relações dos indígenas com agentes econômicos externos, sobretudo o garimpo, conforme explicado no tópico anterior, hoje a TI Baú compreende sete aldeias, com duas entidades representativas, o Instituto Kabu e a Associação Indígena Mantinó. Atualmente, sua situação fundiária é marcada por conflitos devido ao avanço de atividades predatórias no interior da TI, como o desmatamento e o garimpo, além de conflitos com fazendeiros e grileiros. Trata-se, portanto, de um contexto de grande complexidade que precisa ser considerado no desenvolvimento de quaisquer atividades econômicas às proximidades deste território.

A **Figura 82** demonstra detalhes sobre a TI Baú, Unidades de Conservação do entorno e BR-163.



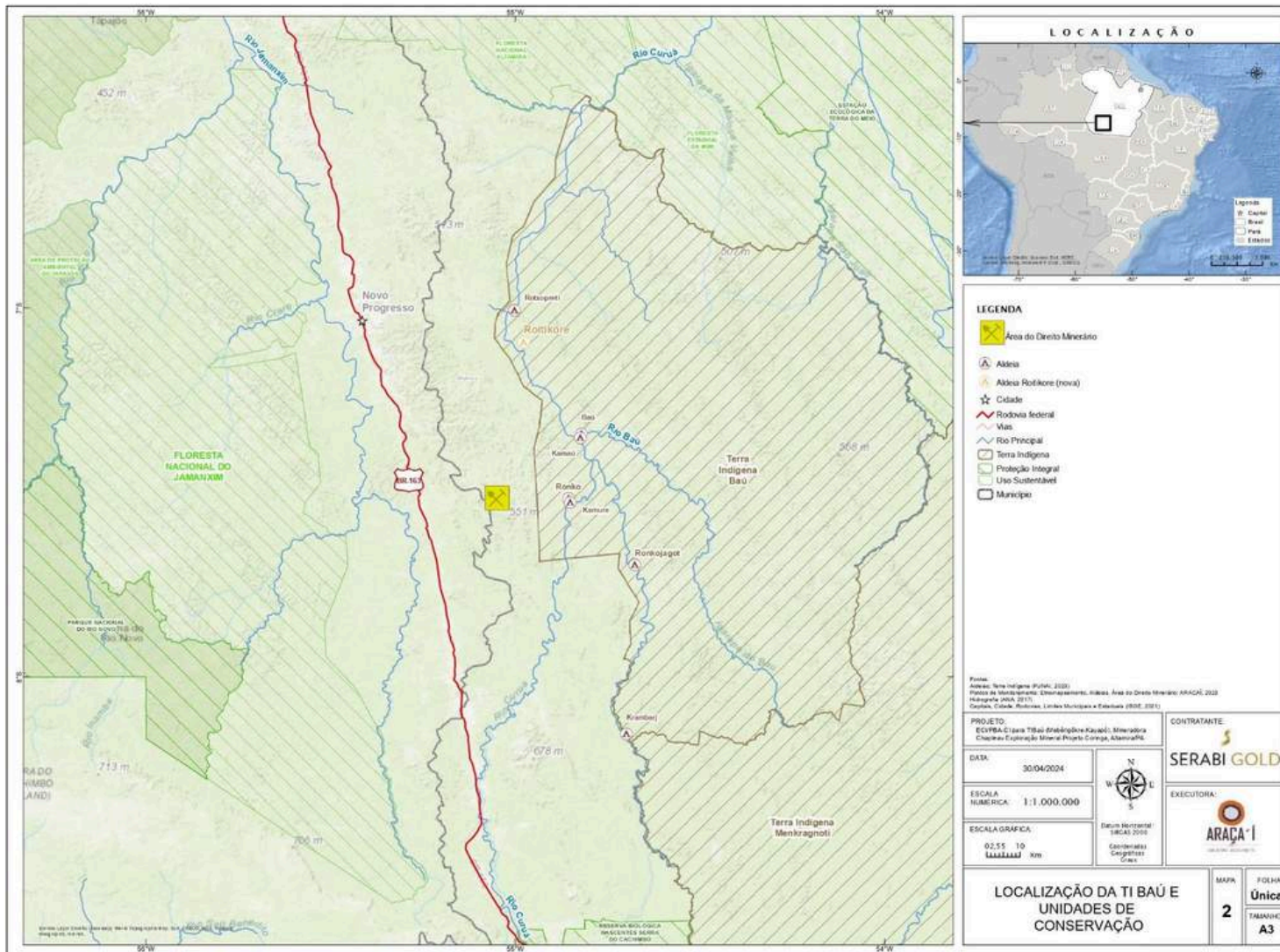


FIGURA 2 LOCALIZAÇÃO DA TI BAÚ, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E63.

6.4 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O atual censo demográfico da TI, de 2022, será apresentado na **Tabela 08**, a seguir:

TABELA 8 CENSO POPULACIONAL DAS ALDEIAS DA TI BAÚ (FONTE: DSEI, 2022).

Aldeia	Número de Residências	Número de Famílias	Número Populacional
<i>Baú</i>	25	39	171
<i>Ronko</i>	08	18	69
<i>Kamau</i>	26	63	253
<i>Kamure</i>	18	05	18
<i>Krambàri</i>	06	10	47
<i>Ratxopreti</i>	11	21	81
<i>Ronkojagot</i>	05	05	26
<i>Roitikore</i>	01	02	15
Total	100	163	680

6.5 ECONOMIA MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ

A economia tradicional do *Mebêngôkre-Kayapó* baseia-se na caça, na agricultura e, em menor escala, na coleta de frutas silvestres e na pesca. Especialmente as mulheres garantem que as quantidades necessárias de calorias sejam produzidas e disponibilizadas. As roças estão localizadas entre quinze minutos e uma hora de caminhada da aldeia e são geridos pelas mulheres. Cada família tem sua própria roça, onde cultiva inhame, milho, cana-de-açúcar, banana e mandioca, de altíssimo teor calórico. Também são cultivadas algumas frutas tropicais, algodão e tabaco.

Os *Mebêngôkre-Kayapó* são muito exigentes na escolha de possíveis zonas férteis. Eles fazem distinção entre diferentes tipos de terra e floresta. A escolha de um local adequado para a construção de uma nova aldeia ou de uma nova roça não é feita de ânimo leve. Os especialistas examinam cuidadosamente o solo, sua cor e composição. A vegetação existente também é levada em consideração.

Os homens têm a laboriosa tarefa de derrubar árvores para o cultivo das roças. As árvores são derrubadas no início da estação seca (maio), e são deixadas por alguns meses até a estação chuvosa



se aproximar. Um problema sério na floresta tropical é o solo, que é extremamente pobre em minerais. É por isso que, por volta de outubro, os *Mebêngôkre-Kayapó* incendeiam as árvores (que, entretanto, secaram). Os minerais anteriormente contidos nas árvores são então encontrados nas cinzas, e assim, a camada de cinzas atua como uma forma extra e natural de fertilizante. Logo após a queima, as mulheres semeiam as plantas. Uma grande variedade de plantas está disposta em círculos concêntricos. Há muitas vantagens em combinar vários tipos de plantas numa só roça. Por exemplo, plantas com folhas grandes protegem o solo contra chuvas torrenciais e ressecamento, enquanto outras plantas são altas e protegem contra o sol escaldante. Certas culturas também contribuem para a luta biológica contra os insetos. As plantas medicinais são geralmente plantadas nos limites da roça. Muitas dessas plantas produzem néctar, que atrai certas espécies de formigas agressivas. Essas formigas são inimigas naturais de insetos fitófagos e destrutivos. As bananeiras, plantadas na periferia das roças, abrigam vespas que se alimentam de lagartas fitófagas. Portanto, uma roça *Mebêngôkre-Kayapó* pode parecer confusa, mas, na verdade, é extremamente bem estruturada.

As mulheres vão à roça buscar plantas quase todos os dias. Várias vezes por ano, geralmente durante a estação seca, pequenos grupos de mulheres saem para a floresta para colher frutos silvestres. Tais excursões duram entre dois dias e uma semana. Contudo, as mulheres nunca se afastam muito da aldeia. Isto é o resultado da tática pré-contato em que sempre se temeu que as mulheres pudessem ser atacadas e sequestradas. Por isso que as mulheres ficaram num raio de trinta quilômetros da aldeia, sendo o território com o qual estão mais familiarizados e que é constantemente atravessado por caçadores.

A vida dos homens *Mebêngôkre-Kayapó* é caracterizada por uma mobilidade excepcional. A maioria de suas atividades acontecem fora de casa: caça; pesca; excursões; confeccionando objetos e ferramentas, ou apenas passando momentos de lazer conversando na casa dos homens; e demais. Já que as mulheres fazem o trabalho na roça, preparam a comida e criam os filhos, os homens não estão confinados à aldeia pelas tarefas domésticas. Boa parte de seus dias é passada na floresta, caçando e pescando.

Os *Mebêngôkre-Kayapó* caçam principalmente animais de grande porte, preferencialmente antas, caititus, queixadas e veados, mas é claro que esses grandes mamíferos não são encontrados todos os dias. Os pássaros são geralmente caçados apenas por suas penas coloridas. Onças, pumas ou jaguatiricas são mortas se cruzarem o caminho do caçador, mas geralmente não são caçadas per se, exceto se ameaçam a segurança das pessoas que realizam atividades ao redor da aldeia. Os *Mebêngôkre-Kayapó* acreditam que comer carne de gato selvagem pode causar doenças em certas



peessoas. Macacos, aves selvagens e especialmente tatus, jabutis e cutias são caçados com bastante frequência e constituem uma fonte importante de proteína necessária.

Os homens geralmente caçam sozinhos. Um após o outro, eles partiram para a floresta bem cedo pela manhã. Aqueles que têm a sorte de matar algo imediatamente, voltam por volta do meio-dia. Outros, que não tiveram sorte, continuam vagando pela floresta até o final da tarde. Já nas décadas de 1950 e 1960, as armas tradicionais foram substituídas por fuzis, deixando arcos, flechas, e bordunas, sobretudo para fins cerimoniais.

Um homem nunca chega em casa de mãos vazias. Mesmo que não tenha matado nada, ele traz algumas plantas medicinais, frutas silvestres ou fibras para fazer utensílios e decorações. Ao chegar na aldeia, o caçador bem-sucedido entrega sua caça à esposa ou, se for solteiro, à mãe ou à irmã. Várias pessoas podem aparecer reivindicando uma porção de carne. É assim que cada *Mebêngôkre-Kayapó*, tanto homem como mulher, estão em constante situação de troca com uma série de outros membros da aldeia, que sejam parentes, afins ou outros. O caçador bem-sucedido sempre tem a obrigação moral de doar parte de sua presa, pelo menos quando essa for grande o suficiente. Isto, por sua vez, dá-lhe a oportunidade de bater à porta de outra pessoa quando não teve a mesma sorte ou está demasiado doente para ir caçar. Esta troca constante faz com que a carne trazida seja dividida todos os dias entre a comunidade. Portanto, é raro que uma família não coma carne durante vários dias consecutivos.

É necessária uma enorme quantidade de carne para os últimos dias de cerimônias, que às vezes duram meses. As grandes caçadas coletivas (migrações lineares) são organizadas três ou quatro vezes por ano para esse fim. Geralmente as mulheres e as crianças vão junto, deixando a aldeia completamente abandonada. Todos os dias é montado um novo acampamento na floresta, a poucos quilômetros do anterior, e a partir daí os homens saem para caçar. Toda a carne é consumida na floresta, exceto os jabutis, que são guardados para a festa final. É difícil armazenar grandes quantidades de carne nas florestas tropicais durante longos períodos. Os jabutis oferecem a alternativa mais evidente, pois podem viver muito tempo sem comida ou bebida. O transporte, no entanto, é um problema. Para facilitar o transporte, os jabutis são amarrados uma ao lado da outra entre duas varas de madeira. Essas “escadas” podem transportar no máximo quinze jabutis, ter até três metros de altura e pesar até sessenta quilos. Mover estas torres pela floresta não é tarefa fácil. Todos os dias, homens mais jovens saem na frente dos caçadores para abrir passagem pela vegetação alta. Os caçadores, cada um carregando uma escada de jabutis, avançam meticulosamente pela floresta. O grupo não retornara à aldeia antes de terem jabutis suficientes para um grande banquete. Para uma aldeia bastante grande, geralmente necessitam-se cerca de duzentas ou mais jabutis; pode levar um mês ou mais até conseguir isso.



A pesca é uma atividade que pode ser feita o ano todo, mas grandes quantidades de peixes são capturadas quando a estação seca se aproxima e o nível da água está no seu nível mais baixo. Na ocasião, os homens *Mebêngôkre-Kayapó* batem durante horas com pequenas bordunas nos feixes de lianas timbó. O líquido liberado causa a imobilização ou morte dos peixes que depois flutuam na superfície, onde são facilmente capturados.

No caso dos *Mekrãgnoti*, até na década de 1980, a pesca não era tão produtiva quanto a caça, pois eles viviam ao longo de pequenos rios. A decisão deles, em 1982, de ir morar ao longo do Rio Iriri, significou uma reviravolta no sistema econômico do grupo. De fato, um estudo realizado no final da década de 1970 entre os *Mekrãgnoti* mostra que, em comparação com outras três sociedades indígenas (Xavante, Bororo e *Ramkokamekra*), eles gastavam em média mais tempo caçando e menos tempo em agricultura piscarias do que os outros. Este último pode ser explicado pelo fato de que, no momento da pesquisa, os *Mekrãgnoti* viviam ao longo de um igarapé; além disso, a disponibilidade de vastos terrenos não degradados explica por que os *Mekrãgnoti* tinham de investir menos tempo na agricultura para produzir as calorias necessárias. Ao todo, a pesquisa mostrou que, dos quatro grupos considerados, os *Mekrãgnoti* eram os que menos gastam tempo na subsistência, deixando mais tempo para a vida ritual, a confecção de artesanatos, e demais. Assim, essa pesquisa refletiu a abundância da sua área em termos de alimentos silvestres e cultivados. E nesse ponto de vista, nada mudou após os *Mekrãgnoti* mudarem para o Rio Iriri, exceto o fato de a pesca assumir um lugar muito mais importante no sistema econômico dos *Mekrãgnoti*.

A mudança para o Rio Iriri era, de fato, mais uma fase no processo adaptativo dos *Mekrãgnoti*. Após os primeiros contatos “pacíficos” com agentes governamentais e missionários nas décadas de 1950 e 1960, as comunidades *Mebêngôkre-Kayapó* passaram por um período penoso, caracterizado pelo rápido declínio demográfico devido às doenças ocidentais. Mas passaram também por uma fase adaptativa devido às mudanças significativas no seu sistema econômico. Um elemento decisivo neste processo era a construção dos postos de “assistência” (**veja item 5.2**). Esses postos eram construídos ao longo de rios maiores, i.e., navegáveis. Atraídos pelos bens e pela assistência médica que ali conseguiam, os *Mebêngôkre-Kayapó* estabeleceram-se perto desses postos. Assim, os *Mebêngôkre-Kayapó* tornaram-se dependentes da assistência que ali foi oferecida — mesmo que, nos anos 1950 e 1960, essa assistência era demasiadamente deficiente. Já que os postos e a sua infraestrutura (residência dos agentes ou missionários, instalação de rádio cb, pequena sala para tratar os doentes e, numa segunda fase, pista de aterrissagem, escola e demais) não podiam ser deslocados, as aldeias dos *Mebêngôkre-Kayapó* tornaram-se residências permanentes. Como mencionado no **item 5.3**, os *Mebêngôkre-Kayapó* ainda realizam migrações no quadro das grandes cerimônias, mas essas



migrações tendem a ser bem mais curtas, e muitas vezes apenas os homens participam, enquanto as mulheres e as crianças permanecem na aldeia para beneficiar da assistência médica e para permitir às crianças ir à escola. A consequência disso é que os *Mebêngôkre-Kayapó* se tornaram gradualmente mais sedentários, e por causa disso, as possibilidades de caça nas imediações das aldeias já não eram mais suficientes para garantir a quantidade necessária de calorias para manter saudável a população da aldeia. Assim, a pesca tornou-se cada vez mais importante. Outro fenômeno que surgiu após a construção das aldeias ao longo dos rios maiores, era que as surguiu a tendência para plantar roças mais distantes da aldeia. Isso era devido à possibilidade de navegar o rio com canoas (muitas vezes com motor de popa), assim cobrando distâncias maiores em menos tempo que a pé. A pesquisa intertribal mencionada antes, demonstrou que os *Mekrãgnoti*, até na década de 1970, tiveram que andar uma média de 42 minutos para alcançar suas roças. Hoje, essa mesma duração é aproximadamente mantida, mas a distância percorrida é maior. Isso resulta numa propagação das roças sobre uma área maior.

Aqui o caso dos *Mekrãgnoti* foi citado como exemplo, mas os mesmos conceitos são aplicáveis aos *Menokanê*, com essa diferença que os *Menokanê* sempre viviam uma vida mais nômade, e, portanto, dependiam economicamente menos da agricultura, investindo mais na colheita de frutas silvestres e na pesca. De fato, relatos dos anciãos *Menokanê* evidenciam como a pesca com timbó era uma atividade realizada mais frequentemente do que em outros grupos *Mebêngôkre-Kayapó*. Nota-se que os *Menokanê* foram atraídos para viver na região dos rios Curuá e Jamanxim, entre outros pela abundância de peixes nestes rios e seus afluentes. Hoje, a economia dos *Menokanê* é paralela com aquela dos *Mekrãgnoti*, com essa diferença importante que a área que eles ocupam, é extremamente rica em castanhais, o que facilita a implementação de projetos autossustentáveis. Assim, por exemplo, em cada período de coleta de castanhas (janeiro a abril de cada ano) várias famílias da Terra Indígena *Menkrãgnoti* se deslocam para a Terra Indígena Baú para coletar castanhas: parte da produção é comercializada no mercado regional, e boa parte é utilizada na alimentação.

Contudo, o contexto econômico dos grupos *Mebêngôkre-Kayapó* sofreu alterações nas últimas décadas, devido a chegada da BR-163 e a necessidade de consumir cada vez mais produtos industrializados, embora, mantenham a tradição de suas roças. Entre os produtos consumidos na cidade, os principais itens mencionados são: arroz, feijão, café, açúcar, milharia e refrigerante.

A produção nas roças tem a finalidade da subsistência do grupo, alguns itens coletados nas roças, tais como o coco de babaçu, cuja extração de óleo vegetal serve como produto de embelezamento das mulheres como a pintura dos cabelos, utilizado no âmbito doméstico e como produto de trocas ou presentes entre as famílias de outras aldeias.



A farinha de mandioca é a principal produção de subsistência das famílias, entre as variações citadas, citaram: a mandioca branca, vermelha, roxa, amarela e amarela e branca. Há manivas de todos os tipos, as quais não são comercializadas, mas são utilizadas no âmbito de replantio e de troca entre as famílias. Outro produto oriundo da mandioca, é a goma de tapioca, cuja preparação de beiju são um dos alimentos preferidos nas festas ou cerimônias. Em nenhuma aldeia citaram o uso de tucupi.

A coleta de castanha-do-pará é utilizada na culinária doméstica e o excedente é comercializado através de suas associações, considerando que as safras são caracterizadas anualmente, podendo variar a colheita que ocorre entre os meses de janeiro a março. As duas associações mantêm projetos de venda da castanha.

A comercialização de cumaru foi mencionada apenas na aldeia Baú, cuja produção é comercializada pelo Instituto Kabu que mantém um contrato com uma empresa britânica de cosméticos e oferece o produto em sua loja, através de um projeto de Atividades Alternativas Econômicas.

A produção de artesanato, normalmente são divididos por suas categorias de gênero, a produção de cestarias, adornos ou artefatos são produzidos pelos homens e, os artesanatos com miçangas e produtos elaborados através da pintura em tecidos são realizados pelas mulheres, os quais são comercializados em exposições, participação em eventos, feiras, ou por suas associações.

Em termos de ingressos monetários, os principais proventos vêm dos programas sociais do governo federal, sobretudo o Programa Bolsa Família. Algumas famílias têm como base econômica as aposentadorias. Os melhores proventos ficam com aqueles que desempenham algum cargo público nas áreas de saúde e educação (professores, agentes de saúde, agentes ambientais) ou que realizam atividades pela associação, tais como membro da diretoria, motorista, entre outros. E, alguns indígenas recebem do trabalho realizado na base de vigilância.

Na **Tabela 09**, abaixo, será apresentado um breve levantamento da economia do grupo nas aldeias, considerando uma média relativa das informações coletadas com base no número de famílias de cada aldeia, a renda familiar nas aldeias corresponde abaixo do mínimo salarial; na aldeia Baú, a média, é um pouco mais alta do que nas demais. Não foi possível calcular uma média precisa, devido a imprecisão dos dados obtidos em campo. Contudo, é evidente que a economia indígena tem como base principal a economia de subsistência.

Mais abaixo, algumas fotos da economia *Mebêngôkre-Kayapó* realizada durante o trabalho de campo.



TABELA 9 SINTETIZAÇÃO DA ECONOMIA DAS ALDEIAS DATI BAÚ.

Aldeia x Categoria	Aldeia Kamau (63 famílias)	Aldeia Ratxopreti (21 famílias)	Aldeia Krambarj (10 famílias)	Aldeia Ronkogajot (05 famílias)	Aldeia Ronko (18 famílias)	Aldeia Roitikore (NOVA) (02 famílias)	Aldeia Baú (39 famílias)	Aldeia Kamure (05 famílias)
Bolsa Família	31	16	05	06	03	--	14	01
Aposentadoria	08	03	03	--	01	--	04	01
Professores	02	03	01	01	01	--	02	--
Agentes de Saúde (AIS)	02	01	01	01	01	--	01	--
Agente de Saúde e Meio Ambiente (AISAM)	01	--	--	--	--	--	01	--
Motorista da Saúde	01	-- -- -- 01	--	-- -- -- 01	--	--	-- -- -- 01	--
Barqueiro da Saúde	01	motorista	--	R\$2.500,00	--	--	motorista R\$	--
Microcópista da Saúde	01	R\$2.500,00	--		--	--	3.400,00	--
Associação	--		--		--	--	01 serviços gerais R\$ 1.800,00	--
Castanha	R\$ 450,00 o saco. Última comercialização foram 4 toneladas, aproximadamente R\$	Não foi informado.	R\$ 300,00 o saco com 50kg Não soube informar	R\$ 300,00 o saco com 50kg, foram vendidos 17 sacos. R\$5.100,00/trim.	R\$ 300, o saco com 50kg. Totalizando 15.000,00 R\$ venda.	--	A colheita de 2022 foi 26.240 kg de castanha, sendo pago R\$60,00 por	Não foi informado.



	18.000,00/trim. Aproximadamente R\$857,00 por família/primeiro trimestre		quantos sacos M foram vendidos	Média de R\$ 1.700, por família/primeiro trimestre	Média R\$ 300, por família/primeiro trimestre.		lata de 10kg (20L). O valor comercializado foi de R\$157.440,00. A média, considerando o número de famílias R\$4.037,00 por família (bruto), diluídos no primeiro trimestre, corresponde a R\$ 1.345,64 por família.	
Farinha	Não se aplica São consumidos cerca de 200kg de farinha por família Anualmente o consumo corresponde 151.200 kg/ano para a aldeia.	Só para o consumo, média de 100kg de farinha por mês.	Só para o consumo, média de 100kg de farinha por mês.	Só para o consumo, média de 100kg de farinha por mês.	Só para o consumo, média de 100kg de farinha por mês.	Só para o consumo, não souberam informar quantidade. A aldeia não possui forno na aldeia.	Só para o consumo, média de 20kg de farinha por mês.	Só para o consumo, média de 20kg de farinha por mês.
Artesanato	Não há uma produção precisa, podendo chegar	Não souberam informar	Não souberam informar sobre a produção,	Não souberam informar sobre a produção, devido	Não souberam informar sobre a produção,	Não souberam informar	Venda de adornos de	Não foi informado.



	até R\$ 100,00 no mês/família	sobre a produção, devido à instabilidade de se obter insumos para a produção. a	devido à instabilidade de se obter insumos para a produção.	à instabilidade de se obter insumos para a produção.	devido à instabilidade de se obter insumos para a produção.	sobre a produção, devido à instabilidade de se obter insumos para a produção. a	miçangas: R\$ 4.985,00; Venda de produtos artesanais de R\$ 11.090,00. Totalizando: R\$ 25.175,00 no ano de 2023. A média familiar: R\$ 645,52 ao longo do ano.	
Cumarú	--	--	--	--	--	--	Coletaram 15kg de Cumarú em 2022, o qual rendeu foi vendido a R\$48,00 o kg. Não foi especificado por quantos meses a distribuição.	--
Bases de vigilância	--	--	--	--	--	--	02	--





FIGURA 83 AÇADA DE PORCÃO NA ALDEIA KAMAU NOV. 22, ACERVO SERABI PELA EQUIPE ANTERIOR



FIGURA 84 PRODUÇÃO DE ARTESANATO, ALDEIA NOV. 22, ACERVO SERABI, PELA EQUIPE ANTERIOR.



FIGURA 85 PRODUÇÃO DE FARINHA, ALDEIA RATXOPRETI NOV. 22, A CERVO SERABI, PELA EQUIPE ANTERIOR.



FIGURA 86 COLHEITA DE MELANCIA, ALDEIA KRAMBARJ, NOV. 22, ACERVO SERABI, PELA EQUIPE ANTERIOR.



FIGURA 87 PESCA, ALDEIA KRAMBARJ NOV. 22, ACERVO SERABI, PELA EQUIPE ANTERIOR



FIGURA 88 PRODUÇÃO DE FARINHA, ALDEIA KAMAU, NOV. 22, ACERVO SERABI, PELA EQUIPE ANTERIOR.





FIGURA 89 OLHEITA DE CASTANHA, ALDEIA BAÚ, ACERVO INSTITUTO KABU.



FIGURA 90 MULHERES SAINDO DA ROÇA COM MADEIRAS PARA COZINHAR, ALDEIA KAMAU, 06/10/2023.



FIGURA 91 COLETA DE COCO BABAÇU, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 92 PEIXE, FARINHA E BANANAS PARA PRODUÇÃO DA ALDEIA RONKO, EM 11/10/2023.



FIGURA 93 OLHEITA DE AÇAJ ALDEIA BAÚ, EM 14/10/2023.

6.6 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DA TI BAÚ

O presente item apresenta uma contextualização geral mais recente da Educação Escolar Indígena sem se aprofundar em toda a história do processo. O objetivo é caracterizar as aldeias do presente estudo na atualidade, demonstrando a realidade das escolas.



De um modo geral, a educação escolar indígena no Brasil é apresentada em múltiplos contextos e, em diferentes tempos históricos. Algumas etnias tiveram o primeiro contato com a escola a partir do século XVI, no período de invasão europeia; outra somente a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910 e Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967; e recentemente com a Promulgação da Constituição Federal de 1988.

O modelo de educação escolar indígena sistematizada por missionários jesuítas é considerado o mais longo da história brasileira, uma vez que entre o século XVI e XVIII é praticamente impossível separar a atividade escolar do projeto de catequese missionária. Após esse período, a Coroa tentou diversificar suas parcerias passando o encargo da educação escolar indígena a alguns fazendeiros ou mesmo moradores de regiões vizinhas aos povos indígenas (LUCIANO, 2006, pag. 150).

Entretanto, o modelo elaborado apresentado pelo governo brasileiro sofreu diversas críticas pelo XVI Congresso dos Americanistas, em Viena, em 1908, levando o governo a instituir, em 1910, a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no escopo de proteger os povos indígenas e de prosperar sua catequese. No entanto, o SPI era submetido administrativamente ao Ministério da Agricultura, implantando, entre 1910 e 1954, várias escolas, em diferentes aldeias e grupos indígenas, estruturando-as no paradigma de alfabetização e frente de trabalho. A escola apresentava regimentos idênticos aos das escolas rurais, incorporando rudimentos de alfabetização em português, além de atividades profissionalizantes (LUCIANO, 2006, pag. 151).

Em 1951, no entanto, foi proposta na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), a implantação do ensino bilingue. A proposição foi apresentada e considerada, pelo SPI, inadequada devido a diversidade de línguas indígenas reverberadas no território brasileiro (idem).

Na passagem institucional do SPI para a Funai, em 1967, o ensino bilingue considerado inadequado pelo antigo órgão torna-se o ápice para a reconstrução dos direitos indígenas, uma vez que o ensino bilingue foi considerado como forma de “respeitar os valores tribais adequado a escola à realidade indígena” (MARKUS, 2006, p. 66).

Em 1973, a oferta da educação bilingue é indicada como obrigatória no Estatuto do Índio, preceituando o artigo 49 que “a alfabetização dos indígenas far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardando o uso da primeira” (BRASIL, 1933, p. 8).

Nesse contexto, com a obrigatoriedade de ofertar o ensino bilingue, a Funai substancia-se na justificativa de não dispor de um programa educacional específico e pessoal capacitado para o atendimento linguístico das várias etnias indígenas do território brasileiro e celebra convênio com o



Summer Institute of Linguistic (SIL) para operacionalizar a educação escolar indígena. Mas, em decorrências as inúmeras polêmicas sob a presença do SIL no Brasil, e sobretudo da autonomia que a Funai o havia conferido na gestão da educação escolar indígena, em 1977 o convênio foi rompido, mas reativado em 1983 sob justificativa operacional.

A materialização do direito a uma educação diferenciada e bilíngue aos povos indígenas no Brasil teve seu limiar a partir da promulgação da Constituição Federal (CF) em 1988, ao reconhecer a organização social indígena e estabelecer em seu teor o Capítulo VIII, intitulado dos indígenas o artigo 231: *“que reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”*; e artigo 232: *“os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”* (BRASIL, 1988, p. 133-134).

É importante ressaltar, a legitimidade constitucional dos povos indígenas, é considerado um divisor de águas, principalmente no que se refere ao avanço da educação escolar indígena diferenciada e bilíngue.

A materialização da educação escolar indígena adveio com a Lei 9.394/1996 que preconiza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no que tange a educação em territórios indígenas, o Artigo 78 e 79, estabelecem:

Artigo 78: O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta da educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I-proporcionara aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências; II- garanti r aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa §1ºOs programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. 2§os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: I-fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena; II-manter programas de formação de pessoal especializado, destinado a educação escolar nas comunidades indígenas; III-desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas



comunidades; IV-elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRZEZINSKI, 2010, p. 307).

Por meio das diretrizes estabelecidas na LDB, vários preceitos normativos para educação escolar indígena foram sistematizados, entretanto, para o presente estudo, serão citados apenas os mais recentes, tais como: a Resolução CEB/CNE nº 05/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; Portaria-MEC nº 1.062/2013, que institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE) e; Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024). De um modo geral, o processo histórico da discussão da educação escolar indígena é bastante amplo.

A educação escolar indígena *Mebêngôkre-Kayapó* passou a ser gerida, técnica, pedagógica e administrativamente pela Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC/PA).

Com a nova dinâmica de ofertar a educação escolar indígena aos povos indígenas da Amazônia Paraense, a SEDUC/PA ao considerar a diversidade de línguas faladas no estado sistematiza pedagogicamente o ensino e aprendizagem exclusiva na língua portuguesa. Cabendo, desta forma, aos professores não indígenas a buscarem se adaptar com a realidade da língua materna e com o desafio dessa prática educacional nos territórios indígenas.

No âmbito nacional, os movimentos indígenas persistem com a luta para a obrigatoriedade da oferta do ensino bilíngue, e amparados pelas diretrizes estabelecidas pela LDB solicitam, com veemência, o resguardo dos preceitos acerca da educação escolar indígena na perspectiva educacional bilíngue, específica, diferenciada e intercultural (FERREIRA, 2001).

Somente a partir de meados de 1999, foi instituído a matriz curricular e pedagógica da rede municipal de ensino, na qual confere a presença da disciplina de língua materna, a ser ministrada por um professor indígena, bem como o monitor indígena para auxiliar os professores não indígenas em suas práticas educativas em sala de aula. O professor da disciplina da Língua Materna entrelaça em sala de aula as artes, a ciência tradicional e a escrita da língua indígena, envolvendo os alunos no conhecimento tradicional sobre a cultura. A presença dos professores indígenas é fundamental para a construção do aprendizado e das trocas interculturais, na transmissão do conhecimento não indígena e a reflexão para o conhecimento tradicional indígena.

Para os povos indígenas, a utilização da língua materna no ambiente escolar é representada como símbolos de reafirmação de sua organização social, bem como o rompimento do paradigma



integracionista, ao qual se pensava as culturas indígenas como transitória. O fortalecimento da educação escolar indígena ocorre quando se agrega seus costumes, crenças e tradições.

No entanto, na cultura *Mebêngôkre-Kayapó* é através da oralidade que os conhecimentos tradicionais são transmitidos; a língua materna é o grande pilar de toda forma de interpretar e integrar o conhecimento tradicional e o conhecimento não indígena. Na cultura *Mebêngôkre-Kayapó* é ao longo da vida os aprendizados são contínuos, pois o processo ocorre na convivência com os mais velhos, desta forma, os conhecimentos que envolvem a história do grupo, o conhecimento acerca dos ciclos da natureza, das plantas medicinais, das condutas internas, das cerimônias e festejos, da manutenção da vida envolta ao sistema cosmológico, é transmitido pela língua materna e a vida nas aldeias. Adentrar o conhecimento não indígena envolve transitar entre o mundo dos *kuben* para se compreenderem no processo que envolve a resistência em relação a sua etnicidade e utilizar dos conhecimentos adquiridos para transmitirem entre si na sua própria cultura, inclusive para os *kuben*, ensinando-lhes sobre sua sociobiodiversidade e modo de ser.

No caso das escolas da TI Baú, o material didático utilizado é fornecido pela Secretaria Municipal de Educação SEMED/PA, o qual é utilizado nas salas de aulas. Das escolas da TI Baú, somente a aldeia *Krambarj* é gerenciada sob responsabilidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Castelo dos Sonhos/PA, as demais sob responsabilidade administrativa da SEMED de Altamira/PA. A educação escolar indígena é organizada por séries, distribuídas em módulos, tais como a Pré-escola, sendo dividido em duas turmas com variações nas idades; o Ensino Fundamental é organizado por módulos, Ensino Fundamental 1, com classes do 1º e 2º ano, os quais estudam juntos; o Ensino Fundamental 2, com classes do 3º e 4º ano, os quais estudam juntos, e o Ensino multisseriado, que envolve uma classe com alunos do 6º, 7º, 8º e 9º anos, também juntos. O material didático é fornecido pelo SEMED e são ministrados através de módulos disciplinares, quando finaliza um módulo, é iniciado outro. As professoras entrevistadas explicaram que normalmente o material utilizado é o de uma série anterior, devido não ter um material adaptado para a realidade das aldeias. E, normalmente, não são finalizados, resultando em um período maior necessário para ser possível ministrá-los, o que não ocorre na prática, gerando a longo prazo, uma defasagem no conteúdo abordado. Uma outra observação mencionada por elas, é que durante o período de colheita de castanha, as famílias se deslocam para a floresta, e os filhos não conseguem acompanhar o conteúdo da escola, prejudicando o rendimento escolar.

A seguir, na **Tabela 10**, serão apresentados os dados coletados em campo de maneira sistematizada, conforme a realidade de cada aldeia.



TABELA 10 SISTEMATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENAS NAS ALDEIAS

Aldeia	Caracterização da escola
<i>Kamau</i>	<p>Estrutura: A escola possui duas salas de aula e uma extensão ao lado direito utilizado uma sala anexa para as crianças menores. Figura 94 e Figura 95.</p> <p>Nº de Alunos no ensino primário (Pré-escola I e II): 08 alunos.</p> <p>Nº de Alunos no ensino fundamental (1º ano e 2º ano), (3º e 4º ano) e multisseriado (6º, 7º, 8º e 9º anos): 14 alunos (EF1); 14 alunos (EF2) e 39 (multisseriado).</p> <p>Nº de alunos no EJA (período noturno): não informado.</p> <p>Evasão escolar: Não informado.</p> <p>Infraestrutura/Professores: 03 não indígena e 02 interprete indígena, 02 merendeiras indígena e 01 Zelador.</p>
<i>Ratxopreti</i>	<p>Estrutura: A estrutura da escola é no modelo tradicional, em uma cabana de palha, conforme apresentado na Figura 96.</p> <p>Nº de Alunos no ensino fundamental (1º ano e 2º ano), (3º e 4º ano) e multisseriado (6º, 7º, 8º e 9º anos): 06 alunos (EF1), 18 alunos (EF2) e 10 alunos (multisseriado).</p> <p>Nº de alunos no EJA (período noturno): não informado.</p> <p>Evasão escolar: Não informado.</p> <p>Infraestrutura/Professores: 01 não indígena, 01 intérprete indígena, 01 merendeira indígena e 01 zelador.</p>
<i>Krambarj</i>	<p>Estrutura: Não possui escola. As aulas são dadas junto ao professor indígena, em sua casa, ou alguma oca da aldeia.</p> <p>Nº de Alunos no ensino fundamental (1º ano e 2º ano), (3º e 4º ano) e multisseriado (6º, 7º, 8º e 9º anos): ao total 12 alunos matriculados.</p> <p>Nº de alunos no EJA (período noturno): não há EJA.</p> <p>Evasão escolar: 09 jovens na cidade.</p> <p>Infraestrutura/Professores: As aulas ocorrem com um professor indígena da aldeia, da língua materna e 01 merendeira indígena.</p>
<i>Ronkogajot</i>	<p>Estrutura: Não possui escola</p> <p>Nº de Alunos no ensino primário (Pré-escola I e II) e Nº de Alunos no ensino fundamental: (1º ano ao 9º ano):</p> <p>Nº de alunos no EJA (período noturno): não há EJA.</p> <p>Evasão escolar: não informado.</p> <p>Infraestrutura/Professores: As aulas ocorrem com um professor indígena da aldeia, da língua materna.</p>
<i>Ronko</i>	<p>Estrutura: A estrutura da escola é no modelo tradicional, em uma cabana de palha, conforme apresentado na Figura 97.</p>



	<p>Nº de Alunos no ensino fundamental (1º ano e 2º ano), (3º e 4º ano) e multisseriado (6º, 7º, 8º e 9º anos): 13 alunos (EF) e no modelo multisseriado são 15 alunos ao total.</p> <p>Nº de alunos no EJA: Não há.</p> <p>Evasão escolar: Não foi informado o número de alunos.</p> <p>Infraestrutura/Professores: 01 não indígena e 01 intérprete indígena e 01 merendeira.</p>
Baú	<p>Estrutura: A escola possui duas salas de aula, a casa dos professores fica ao lado da escola, conforme a Figura 98.</p> <p>Nº de Alunos no ensino fundamental (1º ano e 2º ano), (3º e 4º ano) e multisseriado (6º, 7º, 8º e 9º anos): 14 alunos (EP); 18 alunos (EF1), 12 alunos (EF2), e 28 alunos no multisseriado.</p> <p>Nº de alunos no EJA (período noturno): No ano de 2022 teve EJA, atualmente não há.</p> <p>Evasão escolar: Não foi informado o número de alunos que saem para estudar em Novo Progresso, mas afirmaram ser alto a evasão escolar. Muitos, vão para a cidade em busca de cursar o ensino médio.</p> <p>Infraestrutura/Professores: 02 não indígenas e 02 interpretes indígenas, 02 merendeiras indígena e 01 zelador.</p>
Kamure	<p>Estrutura: Não possui escola.</p> <p>Nº de Alunos no ensino fundamental (1º ano e 2º ano), (3º e 4º ano) e multisseriado (6º, 7º, 8º e 9º anos): 12 alunos ao total.</p> <p>Nº de alunos no EJA (período noturno): não tem</p> <p>Evasão escolar: não foi informado.</p> <p>Infraestrutura/Professores: As aulas ocorrem com um professor indígena da aldeia, da língua materna.</p>
Roitikore (aldeia nova)	<p>Não possui escola.</p> <p>Aldeia recém-aberta.</p>

A seguir fotos das escolas indígenas.





FIGURA 94 ESCOLA INDÍGENA, ALDEIA KAMAU, FOTO FRONTAL, EM 05/10/2023.



FIGURA 95 ESCOLA INDÍGENA, ALDEIA KAMAU, ÁREA ANEXA, EM 05/10/23.



FIGURA 96 ESCOLA INDÍGENA ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 97 ESCOLA INDÍGENA ALDEIA RONKO, EM 11/10/2023.



FIGURA 98 ESCOLA INDÍGENA ALDEIA BAÚ, EM 14/10/2023.

6.7 ATENÇÃO À SAÚDE

O presente capítulo não tem como objetivo ampliar a discussão teórica estabelecida através da Etnologia Indígena e Antropologia da Saúde que envolve toda a discussão sobre os aspectos simbólicos da corporalidade indígena. Da mesma forma, o presente capítulo não apresentará toda discussão que envolvendo as políticas públicas destinadas a saúde indígena.



O presente capítulo apresenta uma breve caracterização da medicina tradicional *Mebêngôkre-Kayapó*, que foram coletados com os anciãos das aldeias, em um formato livre de conversas semiestruturadas, e os dados obtidos em campo sobre as principais doenças após contato com os técnicos de saúde.

A medicina tradicional *Mebêngôkre-Kayapó* envolve uma série de saberes a respeito do uso medicinal das plantas. Elas são utilizadas no cotidiano, tanto para a cura de doenças como na alimentação. O entendimento sobre a medicina tradicional envolve as práticas ancestrais de preparação do remédio extraído das plantas que são retiradas do mato e sob a orientação dos anciãos, sobretudo dos homens *Mebêngôkre-Kayapó*, realizam o atendimento nas aldeias. A medicina tradicional *Mebêngôkre-Kayapó* abrange o entendimento da saúde e da doença de forma abrangente, capaz de abarcar um conjunto de processos e eventos que podem envolver as pessoas e suas condutas diárias, mas sobretudo, no diálogo com o mundo espiritual, conforme será apresentado através das falas indígenas.

Kakobin, pajé da aldeia *Kamau*, explica sobre a medicina tradicional:

“A medicina indígena é ensinada desde pequeno. Desde pequeno eu comecei a acompanhar o meu pai, meu avô, acompanhava para aprender com eles, eu saía com eles no mato, até algumas horas, até chegar de tarde no mato, até aprender com o meu pai e meu avô. Só os homens que aprendem e transmitem o saber dos remédios do mato. Quando chega uma doença que não é do branco, eu vou curar, quando chega uma doença do branco, eu não posso curar e eu mando para tratar na cidade ou no posto de saúde da aldeia, quando é doença indígena eu curo rapidinho. Dos remédios que usamos, eu procuro no mato, não é todo lugar que tem. Quando chega um doente, se não tiver a planta aqui perto, eu vou no mato procurar. Mas, perto das casas, nós plantamos perto de casa, para as doenças simples, para nós usar.

Quando é mais complicado, alguma raiz, eu vou no mato procurar para preparar o remédio. Entre nós, cada pajé tem um jeito de fazer, algumas coisas diferentes, conforme cada um sabe. O cachimbo é utilizado também para o tratamento da cura, alguns usam para tirar alguma doença que está dentro da pessoa doente. Mas, no caso se a doença é muito avançada, já é muito prejudicado para o paciente, a gente tem que fumar muito para desmaiar e curar aquela pessoa que já está doente, quase morrendo, a gente fuma muito para tentar curar. Quando eu vejo alguma coisa dentro do corpo de alguma pessoa, eu tenho que fumar um pouco e tira o que está na pessoa, no braço, na perna, na cabeça para tirar. O tabaco envolve o processo curativo do mundo espiritual e direciona o processo para curar o doente. Esse ensinamento para nós, é como vocês que estudam na faculdade, mas a gente faz para aprender o remédio do mato com nossos pais, é muito demorado, a gente passa dias, passa meses, anos para aprender tudinho. Depois que terminar, depois de um tempo, os nossos pais, os nossos avôs fazem um teste para ver se nós aprendemos tudo e para nós não deixar alguém doente na aldeia para morrer. Os nossos pais esperam que a gente aprenda para continuar curando, mas quando não somos jovens não podemos atender, é



preciso chegar em uma idade, depois de ter o primeiro neto primeiro para poder atender alguém na aldeia. É uma regra, não pode atender, tem as fases dos homens e só quando somos avós que podemos atender. Uma outra forma que acontece é através dos sonhos, como nós já nos casamos, quando tem um pajé que já morreu, eles aparecem no sonho, eles podem vir para dizer onde está algum remédio, perguntar se achou o remédio para ajudar a pessoa ou para ensinar alguma coisa que já não lembramos mais. Eles vêm no sonho ensinar a gente, nunca acaba, eles sempre aparecem no sonho. Quando alguém tem uma doença, o espírito da pessoa sai primeiro, e o corpo se tiver vivo, o espírito pode sair por causa da doença, qualquer coisa é fácil de morrer, se o pajé vê, por que cada pessoa tem uma coisa para fazer, daí o pajé vê, aí o espírito já está fora, gente faz um remédio para o espírito voltar; quando morre, de uma doença, o espírito fica aqui, e a noite pode aparecer e assim vai...” (Entrevista com Kabokin, aldeia Kamau, em 06/10/2023).

Kabokin, relata que uma de suas maiores preocupações é a transmissão desses conhecimentos ancestrais para os jovens. Segundo ele:

“Uma preocupação muito grande, muito enorme para mim é não ter ensinado os jovens. Para começar, eu tenho que começar desde pequeno, com 7 anos, e agora os jovens já têm 15 anos, já passou da idade, tem que começar desde pequenos. E essa é a minha preocupação, porque se deixarmos eles aqui, eu não sei o que vai acontecer, quem vai continuar esse trabalho. Tem dia que eu fico pensando sobre quem vai cuidar das próximas gerações. Atualmente, quando eu saio para caçar, eu passo algum conhecimento. Não é permitido alguém chegar e pedir para eu ensinar, eu posso ensinar quando eu estiver no mato, quando saio para caçar em algum lugar, eu já fiz isso, mas não é algo que acontece o tempo todo”. (Entrevista com Kabokin, aldeia Kamau, em 06/10/2023).

Ainda sobre o diálogo sobre a saúde indígena, com Kukojtaminho, foi realizada uma breve conversa sobre o parto e os cuidados com a saúde das mulheres indígenas. Segundo ela:

“Muitos anos atrás não tinha contato com os kuben, tudo era normal e tranquilo; quando a criança nascia era um bebê sadio, nascia normal, sem nenhum problema e crescia normal, a gente pinta, enfeitava, mas hoje em dia, talvez por causa de outros alimentos, as comidas de kuben da cidade, eu percebi que entre os indígenas começou a mudar, mudou o tempo de nascer, de passar o mês, e eu acho que é de tanta coisa que a gente consome e que atrapalha o nascimento e o parto. Eu já fiz alguns partos. A gente coloca a corda aqui e é para ajudar a tirar o neném e a cortar o umbigo. Tem muitos remédios caseiros para muitas doenças: tosse, diarreia, dor de cabeça, dor de barriga. Tem os remédios que fazemos para essas coisas. Quando a pessoa vai ganhar neném, é feito remédio com casca de madeira, faz-se para tomar e não ter problemas, o mesmo para comidas remosas, tem remédio para isso. A gente aprende com outros, com o meu marido, com o meu tio, muitos ensinam para a gente; não são todos que sabem quais são os remédios caseiros, algumas que sabem. Quando vamos para o mato, eles vão passando. Assim, começamos a fazer com nossas netas, para banhar a neta, pega um remédio e botar na boca; a diarreia faz o chá para parar, dor de



barriga, faz remédio. Normalmente procuram o meu tio (Kabokin) primeiro que conhece quando é doença de branco ou não por que ele é o pajé. Ainda nascem crianças aqui ainda. Mas quando não nascer aqui, tem que remover para fora, para o hospital. Mas pode nascer no hospital, e lá ela pode usar a embira lá também. Quando está lá fora, com sangue preso, doendo a barriga (cólica) ela pode fazer o chá para ajudar a limpar alguma coisa". (Entrevista com Kukojtaminho, aldeia Kamau, em 06/10/2023).

Sobre a transmissão de saberes, *Kukojtaminho*, expressou um pouco de sua preocupação:

"A minha preocupação é que atualmente elas não têm interesse em continuar, a gente quer ensinar, mas eles não têm interesse em continuar. A gente precisa ensinar, mas se caso eles não aprenderem, depois que a gente morrer, depois que a menina nasce, precisa ser curado aqui com o remédio do pajé, eles não querer, vão procurar lá fora. Eu tenho os netinhos pequenos e eu fico preocupada. A maioria dos jovens aqui na aldeia não tem interesse, e a gente fica preocupado, porque cada doença tem um remédio para curar e a gente fica preocupada porque eles não têm interesse". (Entrevista com Kukojtaminho, aldeia Kamau, em 06/10/2023).

Kwiku, ancião e pajé da aldeia *Krambarj*, relatou um pouco sobre a medicina tradicional:

"Eu aprendi sobre as plantas medicinais com o meu pai, com meus tios. Antigamente, a gente aprendia com os mais velhos. Tem muito remédio naturais na floresta, meu pai me ensinou a buscar os remédios na floresta para ajudar as pessoas que estão precisando, se eu consigo ajudar, eu ajudo. Quando tem alguém doente, eles vêm me procurar, daí eu vejo se é doença indígena ou se é doença de branco, daí se for doença de branco, eu não trato, mas normalmente, tem muito remédio que trata, se for algo mais sério, eu mando para o posto de saúde ou para a cidade. Quando o paciente está doente, quando eu estou caçando muito eu procuro o remédio caçando, até encontrar e tirar o remédio, tem muitos remédios no mato. Eu queria ensinar para os outros jovens, mas os jovens não querem, se outros querem aprender, eu vou ensinar para eles aprenderem" (Entrevista com Kwiku, aldeia Krambarj, em 09/10/2023).

Na aldeia *Ratxopreti*, *Beknó*, ancião e pajé da aldeia, também relatou sobre o uso de plantas medicinais e sobre o conhecimento transmitido por seu pai. Entretanto, é importante ressaltar, que durante o trabalho de campo, sem a presença do cacique, a mediação na tentativa de tradução na aldeia *Ratxopreti*, foi bastante difícil.

Na aldeia *Baú*, o conhecimento sobre as plantas medicinais e o tratamento da doença indígena é tratado por *Wakonkra*, o pajé da aldeia. *Wakonkra* relatou que o conhecimento foi obtido através do contato com os tios e dos mais velhos da aldeia. Normalmente o procuram para tratar doenças, mas essa tarefa também é atribuída ao ancião *Ho'i*, que é conhecedor dos remédios do mato.



Conforme os relatos, a medicina tradicional faz parte das práticas que envolvem a manutenção da saúde e o bem-estar indígena, entretanto, segundo os relatos dos entrevistados e indígenas das aldeias, a partir do contato e após o falecimento de muitos anciãos é de se observar que atualmente são poucos os anciãos que realizam os tratamentos. Existe, ainda, a possibilidade de transitarem entre as demais aldeias Mebêngôkre-Kayapó em busca de tratamentos, com os anciãos das aldeias da TI *Menkrãgnoti*. Os indígenas relataram diversas vezes sobre o falecimento de anciãos durante o período pandêmico. Ressaltaram também sobre a falta de interesse dos jovens em buscarem mais conhecimento com os mais velhos. E, atribuem ao fato de terem muito acesso ao mundo dos brancos, do acesso à internet.

O diálogo entre a medicina tradicional e a medicina ocidental ocorre através do atendimento dos postos de saúde indígena nas aldeias. Todas as aldeias estão inseridas na abrangência do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI) Tapajós, Secretaria Especial de Saúde Indígena de Itaituba/PA. As aldeias maiores dispõem de equipes multidisciplinares de Saúde Indígena composta por 01 enfermeira, 01 agente de saúde indígena, 01 agente de saúde indígena e meio ambiente, motorista e/ou barqueiro e 01 Microscopista. Ocorre periodicamente através de um programa de atendimento do DSEI a visita de um médico e dentista. Apenas as aldeias *Kamau* e *Baú* possui a sede do posto de saúde de alvenaria, a aldeia *Ratxopreti* possui posto de saúde com estrutura em madeira e as demais possui uma casa tradicional sem a mesma infraestrutura.

Portanto, buscando caracterizar a realidade do atendimento pelos postos de saúde, foram realizadas entrevistas estruturadas básicas com os técnicos de enfermagem não indígena, com alguns agentes indígenas de saúde, conforme será apresentado na **Tabela 11**, a seguir.

TABELA 11 CARACTERIZAÇÃO SISTEMATIZADA DA SAÚDE INDÍGENA A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NAS ALDEIAS.

Aldeia	Caracterização da Saúde indígena a partir dos dados coletados nos postos de saúde ou com Agentes da Saúde Indígena.
<i>Kamau</i>	<p>Profissionais da saúde: 01 técnica de enfermagem, 02 Agentes Indígenas da Saúde (AIS), 01 Agente Indígena da Saúde e Meio Ambiente (AISAM), 01 microscopista, 01 motorista, 01 barqueiro e 01 Microscopista.</p> <p>Infraestrutura: 01 quarto, 03 salas de atendimento, 01 farmácia, 01 cozinha e 01 banheiro. O prédio apresenta problemas de umidade e do excesso de morcegos no forro. Possui internet, bebedouro e antena.</p> <p>Principais doenças tratadas: Tosse, síndrome gripal (coriza nasal e tosse), diarreia, gastralgia, dor abdominal, tuberculose (01 caso, mas não foi terminado o tratamento), mastite (02 casos).</p> <p>Idosos: 08 idosos, sendo 02 com hipertensão e 01 caso tratando diabetes.</p>



	<p>Mulheres/Gestantes: No momento da coleta de campo não havia gestantes. Quando há o acompanhamento mensal pela equipe técnica. O parto tem ocorrido mais na Casai de Novo Progresso, onde não pagam pelo registro e já realizam o cadastro de Bolsa Família. Dos métodos de prevenção, na aldeia Kamau, 17 indígenas fazem uso da pílula anticoncepcional. Acompanhamento de Preventivo do Câncer do Colo do Útero (PCCU) não é aceito entre as indígenas.</p> <p>Pessoas com deficiência (PCD) ou outros casos: 03 crianças fazem uso de medicação controlada (fenobarbital) e 01 criança toma medicação controlada para problemas cardíacos.</p>
<i>Ratxopreti</i>	<p>Profissionais da saúde: 03 técnicas de enfermagem, 01 Motorista da saúde, 01 AIS, 01 AISAm, 01 Barqueiro da saúde, 01 Microscopista.</p> <p>Infraestrutura: A estrutura do posto de saúde possui duas salas de atendimento, 01 farmácia, 01 cozinha e 01 alojamento.</p> <p>Principais doenças tratadas: Diarreia, Êmese, Tosse e Dermatite.</p> <p>Idosos: 03 idosos. 02 tomam medicação controlada para hipertensão e 01 para diabetes.</p> <p>Mulheres/Gestantes: Não informado.</p> <p>Pessoas com deficiência (PCD): Não informado.</p>
<i>Krambarj</i>	<p>Profissionais da saúde: 01 AIS, 01 motorista da saúde, 01 Microscopista. A estrutura do posto de saúde é em uma oca da aldeia com duas salas. Não há abastecimento de água. Há duas mesas, uma pequena farmácia e um fogão.</p> <p>Infraestrutura: Recebem a visita periódica dos técnicos de saúde para realizar o monitoramento da saúde na aldeia. Se ocorrer algum sério de saúde, há remoção para a cidade.</p> <p>Principais doenças tratadas: Tosse, diarreia, dores de estômago.</p> <p>Idosos: 03 idosos. Destes 01 com diabetes, a medicação é controlada.</p> <p>Mulheres/Gestantes: Não há registro de gestante na aldeia. O atendimento é realizado periodicamente pela equipe técnica, as indígenas preferem parirem na aldeia, há 03 parteiras, em último caso se deslocam para a cidade. O atendimento para os recém-nascidos ocorre na aldeia.</p> <p>Pessoas com deficiência (PCD): sem registro.</p>
<i>Ronkogajot</i>	<p>Profissionais da saúde: 01 AIS, 01 Microscopista, 01 motorista da saúde. Recebem visita da equipe técnica periodicamente para o monitoramento da aldeia.</p> <p>Infraestrutura: Não há posto de saúde, há uma oca adaptada para armazenar vacinas e alguns remédios. No caso de urgência, o carro da Casai é acionado.</p> <p>Principais doenças tratadas: Tosse, diarreia, dores de estômago.</p> <p>Idosos: Não informado.</p> <p>Mulheres/Gestantes: Não informado.</p>



	Pessoas com deficiência (PCD): Não informado. Profissionais da saúde:
<i>Ronko</i>	<p>01 AIS, 01 Microscopista e 01 motorista da saúde. Recebem visita da equipe técnica periodicamente para o monitoramento da aldeia.</p> <p>Infraestrutura: Não há posto de saúde, é adaptado em residência indígena.</p> <p>Principais doenças tratadas: Gripe, tosse, dor de cabeça, problemas respiratórios e dor de estômago.</p> <p>Idosos: 01 idoso.</p> <p>Mulheres/Gestantes: Não há mulheres gestantes na aldeia. Preferem ter a criança na aldeia, mas recorrem a Casai devido a acessibilidade ao registro e aos benefícios do governo.</p> <p>Pessoas com deficiência (PCD): Nenhum caso.</p>
<i>Baú</i>	<p>Profissionais da saúde: 01 técnica de enfermagem, 01 AISAM, 01 AIS, 01 motorista e 01 Microscopista.</p> <p>Infraestrutura: 03 salas de atendimento, 01 quarto, 01 cozinha e 01 banheiro, 01 farmácia. O prédio apresenta problemas de umidade, excesso de morcegos no forro do telhado, internet, antena, bebedouro.</p> <p>Principais doenças tratadas: Síndrome gripal, diarreia, caso de malária (teve diminuição no último ano), odontologia é bastante procurado.</p> <p>Idosos: 04 idosos. Há registros de 03 casos de hipertensos entre os idosos.</p> <p>Mulheres/Gestantes: 08 gestantes atualmente. Normalmente o acompanhamento gestacional é realizado mensalmente pela técnica de enfermagem. As indígenas preferem parir na aldeia, apenas em caso de riscos se deslocam para a cidade. Ultimamente tem se observado a preferência pela Casai de Novo Progresso devido a facilidade em registrar o bebê e fazer o cadastro para receber auxílio da Bolsa Família. Há registros de 11 indígenas utilizando métodos contraceptivos (anticoncepcional), juntamente com as indígenas da aldeia Kamure.</p> <p>Pessoas com deficiência (PCD): 01 caso de epilepsia e toxoplasmose, 01 retardo mental grave, 01 cadeirante com epilepsia, 01 caso de epilepsia, mas mora na cidade e 01 caso de deformidade na perna.</p>
<i>Kamure</i>	Não há posto de saúde. Quando precisam de algum suporte de saúde se deslocam para a aldeia Baú ou Casai de Novo Progresso.
<i>Roitikore</i> (aldeia nova)	Não há posto de saúde. Quando precisam de algum suporte de saúde se deslocam para a aldeia Ratxopreti ou Casai de Novo Progresso.

A seguir algumas fotos dos postos de saúde das aldeias.





FIGURA 99 POSTO DE SAÚDE, ALDEIA KAMAÚ EM 05/10/2023.



FIGURA 100 POSTO DE SAÚDE, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 101 POSTO DE SAÚDE, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/2023.



FIGURA 102 ADAPTAÇÃO DE UMA CASA PARA COMPORTAR ITENS DE SAÚDE, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/2023.



FIGURA 103 POSTO DE SAÚDE, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/2023.

6.8 ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ

Antigamente, algumas aldeias *Mebêngôkre-Kayapó* com uma população de quinhentos ou (muitos) mais indígenas, tinham duas casas dos homens erguidas na praça da aldeia: uma oriental e outra ocidental. Devido às muitas divisões consecutivas nestas enormes aldeias, bem como à população relativamente baixa nas novas comunidades, todas as aldeias contemporâneas de *Mebêngôkre-Kayapó* têm uma casa para homens solteiros – se é que alguma existe. Construída na praça da aldeia, a única casa dos homens pode ficar de lado, em oposição simbólica à casa dos outros



homens (ausentes). Esta localização da casa dos homens solteiros indica a descendência da aldeia ancestral da casa dos dois homens, da qual a comunidade se separou. Assim, por exemplo, a antiga aldeia *Mekrãgnoti* de 1937 tinha duas casas dos homens. A aldeia *Menokanê* contemporânea de *Kamau* é descendente da casa dos homens ocidentais, pois na época da cisão daquela antiga aldeia principal, todos os homens do grupo dissidente eram membros daquela casa dos homens ocidentais. Todas as aldeias *Mekrãgnoti* são descendentes de uma mistura das duas casas dos homens, mas como a maioria dos homens constituintes eram da casa oriental, estas aldeias constroem virtualmente uma tal casa oriental.

Internamente, a casa dos homens é dividida espacialmente em vários “assentos” (lugar específico dentro da casa dos homens): aquele da faixa etária dos adolescentes e dos jovens solteiros, é cercada pelas diversas sociedades masculinas. Uma sociedade masculina é um grupo corporativo que é nomeado, tem um lugar distinto dentro da casa dos homens, reconhece um líder ou líderes comuns cuja posição é institucionalizada, envolve-se em atividades coletivas como a estação seca caminha e manifesta solidariedade e apoio mútuo frente a frente com sociedades de outros homens em disputas. As sociedades masculinas são as unidades políticas básicas da sociedade *Mebêngôkre-Kayapó*, cuja adesão é restrita e obrigatória para todos os homens com filhos no casamento. Ao estabelecer a sua própria família nuclear, o jovem escolhe a qual das sociedades masculinas irá aderir.

A posição demográfica de uma comunidade influencia grandemente a configuração política dos grupos empresariais masculinos. Como tal, o número de sociedades masculinas varia de uma a três para cada casa dos homens. As grandes sociedades masculinas, com cerca de trinta ou mais homens, tendem a dividir-se entre dois assentos, um facto que parece comum tanto em eras pré- como pós-contacto e que afetou igualmente o assento dos adolescentes e dos jovens solteiros. Isto também significa que nas aldeias com menos de trinta homens com filhos no casamento, os homens não se organizam em sociedades masculinas, mas conforme as faixas etárias às quais pertencem: nesse sistema, os homens com crianças em casamento e os velhos formam um grupo, em oposição dos homens jovens (isto é, adolescentes e homens jovens sem filhos no casamento). Estes jovens — comumente chamados “os guerreiros” pelos informantes *Mebêngôkre-Kayapó* — formam um grupo separado, com aproximadamente a mesma autonomia que uma sociedade masculina, mas eles estão subordinados aos homens maduros e carecem de qualquer prestígio ao nível político. Os homens mais velhos atuam como pacificadores e apaziguadores de disputas e desempenham um papel pacificador na sua sociedade masculina e na comunidade na totalidade. Diz-se que estão acima de qualquer envolvimento em disputas entre facções. É, portanto, considerado normal que estes idosos ocupem



um lugar distinto dos outros membros da sua sociedade masculina, mas isto parece apenas ser posto em prática quando a sociedade masculina é suficientemente grande para permitir tal subdivisão.

Cada sociedade masculina atua autonomamente como uma unidade militar, pode realizar *trekkings* separados para ir caçar, pescar ou colher, e plantar suas próprias roças comunitárias. Os membros da sociedade também cooperam em outros trabalhos comunitários, como a construção de casas; ou podem formar equipes separadas durante jogos nativos de hóquei ou jogos de futebol. Cada sociedade masculina também funciona como um conselho, reunindo-se frequentemente e longamente no início da manhã e, mais especificamente, no final da tarde. Durante os períodos de atividades cerimoniais, a casa dos homens explode em ação: são feitos enfeites; os homens idosos contam histórias relacionadas com a festa específica e podem até discutir ocasionalmente a realização da cerimônia; os oratórios são quase constantemente ministrados pelos homens maduros e pelos mais velhos.

Quando os homens estão reunidos na casa dos homens, os membros de cada uma das sociedades masculinas tendem a respeitar formalmente as outras sociedades. Mas a história dos *Mebêngôkre-Kayapó* mostra que as sociedades masculinas desenvolveram frequentemente um espírito corporativo de rivalidade contra outras sociedades semelhantes. Isto poderia levar a conflitos abertos e até mesmo a uma luta coletiva com bordunas (tradicionalmente a arma predileta dos homens *Mebêngôkre-Kayapó*). Nesse caso, o grupo perdedor fica demasiado envergonhado para permanecer na aldeia com as outras sociedades, e segue-se uma divisão da aldeia. Tais divisões nas aldeias tendem, portanto, a ocorrer seguindo as linhas das sociedades masculinas, se existentes. No entanto, nem todos os homens da sociedade que parte abandonam a aldeia no momento da separação. Alguns homens, se tiverem numerosos parentes no lado vencedor, podem optar por permanecer, da mesma forma que alguns homens que pertencem ao grupo vencedor podem optar por juntar-se ao grupo que sai. O grupo que se separa constrói uma nova aldeia, muitas vezes a uma distância segura de cento e cinquenta ou mais quilômetros da aldeia original. A partir de então, a hostilidade aberta entre as duas aldeias permanece.

Cada comunidade *Mebêngôkre-Kayapó* possui um grupo de pessoas conhecidas coletivamente como “grandes pessoas”. O termo não se refere ao tamanho físico, nem aos idosos que, devido à sua idade avançada, têm um certo estatuto tanto ao nível doméstico como político. Em vez disso, “grandes pessoas” refere-se àquelas pessoas conhecidas pelos seus papéis de liderança, funções rituais, ou um conhecimento específico, estatutos através dos quais um homem adquire ou aumenta o seu prestígio dentro da comunidade. Além da chefia, distingua-se cinco categorias de “grandes pessoas”: xamãs/feiticeiros; oradores; especialistas em rituais; batedores; e líderes. A maioria dessas funções é



exercida por homens de qualquer faixa etária (ou seja, adolescentes ou mais velhos); apenas a oratória e o xamanismo/feiticeira são realizados exclusivamente pelos homens mais velhos. A maioria dessas funções não é hereditária, mas sim devido a características pessoais como bravura, eloquência, bem como demonstração de ambição e comportamento exemplar.

Em aldeias maiores, cada sociedade masculina tem pelo menos um chefe ativo, mas pode ocasionalmente ter dois, cada um deles liderando o seu próprio grupo de seguidores dentro dessa sociedade. Um chefe *Mebêngôkre-Kayapó* deve representar e personificar todas as funções possíveis que levam ao reconhecimento de um homem como uma “grande pessoa”. Um chefe, portanto, deve refletir todos os valores masculinos ideais de *Mebêngôkre-Kayapó*, como conhecimento, eloquência, belicosidade, solidariedade e generosidade. Os homens que tendem a acumular várias destas funções podem aumentar a sua influência dentro da comunidade. E os chefes, que personificam todas estas funções, figuram invariavelmente entre os homens mais prestigiados da comunidade.

Não existe nenhuma regra formal para o estabelecimento da sucessão dos chefes *Mebêngôkre-Kayapó*. No período pré-contato, os jovens eram geralmente iniciados no conhecimento da chefia pelo pai (real ou fictício), pelo tio ou avô, ou por um dos seus amigos rituais. O procedimento normal para alguém se tornar chefe é um processo longo, que começa no início da puberdade, leva muitos anos, e é afetado por uma ampla variedade de influências. Um chefe velho pode ensinar vários candidatos à chefia. Destes candidatos, alguns podem não mostrar interesse em assumir essa função, outros se tornam líderes em certas tarefas, mas não recebem apoio suficiente da sociedade masculina para se tornarem chefes eficazes. Idealmente, o escolhido deve ser confirmado pelo chefe das outras sociedades dos homens, mas isto não é sempre o caso.

É importante distinguir entre um chefe e um líder. Os líderes não precisam passar por treinamento. Chefes em potencial geralmente primeiro se tornam líderes por um determinado período antes de se tornarem chefes; outros membros da comunidade se tornam líderes devido ao seu caráter, seu compromisso e suas habilidades. Independentemente de como se tornam líderes, todos se tornam líderes para tarefas específicas. Assim, os *Mebêngôkre-Kayapó* reconhecem líderes durante as perambulações na floresta, líderes que organizam o trabalho, líderes que organizam os ataques, e demais. Hoje em dia, há também líderes designados para conduzir os diferentes projetos.

Como a maioria das comunidades *Mebêngôkre-Kayapó* contemporâneas são relativamente pequenas — isto é, comparada com o tamanho das aldeias na primeira metade do século XX — várias delas não têm casa dos homens. Essas aldeias podem ser designadas como assentamentos, pois são geralmente constituídas por pequenos grupos familiares. Assentamentos relativamente maiores,



formam verdadeiras aldeias com sua casa dos homens. No caso das comunidades localizadas nas Terras Indígenas Baú e *Menkrãgnoti*, é só na grande aldeia *Mekrãgnoti* de *Kubenkokre* onde funcionam as sociedades masculinas. Assim, dentro desta aldeia, há vários chefes, mas há um chefe chamado de “cacique geral.” Trata-se de um conceito novo, recentemente introduzido, e que surgiu da necessidade de ter uma figura principal para representar a comunidade durante as negociações com o mundo complexo dos “brancos” (*kuben*), e isso particularmente em negociações com diplomatas e seus representantes. Esse cacique geral é eleito pela comunidade. Paralelamente, hoje cada aldeia ou assentamento menor tem seu cacique geral, para defender os interesses da aldeia na associação a que pertencem — que seja a Associação Matinó ou o Instituto Kabu. Outra tendência que surgiu recentemente, é a eleição de representantes femininas. Trata-se de um fenômeno que ocorre em muitas comunidades indígenas no Brasil. Esse desenvolvimento iniciou há uns vinte anos com o surgimento de algumas figuras femininas fortes em várias regiões do Brasil. Estas mulheres apareceram no plano nacional e internacional — tal como fizeram Davi *Kopenawa* (Yanomami), Raoni *Metuktire* e Paulinho *Payakan Kubenkranken* — como defensoras fervorosas dos direitos indígenas. Elas também estiveram na origem de grandes manifestações organizadas por mulheres indígenas em várias ocasiões. Desse grupo de mulheres indígenas politicamente comprometidas surgiram a atual ministra dos povos Indígenas (Sônia Guajajara) e a atual presidente da Funai (Joênia Wapixana), entre outras que dialogam junto ao atual Ministério dos Povos Indígenas, criado em 2023.

No caso dos *Mebêngôkre-Kayapó*, tradicionalmente já existiam xamãs e curadores femininas, mas foi a ação da mulher *Kokraimoro* (um subgrupo *Kubenkranken*) chamada *Tuíre* que despertou a atenção das mulheres. Em 1989, aos 19 anos, *Tuíre* participou da grande manifestação de cinco dias que Paulinho *Payakan* e os demais *Mebêngôkre* organizaram na cidade de Altamira, para demonstrar contra a construção da Usina Hidrelétrica *Kararaô* (posteriormente chamada Bela Monte). Naquela ocasião, *Tuíre* brandiu seu facão na cara de um funcionário da Eletronorte em protesto contra a construção da barragem. A foto tirada do evento trouxe seu nome à consciência pública. *Tuíre* se tornou o epítome da força das mulheres na luta para preservar a sua cultura e ambiente. Como modelo, ela começou, na década de 1990, a viajar para o exterior, inclusive para os Estados Unidos, para divulgar as lutas políticas de seu povo. Ela serviu de exemplo para várias mulheres *Mebêngôkre-Kayapó* que, em seu rastro, começaram a se posicionar como figuras diplomaticamente fortes.

Paralelamente, as mulheres apropriaram o direito de enfeitar-se com cocares cujo uso, antigamente, era reservado aos homens. Mas o papel das mulheres na sociedade tradicional *Mebêngôkre-Kayapó* ainda não foi bem estudado, pois acontecimentos recentes mostram que elas não só eram muito independentes economicamente (especialmente sabendo que os homens estavam frequentemente



ausentes por longos períodos), mas também ritualmente eram mais ativas do que é frequentemente assumido. Uma consequência da forte independência tradicional das mulheres é que, nas aldeias maiores de *Mebêngôkre-Kayapó*, ainda existem sociedades femininas, com seus próprios líderes femininos.

Atualmente, com a separação dos dois grupos na TI Baú, a representação de sua governança para tratar dos interesses da aldeia se dividem em suas duas instituições políticas, representadas pela Associação Indígena Mantinó e o Instituto Kabu.

O Instituto Kabu é uma organização não governamental, de direitos privados, sem fins lucrativos, fundada pelos *Mebêngôkre-Kayapó* do subgrupo *Menkrãgnoti*. O surgimento do instituto Kabu ocorreu inicialmente em função de uma grande cisão de dois subgrupos, entre os *Metyktire* e os *Menkrãgnoti*, em meados de 2007. Tal cisão é característica de suas articulações internas para conterem as pressões que envolvem seus territórios, mas também relacionada às disputas políticas internas. No entanto, a formalização institucional ocorreu em 2008. Inicialmente o Instituto Kabu representava a TI Baú e a TI *Menkrãgnoti*. O surgimento do Instituto Kabu foi motivado para realizar ações de proteção territorial, atuando em três principais linhas institucionais: I) Monitoramento, Vigilância e Proteção Territorial; II) Gestão Administrativa e Fortalecimento Institucional; e III) Atividades Produtivas Econômicas e Fortalecimento Cultural. Entre as pressões que fundamentaram a criação do Instituto Kabu estão relacionados ao avanço do garimpo e extração ilegal de madeira avançando sobre os territórios e a implementação do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Até 2019 todas as aldeias da TI Baú eram representadas pelo Instituto Kabu. Entretanto, devido a novas cisões internas, as aldeias *Kamau*, *Ronko*, *Krambarj*, *Ronkojagot* e *Kamure* se desligaram do Instituto Kabu e fundaram a Associação Indígena Mantinó, com o objetivo de fortalecer o monitoramento socio territorial, cultural e econômico do povo Kayapó. No ano de 2023, a aldeia *Kamure*, foi dissidente da Associação Indígena Mantinó e se associou junto ao Instituto Kabu.

A seguir, na **Tabela 12** apresenta a identificação das instituições indígenas.

TABELA 12 IDENTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA TI BAÚ.

Identificação	CNPJ	Situação	Ano de Abertura.
Instituto Kabu (IK)	09.510.050/0001-93	Ativa	23/04/2008
Associação Indígena Mantinó (AIM)	36.411.161/0001-15	Ativa	12/07/2019



A seguir, algumas fotos da casa dos guerreiros das aldeias.





FIGURA 104 CASA DO GUERREIRO, ALDEIA KAMAU, EM 05/10/2023.



FIGURA 105 CASA DO GUERREIRO, ALDEIA RATXOPRETI EM 08/10/2023.



FIGURA 106 CASA DO GUERREIRO, ALDEIA KRAMBARI, EM 09/10/2023.



FIGURA 107 CASA DO GUERREIRO, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/2023.



FIGURA 108 CASA DO GUERREIRO, ALDEIA RONKO, EM 12/10/2023.



FIGURA 109 CASA DO GUERREIRO, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/2023.



FIGURA 110 CASA DO GUERREIRO, ALDEIA AMURE, FOTO TIRADA PELO CACIQUE ANHÁ, EM 13/10/2023.



6.9 CULTURA MATERIAL E IMATERIAL

Ao chegar pela primeira vez numa aldeia *Mebêngôkre* e após um primeiro rápido vislumbre dos seus habitantes, sente-se imediatamente admiração e apreço pela pintura corporal, com suas combinações de tintas vermelhas e pretas, traçadas para formar finos motivos geométricos que lembram vestidos, ou largas linhas vermelhas e pretas no rosto e no corpo, ou ainda linhas estreitas e brilhantemente brilhantes para adornar uma cabeça parcialmente raspada.

As pinturas corporais são aplicadas não somente no contexto ritual, mas também na vida diária.

A pintura corporal envolve um vasto repertório e certamente constitui o mais elaborado de todos os símbolos visuais *Mebêngôkre-Kayapó*. Utilizando pigmentos pretos, vermelhos e, em muito menor escala, brancos, mediante uma variedade de estilos, obtém-se uma combinação de unidades gráficas — unidades que se relacionam com um status ou circunstância específica. Não ser pintado, por exemplo, implica uma posição e condição social muito precisa e inerente: exprime um estado de ser antissocial, tal como a doença do indivíduo ou de um dos seus familiares mais próximos, e, portanto, está diretamente ligado a um comportamento específico, incluindo tabus alimentares, abstenção de participação em atividades comunitárias, e assim por diante. A abstinência de pintar-se faz também parte do processo de luto. A não-pintura também é aplicada no momento de períodos de intensas tensões internas numa comunidade aldeã, ou durante períodos de epidemias, períodos que podem ser considerados como momentos de luto da comunidade inteira.

As diversas cores têm uma associação específica e simbólica aos diferentes aspectos da vida.

Assim, o vermelho, obtido das sementes urucum, está associado a noções de vitalidade e energia. O branco — obtido do barro e aplicado apenas durante algumas cerimônias específicas e extremamente raras — é associado à velhice e ao mundo dos espíritos, enquanto o preto — obtido pela mistura da polpa de jenipapo com carvão e um pouco de água ou saliva — está associado às situações de normalidade, do ponto de vista social, e às transformações entre a sociedade e a natureza não socializada. A tintura de cor preta pode ser aplicada com a mão, o motivo geralmente consiste em linhas largas ou superfícies que cobrem partes relativamente grandes do corpo. Esta é a forma mais comum de pintura corporal para adolescentes e adultos de ambos os sexos. Outra forma de aplicar a tintura preta é com um bastão fino e flexível retirado do nervo central de uma folha de palmeira. Esta forma de pintura corporal consiste em inúmeras finas listras paralelas aplicadas em meticolosos padrões geométricos. Crianças de ambos os sexos são pintadas desta forma praticamente todos os



dias, enquanto adolescentes e adultos apenas durante determinados rituais. Os *Mebêngôkre-Kayapó* são os únicos dentro do conjunto de povos Jê que costumam se pintar com esses motivos mais finos, uma tradição que eles certamente adotaram dos seus vizinhos *Xambioá, Iny Karajá e Tapirapé*.

Basicamente, distinguem-se dois tipos de pintura corporal preta. De um lado, há as pinturas ditas “belas”, que podem ser usadas por todos, tanto por crianças quanto adultos, diariamente ou em ocasiões rituais. Essa é a pintura mais comum entre os *Mebêngôkre-Kayapó*. Do outro lado, há uma série de pinturas reservadas para ocasiões específicas, como a gravidez, o nascimento de uma criança, a volta de uma guerra, a morte de um próximo, quando alguém realiza um ritual específico, e demais. Em suma, como a antropóloga brasileira Lux Vidal (1981) apontou corretamente, entre os *Mebêngôkre-Kayapó* ser, ou melhor, fazer sentido, é em grande medida aparecer de maneira culturalmente apropriada. A pintura corporal e a ornamentação corporal na totalidade devem ser vistas como um código internamente padronizado e como parte de um universo padronizado maior.

Uma característica dos povos Jê no Brasil central é o uso abundante de folhas e fibras de palmeira. Na década de 1970, o etnólogo suíço René Fuerst, referiu-se à sociedade *Mebêngôkre-Kayapó* como “uma civilização da palmeira.” Ele ilustrou como a palmeira e, mais especificamente, o babaçu e o buriti, desempenham um papel predominante não somente para a fabricação de objetos, mas também para a alimentação e habitação desses indígenas. Nas sociedades Jê do Brasil central e nordeste, o algodão é usado relativamente pouco, e os trançados finos são geralmente feitos com fibras do buriti ou palmeiras semelhantes. Nessas sociedades Jê, os teares estão completamente ausentes, o que explica a ausência, por exemplo, de saias e tipoias tecidas de algodão, comum entre a maioria dos povos indígenas na Amazônia. A arte plumária é pouco desenvolvida, e os poucos enfeites com penas e plumas são geralmente feitos utilizando folhas ou fibras de palmeira. A exceção a essa regra diz respeito aos *Mebêngôkre-Kayapó*. Por meio dos contatos intergrupais com povos vizinhos como os *Xambioá, Iny Karajá, Tapirapé e Yudja* durante os últimos dois séculos, os *Mebêngôkre-Kayapó* aprenderam técnicas para usar o algodão como base para guirlandas de penas, mas também para fazer pulseiras de crochê, por exemplo. Esses contatos intergrupais fizeram com que a arte plumária dos *Mebêngôkre-Kayapó* se desenvolvesse numa das mais renomadas do Brasil.

Mas, além dos contatos intergrupais, há outro elemento que contribuiu para esse desenvolvimento entre os *Mebêngôkre-Kayapó*: trata-se do complexo sistema de transferência de privilégios, nomes pessoais e outros elementos como funções rituais ou o direito de reivindicar certas partes de animais abatidos. Os privilégios determinam quem pode usar quais ornamentos corporais e constituem, além dos nomes pessoais e outros elementos, o patrimônio das Casas: cada Casa compreende, por assim dizer, um segmento no círculo de casas residenciais, com o seu próprio patrimônio que é transferível entre indivíduos. O sistema é particularmente complexo, e define, entre



outros, quais enfeites uma pessoa pode usar. Cada indivíduo herda privilégios de diferentes membros da família, de forma que esse conjunto de privilégios (e de nomes pessoais, que seguem a mesma regra) é único, pois não há duas pessoas com o mesmo conjunto de privilégios e nomes. Ademais, esse sistema permite aos outros “ler” o corpo de alguém, pois sabendo de qual Casas provêm cada um dos enfeites que uma pessoa usa, permite deduzir qual é sua Casa Natal.

Na sociedade *Mebêngôkre-Kayapó*, esse sistema de privilégios é dinâmico no sentido que novos privilégios (variações de ornamentos existentes) podem ser criados, após o qual a criação é incorporada no patrimônio da Casa Natal do criador. Outra maneira de ampliar o patrimônio de uma Casa e através da guerra, pois guerreiros podem “conquistar” novos enfeites a outros povos: trazendo um enfeite após um ataque ou roubo a um assentamento de outro povo, o guerreiro pode usar esse troféu no corpo, e assim adicioná-lo ao patrimônio de sua Casa Natal. Essa dinâmica sempre fez com que os *Mebêngôkre-Kayapó* adotassem com avidez certos elementos de outras culturas, enriquecendo assim a sua própria cultura. O efeito colateral disso é que, com o tempo, as expressões materiais da cultura entre os grupos *Mebêngôkre* se distanciam cada vez mais devido aos contatos e experiências separados de cada grupo individual. Essa adoção de elementos de outras culturas diz respeito não apenas a ornamentos corporais, mas também a utensílios (que são simplesmente incorporados como tais, e não como privilégios) e cerimônias inteiras. Assim, uma das cerimônias atualmente mais comumente celebrada entre os *Mebêngôkre* foi incorporada após contatos intermitentes entre os *Mekrãgnoti* e os vizinhos *Yudja*, no fim do século XIX. Trata-se, portanto, de um processo vivo que contribui para a flexibilidade da sociedade *Mebêngôkre-Kayapó*. Podemos dizer que, se os *Mebêngôkre-Kayapó* são uma exceção dentro dos grupos Jê em relação às pinturas corporais e aos ornamentos plumárias, é porque “uma viagem através do Brasil central os fez.”

No período 1980-2010, os *Mebêngôkre* obtiveram certa renda com a comercialização de objetos artesanais, como cestos, armas e, sobretudo, enfeites plumárias, tais como os grandes e atrativos cocares de penas. Um decreto emitido pela IBAMA em 2014 proibiu a comercialização de objetos nos quais fossem incorporados elementos de animais (penas, dentes, peles, etc.), e isso teve um efeito radical no comércio dos *Mebêngôkre-Kayapó* que despencou imediatamente, atingindo um ponto baixo. Mas alguns anos depois ocorreu um avivamento na venda dos objetos feitos em madeira e palha. Além disso, surgiu também uma arte de enfeites feitos com missangas, e de tecidos nas quais as mulheres *Mebêngôkre* desenham motivos finos das pinturas corporais usando a tintura tradicional com tintura de jenipapo.

A seguir, serão apresentadas algumas fotos das coletas de campo nas aldeias que expressam a cultura material e imaterial *Mebêngôkre-Kayapó*, conforme a **Figura 111 a Figura 116**, abaixo.





FIGURA 111 MARACÁ SAGRADO, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/2023.



FIGURA 112 DANÇA DAS MULHERES, ALDEIA KAMAU (DEZEMBRO DE 2022, ACERVO SERABI, CAMPO DA EQUIPE ANTERIOR).



FIGURA 113 CACHIMBO TRADICIONAL MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 114 ARTEFATO INDÍGENA - COCAR, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/2023.



FIGURA 115 PINTURA CORPORAL, ALDEIA RONKO, EM 12/10/2023.



FIGURA 116 PINTURA CORPORAL, ARTEFATOS EM CANTO DOS GUERREIROS, CASA DOS HOMENS, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/2023.



7. INFRAESTRUTURA SOCIAL

O presente item tem como objetivo caracterizar a infraestrutura das aldeias sendo que uma importante questão observada em todas as aldeias *Mebêngôkre-Kayapó* do presente estudo envolve o acesso ao saneamento básico. O acesso à água potável, nas aldeias maiores, só é possível devido a instalação de poço artesiano com bombeamento dependente das bombas abastecidas com combustíveis fósseis; nas aldeias menores onde não há poço, mas caixa d'água, o bombeamento acontece por bombas abastecidas pelos geradores de energia, podendo ser direto do rio. O acesso à água é fundamental para a manutenção da vida. Quando não há combustível nas aldeias para alimentar os geradores de energia, os indígenas precisam caminhar até o rio para encherem baldes para a manutenção básica.

Em todas as aldeias, com exceção do posto de saúde, nenhuma casa possui esgoto sanitário.

O lixo na aldeia é um outro problema elencado pelos indígenas, pois não há nenhum programa de coleta e destino do lixo pelo município de Altamira. Esse problema também foi relatado pelos indígenas, especialmente após o fim de um programa de Resíduos sólidos do PBA da BR-163, que foi paralisado. Além de diversas embalagens encontradas em toda área doméstica de todas as aldeias, não há um destino certo, às vezes, algumas famílias os queimam, mas não é algo corriqueiro das práticas.

Outro ponto a ser observado, é a questão da energia elétrica *versus* a energia solar nas aldeias.

Nas aldeias maiores o acesso à energia é através do acesso à rede pública, envolvendo um custo alto para os indígenas, nas menores, entretanto, ainda é utilizado o tradicional gerador de energia a base de combustível fóssil. E, em contraposição, em quase todas foi observado uma ou até duas bases com placas de energia solar instaladas, especialmente nos postos de saúde para abastecer a continuidade de energia para a conservação de medicamentos ou vacinas. Nas aldeias que possuem duas placas de energia solar, são usadas para armazenar proteína animal em um freezer compartilhado ou ainda, para alimentar a energia do carregamento de celulares. Ainda, nas aldeias maiores com acesso à energia elétrica, há freezers e geladeiras, além de itens como televisão, celulares e até rádios. O fogão, entretanto, não é um item admirado pelas mulheres indígenas, elas preferem, em sua maioria, cozinhar no fogo do chão. Foram vistos fogões abandonados no entorno da área doméstica em todas as aldeias.



A acessibilidade das aldeias é outro ponto que chama bastante atenção, pois o acesso é possível através das vicinais que interligam a BR-163 em pontos estratégicos, próximo a Alvorada da Amazônia ou Castelo dos Sonhos e ao norte do território por Moraes de Almeida, ainda assim o percurso é longo. O acesso as aldeias são por meio de veículo atravessa as estradas vicinais ou os ramais nos limites da TI com as fazendas do entorno, das quais carecem da boa vontade dos fazendeiros em permitirem o acesso. Nos casos em que é possível pelo rio, o acesso via meios hídricos depende das condições do rio, pois em todo o seu percurso, durante o verão amazônico, se tornam intransitáveis devido aos infinitos bolsões de areia dos antigos garimpos da região. Em um trecho do rio Curuá, há uma balsa improvisada pelos indígenas, em uma construção de madeira, cuja travessia é feita através de um indígena que puxa a estrutura de madeira com os veículos em cima através de uma corda e uma voadeira.

Sobre a infraestrutura do posto de saúde, é outro ponto que chama bastante atenção. Nas aldeias maiores, todos estão comprometidos em sua estrutura, seja pela umidade e a má qualidade das obras, seja pela quantidade infinita e o cheiro insalubre dos morcegos que residem no telhado. Mesmo com o forro térmico utilizado no telhado, é possível avistar dentro dos cômodos o resíduo, possivelmente fecal, lançado pelos morcegos. Nas aldeias que não possuem posto de saúde de alvenaria, sendo utilizado as tradicionais casas de palha, elas são espaços onde os animais peçonhentos da floresta convivem. E, nestas, ainda, a infraestrutura é bastante rudimentar, não possui acesso à água, não há estrutura mínima de um espaço destinado à saúde indígena. Outra observação, nos postos de saúde das aldeias maiores, há internet, saneamento básico, placa de energia solar e até antena parabólica.

As escolas também apresentam carência em sua estrutura básica, além de se apresentarem inutilizáveis nos dias quentes devido ao denso calor no interior das salas de aula. Os relatos dos professores é que nos dias muito quentes, as aulas ocorrem fora do espaço, em área livre, sob alguma mangueira próxima ou em alguma cabana disponível da aldeia. Nas aldeias que não possuem escola de alvenaria, as escolas são em cabanas de palhas, com carteiras e um quadro preso na estrutura de madeira, ou ainda, adaptadas pelo professor local em sua casa ou área aberta.

De um modo geral, todas as aldeias possuem casa de farinha, ou até mais de uma, conforme a população de cada aldeia. Mas, em todas, as casas de farinha estão em estado de deterioração e apresentam mato crescente em suas paredes; os ambientes interno das casas de farinha de alvenaria se encontram bastante deteriorados. Nas aldeias menores, onde não há casa de farinha de alvenaria, foi possível observar cabanas de palha com a estrutura de uma casa de farinha, mais próximas ao rio.



As casas de armazenamento de castanha são distintas. Na aldeia *Kamau*, o grande Paiol está abandonado e o espaço foi substituído por uma casa de armazenamento menor. Nas aldeias menores, são adaptadas em algumas casas ou não possuem. Na aldeia Baú, o armazenamento é em uma casa construída para esse fim e reestruturada internamente. Nas aldeias menores são adaptadas em alguma casa para esse fim. O detalhamento será apresentado nas imagens de cada aldeia.

As casas das aldeias possuem característica peculiar, a sua maioria é de madeira com cobertura de palha, em alguns casos há o telhado produzido com telhas de Eternit e cobertura de palha. As casas possuem de um ou dois quartos, dependendo do tamanho da família. Internamente são dispostos redes, utensílios domésticos, artesanatos, artefatos utilizados nas cerimônias dispostos nas paredes de madeiras ou pilares de madeira. Algumas casas as janelas se mantêm fechadas, sendo as portas que dão acesso interligando a área central da aldeia, no diâmetro circular que as casas são dispostas, ou à área doméstica. Fora das casas, na área doméstica das aldeias, foi possível avistar a variação das espécies de frutíferas e de outras espécies amazônicas, e próxima a elas as amplas cozinhas domésticas, com utensílios de cozinha, redes, varais com roupas.

O lazer é observado pelo campo de futebol na área central das aldeias, próximos a casa do guerreiro, atrativo de toda comunidade e o rio, local onde se estende com a proporção de extensão aos quintais das aldeias, é nele que pescam, banham, se divertem e transitam.

Há igrejas presentes nas aldeias, em algumas possui uma construção de casa de troncos de arbustos ou cabanas adaptadas com o telhado de palha, abertas.

E, em poucas aldeias há pista de pouso, conforme será demonstrado nas imagens, mais abaixo.

A seguir, o detalhamento através de fotos por aldeia, conforme o trabalho de campo realizado.

7.1 ALDEIA KAMAU

A seguir algumas fotos coletadas em campo da infraestrutura social da aldeia *Kamau*.





FIGURA 117 POÇO ARTESIANO E CAIXAS D'ÁGUA, ALDEIA KAMAU, EM 05/10/2023.



FIGURA 118 QUINTAL DOMÉSTICO, ÁREA EXTERNA DAS COZINHAS, ALDEIA KAMAU, EM 05/10/2023.





FIGURA 119 ÁREA INTERNA DE COZINHA INDÍGENA, ALDEIA KAMAU, EM 05/10/2023.



FIGURA 120 POSIÇÃO DA ANTENA NA ÁREA CIRCULAR, ALDEIA KAMAU, EM 05/10/2023.



FIGURA 121 CAMPO DE FUTEBOL, ALDEIA KAMAU, EM 05/10/2023.



FIGURA 122 CASA COM TELHADO DE ETERNIT E PALHA, ANTENA PARABÓLICA, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/2023.



FIGURA 123 UM TRECHO DA PISTA DE POUSO, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/2023.



FIGURA 124 VISTA EXTERNA DO PAIOL, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/2023.



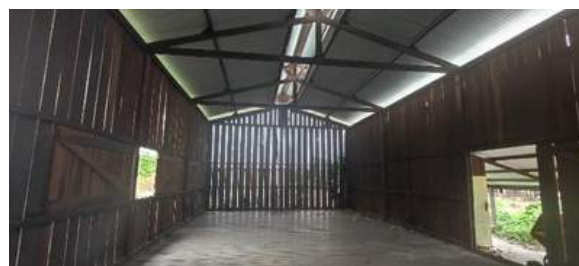


FIGURA 125 VISTA INTERNA DO PAIOL, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/2023.



FIGURA 126 TRATOR EM DESUSO, COM PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/2023.



FIGURA 127 VISTA EXTERNA DA CASA DE FARINHA, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/2023.



FIGURA 128 VISTA INTERNA DA CASA DE FARINHA, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/2023.



FIGURA 129 IGREJA, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/23.

Conforme observado em campo, a aldeia Kamau apresenta alguns pontos sensibilizados em sua infraestrutura social básica: **I)** Os indígenas relatam que apenas um poço artesiano não é suficiente para abastecer a aldeia devido ao número de famílias, e apontam a necessidade de outro poço de artesiano; **II)** Não há uma rede de internet comunitária suficiente para a comunidade, eles utilizam, sobrecarregando muitas vezes, o acesso de internet do posto de saúde; sugerem a instalação de uma torre para abastecer a internet da aldeia toda; **III)** Três placas de energia solar com freezer para fortalecer a conservação de alimentos da aldeia; **IV)** Revitalização da Escola da aldeia, permitindo que ela se torne um ambiente mais arejado e agradável para as crianças estudarem; **V)** Manutenção do Posto de Saúde, especialmente do telhado que está infestado de morcegos; **VI)** Reestruturação da casa



de artesanato para as mulheres desenvolverem suas produções com miçanga e pintura em tecidos para o fortalecimento da geração de renda; **VII)** Construção de um auditório cultural arejado; **VIII)** Apoio para os jovens que estudam, especialmente aqueles que desejam cursar faculdade e não conseguem sustentar as despesas de moradia; **IX)** Apoio na manutenção do trator e aquisição de ferramentas para ampliação da roça, para realizarem a limpeza para plantios futuros (açai, abacaxi, melancia); **X)** Apoio na contratação de um técnico agrícola para avaliação do solo e sua melhoria (10 ha de uma roça que é área de capoeira) na implementação de um projeto de Sistema Agroflorestal (SAF); **XI)** Apoio no beneficiamento da castanha; **XII)** Veículo comunitário.

7.2 ALDEIA RATXOPRETI

A seguir algumas fotos coletadas em campo da infraestrutura social da aldeia *Ratxopreti*.



FIGURA 130 BASE DE PLACA DE ENERGIA SOLAR E INTERNET, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.

FIGURA 131 CENTRAL COM PLACA DE ENERGIA SOLAR E INTERNET, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.





FIGURA 132 ÁREA DOMÉSTICA INTERNA, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 133 DISPOSIÇÃO DAS CASAS NA ÁREA CIRCULAR, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 134 ÁREA DOMÉSTICA, CASA DE FARINHA, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 135 ÁREA DOMÉSTICA, TAXO DE PRODUÇÃO DE FARINHA PRÓXIMO AO RIO, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.





FIGURA 136 LIMITE DA ÁREA DE QUINTAL DOMÉSTICO E O RIO, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 137 ÁREA DOMÉSTICA COM DESPOLPADORA DE AÇAÍ, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 138 CAMPO DE FUTEBOL, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 139 ALOJAMENTO ADAPTADO PARA ENCONTRO DA IGREJA, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.

Conforme o diálogo realizado com a liderança e membros da comunidade durante a visita técnica de campo, foram apontados e observados alguns pontos sensíveis: **I)** Construção da escola. Conforme demonstrado no **item 6.6**, foi adaptada em uma casa de palha tradicional. A construção da escola é uma demanda apresentada por todos da aldeia; **II)** Outro ponto, bastante crítico é a falta de acesso ao saneamento básico, somente no posto de saúde há banheiro com saneamento, mas a falta de disposição de água, na cozinha ou no banheiro, dificulta os seus usos, baldes com água são utilizados para responder a demanda da falta de água. A aldeia não possui poço artesiano e caixa d'água para abastecer a comunidade. Essa demanda foi bastante apontada pelos indígenas e liderança da aldeia; **III)** Os guerreiros da comunidade observaram a necessidade de se construir e fortalecer o apoio, desde sua formação e manutenção, de uma base de vigilância estratégica naquele ponto da Terra Indígena,



devido à área ser cobiçada tanto por pescadores ilícitos que entram nas áreas que correspondem aos berçários de peixes e são sagrados para os indígenas, quanto ao risco do avanço do garimpo ilegal naquela área; **IV)** A produção de artesanato e o fortalecimento de geração de renda foi elencado como necessário, especialmente ao acesso aos insumos de miçangas ou oficinas de pintura em tecidos com grafismos indígenas foi apontado pelas mulheres da aldeia. Não há casa de artesanato na aldeia; **V)** A energia da aldeia é abastecida através de combustível fóssil através de geradores de energia. Também não há a disposição de freezers para a conservação de proteína animal para o fortalecimento da segurança alimentar da comunidade;

7.3 ALDEIA KRAMBARJ

A seguir algumas fotos coletadas em campo da infraestrutura social da aldeia *Krambarj*.





FIGURA 140 CAIXA D'ÁGUA, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/2023.



FIGURA 141 TORRE DE INTERNET, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/2023.



FIGURA 142 DISPOSIÇÃO DAS CASAS NA ÁREA CIRCULAR, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/2023.



FIGURA 143 COZINHA NA ÁREA DOMÉSTICA, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/2023.



FIGURA 144 VISTA DA CASA DE FARINHA, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/2023.



FIGURA 145 CASA DE UTILIZADA COMO ESCOLA, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/2023.

A aldeia *Krambarj* se caracteriza como a aldeia mais distante de todas da TI Baú, cujo acesso já evidencia as dificuldades de acessibilidade através das vicinais da aldeia. Outro ponto que chamou muito a atenção é a ausência de água potável e de saneamento básico. Em diálogo com os indígenas da aldeia e liderança alguns pontos foram observados: **I)** A comunidade não tem escola, e a mesma foi adaptada na casa de castanha, em uma estrutura bastante pequena e pouco ventilada; a construção da escola é a primeira demanda; **II)** Poço artesiano com placa de energia solar para o bombeamento



da água também foi citado como necessário. A caixa d'água depende dos geradores de energia fóssil para funcionar, quando não há combustível, não há água potável; desta forma, a construção de um poço artesiano e de um sistema com placa de energia talvez com uma placa de energia solar e uma bomba para realizar a captação de água do solo; **III)** Fortalecimento de alternativas econômicas através do artesanato, poderia ser uma alternativa de melhoria para a economia doméstica da aldeia, principalmente, para as mulheres; **IV)** O posto de saúde adaptado em uma casa de palha tem uma estrutura inferior ao básico necessário para um atendimento seguro mínimo, o espaço é repleto de animais peçonhentos; **IV)** A comunidade não tem escola, e a mesma foi adaptada na casa de castanha, em uma estrutura bastante pequena e pouco ventilada;

7.4 ALDEIA RONKOJAGOT

A seguir algumas fotos coletadas em campo da infraestrutura social da aldeia *Ronkojagot*.



FIGURA 146 ÁREA RECÉM-ABERTA NO ENTORNO DA ÁREA CENTRAL DA ALDEIA, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/2023.



FIGURA 147 DISPOSIÇÃO DAS CASAS NA ÁREA DOMÉSTICA, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/2023.





FIGURA 148 CABANA DE PALHA UTILIZADA PARA GUARDAR FERRAMENTAS, GASOLINAS, ENTRE OUTROS; ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/2023.



FIGURA 149 DISPOSIÇÃO DAS CASAS NO ENTORNO DA ÁREA CIRCULAR, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/2023.



FIGURA 150 VISTA EXTERNA DE UMA COZINHA, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/2023.

A aldeia *Ronkojagot* é considerada como uma aldeia recente, visto os traços da recente abertura com a abertura da área, desta forma, é uma aldeia com pouca infraestrutura: cinco casas apenas, distribuídas no entorno da área circular, não há escola, posto de saúde, poço artesiano, internet, saneamento básico, casa de farinha ou de castanha. A área doméstica não possui a variação de frutíferas plantadas como é de costume nos quintais domésticos dos *Mebêngôkre-Kayapó*. E a roça, ainda considerada como um roçado novo, não possui toda variação de plantios de costume da cultura indígena. A acessibilidade é por meio das vicinais tendo as fazendas do entorno no limite da Terra Indígena ou o rio *Pixaxá*, mas não possui voadeira.

Em diálogo com a liderança durante o trabalho de campo, foram elencados os seguintes pontos:

I) A instalação de um poço artesiano é fundamental para a manutenção da vida e do bem estar indígena; **II)** A instalação de placas de energia solar e de freezer são fundamentais, principalmente para garantir a segurança do armazenamento de vacinas e de proteína animal; **III)** A escola é uma demanda apontada como importante; **IV)** Posto de Saúde é outra demanda importante; **V)** Casa de Farinha; e



VI) Fortalecimento de alternativas econômicas para as mulheres através do incentivo à produção de artesanato com miçangas.

7.5 ALDEIA RONKO

A seguir algumas fotos coletadas em campo da infraestrutura social da aldeia *Ronko*.



FIGURA 151 CAIXA D'ÁGUA, ALDEIA RONKO, EM 11/10/2023.



FIGURA 152 ANTENA PARABÓLICA, ALDEIA RONKO, EM 11/10/2023.



FIGURA 153 VISTA EXTERNA DA CASA DE FARINHA, ALDEIA RONKO, EM 11/10/2023.



FIGURA 154 VISTA INTERNA DA CASA DE FARINHA, ALDEIA RONKO, EM 11/10/2023.





FIGURA 155 VISTA DA DISTRIBUIÇÃO DAS CASAS NO ENTORNO DA ÁREA CIRCULAR, AO FUNDO QUINTAL DOMÉSTICO, ALDEIA RONKO, EM 11/10/23.



FIGURA 156 VISTA DAS CASAS NO ENTORNO DA ÁREA CIRCULAR, AO FUNDO ROÇADO DOMÉSTICO, ALDEIA RONKO, EM 11/10/23.



FIGURA 157 IGREJA, ALDEIA RONKO, EM 11/10/2023.



FIGURA 158 VISTA AMPLA DA ALDEIA, A PARTIR DO CAMINHO DA ROÇA, ALDEIA RONKO, EM 11/10/2023.

A aldeia Ronko é considerada uma aldeia relativamente nova, entretanto, é possível notar que ao fundo das casas, a área dos quintais domésticos já está mais desenvolvida, com frutíferas e as variações de plantios que envolvem a segurança alimentar indígena. Esse detalhe possibilita pensar que o planejamento da aldeia envolveu a segurança do grupo em sua instalação, garantindo, desta forma, a sua subsistência.

No entanto, a estrutura social da aldeia requer atenção, de acordo com o diálogo com a liderança na presença dos indígenas que residem na aldeia *Ronko*, foram elencados alguns pontos: I) a aldeia não possui saneamento básico, a questão da água é outro ponto que requer atenção, os indígenas compreendem que a instalação de outro poço artesiano traria segurança ao crescimento da aldeia, já que o poço atual necessita da energia do gerador a base de combustível fóssil para funcionar;

II) A necessidade de placa de energia solar é outro ponto percebido por eles, como uma estratégia



sustentável e econômica para a manutenção do bombeamento de água do poço artesiano, abastecimento de freezers e, de um modo geral, de toda a comunidade; **III)** A escola é outro ponto, apresentado no **item 6.6** do presente estudo, pois a aldeia não possui escola; **IV)** A aldeia não possui posto de saúde, o espaço destinado aos medicamentos se localiza junto à residência do AIS da aldeia; **V)** A casa de farinha está em condições deterioráveis e atende toda a comunidade, necessita de uma estrutura que comporte desde a construção, forno com taxa, prensa e demais itens necessários; **VI)** A aldeia não dispõe de um veículo, o deslocamento é por fretamento ou da disposição de carros da saúde quando estão cumprindo cronograma de atendimento, ou de fazendeiros vizinhos darem alguma carona; **VII)** as mulheres não possuem uma casa destinada a produção de artesanato, mas antes disso, não dispõe de fomento para fortalecerem as atividades de alternativas econômicas através da produção de artesanato de miçangas ou pintura em tecidos; **VIII)** Não há bases de vigilância e o apoio a formação de indígenas e apoio a continuidade de ações de monitoramento dos limites da Terra indígena.



FIGURA 159 PLACA DE ENERGIA SOLAR, ANTENA PARABÓLICA, INTERNET, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/2023



FIGURA 160 VISTA DA ALDEIA E DISTRIBUIÇÃO DAS CASAS NO ENTORNO DA ÁREA CIRCULAR, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/2023.



FIGURA 161 QUINTAL DOMÉSTICO AO FUNDO DE CASA, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/2023.



FIGURA 162 CAMPO DE FUTEBOL, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/2023.





FIGURA 163 ACESSIBILIDADE AO RIO, ALDEIA BAÚ CULTOS DA IGREJA, ALDEIA BAÚ EM 13/10/2023.
EM 13/10/2023.

FIGURA 164 ÁREA DE CASA INDÍGENA PARA CELEBRAÇÃO DE

7.6 ALDEIA BAÚ

A seguir algumas fotos coletadas em campo da infraestrutura social da aldeia *Baú*.

O trabalho de campo realizado, em diálogo com os indígenas da aldeia Baú, apontaram algumas sensibilidades da aldeia: **I)** A aldeia não possui saneamento básico. O acesso à água é realizado através de uma caixa d'água, mas só tem água quando o grupo gerador está funcionando, em dias que não funcionam, os indígenas precisam se deslocar até o rio, sendo essa a primeira reivindicação da comunidade; **II)** A segunda queixa é a necessidade da revitalização do Posto de Saúde; **III)** A terceira reivindicação é a ampliação da escola local, com espaço adequado para as crianças estudarem em local mais arejado; **IV)** A construção de um poço artesiano, visto a dificuldade de acessibilidade de água. Existe uma caixa d'água, mas ela só funciona quando o grupo de geradores funcionam; **V)** Apoio a vigilância territorial; **VI)** A internet instalada no centro da aldeia possui baixa frequência e é instável, assim como a do posto de saúde, ambas não comportam a demanda indígena; **VII)** O acesso à aldeia é considerado problemático, visto os ramais sofrerem no tempo de chuvas e a balsa construída (ver **item 8**) pelos indígenas ser algo "improvisado" e não apropriado como deveria ser.

7.7 ALDEIA KAMURE

A seguir algumas fotos coletadas em campo da infraestrutura social da aldeia *Kamure*, enviadas pelo cacique *Anhê*.





FIGURA 165 VISTA DA ALDEIA, ALDEIA KAMURE, CEDIDA PELO CACIQUE.



FIGURA 166 VISTA PARCIAL DA ALDEIA E ROÇADO NOVO, ALDEIA KAMURE, FOTO CEDIDA PELO CACIQUE.

Conforme entrevista realizada com o cacique da aldeia Kamure, durante o trabalho de campo realizado na aldeia Baú, os relatos sobre a caracterização da aldeia são: a aldeia possui apenas 03 casas, destas, uma foi cedida para ser a escola da comunidade. Não há posto de saúde, quando algum indígena da comunidade está doente, é atendido pelo posto de saúde da aldeia Baú. Na comunidade não há saneamento básico, não há caixa d'água ou poço artesiano; os indígenas usam a água do rio para a manutenção da vida. A roça ainda é nova e com poucas variações; o quintal doméstico que costuma ser preenchido com várias espécies de frutíferas, ainda não foi iniciado.

Desta forma, de acordo com o relato do cacique, as principais fragilidades apontadas são: **I)** A construção de um poço artesiano; **II)** A construção de uma escola arejada; **III)** A construção de um posto de saúde pequeno para o atendimento da comunidade; **IV)** Placa de energia solar e freezer para fortalecer a segurança alimentar da comunidade; e **V)** Acesso à internet.

7.8 ALDEIA ROITIKORE

Em diálogo com o cacique, em 08/10/2023, foi explanado para ele sobre o processo de licenciamento ambiental, cuja aldeia, aberta em meio ao processo de Licenciamento Ambiental, sem o devido registro junto à Funai, seria caracterizada dentro do estudo, mas não havia sido contemplada no TDR emitido pelo órgão licenciador. A aldeia *Roitikore* foi aberta em dezembro de 2022, está localizada a beira do rio Curuá, possui uma casa e duas famílias residindo nela. Não há infraestrutura social na aldeia, apenas a abertura recente de sua área, demonstra um roçado bastante recente, conforme será demonstrado nas imagens a seguir.





FIGURA 167 VISTA DA ALDEIA RECÉM ABERTA ROITIKORE PELO RIO URUÁ, ALDEIA ROITIKORE, EM 08/10/2023.



FIGURA 168 VISTA AMPLA DA ALDEIA EM MEIO A FLORESTA RECÉM ABERTA ALDEIA ROITIKORE, EM 08/10/2023.



FIGURA 169 VISTA FRONTAL DA ÚNICA CASA DA ALDEIA ROITIKORE, ALDEIA OITIKORE, EM 08/10/23.



FIGURA 170 VISTA TRASEIRA DA CASA DA ALDEIA ROITIKORE, EM 08/10/23.

8. ACESSOS E TRANSPORTE

O principal meio de acesso para a TI Baú é através da BR-163, partindo de Novo Progresso, seguindo para os municípios de Castelo dos Sonhos e Alvorada, ou para as aldeias do norte do território, seguindo no sentido do município de Moraes de Almeida e Altamira, conforme apresentado na **Figura 171**.

A distância de Novo Progresso para a Terra Indígena, depende da localização de cada aldeia. O detalhamento será apresentado na **Figura 172**, abaixo.

O acesso detalhamento será apresentado a seguir com o detalhamento das fotos realizadas durante o campo.





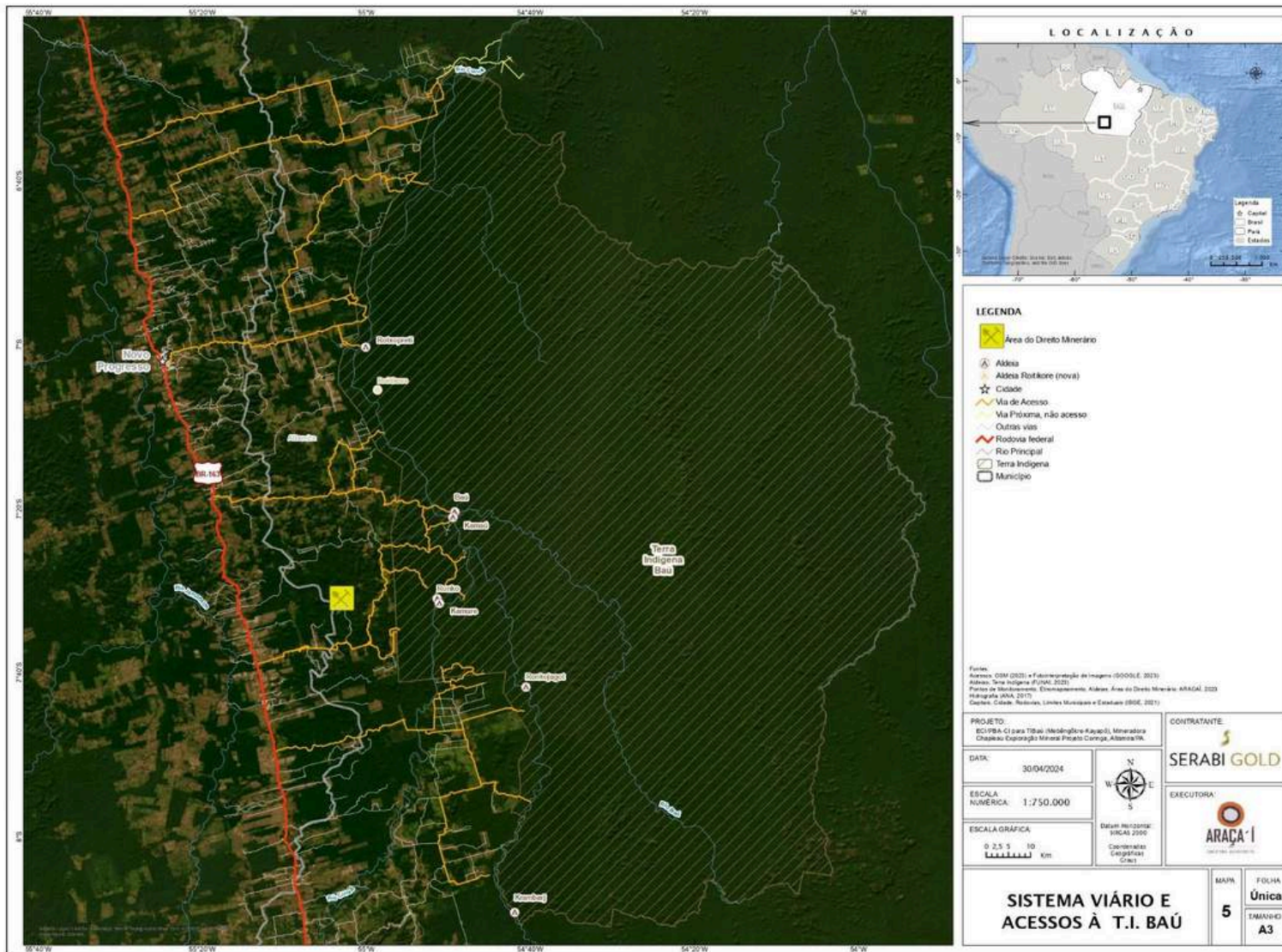


FIGURA 171 VICINAIS DE ACESSO À TI BAÚ.



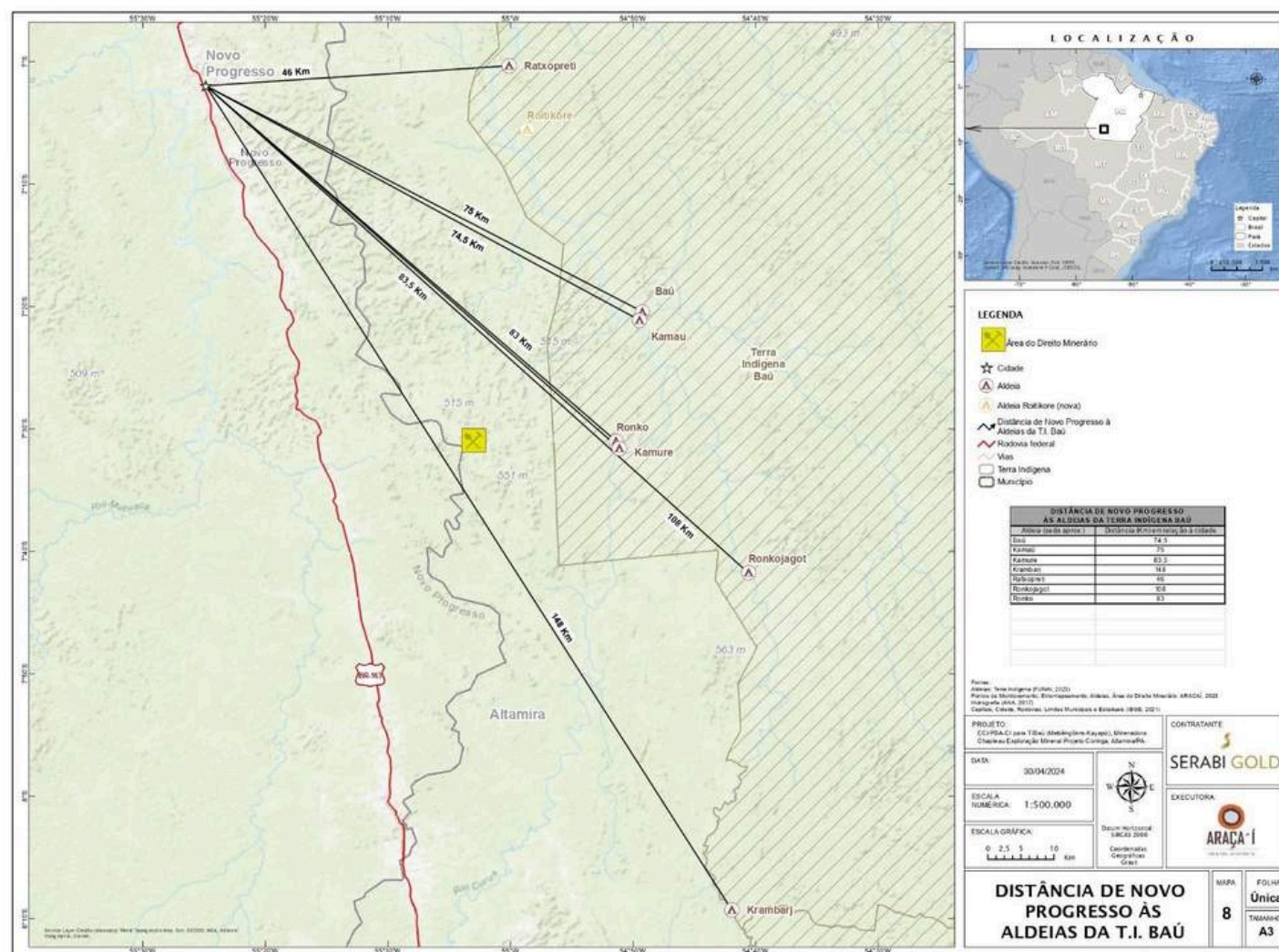


FIGURA 172 MAPA COM A DISTÂNCIA DE NOVO PROGRESSO ÀS ALDEIAS DA TI BAÚ.

9. LOCALIZAÇÃO E FORMAS DE ACESSO ALDEIA KAMAU

No sentido sul de Novo Progresso, é percorrido cerca de 100km até a entrada que corta a BR-163 para a esquerda, um pouco antes de Castelo dos Sonhos, até um pequeno núcleo urbano chamado Alvorada da Amazônia. Ainda próximo a BR, na entrada é avistado algumas madeiras, conforme **Figura 173 e Figura 174**. Seguindo vicinais adentro, percorre-se em torno de 60km entre fazendas para se ter acesso aos limites da Terra Indígena, a qual se localiza a margem esquerda do rio Curuá, com acesso por ramal direto.



FIGURA 173 MADEIREIRAS NO ENTORNO DA PRINCIPAL ESTRADA QUE DÁ ACESSO AS VICINAIS LIGADAS AS ALDEIAS. CAMPO DE OUTUBRO DE 2023.



FIGURA 174 PRINCIPAL ESTRADA QUE DÁ ACESSO AS VICINAIS LIGADAS AS ALDEIAS. CAMPO DE OUTUBRO DE 2023.

9.1 LOCALIZAÇÃO E FORMAS DE ACESSO DA ALDEIA RATXOPRETI

Aldeia mais ao norte da TI, está localizada na margem direita do rio Curuá, distante por volta de 60 km das aldeias Kamau e Baú, as duas mais antigas da TI, e a cerca de 59 km do núcleo urbano de Novo Progresso. É a aldeia mais próxima da cidade, com acesso por um ramal a 50 km partindo de Novo Progresso, sentido Moraes de Almeida, que vai até a beira do rio Curuá. A Aldeia Ratxopreti fica na outra margem do rio, sendo necessário, assim, pegar um barco para chegar até ela, conforme a **Figura 175**. Existem pequenas embarcações de madeira e metal, a motor e remo, que fazem essa travessia, uma dessas embarcações pertence ao cacique, mas seu uso é coletivo, servindo para diversas atividades da comunidade, principalmente a pesca.

A estrada que leva até Ratxopreti apresenta-se em boas condições, sendo em grande parte mantida pelos fazendeiros que possuem propriedades na região vizinha à TI. Em um trecho do caminho até a aldeia é preciso transpor porteiras de fazendas de gado. Foram observadas poucas regiões com formações florestais durante o trajeto para a aldeia, a maior parte apresenta-se ocupada por áreas de pastagem. Em contrapartida, ao adentrar o território indígena, **Figura 176**, a paisagem sofre drástica mudança, onde pode ser observada a predominância de área de floresta.





FIGURA 175 TRAVESSIA PELO RIO URUÁ PARA ACESSAR A ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/2023.



FIGURA 176 ACESSO À ALDEIA RATXOPRETI, ÁREA INDÍGENA, EM 08/10/23.

9.2 LOCALIZAÇÃO E FORMA DE ACESSO A ALDEIA KRAMBARJ

A aldeia Krambarj está localizada ao extremo sul da TI Baú, na margem direita do rio Pixaxa, nos limites da TI. Partindo de Novo Progresso com destino a aldeia são percorridos 210km, sendo maior parte do percurso pela BR-163, até o Distrito de Castelo dos Sonhos. Entretanto, em período chuvoso, o acesso à aldeia Krambarj pela estrada vicinal impõe dificuldades com as quais as famílias da aldeia e da TI lidam constantemente, devido ao difícil acesso e risco de atolamento. É possível acessar a aldeia por barco, cuja viagem demanda cerca de três horas de viagem partindo da aldeia Kamau. Mas, em período de seca, essa não é a melhor opção, visto a baixa do rio e de bolsões de área oriundos dos antigos garimpos ao longo do rio. A seguir, a **Figura 177** e **Figura 178** demonstram o acesso pela estrada e a entrada da aldeia.



FIGURA 177 ACESSO À ALDEIA KRAMBARJ NO LIMITE DA TERRA ENTRE FAZENDAS, EM 09/10/23.



FIGURA 178 ENTRADA DA ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/23.



9.3 LOCALIZAÇÃO E FORMA DE ACESSO A ALDEIA RONKOJAGOT

A aldeia Ronkojagot está localizada na margem esquerda do rio *Pixaxá*, cerca de 46km de sua foz sobre o rio *Curuá*, no trajeto entre a aldeia *Krambarj* e o encontro dos rios *Curuá* e *Pixaxá*. Segundo relato dos indígenas o trajeto de barco, dependendo das condições do rio, pode levar mais de 3h subindo o rio *Pixaxá*. Pela estrada, é utilizado o mesmo ramal que dá acesso as aldeias *Ronko* e *Kamure*, o tempo em média é de 2h de viagem, dependendo das condições da estrada. A **Figura 179** demonstra o ramal no limite com a TI.



FIGURA 179 RAMAL DE ACESSO À ALDEIA RONKOJAGOT NO LIMITE DA TI, EM 10/10/23.

9.4 LOCALIZAÇÃO E FORMA DE ACESSO A ALDEIA RONKO

A aldeia *Ronko* está localizada às margens do rio *Curuá*, distante 1,5km da aldeia *Kamure*. Seu acesso pode ser realizado pelo rio *Curuá* ou pelo mesmo ramal que dá acesso à aldeia *Kamau*, com desvio à direita na altura do km 30. Em épocas chuvosas o ramal se torna inacessível, durante o período de seca, é possível avistar madeiras caídas pelo caminho e queimadas das fazendas do entorno. A seguir, a **Figura 180**, demonstra o ramal de acesso.





FIGURA 180 MAL DE ACESSO À ALDEIA RONKO, 07/10/23.

9.5 LOCALIZAÇÃO E ACESSO A ALDEIA BAÚ

A aldeia Baú está localizada a margem direita do rio Curuá, no encontro com o rio Baú. O acesso à aldeia é o mesmo do que o da aldeia *Kamau*, mas na altura do Km13, antes de chegar à aldeia *Kamau* há um desvio para um ponto de travessia por meio de uma balsa improvisada no rio Curuá que possibilita o acesso à aldeia. Da balsa até a área central da aldeia são cerca de 2,5km. A **Figura 181** demonstra o acesso realizado pela balsa.



FIGURA 181 TRAVESSIA DA Balsa PARA ACESSAR A ALDEIA BAÚ, 07/10/23

9.6 LOCALIZAÇÃO E ACESSO A ALDEIA KAMURE

A Aldeia Kamure está localizada na margem do baixo rio Curuá, próximo à foz do rio Curuaés e a cerca de 26 km do Projeto Coringa, conforme mencionado pelo cacique *Anhê*.



9.7 LOCALIZAÇÃO E ACESSO A ALDEIA ROITIKORE

A aldeia Roitikore é uma aldeia nova, aberta recentemente. O principal acesso à aldeia é através do rio Curuá, cerca de 2h pelo rio de travessia, conforme **Figura 182**.



FIGURA 182 ACESSO À ALDEIA ROITIKORE PELO RIO CURUÁ. 08/10/23.

10. INSERÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme dialogado com as lideranças de todas as aldeias, a TI Baú possui baixa inserção em políticas públicas. Segundo eles, a Funai é a responsável na mediação de diálogo com outras representações institucionais, especialmente no diálogo sobre conflitos do território.

Outra parceria citada pelos indígenas é o registro da Bolsa Família através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que promove junto à aldeia a realização do cadastro para bolsa família, a orientação sobre benefícios sociais e o intermédio nas relações com a Prefeitura de Novo Progresso/PA. O Bolsa Família é o principal programa governamental, atendendo nas aldeias cerca de 76 famílias com as políticas assistenciais.

Em relação à saúde, a Casa de Saúde Indígena (CASAI) é a responsável pela atenção à saúde indígena em Novo Progresso, sob responsabilidade administrativa do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Rio Tapajós, sediado no município de Itaituba.

De acordo com os relatos indígenas, com apoio da Prefeitura Municipal de Novo Progresso, foi possível efetivar a construção da escola indígena nas aldeias Kamau e Baú; não há um plano político pedagógico específico elaborado e ressaltaram a importância das práticas pedagógicas diferenciadas, as quais respeitem a transmissão de saberes e conhecimentos ancestrais *Mebêngôkre-Kayapó*.



11. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO SOCIOECONÔMICO

Embora o território esteja localizado 100% de seu território no Município de Altamira, a comunidade indígena não mantém qualquer relação com a sede do Município devido à distância entre a aldeia e a cidade de Altamira. No entanto, é o município de Novo Progresso/PA que apresenta ligação com a TI através da ligação com a BR-163. Os poucos mais de 100km de distância que ligam a TI a cidade de Novo Progresso, cerca de cinco horas de viagem, é em Novo Progresso que a maioria das demandas indígenas são atendidas, especialmente por ter a CASAI – Casa do Índio, ponto de apoio para os indígenas e seus familiares que estão em tratamento médico ou das famílias que constituem outras residências na cidade devido ao acesso a escola pública do ensino médio. As compras de gêneros alimentícios, combustível e outros produtos, o recebimento dos benefícios e salários, bem como as sedes das duas organizações indígenas, a Associação Indígena Mantinó e o Instituto Kabu, estão localizados em Novo Progresso.

Como parte deste subitem do presente estudo, a caracterização geral da TI Baú se insere na contextualização que abrange os efeitos do desenvolvimento regional dos municípios de Altamira e Novo Progresso, ambos no estado do Pará, compreendidas pelo recorte de influência do Projeto Coringa. Neste sentido, serão apresentados, a seguir, nos subitens subsequentes as influências no aumento das pressões e da degradação ambiental na TI Baú, indicando como a cumulatividade de outras ações ou empreendimento definem a atual situação socioambiental da área da TI para se compreender como a operação do empreendimento incide sobre essa realidade.

11.1 Altamira

O município de Altamira pertence à mesorregião sudoeste paraense e a microrregião Altamira. Está localizada às margens do rio Xingu, às proximidades de afluentes importantes, como o rio Iriri, e de um conjunto de quedas d'água, como a Volta Grande do Xingu. Sua distância da capital Belém é de 816 km e faz fronteira com os seguintes municípios: ao Norte, com Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis; a Nordeste, com Senador José Porfírio; a Leste, com São Félix do Xingu; e a Oeste, com Itaituba, Novo Progresso e Trairão. Também faz fronteira com o estado do Mato Grosso, ao Sul, com os municípios de Garantã do Norte, Matupá e Peixoto de Azevedo. O principal acesso à cidade é pela BR-230, rodovia Transamazônica, que liga Altamira a Belém (800 km), Itaituba (500 km) e Santarém (500 km).



Altamira é considerado o município com maior extensão territorial do Brasil, abrangendo uma área total de 159.533.306 Km². Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Altamira tem atualmente uma população estimada de 117.320 pessoas (IBGE, 2022).

Segundo o IBGE, a colonização dessa porção territorial da Amazônia foi muito dificultada por um conjunto de barreiras naturais que se impunham. Além da densa e extensa floresta encontrada na região, os percursos fluviais apresentavam enormes pedrais e quedas d'água como obstáculos à navegação, que só começam a ser superados com o auxílio da mão-de-obra indígena à empreitada de missionários da Companhia de Jesus nessa região na primeira metade do século XVIII.

De acordo com Castro (2018, pag. 7) entre os séculos XVIII e XIX, a presença dos missionários no rio Xingu envolviam as práticas de aldeamento de grupos indígenas, tais como ocorreu com os povos Xipaiá e Curuaia, através da presença da Companhia de Jesus, e, posteriormente, pelos Capuchinhos, após a expulsão dos Jesuítas (em 1757), que praticaram a denominada aldeia-missão Tavaquara criada na confluência do rio Xingu com o igarapé Pannels, o qual resultou uma das primeiras bases enquanto vila (em 1897), e posteriormente como cidade (em 1927), mas atualmente é um bairro da cidade de Altamira.

A economia local ao longo do século XIX era baseada na exploração das chamadas drogas do sertão e do cacau. As barreiras naturais foram durante as primeiras décadas do século XIX um empecilho à exploração da borracha nos seringais daquela região. Somente com a introdução da navegação à vapor no rio Amazonas, em meados de 1853, que a economia da borracha se expandiu por todo o rio Xingu, marcando, desta forma, o primeiro grande movimento imigratório da região, consolidando o povoamento entre os igarapés Ambé e Pannels, que posteriormente fomentaria a criação do município de Altamira. Em 1911, foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Altamira (Lei Estadual nº 1.234, de 06/11/1911), sendo desmembrado do território de Souzel. O título definitivo de cidade foi atribuído à Altamira pela Lei Estadual nº 1604, de 27/09/1917).

Inserida no primeiro ciclo da borracha na Amazônia até o início do século XIX, Altamira passou a ser considerada um dos principais centros polarizadores do rio Xingu, especialmente nas relações da cidade com os povos tradicionais que habitam a região e a situação de contato. Algumas imersões naquela região para registrar as relações de contato são referências, tais como a de Emília Snethlage que pesquisou os *Xipaya* e *Kuruaya*, entre 1910 e 1913; Curt Nimuendaju que realizou trabalho de identificação das rotas utilizadas percorrendo os rios *Xingu*, *Iri* e *Curuá* e o uso do território e a caracterização de outros povos da região, tais como os *Xipaya*, *Kuruaya*, *Juruna/Yudjá*, *Arupai* (povos



extintos), *Tucunypé* (extintos), Arara da Volta Grande e os *Asurini* e os *Mebêngôkre-Kayapó*, cuja descrição realizada pelo autor, remonta o período no qual os conflitos interétnicos entre os indígenas em meio a pressão da exploração da seringa, os distinguem de outros grupos da região, tais como os canoeiros que viviam restritos ao rio Xingu, aqueles que viviam na floresta virgem central e o grupo das savanas, o qual se denominavam Mebêngôkre (CASTRO e ALONSO, 2018).

O primeiro ciclo da borracha teve declínio no início do século XIX, com a crise instalada, todo o sistema social da região foi afetado, passando a predominar uma sociedade majoritariamente cabocla e ribeirinha, de base pesqueira, camponesa e extrativista na região.

Somente a partir da segunda guerra mundial, a partir de 1945, a economia da borracha teve um novo impulso, produzindo um segundo grande movimento migratório, resultando em um grande deslocamento populacional para a região amazônica oriundos da região do nordeste brasileiro. Neste contexto, as primeiras políticas estatais ocorrem na região do Xingu, com a promoção ao estímulo à migração, cuja força de trabalho se denominou como “soldados da borracha”, sendo a responsável por racionalizar a produção da borracha, fixando parte do fluxo migratório na região e sedentarizando a exploração dos seringais. Com isso, Altamira, se destacou como o principal eixo de ocupação territorial tendo como a frente econômica as mercadorias relacionadas à produção da borracha na economia regional.

A partir de 1950 inicia-se uma mudança paradigmática para o desenvolvimento da região através das políticas estatais, é nesse contexto que ocorre o início da construção da rodovia federal Belém-Brasília, que ligava o Norte do Brasil à nova capital, Brasília, a qual era recém concebida pelo governo de Juscelino Kubitschek (JK). A rodovia inaugura uma nova concepção de ocupação e colonização do território por meio de grandes obras de infraestrutura, mote que vai ser tomado como diretriz fundamental dos governos militares, a partir da década de 1960.

Assim, o desenvolvimento da Amazônia se torna a principal estratégia das políticas dos governos militares, Altamira, se torna, desta forma, uma das principais bases das intervenções estatais da época da ditadura. A abertura da rodovia federal BR-230 Transamazônica, todo o conjunto de projetos de colonização, além de outras ações empreendidas durante a ditadura militar no Brasil no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN)⁶, afetam diretamente Altamira, alterando profundamente as dinâmicas socioespaciais existentes até aquele momento. As obras da Transamazônica tiveram início em setembro de 1970, com a presença do general Médici que visitou Altamira para oficializar o início

⁶ Decreto-Lei nº1.106, de 1970.



das obras do primeiro trecho, retornando, posteriormente, em 1972, para realizar a sua inauguração, localizado entre Estreito (MA) e Itaituba (PA). Em 1974, foi entregue o trecho final da rodovia, entre Itaituba (PA) e Humaitá (AM).

A rodovia Transamazônica foi considerada como a principal via da “nova” colonização da Amazônia promovida pelos militares. O Programa de Integração Nacional previa instalar cerca de 500 mil pessoas, em cada lado ao longo de 100 km da estrada, a meta era assentar em torno de 100 mil famílias, as quais eram determinadas por um programa de cotas que determinava que 75% dos colonos deveriam ser de migrantes nordestinos e 25% do sul do país. De acordo com Araújo (2008, pág. 15), a distribuição dos lotes na área do polígono desapropriado de Altamira e de Altamira foram efetuados em três etapas, mas não se sustentou unicamente as faixas previstas, por volta dos dois primeiros anos de colonização (até 1972), os migrantes começaram a avançar floresta adentro, cortando picadas sinuosas nos traçados das vicinais, previstas, mas ainda não abertas pelo INCRA. A distribuição inicial prevista no projeto, envolvendo os lotes de 100 e 500 ha e a abertura de vicinais numa área de 12 km dos dois lados da estrada só foi efetuado em seguida, de forma mais lenta, buscando atender os casos para regularização da situação dos migrantes já residentes, e só terminaria ao final dos anos de 1970.

A partir de 1974, uma nova etapa da colonização de Altamira foi iniciada através do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, o Polamazônia, que previa a criação de polos de crescimento com duas ou mais atividades setoriais conduzidas por empresas privadas. O objetivo era promover a colonização dos “espaços vazios” articulada a projetos de desenvolvimento em “áreas preferenciais”. Segundo Araújo (2008, pá g. 20), a rodovia Transamazônica e a concessão de lotes de terra pública à empresa privada afetaram tanto a pequena agricultura itinerante praticada por migrantes provenientes do entorno da *plantation* nordestina - cuja travessia no sentido Leste-Oeste para os grandes afluentes do Amazonas desde a década de 1950, quanto o povoamento oriundo do período da borracha, concentrado principalmente em áreas ribeirinhas. A partir das intervenções federais, a tendência de urbanização de Altamira consolidou-se. As milhares de famílias oriundas do Nordeste e Sul do Brasil instalaram-se especialmente no perímetro urbano do município.

No ano de 1975, também tem destaque o início dos estudos de inventário hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Xingu, pela recém-criada Eletronorte. Resulta na proposição de instalação do Complexo Hidrelétrico de Altamira, com as Usinas Hidrelétricas (UHE) de Kararaô e Babaquara, que juntas poderiam inundar uma área de mais de 8 mil km². O projeto gerou uma intensa mobilização social envolvendo, sobretudo, pequenos produtores rurais e povos indígenas da região, levando à paralisação dos estudos do Complexo Hidrelétrico, no ano de 1989, após a realização do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.



Nos anos 2000, os projetos hidrelétricos voltam a integrar novamente os planos de desenvolvimento da região do Xingu com um novo arranjo que compreendia um barramento na Volta Grande do Xingu e a criação de dois canais de adução, rebatizado de UHE Belo Monte. Em 2011, iniciou-se a instalação da hidrelétrica, causando um novo impulso migratório à Altamira e provocando uma nova onda de pressão social e ambiental na região. A hidrelétrica afeta diretamente diversas comunidades ribeirinhas e os povos indígenas da Volta Grande do Xingu, como os Arara e os Juruna, além da própria população urbana que sofreu com a sobrecarga de serviços básicos, como saúde, moradia e saneamento, e com o aumento da violência. E, afeta indiretamente, os demais povos indígenas que habitam no curso do rio Xingu.

Altamira é, hoje, uma confluência de várias intervenções políticas, ao mesmo tempo em que se mantém como um território de ocupação indígena e tradicional de grande diversidade sociocultural. A atual divisão territorial vigente data de 2015, onde ficou definido que o município é constituído por três distritos: Altamira, Cachoeira da Serra e Castelo dos Sonhos.

Segundo Castro & Alonso (2018, p. 8), a atual configuração espacial do município de Altamira envolve um núcleo urbano principal e uma extensa zona rural. A zona rural é atualmente dividida em áreas devolutas (ou terras da União), em terras indígenas (TIs), em áreas de colonização agrícola, projetos de assentamento PAs), unidades de conservação (UCs) e florestas nacionais (FLONA). Nesse mosaico que hoje se apresenta, há povoados e vilas com diferentes grupos e identidades que exercem importante função na organização produtiva e nas redes de sociabilidade. Entre a década de 1960 e os anos 2000, o crescimento demográfico de Altamira esteve na ordem de 790,7%.

11.2 Novo Progresso

O município de Novo Progresso pertence à Mesorregião Sudoeste Paraense e à Microrregião de Itaituba, situa-se em meio a floresta amazônica, às margens da BR-163, à 1.639 km de Belém, capital do Pará, região Norte do Brasil. Sua população é estimada, em 25.769 pessoas, distribuídas em uma área territorial de 38.162,002 km² (IBGE, 2021). Atualmente, a população do Novo Progresso é composta, quase que na sua totalidade, por imigrantes dos estados do sul como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (IBGE).

A história do município de Novo Progresso confunde-se à abertura da rodovia BR-163, em 1973, através da aglomeração de comunidades que foram se instalando a partir da construção da rodovia Santarém-Cuiabá. O município, no entanto, só foi de fato criado através da Lei nº 5.700, em 13 de dezembro de 1991 (SAITO, 2010).



De acordo com Torres (2017), a localidade que corresponde hoje ao município de Novo Progresso era conhecida como Km 1.085, posição da rodovia em que hoje se localiza a sede municipal, conhecida como ponto estratégico, pois faz ligação entre a cidade de Cuiabá/MT, no estado do Mato Grosso e Santarém, no Pará.

Segundo relatos do Portal Cidades (BRASIL< 2015), por volta de 1950 já havia um pequeno povoado composto por famílias numerosas que habitavam as margens do rio, sobrevivendo à base de plantações de seringas e da extração do látex. No entanto, a mineração do ouro é antiga nessa região amazônica, e já era executada antes mesmo da construção das rodovias. No sudoeste do Pará a atividade mineradora teve início em 1958 com a extração manual nas aluviões. Com a introdução de novas técnicas, que compreendiam a dragagem de rios e desmonte por jatos de água, a produção aumentou significativamente, chegando, posteriormente, próximo a 20 toneladas em 1979, transformando a região na maior produtora de ouro do país e atraindo milhares de pessoas. Neste contexto, ocupação inicial da região de Novo Progresso se dá em torno da exploração garimpeira, a partir da instalação de uma pista de pouso que objetivava abastecer os garimpos da região. Inicialmente conhecida apenas como “Progresso”, o trecho onde se instalaram os primeiros ocupantes e colonos da BR-163 pertencia ao território do município de Itaituba.

Se por um lado, com a inauguração da BR-163, em 1976, foi alimentada pela expectativa da época de tornar a rodovia como “um instrumento valioso de ocupação de novos territórios e de interligação das regiões Amazônica e Centro-Oeste”, segundo Castro (2004), por outro, com a descoberta de uma grande jazida de ouro tornou aquela região ainda mais atrativa para milhares de pessoas que para ela migraram, entre o final da década de 1970 e meados de 1984. Desde então a região experimentou um crescimento populacional contínuo e uma expansão e diversificação das atividades produtivas.

Assim, a atividade garimpeira foi o primeiro “boom” econômico, fundamental na estruturação de Novo Progresso e dos distritos de Moraes de Almeida, pertencente ao município de Itaituba, e Castelo dos Sonhos, que pertence à Altamira (MARGARIT, 2012).

Ao lado dessa dinâmica instaurada, nota-se um processo de ordenação territorial de acordo com uma nova lógica, a região mostrava-se tratar de um eixo que se desdobraria em uma série de outras ações de infraestrutura e logística, visando o aproveitamento de recursos florestais, hídricos e minerais.

Segundo um histórico relatado no portal da Prefeitura de Novo Progresso, um de seus cidadãos chamado Surfurino Ribeiro ficou conhecido por iniciar a venda de lotes naquela região, sendo que,



Antônio Reginaldo Araújo foi o primeiro a comprar os referidos lotes, onde construiu um bar e um restaurante que atendia viajantes. Com o afluxo de população vieram também os costumes e tradições, formando uma constituição homogênea a partir dos sulistas, nortistas e nordestinos, se constituindo, desta forma, a diversidade cultural através das comidas típicas a base de peixe e alimentos extrativistas, as danças típicas como o carimbó e a lambada (BRASIL, 2015).

Até a década de 1970 a exploração de minérios de ouro foi determinante para a emancipação do município de Novo Progresso. Em 28 de abril de 1991 foi realizado um plebiscito para que a população opinasse sobre a emancipação municipal, onde 1496 eleitores compareceram às urnas, destes, 1470 votaram a favor da emancipação. Em 13 de dezembro de 1991, Progresso foi emancipado de Itaituba e elevado à categoria de município, onde dois anos depois, no dia 1º de janeiro de 1993 recebeu o nome de Novo Progresso (BRASIL, 2015a).

Aos poucos ocorreu a mudança da atividade de extração de ouro para extração de madeiras nobres, mas está se deparou com maior fiscalização de operações federais. Em 2009, a pecuária tornou-se a principal atividade econômica da região seguida da agricultura (SAMPAIO e CARIGNANI, 2011).

A partir dos anos 90 começaram a ocorrer diversas mudanças no cenário socioeconômico e ambiental da região que influenciaram na atual configuração do município. Novo Progresso foi enquadrado no Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163, em 2006, o qual é definido, de acordo com o Ministério de Meio Ambiente (MMA), como complexo geoeconômico e social com o objetivo de promover o desenvolvimento local com base na exploração sustentável dos recursos naturais. O DFS está localizado no Oeste do Estado do Pará e abrange os municípios de Altamira, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Juriti, Novo Progresso, Óbidos, Placas, Rurópolis, Santarém e Trairão (OLIVEIRA, 2011).

12. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO

12.1 CLIMA

Classificação Climática Segundo Köppen

Segundo a classificação de Köppen os municípios de Novo Progresso e Altamira enquadram-se nos tipos climáticos Am. Na zona climática do grupo A temperatura média do mês mais frio do ano é



sempre superior a 18°C e, o subtipo w caracteriza um inverno seco, com precipitação média inferior a 60 mm em pelo menos um dos meses desta estação (Terra Meio Ambiente, 2019).

O clima da região Amazônica é uma combinação de vários fatores, sendo a disponibilidade de energia solar o mais importante para os processos de superfície. Pesquisas indicam que os maiores totais de radiação que chegam à superfície ocorrem nos meses de setembro e outubro, enquanto os mínimos ocorrem entre dezembro e fevereiro (Horel et al., 1989). Devido aos altos valores de energia que incide na superfície, o comportamento da temperatura do ar mostra uma pequena variação ao longo do ano, com exceção da parte mais ao sul, que sofre a ação de sistemas frontais (Terra Meio Ambiente, 2019).

De maneira geral, o estado do Pará está situado na Zona do Equador, possui clima Equatorial, caracterizado por ser quente e úmido, com ventos constantes e abundante pluviosidade. O conceito de estações do ano para a Amazônia, bem como para o Estado é diferente das demais regiões do Brasil. Em geral, tem-se o “período seco”, compreendendo os meses de inverno e primavera (de julho a outubro), se notabiliza por chuvas muito reduzidas, onde são registrados geralmente totais precipitados abaixo de 60 mm; e o “período chuvoso” (de dezembro a maio), abrangendo o verão e o outono, se caracteriza por chuvas de grande intensidade, quando os totais mensais chegam a ultrapassar os 300 mm, sendo os meses de junho e novembro, os períodos de transição, apresentando semelhança na distribuição da temperatura (Terra Meio Ambiente, 2019).

A precipitação é um dos elementos climáticos meteorológicos mais importantes a ser analisado na região tropical, já que induz as características de outros elementos, tais como temperatura, umidade relativa do ar e vento. Dentro da região amazônica, a precipitação é um parâmetro meteorológico de grande variabilidade no tempo e espaço, que está associada à influência de diferentes sistemas de mesoescala, escala sinótica e de grande escala (ROCHA, 2001; AMANAJÁS & BRAGA, 2012).

Segundo Rocha (2001) a precipitação na Amazônia é causada entre outros sistemas atmosféricos pela Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS). A Zona de Convergência Intertropical é composta de um aglomerado de nuvens distintas, formada pelo encontro dos ventos alísios de NE e SE e situa-se em latitudes próximas ao equador, elevando os índices pluviométricos das localidades por onde ela passa. Já a Zona de Convergência do Atlântico Sul é caracterizada pela presença de uma faixa de nebulosidade convectiva estacionada por vários dias e conseqüentemente alterando o regime de chuvas nas regiões afetadas.



Esta faixa de nebulosidade orientada no sentido noroeste-sudeste estende desde o sul da Amazônia em direção ao Atlântico Subtropical (QUADRO & DE ABREU, 1994). A ZCAS é observada durante os meses de novembro a março, alterando o regime de chuvas das regiões afetadas (SILVA DIAS, 1991).

O município de Novo Progresso, que está localizado na mesorregião sudoeste, ocorre uma variabilidade significativa no volume da precipitação ao longo do ano bem definida, com o período mais chuvoso nos meses de novembro a abril e o menos chuvoso nos meses de junho a setembro, sendo que os meses de maio e outubro são os meses de transição

No outono (março a maio) observa-se que o volume da precipitação alcança um índice pluviométrico de 250 mm, enquanto no inverno (junho a agosto), esse volume de chuva baixa para 200 mm (Terra Meio Ambiente, 2019).

Nota-se que na primavera (setembro-outubro-novembro) é percebido o menor índice de chuvas na região do empreendimento, com um volume máximo de aproximadamente 50 mm.

No período chuvoso o volume pluviométrico atinge aproximadamente 1.818 mm enquanto no período menos chuvoso, considerado para a região como seco, o volume de chuvas apresenta um total de 310 mm (Terra Meio Ambiente, 2019).

12.2 IMPORTÂNCIA DO CLIMA PARA OS MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ

O clima para os *Mebêngôkre-Kayapó* é fundamental para exercerem suas atividades econômicas de sobrevivência, conforme descrito no **item 12.1**. No entanto, nos últimos anos, com a crescente discussão acerca das mudanças climáticas, os *Mebêngôkre-Kayapó* têm acompanhado de perto as modificações em seu ambiente: o clima mais quente, inclusive dos recursos hídricos. E, veem dialogado com *stakeholders* acerca de alternativas para conter tais avanços de forma protagonista na gestão de seus territórios através do monitoramento e fiscalização dos territórios, na promoção do carbono inerente a floresta. Essa discussão ainda é recente, e estão envolvidos, acompanhando, estudando, se apropriando dessa linha de discussão e decisões tão importantes para eles e para o planeta.

12.3 GEOLOGIA

As áreas do projeto Coringa estão localizados no Sul/Sudoeste do Estado do Pará região dentro da Província Mineral do Tapajós (PMT) e esta, geologicamente inserida no Cráton Amazônico, mais precisamente no cinturão móvel Ventuari-Tapajós (Tassinari & Macambira 1999) ou na província



tectônica Tapajós-Parima (Santos et al., 2000). Distribuída segundo a direção aproximadamente noroeste-sudeste, seus limites geológicos são: ao leste a Província Amazônia Central, do Proterozóico Inferior; e oeste as províncias Rio Negro (ao norte) e Rondônia-Juruena (ao sul), ambas do Proterozóico Médio (Terra Meio Ambiente, 2019).

As unidades mais antigas da Província Mineral do Tapajós, que constituem o seu embasamento, são rochas metavulcano-sedimentares relacionadas ao Grupo Jacareacanga e gnaisses e granitóides granodioríticos a tonalíticos, com raros migmatitos e anfibolitos associados, do Complexo Cuiú-Cuiú. Estes conjuntos formaram-se entre 2.000Ma e 2.150Ma, podendo representar uma associação de arco imaturo (Almeida et al., 1999), composta por bacias de retro-arco e magmatismo cálcio-alcálico baixo potássio, respectivamente. Tais sequências foram intrudidas por granitóides sem a tardiorogênicos, também calcioalcalinos, mas de médio a alto potássio, entre aproximadamente 1.990Ma e 1.960Ma, representados pelos granitóides da Suíte Intrusiva Creporizão (Terra Meio Ambiente, 2019).

Estes conjuntos compõem o domínio orogênico da província e distribuem-se de forma alongada segundo NW-SE, orientação dos grandes lineamentos, predominantemente transcorrentes, que controlam a forma dos corpos rochosos.

A maior parte da província é coberta pelas unidades com origem e colocação ligadas às fases extensionais pós-orogênica a anorogênica. A primeira encontra-se representada pelos granitóides cálcio-alcálicos da Suíte Intrusiva Parauari, com idades entre 1.883Ma e 1.898Ma, possivelmente associados às rochas básicas cálcio-alcálicas da Suíte Intrusiva Ingarana, e a uma série de intrusivas e efusivas básicas e intermediárias, como o Olivina Gabro Rio Novo, o Gabro Serra Comprida, o Quartzo Monzogabro Igarapé Jenipapo e a Formação Bom Jardim, tentativamente colocadas no Paleoproterozóico (Terra Meio Ambiente, 2019).

Em associação espaço-temporal com esses conjuntos ocorre a Suíte Intrusiva Maloquinha, com idades radiométricas em torno de 1.880Ma, constituída por granitos alcálicos (tipo-A), com características transicionais entre granitóides pós-orogênicos e francamente androgênicos. Também está incluído nessa situação o Granito Carochal. Esse plutonismo é complementado pelo extenso vulcanismo ácido a intermediário penecontemporâneo, com vulcanoclástica associadas, reunidos no Grupo Iriri. De forma um tanto tardia em relação a esse magmatismo, posicionaram-se os granitos Porquinho e Pepita, que guardam similaridades com os da Suíte Maloquinha.

No Fanerozóico, o Grupo Jatuarana e as Formações Monte Alegre e Ipixuna marcam a sedimentação Paleozóica na Bacia do Alto Tapajós, enquanto a sedimentação Mesozóica na Bacia do



Amazonas é representada pela Formação Alter do Chão. Ambas as bacias são cortadas por diques básicos cambrianos (514Ma) e jurássicos (180Ma).

Recobrimo as unidades mais antigas ocorrem as coberturas detríticas e lateríticas terciárias e aluvionares quaternárias, que completam o quadro geológico da Província Mineral do Tapajós.

No conjunto das áreas de estudos foi observado que grande parte da região é sustentada por rochas vulcânicas e vulcanoclástica ácidas como riolitos, riolitos ignimbritos, riocacitos e quartzo-andesitos, mais precisamente na porção NWW, S e SWW destas áreas. Em contrapartida, no extremo norte das áreas e na parte central e leste destas foram mapeados afloramentos de granitos. Este tipo de divisão litológica é caracteristicamente confirmado com os trabalhos de levantamento aerotransportado realizado nas áreas dos requerimentos, vistos com um marcante contraste nos mapas aeromagnéticos e aeroradiométricos (Terra Meio Ambiente, 2019).

12.4 GEOMORFOLOGIA

A geomorfologia regional foi extraída do projeto RADAM (1973), referente à Folha Tapajós SB 21 ao milionésimo do IBGE.

Os centros urbanos mais importantes desta área acham-se localizados às margens de grandes rios: Itaituba e Jacareacanga situados na margem esquerda do rio Tapajós e Borba, na margem direita do rio Madeira.

Áreas terminais da borda sul da Sinéclise Paleozóica do Amazonas marcadas por relevos de cuesta e patamares erosivos deprimidos. Apresentam domínio de solos do tipo podzólico vermelho-amarelo, sobre o qual desenvolveu cobertura vegetal de Floresta Densa (Terra Meio Ambiente, 2019).

Um extenso compartimento rebaixado, cuja erosão cortou rochas pré-cambrianas, caracterizado por formas de relevos de baixa altitude. Estas formas se interpenetram a outras, do tipo residual, esparsamente distribuída, como cristas, pontões e mesas. Nesse compartimento predominam solos podzólicos que sustentam formações vegetais do tipo Floresta Aberta e Floresta Mista. Essa área foi denominada Depressão Periférica do Sul do Pará, e encontra na Folha SB.21 Tapajós seus limites ocidentais (Terra Meio Ambiente, 2019).

Todo o conjunto de relevos dissecados denominado Planalto Residual Tapajós altimetricamente elevados, elaborados em rochas pré-cambrianas, com crostas ferruginosas localizadas, dominando solos podzólicos revestidos por Floresta Densa (Terra Meio Ambiente, 2019).



A oeste do alto estrutural de Monte Alegre estende-se um grande trecho do denominado Planalto Rebaixado do Amazonas (do médio Amazonas) elaborado em rochas sedimentares cenozóicas, rebaixado simultaneamente por efeitos erosivos e tectônicos. Este Planalto foi aplainado por processos de pediplanação pleistocênica, posteriormente dissecado. A cobertura de Floresta Densa está sustentada por latossolos. Prolongamento noroeste da unidade denominada Serras e Chapadas do Cachimbo, caracterizada por resíduos de superfície pediplanada que se interpenetra aos restos tabulares da chapada, às cristas estruturais e às serras do tipo "apalacheano". Nas serras predominam os latossolos com cobertura de Floresta Densa, e nos restos da Chapada predominam as areias quartzosas recobertas por Cerrado (Terra Meio Ambiente, 2019).

12.5 IMPORTÂNCIA DO SOLO PARA OS MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ

A importância do solo para os Mebêngôkre-Kayapó no presente estudo foi abordada no **item 5.2**, no **item 6.5** e será abordado no **item 14**, **item 15.2** e **item 15.7**, do presente estudo.

13. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HIDRÍCOS

No contexto de região hidrográfica, o Estado do Pará foi dividido em 07 (sete) Macrorregiões Hidrográficas que são: Costa Atlântica-Nordeste, Tocantins-Araguaia, Xingu, Portel-Marajó, Tapajós, Baixo Amazonas e Calha Norte. Essa divisão se baseou nas características geofisiográficas, como: geomorfologia, geologia, hidrografia, solos e fator hidroclimático. Foram considerados os municípios envolvidos e respeitados os critérios de limite geográfico das regiões hidrográficas, homogeneidade nos aspectos geofisiográficos e históricos de ocupação e desenvolvimento econômico próximos (SEMA, 2012, Terra Meio Ambiente, 2019).

Ainda com base nas resoluções do conselho Estadual de Meio Ambiente, houve a divisão das regiões hidrográficas em bacias menores, as Sub-bacias:

- Calha Norte: Nhamundá-Trombetas, Cuminapanema –Maecurú, Parú – Jarí
- Tapajós: Tapajós – Amazonas, Tapajós
- Baixo Amazonas
- Xingu: Fresco, Iriri, Baixo Xingu e Alto Xingu
- Portel Marajó: Calha Amazônica, Marajó Ocidental, Marajó Oriental, Rio Pará, Baía de Caxuanã
- Tocantins-Araguaia: Tocantins, Itacaiúnas e Araguaia



- Costa Atlântica-Nordeste: Guamá-Moju. Gurupi e Costa Atlântica

Essas sub-bacias devem ser consideradas como as Unidades Hidrográficas de Planejamento (UPLAN's); e foram definidas a partir das bacias hidrográficas de maior área, onde os afluentes menores foram agrupados de jusante para montante, respeitando os limites dos divisores d'água (SEMA, 2012, Terra Meio Ambiente, 2019).

A TI Baú, encontra-se no limite entre as Bacias Hidrográficas do Tapajós e Xingu, segundo a classificação da Agência Nacional de Águas (ANA) para fins de gestão de recursos hídricos, cujas drenagens nos alvos deságuem nos rios Jamanxim e Curuá, pertencentes respectivamente as bacias hidrográficas do rio Tapajós e rio Xingu, portanto, da Região Hidrográfica do Amazonas. A **Figura 183**, demonstra os recursos hídricos da TI Baú.



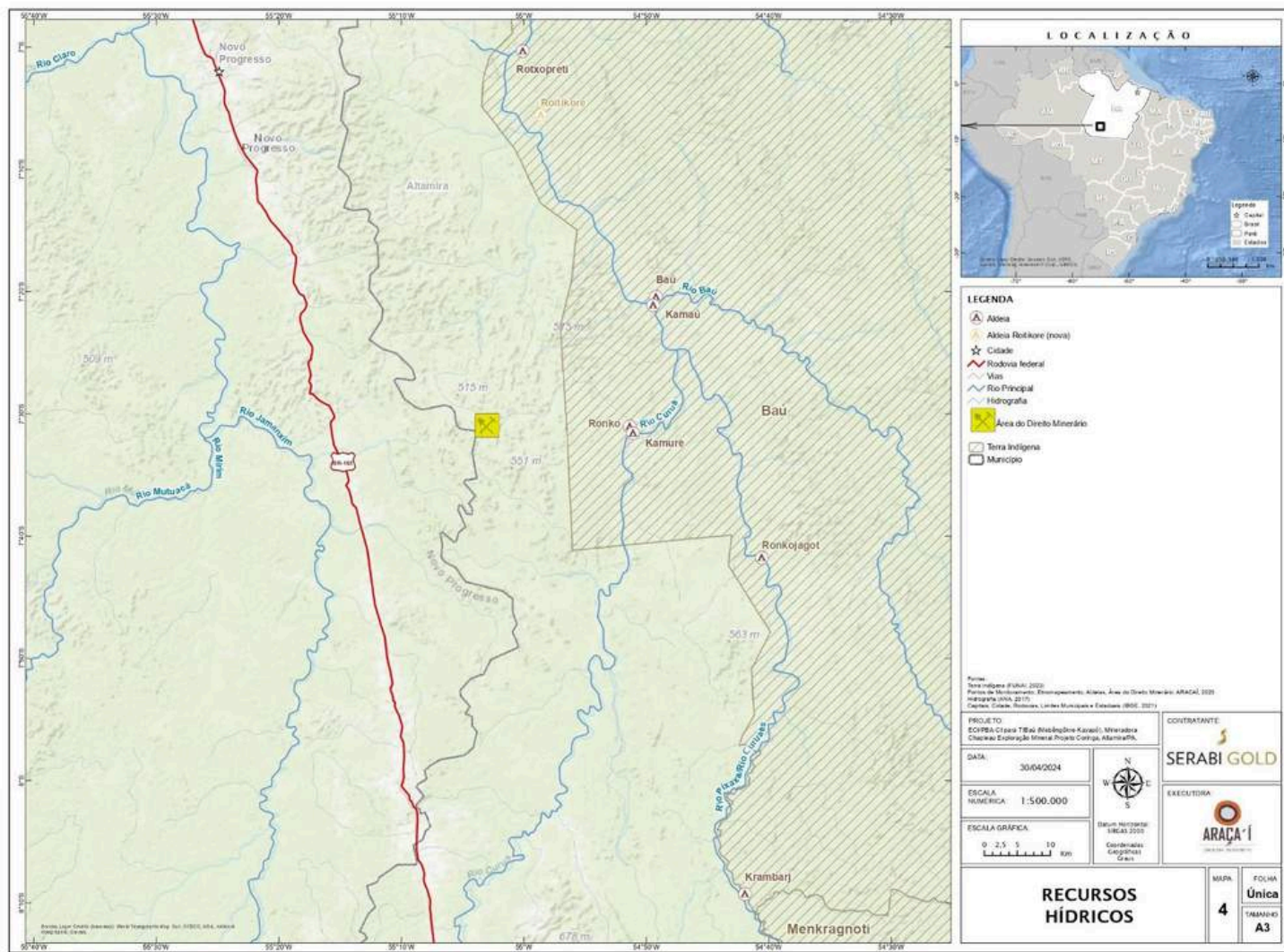


FIGURA 183 RECURSOS HÍDRICOS DA TI BAÚ.



Para a identificação dos recursos hídricos na TI Baú, foram consideradas as drenagens existentes no rio Curuá, afluente, do rio Xingu.

O rio Curuá é afluente da margem esquerda do rio Iriri (ARAUJO, et al. 2015) e este pertence a bacia hidrográfica do rio Xingu. Leme Engenharia (2005) em seu diagnóstico ambiental do Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, descreve alguns dados como estimativa do rio Curuá como tendo uma área de drenagem de 36.901 km², um comprimento de 569 km, uma vazão média de 3.943 m³. s-1 e uma variação de nível de água de 10,24 a 1,00 m.

As aldeias *Kamau*, *Roitkore*, *Ronko*, *Ratxopreti*, são drenadas pelo rio Curuá, a aldeia Baú, é banhada pelos rios Curuá e Baú, as aldeias *Ronkojagot* e *Krambarj*, fazem parte da sub-bacia do rio Pixaxá (Curuaés), conforme apresentado na **Figura 184** a **Figura 189**, abaixo.



FIGURA 184 RIO CURUÁ, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/23.



FIGURA 185 RIO PIXAXÁ, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/23.



FIGURA 186 RIO PIXAXÁ, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/23.



FIGURA 187 RIO CURUÁ, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.





FIGURA 188 CONFLUÊNCIA DOS RIOS BAÚ E CURUÁ, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/23.



FIGURA 189 IGARAPÉ CORINGA, ALDEIA RONKO, EM 11/10/23.

13.1 A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PARA OS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ

Como os *Mebêngôkre-Kayapó* são tradicionalmente um povo da floresta, aparentemente não têm nenhuma ligação especial com o fenômeno da água. Obviamente, eles precisam de água boa para beber, banhar, pescar e preparar comida. Também, esses seminômades tradicionais, que não construíram canoas, não gostaram muito de atravessar grandes rios.

Mas as aparências enganam, pois a autodesignação deles, *Mebêngôkre-Kayapó*, pode ser traduzido como “o povo do buraco d’água” ou “o povo que sai do buraco d’água”. A antropóloga brasileira Isabelle Giannini Vidal (1991) mostra como as águas relacionam-se diretamente com os processos contínuos de transformação dos ancestrais *Mebêngôkre-Kayapó* de gente-ave para a condição humana. Na mitologia dos *Mebêngôkre-Kayapó*, a água surge várias vezes por sua virtude fortalecedora ou vital. Assim, os dois heróis, *Kukrytwir* e *Ngôkônkry*, tornaram-se gigantes após permanecer um longo tempo deitados na água: são eles que destruíram a ave gigante, predadora, e depois produziram o mundo *Mebêngôkre-Kayapó*. Também, um homem chamado *Kràmnge*, cuja pele estava completamente queimada, atirou-se à água, onde a sua pele ficou branca e viveu anos com os peixes, posteriormente voltando ao mundo humano trazendo um ritual celebrado pelos peixes. E após o assassinato de um homem chamado Bira, as mulheres pularam no rio e viraram peixes; os homens pegaram os peixes que depois voltaram a ser mulheres.

Como demonstrado no **item 6.1**, após a dita “pacificação” dos diversos grupos *Mebêngôkre* na década de 1950, os indígenas foram persuadidos para construir suas aldeias ao longo dos rios maiores e navegáveis. Em consequência dessa localização, a pesca tornou-se mais importante na produção das proteínas. Por isso que, para os *Mebêngôkre-Kayapó* contemporâneos, a água limpa é essencial para



garantir sua sobrevivência. O termo indígena *ngô nhum* pode ser traduzido como “água suja,” “água podre” e pode, portanto, ser interpretado como “água morte.” É a expressão que os *Mebêngôkre-Kayapó* usam para referir aos efeitos nos rios das usinas hidrelétricas e da garimpagem intensa. Afinal, as condições da água estão intimamente relacionadas com a sobrevivência dos peixes e dos animais que dependem dela. Quando houver *ngô nhum*, os *Mebêngôkre-Kayapó* temem que os peixes vão morrer, e que a caça não terá água boa para beber e, como resultado, emagrece e definha. Isso significa que os *Mebêngôkre-Kayapó* acreditam que o barramento e a poluição forte das águas causam a morte de espécies animais, vegetais, e isso pode se estender aos próprios indígenas.

13.2 CARACTERIZAÇÃO HIDROLÓGICA

A porção considerada do empreendimento Projeto Coringa – Mineração Chapleau Ltda está localizada no município de Novo Progresso – PA, microrregião de Altamira e mesorregião Sudoeste Paraense. Já a terra indígena Baú, está localizada nos municípios de Novo Progresso e Altamira – PA.

A bacia hidrográfica da região do estudo contempla as terras indígenas Baú e *Menkrãgnoti* – porém, de acordo com a topografia local, eventuais alterações na qualidade das águas gerada pelo empreendimento Projeto Coringa afetarão apenas a terra indígena Baú, em função de sua localização geográfica. Outra consequência lógica dessa característica é que eventuais alterações causadas a montante da área indígena Baú (regiões da Terra *Menkrãgnoti* ou regiões não demarcadas) também podem afetar a qualidade da água superficial da terra indígena Baú. Associando isso ao fato de que a bacia hidrográfica que drena para a região em estudo possui uma área muito grande, pode ser difícil de identificar eventuais fontes pontuais de contaminação.

A **Figura 190** apresenta a delimitação da área de drenagem do estudo, caracterização hipsométrica, bem como a localização dos pontos de coletas de água que foram utilizados neste estudo, e que serão descritos com mais detalhes mais adiante no texto. Nota-se, por esta figura, que a região mais ao sul da área de drenagem possui terreno com cotas altimétricas mais elevadas, na casa dos 615 m, enquanto a região mais ao norte, nas proximidades da aldeia Baú possui regiões mais baixas, com cotas na casa dos 245 m. O sentido do escoamento do rio principal (rio Curuá) se dá no sentido sul para norte.

Com base em imagens de satélite, drenagem numérica e fotointerpretação, foi possível delimitar a área de drenagem dos locais de estudo. A bacia hidrográfica do rio Curuá, rio principal, e rio que em uma de suas margens se encontra a aldeia Baú, possui uma área de drenagem total de



cerca de 18.350 km². A **Figura 190** apresenta as principais características das bacias hidrográficas avaliadas.

Nota-se, para o rio Curuá, uma declividade média de 1‰ e uma densidade de drenagem que pode ser considerada como pobre, de acordo com as bases cartográficas utilizadas e segundo as classificações disponíveis na literatura (CHRITOFOLETTI, 1979) (CARVALHO & SILVA, 2006). Esse índice pode indicar a baixa quantidade de canais em relação a extensão territorial da bacia hidrográfica. O relativo baixo número de canais de drenagem pode aumentar a probabilidade de que o monitoramento pontual de corpos hídricos seja capaz de identificar alterações antrópicas na qualidade das águas da região.



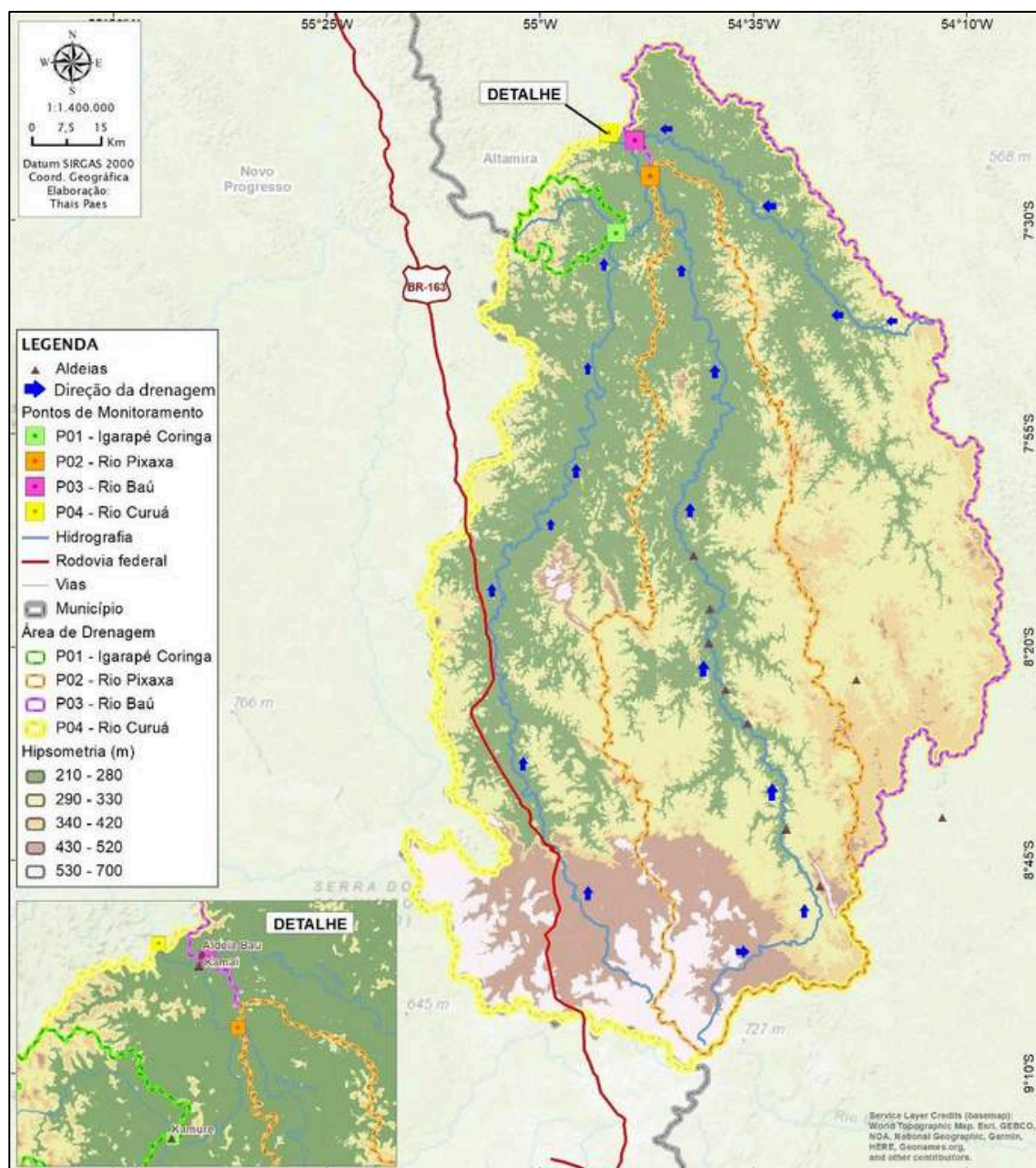


FIGURA 190 DELIMITAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO HIPSOMÉTRICA.

A região do estudo foi dividida em quatro partes de acordo com as proximidades com a região do empreendimento e porte do tributário do rio Curuá. Dessa forma, foram definidos pontos de monitoramento no igarapé Coringa e rios Pixaxa/Curuá, Baú e Curuá. Em função da sua localização, pode-se dizer que o igarapé Coringa seria o mais afetado pelo empreendimento, e eventuais alterações na qualidade da água deste igarapé seriam transportadas para o rio Curuá e propagadas a jusante (sentido norte na **Figura 190**).

Já o rio Baú pode ter sofrido no passado com a presença de garimpos ilegais, ou outras fontes de poluição, que podem vir a alterar a qualidade das águas deste corpo hídrico. Enquanto o rio



Pixaxa/rio Curuaés foi classificado na ocasião da visita em campo como o rio mais limpo da região, já que não foi relatada a presença de fontes de contaminação como garimpo, madeiras ou plantações (contaminação por fertilizantes).

TABELA 13 CARACTERÍSTICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DA REGIÃO EM ESTUDO.

Categoria	Rio Curuá	Rio Pixaxa/ Curuaés	Rio Baú	Igarapé Coringa
Área de Drenagem - Km ²	18.348,44	6.169,35	5.222,77	294,95
Comprimento do Rio Principal até Local de Estudo (exutório) - km	303,3	307,60	119,63	33,24
Altitude na Nascente - metros	542,86	594,33	346,44	360,73
Altitude no Local de Estudo (Exutório) - metros	205,50	208,00	206,00	229,24
Declividade Média do Rio Principal até Local de Estudo (exutório) - m/m	0,0011	1,2559	1,1739	3,9558
Comprimento total dos cursos d'água - Km	8.064,89	2.805,19	2.244,78	153,88
Densidade de Drenagem (Km/Km ²)	0,44	0,45	0,43	0,52

13.3 CARACTERIZAÇÃO PLUVIOMÉTRICA

Em um raio de 120 km a partir da aldeia Baú, existem 10 estações pluviométricas, essas estações foram listadas na **Tabela 14**. Dentre essas 10 estações apenas 3 estão operando ou possuem dados atuais. Os acumulados médios mensais de longo termo da estação Altamira (82535) são apresentados na **Figura 191**. A estação de Altamira foi selecionada em função da disponibilidade de dados, já que o sistema Hidroweb do Governo Federal se encontrou inacessível durante a elaboração deste texto. Embora a estação de Altamira esteja mais distante do local do estudo, os seus dados puderam ser baixados já que o sistema do INMET está operante.

A **Tabela 14** apresenta também os dados de evapotranspiração para a região. Os dados foram retirados da base de dados climatológica TerraClimate – dado estimados a partir de modelos de balanços hídricos e derivações a partir de imagens de satélite. Esses dados fornecem uma estimativa



sobre o balanço hídrico da região, conforme a **Figura 192**, indica os meses do período em que a evaporação supera a precipitação na região (meses de déficit hídrico).

De maneira geral, precipitam-se ao longo do ano cerca de 1.900 mm, em um regime pluviométrico bem definido, onde os meses de novembro a abril definem o período úmido enquanto os meses de maio a outubro compõem o período de estiagem. Porém mesmo no período de estiagem a precipitação média acumulada pode chegar a 340 mm num ano típico. Em compensação, evapora-se cerca de 1.040 mm por ano na região distribuídos de maneira mais ou menos uniforme ao longo do ano.

TABELA 14 CARACTERÍSTICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DA REGIÃO EM ESTUDO.

Código	Nome	Responsável	Latitude GG:MM:SS	Longitude GG:MM:SS	Início da operação	Final da operação
82535	ALTAMIRA	INMET	-03:12:50	-52:12:47	01/1961	-
00555002	KM 1130 BR-163	ANA	-06:40:17	-55:29:45	12/1986	-
00653000	SÃO RAIMUNDO	ELETRONORTE	-06:41:00	-53:59:00	05/1976	12/1980
00655000	SANTA JÚLIA	ANA	-06:47:00	-55:27:00	12/1977	09/1986
00655001	KM 1027 DA BR-163	ANA	-07:30:39	-55:15:49	06/1982	-
00754000	ALDEIA BAÚ	ANA	-07:20:00	-54:50:00	08/1976	12/1997
00755000	NOVO PROGRESSO	ELETRONORTE	-07:03:38	-55:24:28	06/1997	11/2017
00755001	NOVO PROGRESSO - SEDE	SEMAS-PA	-07:01:22	-55:25:52	N/D	N/D
00855000	KM 947 BR-163	ANA	-08:11:14	-55:07:10	12/1977	-



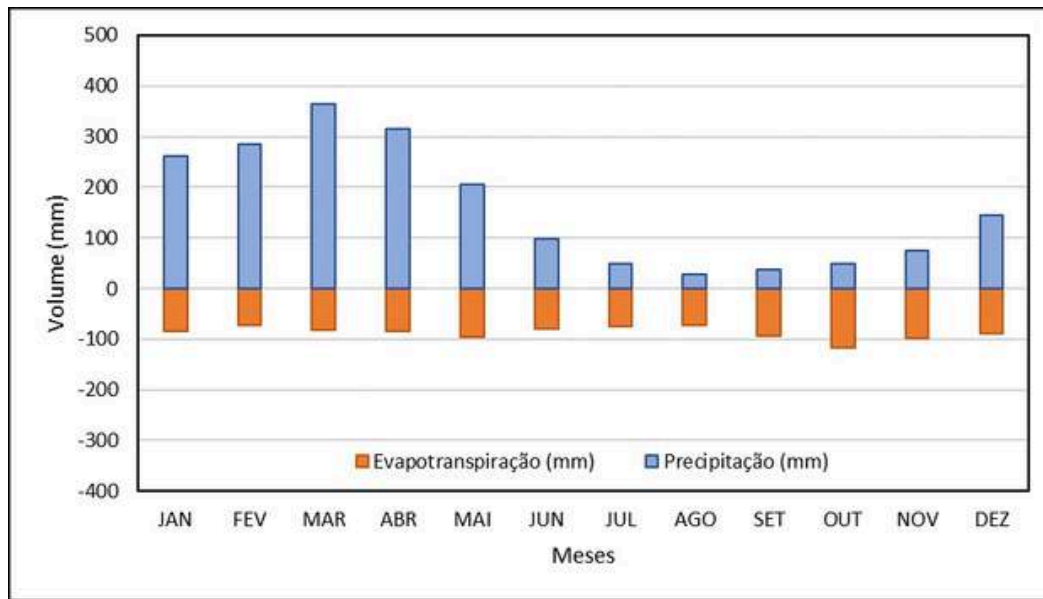


FIGURA 191 PRECIPITAÇÃO (ESTAÇÃO ANA) E EVAPOTRANSPIRAÇÃO (SATÉLITE TERRACLIMATE) PARA A REGIÃO DO ESTUDO

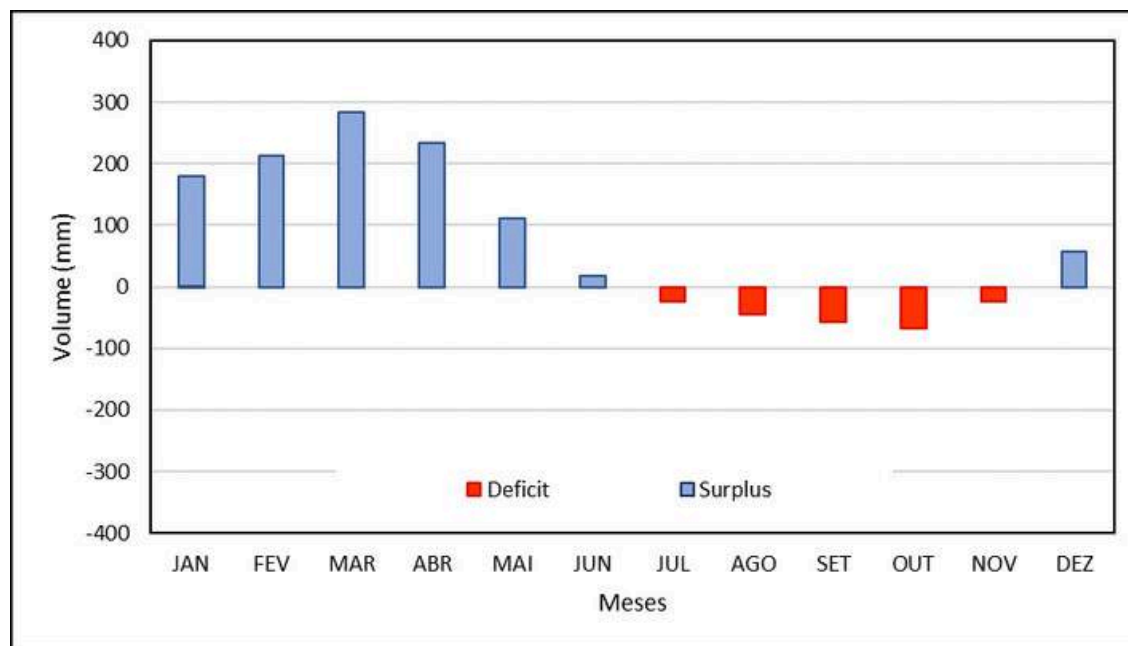


FIGURA 192 DIFERENÇA ENTRE EVAPORAÇÃO E PRECIPITAÇÃO MÉDIA MENSAL PARA A REGIÃO EM ESTUDO.

13.4 CARACTERIZAÇÃO CLIMATOLÓGICA

A região do estudo está localizada em região tropical úmida, com características de clima equatorial. A classificação climática de Köppen aponta a região como sendo do tipo “Am”, que apresenta temperatura média do mês mais frio superior a 18°C, e apresenta uma estação seca de



pequena duração compensada pelos altos acumulados de precipitação durante a estação úmida (EMBRAPA, 2023), além dos elevados teores de umidade ao longo do ano. A **Figura 193** apresenta a variação de temperatura e umidade relativa do ar de acordo com o monitoramento climatológico da estação Altamira (82353) operada pelo INMET – Instituto Nacional de Meteorologia.

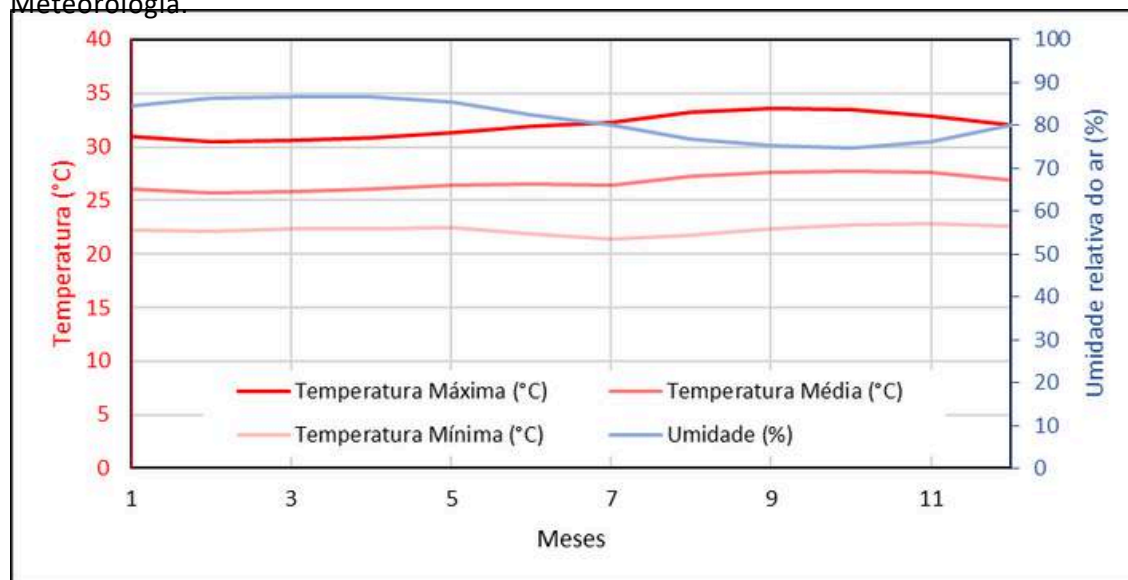


FIGURA 193 VARIAÇÃO ANUAL DE TEMPERATURAS MÉDIAS, MÍNIMAS E MÁXIMAS MENSALIS PARA A REGIÃO DA ALDEIA BAÚ DE ACORDO COM BASE DE DADOS TERRA CLIMATE.

Com base na estação fluviométrica Cajueiro, código 11865000, operada pela ANA, e localizada no rio Curuá, em Altamira, foi possível realizar uma caracterização fluviométrica da região em estudo, algumas características dessa estação é apresentada na **Tabela 15**. Utilizou-se da ferramenta HidroAPP (SOUZA, CHAFFE, & PINTO, 2019) para se efetuar o *download* da análise da série de dados da estação; a série histórica de vazões é apresentada na **Figura 194**.



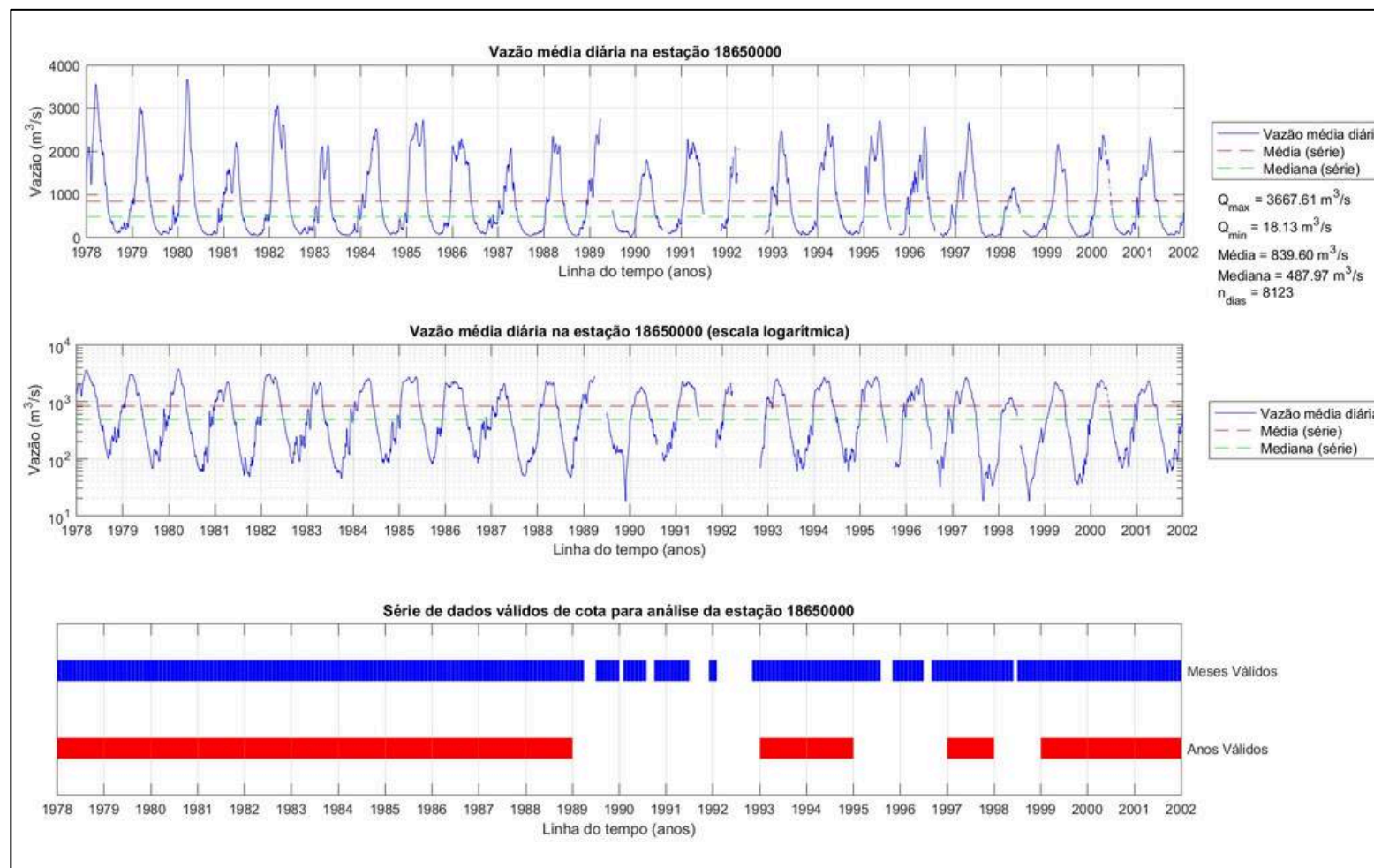


FIGURA 194 SÉRIE HISTÓRICA DE VAZÕES MONITORADAS NA ESTAÇÃO CAJUEIRO – 18650000.



TABELA 15 CARACTERÍSTICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DA REGIÃO EM ESTUDO.

Código	Nome	Responsável	Latitude	Longitude	Início da operação	Final da operação
111865000	Cajueiro	ANA	-5,65	-54,5208	01/1976	12/2015

A estação fluviométrica Cajueiro possui uma vazão média observada igual a 839,60 m³/s e uma área de drenagem de aproximadamente 35.600 km², resultando em uma vazão específica média igual a 0,024 m³/s/km². A vazão mínima observada pela estação foi igual a 18,13 m³/s e a vazão máxima igual a 3.667,61 m³/s.

Supondo uniformidade entre bacias hidrográficas e relação linear entre a vazão e a área de drenagem dos exultórios das bacias hidrográficas é possível de se utilizar essa vazão específica para se estimar as vazões médias dos rios analisados neste estudo. Esse procedimento, porém, não pode ser realizado para o igarapé Coringa, pois as áreas de drenagem são muito discrepantes. Dessa forma não é possível, com essa base de dados, estimar as vazões médias do igarapé Coringa. As vazões mínimas, médias e máximas estimadas para os rios Pixaxa, Baú e Curuá são apresentadas na **Tabela 16**.

TABELA 16 VAZÕES ESTIMADAS POR REGIONALIZAÇÃO PARA OS RIOS DO ESTUDO A PARTIR DA ESTAÇÃO CAJUEIRO.

	Vazão média - estimada por regionalização (m ³ /s)	Nome do corpo hídrico por regionalização	Vazão mínima estimada por regionalização (m ³ /s)	Vazão máxima estimada por regionalização (m ³ /s)
	145,5	Rio Pixaxa/Rio Curuaés	3,1	635,6
	123,2	Rio Baú	2,7	538,1
	432,7	Rio Curuá	9,3	1.890,3

13.5 CAMPANHA DE MONITORAMENTO

No dia 09 de outubro de 2023, foi realizada uma campanha de monitoramento de qualidade de água na bacia hidrográfica do rio Curuá, nas delimitações da terra indígena Baú. Durante essa campanha, foram feitas coletas de águas superficiais em quatro pontos, listados na **Tabela 17**. A localização dos pontos pôde ser conferida anteriormente na **Figura 190** juntamente com a delimitação de suas respectivas áreas de drenagem.



TABELA 17 DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE AMOSTRAGEM DE QUALIDADE DE ÁGUA SUPERFICIAL.

Índice	Nome do Corpo Hídrico Igarapé Coringa	Latitude	Longitude	Altitude (m)	Área de drenagem (km ²)
P01	Rio Pixaxa/Rio Curuaés	S07°31,5614'	W54°51,0692'	225	294,95
P02	Rio Baú Rio Curuá	S07°24,8292'	W54°47,0826'	211	6.169,35
P03		S07°20,6487'	W54°48,9077'		5.222,77
P04		S07°19,7234'	W54°51,9146'	214	18.348,44
				206	

O ponto de monitoramento no igarapé Coringa era bem raso, com fluxo de água tranquilo, e margens propícias para o armazenamento de água. A água se apresentou visualmente muito limpa, transparente e com a presença de pequenos peixes – indicando inicialmente a ser um local propenso a manutenção da vida aquática. O igarapé é de pequeno porte e a coleta foi feita as margens do corpo hídrico, nas imediações de um pequeno *deck* de madeira construído no local.

As coletadas das amostras dos rios *Pixaxa* e Baú foram feitas no próprio barco utilizado para o transporte da equipe. Em comparação com o igarapé Coringa as águas desses rios se mostraram muito mais turvas, com baixa visibilidade. No momento da coleta o rio *Pixaxa* possuía um escoamento torrencial mais intenso do que o rio Baú, e possuía em suas imediações diversas pedras de grande porte e formação de corredeiras que certamente contribuem para a aeração do corpo hídrico. Era de se esperar que os níveis de oxigenação da água neste rio fossem superiores aos demais pontos de observação. Além disso, é de se esperar que qualquer substância presente nesse rio se misture muito mais rapidamente ao longo da seção transversal, em função do alto nível de turbulência.

O rio baú possuía águas calmas e trajeto bem sinuoso, de cor mais escura e com presença nítida de atividades humanas bem como presença de aves catartidiformes (*urubus*) em suas margens, indicando abundância de comida, e conseqüentemente matéria orgânica em decomposição, que podem afetar de alguma maneira a qualidade das águas da região.

Já o rio Curuá, notadamente mais caudaloso que os demais, já que recebe contribuição de todos os outros rios considerados, apresentou-se em uma seção transversal larga e uniforme.

A partir de fotointerpretação a partir de imagens de satélite foi possível verificar a presença de muitas rochas a montante do local da coleta, bem como a presença de estrangulamentos



seguidos por expansão da seção transversal. Essas características físicas podem também contribuir para as condições de mistura e aeração ao longo da seção transversal.

Observa-se pela **Figura 195** o direcionamento das drenagens superficiais entre a localização do empreendimento Projeto Coringa e o Rio Curuá – e consequentemente Aldeia Baú. Esse é o traçado do igarapé Coringa desde o local do empreendimento/nascente até o seu exultório no rio Curuá.

Em caso de contaminação pelo empreendimento esse seria o caminho que as das águas superficiais contaminadas percorreriam entre a fonte (Projeto Coringa) e as aldeias – nota-se que a aldeia Kamure seria a primeira aldeia afetada por uma eventual contaminação, e posteriormente a aldeia Baú, e demais aldeias a jusante na bacia hidrográfica. Observa-se que o rio Curuá escoar no sentido Sul para Norte na **Figura 195**.

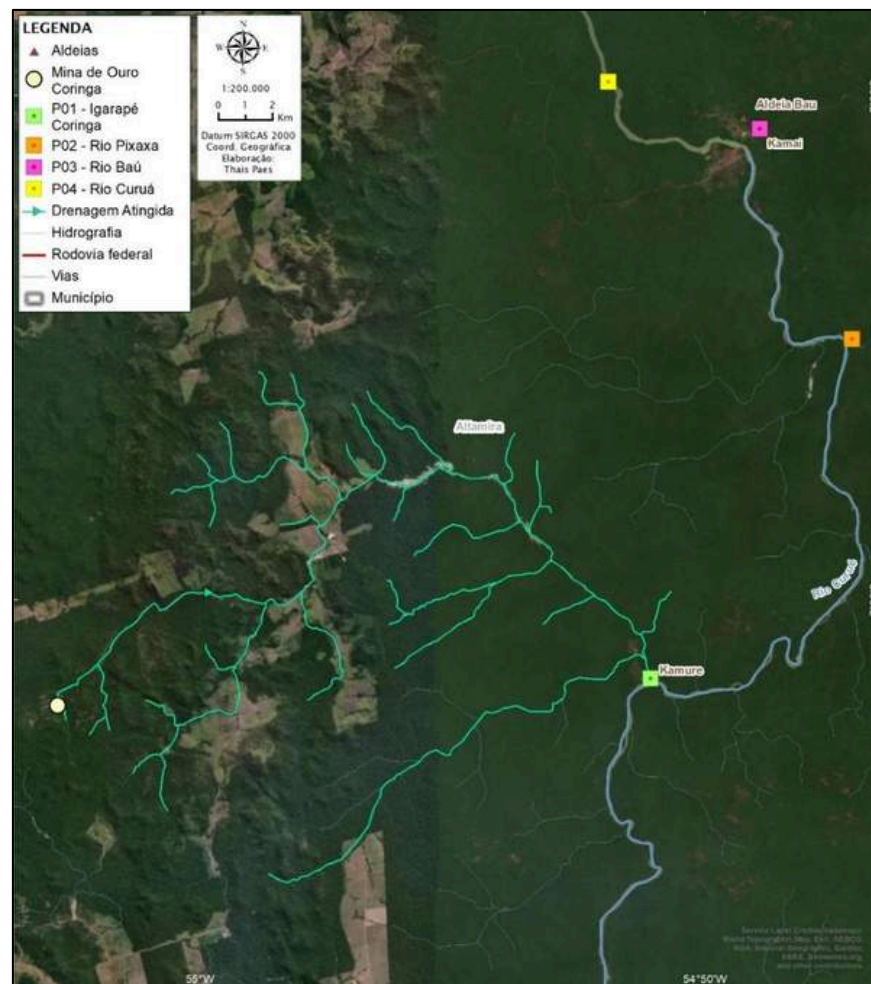


FIGURA 195 DIREÇÃO DE DRENAGEM ENTRE O EMPREENDIMENTO CORINGA ATÉ O RIO CURUÁ – DELIMITAÇÃO DO IGARAPÉ CORINGA.

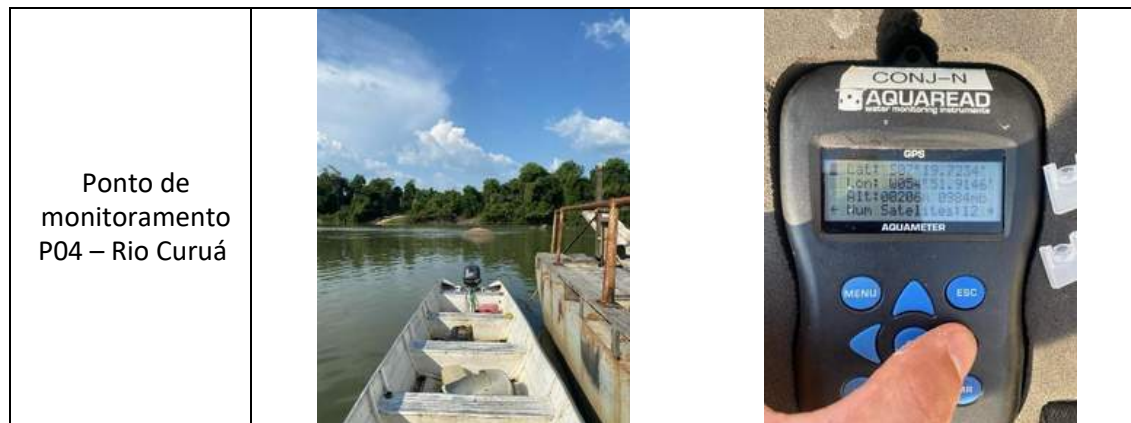


Os parâmetros de qualidade de água: temperatura (°C), potencial de oxido redução (ORP, mW), ph, oxigênio dissolvido (OD, mg/L), condutividade elétrica (CE, $\mu\text{S}/\text{cm}$), sólidos totais dissolvidos (TSD, mg/L), e salinidade (PSU) foram obtidos em campo no instante da coleta, com o auxílio de uma sonda multiparâmetros *Aquaread* modelo AP800. Já a **Tabela 18** apresenta alguns registros fotográficos dos pontos de coleta e respectivas coordenadas registradas pela sonda.

TABELA 18 REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS PONTOS DE COLETA DE ÁGUAS SUPERFICIAIS

<p>Ponto de monitoramento P01 – Igarapé Coringa</p>		
<p>Ponto de monitoramento P02 – Rio Pixaxa</p>		
<p>Ponto de monitoramento P03 – Rio Baú</p>		





Adicionalmente, preparou-se amostras de água para posterior envio a laboratórios de análises ambientais com o intuito de se verificar os parâmetros: demanda bioquímica de oxigênio (DBO, mg/L), fósforo total (mg/L), nitrogênio total (mg/L), além da presença dos metais pesados mais associados à mineração de ouro (arsênio, cádmio, chumbo, cobre, mercúrio e zinco).

As diretrizes do Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras (CETESB, 2011), foram seguidas durante o preparo das amostras. Observa-se, porém, que devido à distância entre o ponto de coleta e laboratório utilizado para as análises laboratoriais (Laboratório Control – MT), não foi possível manter temperatura ideal das amostras durante o transporte, e as amostras chegaram no laboratório com 9°C (5°C acima do limite indicado no guia).

Dessa forma, possivelmente, os parâmetros de DBO, fósforo e nitrogênio podem estar levemente alterados já que a temperatura pode acelerar a cinética das reações químicas. Porém, como o objetivo principal deste estudo é avaliar a contaminação por metais pesados nas águas superficiais, essa possível alteração nos resultados de DBO, fósforo e nitrogênio não é muito relevante para as conclusões do trabalho.

A **Tabela 19** apresenta um resumo dos parâmetros coletados e justificativa didática para o monitoramento destes parâmetros. Observa-se que não existe regulamentação por órgãos competentes para os limites *de todos* os parâmetros analisados, e que a análise isolada de uma ou outra variável não é capaz de caracterizar completamente a qualidade das águas de um corpo hídrico.



TABELA 9 PARÂMETRO DE QUALIDADE DE ÁGUA MONITORADO, OBJETIVO/MOTIVAÇÃO POR TRÁS DA COLETA.

Parâmetro verificado	Objetivo da coleta
Temperatura (°C)	Altera a velocidade das reações, solubilidade de substâncias e concentração de oxigênio dissolvido (OD) – quanto mais alta for a temperatura menor será a concentração de OD na água (menos oxigênio para peixes maiores) e mais rápida será a proliferação de bactérias.
ORP (mW)	O potencial de oxirredução (potencial redox) indica sobre as condições de oxidação e redução na água, que afetam a viabilidade de alguns organismos aquáticos. Pode indicar a presença de contaminação por ferro ou manganês ou indicar deficiência de oxigênio na água (essencial para a respiração dos organismos aquáticos)
PH	O potencial hidrogeniônico (pH) indica sobre a quantidade de íons de hidrogênio disponíveis na água. Essa concentração afeta a sobrevivência dos organismos, solubilidade de substâncias, velocidade de reações, entre outros. É um indicador de poluição por ácidos ou bases.
OD (mg/L)	Uma concentração de oxigênio dissolvido (OD) na água é de suma importância para a manutenção da vida aquática, já que é essencial para a respiração dos seres vivos. Baixos valores de OD podem indicar a presença de bactérias consumindo o oxigênio da água (respiração das bactérias) e consequentemente contaminação por alguma carga orgânica.
CE (µS/cm)	A condutividade elétrica (CE) indica sobre a capacidade de condução de correntes elétricas pela água. Esse parâmetro está relacionado com a presença de íons dissolvidos na água e indicam a presença de metais ou outros contaminantes.
TSD (mg/L)	A concentração de sólidos totais dissolvidos indica a presença de minerais, sais, nutrientes, e outras substâncias em solução na água. Indica contaminação e afeta o gosto e odor da água, entre outros.
SAL (PSU)	A salinidade está mais relacionada com ambientes estuarinos, porém em ambientes de água doce podem indicar contaminação a partir de processos industriais, agrícolas ou mineração.
DBO (mg/L)	A demanda Bioquímica de oxigênio (DBO) informa sobre a quantidade de matéria orgânica biodegradável presente na água. A decomposição dessa matéria orgânica, pelas bactérias presentes na água, reduz a quantidade de oxigênio disponível (OD) na água. Indica a presença de contaminação orgânica no corpo hídrico.
Fosforo total (mg/L)	O fosforo total é fundamental para a caracterização da eutrofização dos ecossistemas aquáticos. Altos níveis de fosforo favorecem a proliferação de algas e plantas aquáticas – que reduzem a quantidade de OD da água e impactam na biodiversidade como um todo.
Nitrogênio total (mg/L)	O nitrogênio total é fundamental para a caracterização da eutrofização dos ecossistemas aquáticos. Altos níveis de nitrogênio favorecem a proliferação de algas e plantas aquáticas – que reduzem a quantidade de OD da água e impactam na biodiversidade como um todo.
Arsênio (mg/L)	É um metal pesado classificado como carcinogênico pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (IARC), relacionado com câncer de pulmão, pele, bexiga, entre outros. Pode estar relacionado com a mineração de ouro.
Cádmio (mg/L)	É um metal pesado carcinogênico relacionado com diversos problemas de saúde, como doenças pulmonares, renais, entre outros. Pode estar relacionado com a mineração de ouro.



Parâmetro verificado	Objetivo da coleta
Chumbo (mg/L)	É um metal pesado de alta toxicidade e que causa diversos problemas neurológicos, cardiovasculares, entre outros. Pode estar relacionado com a mineração de ouro.
Cobre Total (mgCu/L)	É um metal tóxico para alguns organismos aquáticos. Indica a contaminação antrópica e pode estar relacionado com a mineração de ouro.
Mercúrio (mg/L)	É um metal pesado tóxico para diversos sistemas do corpo humano (cardiovascular, nervoso, reprodutivo etc.). Assim como outros elementos, pode se bioacumular no tecido dos peixes e causar diversos problemas ao longo da cadeia alimentar. Pode estar relacionado com a mineração de ouro.
Zinco Total (mgZn/L)	É um metal pesado; Assim como outros elementos, pode se bioacumular no tecido dos peixes e causar diversos problemas ao longo da cadeia alimentar. Pode estar relacionado com a mineração de ouro.

Os resultados das análises laboratoriais para os pontos de monitoramento considerados são apresentados na **Tabela 20**, nota-se ainda que essa tabela apresenta na última coluna os critérios (quando existentes) para a classificação do corpo hídrico como sendo de água doce e Classe II, segundo os critérios estabelecidos pela resolução CONAMA n° 357 de 17 de março de 2005.

Notou-se em todos os pontos a elevada temperatura da amostra no momento da coleta. Essa alta temperatura pode contribuir para a redução das concentrações de oxigênio dissolvido na água bem como acelerar a velocidade das reações químicas e biológicas no corpo hídrico. Porém, quando se verifica os resultados para a concentração de OD na água, verifica-se que a temperatura não é um problema, já que os diversos processos que aeram os corpos hídricos conseguem manter uma concentração adequada para a manutenção de diversas espécies presentes na região.

Observou-se que os rios Pixaxa/Curuaés, Baú e Curuá apresentaram características com tendências mais corrosiva ($\text{pH} < 7$). Já o igarapé Coringa apresentou característica mais alcalina ($\text{pH} > 7$). Porém, não foi verificado nenhum valor discrepante ou distante de maneira significativa do pH neutro ($\text{pH} = 7$). A **Figura 196** apresenta um gráfico com a variação do pH entre pontos monitorados.

Um ponto fora da curva foi observado nas amostras de condutividade elétrica e sólidos suspensos totais no rio Baú – rio que não sofre com eventuais alterações antrópicas causadas pelo empreendimento Projeto Coringa – e a causa desses valores pode ser fonte de investigação futura. A **Figura 197** apresenta uma comparação entre os valores obtidos para TSD entre os pontos amostrados, que facilita a verificação da discrepância entre os valores obtidos.



De qualquer maneira, a condutividade elétrica não oferece riscos à saúde humana, apenas indica a maior concentração de íons dissolvidos na água – característica também apresentada pela salinidade levemente mais elevada do rio Baú, quando comparado com os demais. Os limites da condutividade elétrica não são alvo de regulamentação por portaria de órgãos competentes.

Já a concentração de sólidos suspensos totais é alvo de regulamentação. A portaria nº 36 do Ministério da Saúde estabelece como padrão TSD inferior a 1.000 mg/L, enquanto a resolução CONAMA nº 20, estabelece o valor de 500 mg/L. Limites bem acima dos valores encontrados para as amostras de água do rio Baú.

De acordo com as amostras não foi encontrada nenhuma fonte de poluição orgânica significativa nos corpos hídricos considerados, e a DBO se manteve bem abaixo do limite de 5 mg/L para todas as coletas.

Ao se tratar de metais pesados, não foi verificado em nenhum ponto a contaminação por metais pesados das águas superficiais. Todos os pontos apresentaram concentrações abaixo do limite de quantificação dos testes realizados. O mercúrio foi o único metal que gerou resultados quantificáveis para os rios Curuá, Pixaxa/Curuaés e Igarapé Coringa, porém ainda assim, os valores encontrados são inferiores ao limite estabelecido por resolução para águas de classe II. O Igarapé Coringa apresentou a maior concentração de mercúrio, valor igual a 0,0002 mg/L.

No laudo laboratorial existe uma declaração de conformidade para todas as amostras, onde observa-se que os resultados dos parâmetros atendem a todos os padrões especificados na Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, para água doce de Classe II.

TABELA 20 RESULTADO DAS ANÁLISES LABORATORIAIS PARA AS AMOSTRAS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS COLETADAS.

Parâmetros de qualidade de água	P01 - Igarapé Coringa	P02 - Rio Pixaxa/Rio Curuaés	P03 - Rio Baú	P04 - Rio Curuá	Limites CONAMA água doce classe II
Temperatura (°C)	29,35	33,00	34,03	33,20	-
ORP (mV)	209,40	230,50	246,90	286,90	-
ph	8,35	6,84	6,72	6,41	-
OD (mg/L)	5,61	7,66	5,97	7,35	>5,0
CE (µS/cm)	29,00	27,00	182,00	25,00	-
TSD (mg/L)	18,00	17,00	118,00	16,00	
SAL (PSU)	0,01	0,01	0,06	0,01	-
DBO (mg/L)	2,50	2,46	2,87	2,00	≤5



Parâmetros de qualidade de água	P01 - Igarapé Coringa	P02 - Rio Pixaxa/Rio Curuaés	P03 - Rio Baú	P04 - Rio Curuá	Limites CONAMA água doce classe II
Fosforo total (mg/L)	<0,06	<0,06	<0,06	<0,06	≤0,1
Nitrogênio total (mg/L)	0,64	1,00	1,22	<0,06	-
Arsênio (mg/L)	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	≤0,01
Cádmio (mg/L)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	≤0,001
Chumbo (mg/L)	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	≤0,01
Cobre Total (mgCu/L)	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	-
Mercúrio (mg/L)	0,0002	0,0001	<0,0001	0,0001	≤0,0002
Zinco Total (mgZn/L)	<0,05	<0,05	<0,05	<0,05	≤0,18

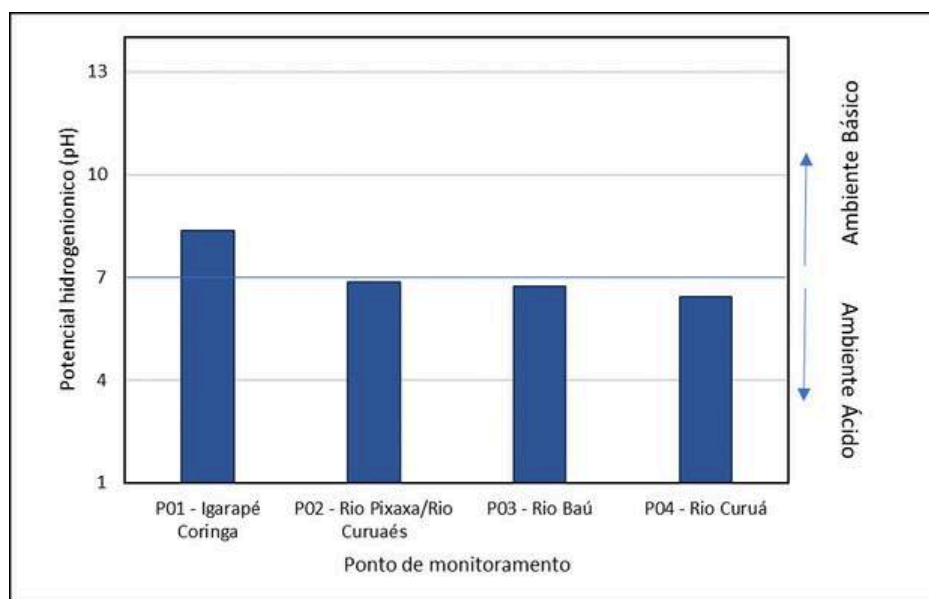


FIGURA 96 PHDAS AMOSTRAS DE ÁGUA COLETADAS.



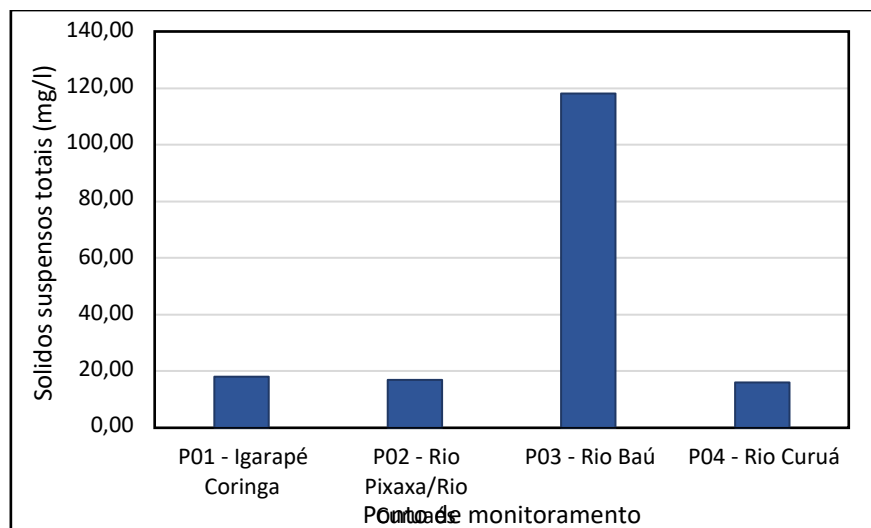


FIGURA 197 SÓLIDOS SUSPENSOS TOTAIS DAS AMOSTRAS COLETADAS.

13.6 IPMCA – ÍNDICE DE VARIÁVEIS MÍNIMAS PARA PRESERVAÇÃO DA VIDA AQUÁTICA

O Índice de Variáveis Mínimas para Preservação da Vida Aquática (IPMCA) pondera grupos de variáveis essenciais (OD, pH e toxicidade), segundo os padrões estabelecidos pela resolução CONAMA 357/2005, e padrões estabelecidos por legislações americanas e francesas. O índice também pondera o grupo de substâncias tóxicas – metais atualmente avaliados pela Rede de Monitoramento de Qualidade das águas Interiores do Estado de São Paulo. Além disso, esse índice classifica as águas em 3 níveis (A, B e C) em função das condições de qualidade de água; sendo “A” o nível que atende aos padrões estabelecidos pelo CONAMA 357/05 para águas de classe 1 e 2, e o nível “C” que classifica as águas com características que comprometem a vida aquática.

A **Tabela 21** apresenta as variáveis analisadas pelo IPMCA e verificadas neste trabalho, bem como as ponderações respectivas. A ponderação realizada neste trabalho difere das demais utilizações deste índice pois não avaliou a presença de surfactantes, níquel e cromo nas amostras.

TABELA 21 ALGUMAS VARIÁVEIS VERIFICADAS PELO IPMCA E SUAS RESPECTIVAS PONDERAÇÕES.

Grupos	Variáveis	Níveis	Faixa de variação	Ponderação
Variáveis essenciais, VE	OD (mg/L)	A	≥ 5,0	1
		B	3,0 a < 5,0	2
		C	< 3,0	3



Grupos	Variáveis	Níveis	Faixa de variação	Ponderação
	pH	A	6,0 a 9,0	1
		B	5,0 a < 6,0 e > 9,0 a 9,5	2
		C	< 5,0 e > 9,5	3
	Toxicidade	A	Não Tóxico	1
		B	Efeito Crônico	2
		C	Efeito Agudo	3
Substâncias tóxicas, ST	Cádmio (mg/L)	A	≤ 0,001	1
		B	> 0,001 a 0,005	2
		C	> 0,005	3
	Cobre (mg/L)	A	≤ 0,009	1
		B	>0,009 a 0,05	2
		C	>0,05	3
	Chumbo Total (mg/L)	A	≤ 0,01	1
		B	> 0,01 a 0,08	2
		C	> 0,08	3
	Mercúrio (mg/L)	A	≤ 0,0002	1
		B	> 0,0002 a 0,001	2
		C	> 0,001	3
	Zinco (mg/L)	A	≤ 0,18	1
		B	>0,18 a 1,00	2
		C	> 1,00	3

Uma vez avaliada os níveis e ponderações, o IPMCA é calculado a partir de

$$IPMCA = VE \times ST,$$

Onde, IPMCA é o índice buscado, VE o valor da maior ponderação do grupo de variáveis essenciais e ST o valor médio das três maiores ponderações do grupo de substâncias tóxicas. O valor do IPMCA pode variar de 1 a 9 e é classificado conforme ponderação apresentado na

Tabela 22.

TABELA 22 – CLASSIFICAÇÃO DO IPMCA.

Categoria	Ponderação
Boa	1
Regular	2
Ruim	3 e 4
Péssima	≥ 6

A ponderação das variáveis consideradas neste trabalho gera um índice com ponderação final igual a 1. Dessa maneira, segundo o Índice de Variáveis Mínimas para Preservação da Vida Aquática, os rios monitorados da região podem ser classificados como tendo uma categoria “Boa”, de acordo com os valores obtidos pela análise laboratorial das amostras coletadas.



13.7 CONCLUSÕES

A campanha de monitoramento foi realizada durante o período de inverno na Amazônia, no período de estiagem, onde parte do balanço hídrico é negativo e a precipitação é inferior ao processo de evaporação, conforme verificado na etapa de caracterização hidrológica. Dessa forma, nesse período, os rios da região são alimentados majoritariamente por aquíferos da região (vazões basais).

Foram aferidas *in loco* algumas variáveis essenciais para a caracterização da qualidade das águas superficiais dos corpos hídricos, além disso, foram coletadas amostras de água com o intuito de se realizar análises laboratoriais que visassem a identificação de contaminação por cargas orgânicas ou contaminação por metais pesados nas águas superficiais.

Tanto nas variáveis coletadas *in loco* quanto pelo resultado das variáveis analisadas em laboratório não foi observado a presença de contaminação nas águas superficiais, seja por carga orgânica ou por carga industrial/metals pesados. Uma variação do Índice de Variáveis Mínimas para Preservação da Vida Aquática foi utilizada, e o índice classificou o ambiente como tendo uma qualidade de água “boa”.

Reforça-se, porém, que as análises laboratoriais foram feitas apenas nas amostras de *águas superficiais* da região. Observa-se que metais pesados são lipossolúveis, isto é, podem se dissolver no tecido dos seres vivos e ser biomagnificado (acúmulo progressivo) ao longo dos níveis tróficos da cadeia alimentar, ou seja, eventualmente, algum ser humano pode consumir algum peixe, por exemplo, que possua em seu tecido concentrações não seguras de metais pesados.

Dessa forma, sugere-se que estudo específico executado por especialista em ecologia aquática seja executado. Este profissional (ou equipe) seria capaz de identificar os principais seres vivos da região que podem servir como indicadores de contaminação e realizar os testes adequados para a verificação de contaminação por bioacumulação. Adicionalmente, pode-se monitorar as fichas médicas das pessoas do entorno da aldeia Baú com o intuito de se identificar padrões de doenças associadas à contaminação por metais pesados.



14. ASPECTOS ETNOECOLÓGICOS E USO DOS RECURSOS NATURAIS

Para os *Mebêngôkre-Kayapó* o conhecimento ancestral perpassa as gerações e é a base de todo o conhecimento ecológico. Para eles, existem quase quarenta variedades de campos e matas, além de serras e das ilhas. Todos os lugares possuem nomes que remetem a história de ocupação e uso das famílias. Os animais e as plantas, por sua vez, apresentam relações específicas de cada zona ecológica. Os *Mebêngôkre-Kayapó* conhecem muito bem o comportamento e a biologia dos animais silvestres, bem como a localização deles em seu sistema de zoneamento vertical de mata. Este conhecimento é extremamente complexo, abrangendo inclusive os insetos. Para os *Mebêngôkre-Kayapó* a zonação vertical, terrestre, aquática, é empregada pelo conhecimento dos mais antigos, pois classificam variações do ecossistema em diferentes níveis para facilitar a utilização e localização dos recursos. Os *Mebêngôkre-Kayapó* também classificam os recursos naturais pelas zonas verticais que se encontram, em média são caracterizadas cinco zonas terrestres, ou arbóreas, cada qual com seus componentes da flora e fauna. Essas zonas são assinaladas em intervalos entre zonas de vegetação, três “corredores de movimento”, usados como zonas de caça por onde é visível a movimentação dos animais. As zonas aquáticas verticais também são indicadas com seus recursos próprios e com estratégias e tecnologia de pesca peculiares.

As roças apresentam, “olhando por cima”, com diferentes zonas de plantio e a sequência de queimada. Os *Mebêngôkre-Kayapó* derrubam árvores, fazendo-as cair em pilhas, e deixam corredores relativamente vazios entre elas. Nesses “corredores de plantações”, roças de tubérculos são plantadas antes da queimada. Assim, os sistemas de raízes jovens estarão formados no início da estação chuvosa que se segue, levando ao máximo a absorção dos nutrientes trazidos pelas infiltrações das primeiras chuvas. A queimada é cuidadosamente controlada, para evitar o calor excessivo e o dano para raízes em formação. A queima de cada pilha é feita em separado, e está “queimada fria” pode levar até um dia inteiro. Assim, o solo é fundamental para completar os ciclos para o desenvolvimento de cada zona ecológica.

Dentro de cada zona ecológica, os *Mebêngôkre-Kayapó* fazem um inventário dos recursos aproveitáveis. O número de plantas domésticas com que os indígenas lidam não é conhecido por nossa ciência, e muitas delas se perdem quando se destrói uma cultura indígena ou quando um indígena ancião morre. Existe um número enorme de plantas e animais desconhecidos de nossas civilizações, nem biólogos, nem antropólogos, fizeram pesquisas tão complexas sobre os



recursos da região. O mais complexo é que a identificação realizada por eles não existe na língua portuguesa, dificultando a assimilação das espécies e nomes. Neste caso, especificamente, o Instituto Kabu, junto com os *Mebêngôkre-Kayapó* elaboram coletas dessas informações junto a construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das terras indígenas, junto com os Mebêngôkre. É um trabalho contínuo e moroso.

Em suma, com base nos relatórios de Plano de Gestão Ambiental e Territorial desenvolvido pelo Instituto Kabu, o sistema desenvolvido pelos *Mebêngôkre-Kayapó* é um bom exemplo de conhecimento ecológico, por envolver o conhecimento ao comportamento dos animais, merecendo estudos mais profundos acerca de tal conhecimento, pouco explorado pela Academia, pois expressam, dentro de sua classificação própria, associações entre as espécies de uma certa área (espécies bióticas) e revelam interações que se desenvolveram naquela zona ecológica. Os *Mebêngôkre-Kayapó* conhecem em detalhe um número muito grande dessas associações. Entretanto, para compreender a complexidade, que é transmitida pelos mitos e histórias ou rituais, e envolvem associações entre as espécies vegetais e animais, marcando seus calendários, ciclos e a manutenção das aldeias.

Para o presente estudo, as coletas em campo e o diálogo com os interlocutores indígenas apresentarão as coletas realizadas nas aldeias. Para o presente estudo, não é possível se aprofundar amplamente em todo o conhecimento indígena.

15. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO BIÓTICO

As populações tradicionais são apontadas como praticantes de um modelo de vida mais harmônico em relação ao uso dos recursos naturais, devido sua estreita relação com a natureza (Haverroth & Negreiros, 2011).

Populações tradicionais são portadoras de um grande saber associados ao manejo do solo e florestas garantindo uma rica diversidade de produtos alimentares e medicinais em seus sistemas agrícolas (Emperaire, 2005). A agricultura itinerante, também conhecida como “de corte e queima”, onde ocorre o plantio, colheita e pousio é comum entre os povos indígenas da Amazônia, representando grande importância na constituição da riqueza de plantas cultivadas (Cardoso, 2009).



O uso sustentável da floresta tem sido sugerido como uma das únicas alternativas para frear o desmatamento e conservar a biodiversidade e as populações tradicionais da Amazônia (RIBEIRO, 2011).

Posey, 1997, reconhece que o conhecimento indígena não se enquadra em categorias e subdivisões que a biologia tenta organizar, assim o conhecimento biológico dos povos indígenas vem ser o que ele chama de uma amálgama de plantas, animais, caçadas, horticultura, espíritos, mitos, cerimônias, ritos, reuniões, energias, cantos e danças.

Apesar de seu histórico de contato com a sociedade envolvente, os Kayapó ainda falam seu idioma nativo, usam pinturas corporais e praticam seus rituais tradicionais, e subsistem da agricultura de corte e queima, da caça e da pesca (Peres & Nascimento 2006).

A subsistência deste povo depende principalmente da agricultura tradicional, do extrativismo, isto é, da caça, da pesca e de tudo que eles coletam da floresta, como frutos, palha para construção de casas, ferramentas, madeira para construção e lenha, e fibras e sementes para o artesanato (POSEY, 1992). Portanto, a subsistência deste povo depende diretamente da conservação dos recursos naturais e seu relacionamento com a natureza (COOPER et al., 2005)

15.1 FLORA

A área da TI Baú e seu entorno, se caracterizam pela presença de duas fitofisionomias principais, a Floresta Ombrófila Densa Submontana Dossel Emergente (DSE) e Floresta Ombrófila Aberta Submontana com Palmeiras (ASP) com domínio da DSE (Terra Meio Ambiente, 2019).

Floresta ombrófila densa submontana dossel emergente (DSE):

A Formação Submontana está situada sobre áreas cujas cotas altimétricas estão entre 100 e 600 metros, geralmente em correspondência com terrenos mais antigos ou cristalinos (IBGE 2012).

As árvores ultrapassam os 30m de altura, formando uma cobertura vegetal mais ou menos uniforme, vez por outra interrompida pelas emergentes de maior altura. A Floresta Ombrófila Densa ocorre em locais com características bioclimáticas de curto período seco (0 a 2 meses) e temperaturas acima de 25º C.

Apresentam heterogeneidade florestal característica, conferida pela composição florística que varia consideravelmente de local para local (PIRES, 1973; PRANCE, 1982; PIRES &



PRANCE, 1985). Essas florestas foram indicadas por Pires et al. (1953) como características desse tipo de vegetação, pelo elevado número de espécies com poucos indivíduos e o reduzido número de espécies dominantes, abundantes e frequentes.

Floresta ombrófila aberta submontana com palmeira (ASP)

Classificação adotada pelo IBGE (2012) indicada como uma faciação da Floresta Ombrófila densa, conhecida até recentemente como área de transição entre a Amazônia e o espaço extra-amazônico. O RADAM classificou como Floresta Tropical Aberta, que pode apresentar duas fisionomias ecológicas, correspondendo a Floresta Latifoliada (cipóal) e a Floresta Mista (cocal) – neste caso, que corresponde a uma formação mista de palmeiras e árvores latifoliadas. As árvores ocorrem mais espaçadas, com estrato arbustivo pouco denso favorecendo a franca colonização por lianas.

As espécies de palmeiras registradas foram: *Astrocaryum aculeatum* G. Mey., *Astrocaryum gynacanthum* Mart., *Attalea maripa* (Aubl.) Mart., *Attalea speciosa* Mart. ex Spreng., *Euterpe oleracea* Mart., *Mauritia flexuosa* L.f., *Oenocarpus bacaba* Mart., *Socratea exorrhiza* (Mart.) H. Wendl., das quais *A. speciosa* e *S. exorrhiza* são as mais comuns.

Na área de estudos do projeto Coringa (Terra Meio Ambiente, 2019), foram registradas 278 espécies de 58 famílias botânicas, das quais 197 foram registradas na ASP e 252 na DSE. Dentre as espécies existentes, seis estão enquadradas em listas oficiais de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção nas categorias Vulnerável-VU (*Apuleia leiocarpa* (Vogel) J.F. Macbr., *Bertholletia excelsa* Bonpl., *Cedrela odorata* L., *Swietenia macrophylla* King e *Virola surinamensis* (Rol. ex Rottb.) Warb.) e criticamente ameaçada-CR (*Euxylophora paraensis* Huber) (MMA, 2022).

15.2 AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

Na Amazônia Legal existem, aproximadamente, 650 espécies vegetais de valor econômico e farmacológico, ocorrendo no Estado do Pará 83% dessas espécies (n=540) (Parente et al. 2003). Neste caso merecem destaque espécies como andiroba (*Carapa guianensis*) e copaíba (*Copaifera* spp.), bastante difundidas regional e nacionalmente.

O conhecimento tradicional etnobotânico pode servir para indicar novos usos de plantas existentes, usos para plantas previamente desconhecidas e novas fontes de fórmulas conhecidas e necessárias. Os povos tradicionais usam frequentemente, cerca de 75% de todas as espécies existentes, em contraste com os menos de 2% ora explorados economicamente na Amazônia. Portanto, o conhecimento tradicional é uma das maiores riquezas que a Amazônia possui, uma



vez que é a chave para a descoberta de grande quantidade de novos alimentos, remédios, corantes, óleos, essências etc. (Posey, 1992).

As espécies vegetais são objetos de conhecimento e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais (Diegues, 1999). A utilização das espécies vegetais é uma prática bastante disseminada, Marques (1995) aponta que as conexões com os componentes botânicos têm sido múltiplas, quer seja quanto ao número de espécies envolvidas, quer seja quanto às finalidades interativas.

As plantas desempenham importante papel para a sobrevivência das comunidades humanas, sendo utilizadas de diversas formas: alimentares, medicinais, ornamentais, místico-religiosas, madeireiras ou para confecção de artesanatos. O uso dos recursos vegetais está fortemente presente na cultura popular que é transmitida de pais para filhos. Este conhecimento é encontrado junto a populações tradicionais (Diegues, 1996) e contemporâneas, e pelo que se tem observado, tende à redução ou mesmo ao desaparecimento, quando sofre a ação implacável da modernidade (Neto et al., 2000).

Com base nas entrevistas, nos levantamentos realizados em campo e na literatura foi elaborada uma lista das principais espécies vegetais utilizadas pelos Indígenas ou com potencial utilização, destacando a utilização dessas plantas para alimentação, artesanato, ritual, madeireiro, medicinal e atrativo ou auxílio para caça e pesca.

15.3 USO MADEIREIRO E NA CONSTRUÇÃO

Em relação à moradia *Mebêngôkre-Kayapó*, eles ainda habitam uma casa “tradicional”, com chão de terra batida. São em sua grande maioria, construídas de madeira ou palha e os telhados são também feitos com palha (**Figura 198** e **Figura 199**).





FIGURA 198 CASAS TRADICIONAIS, CONSTRUÍDAS COM MADEIRA E FOLHAS DE BABAÇU, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.



FIGURA 199 CASA TRADICIONAL CONSTRUÍDA COM MADEIRA E TELHADO COM FOLHAS DE BABAÇU, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/23.

Uma grande variedade de recursos vegetais é também usada pelos *Kayapós* como materiais de construção. Segundo os depoimentos e conforme lhes foi passado pelos antigos, as principais espécies vegetais usadas nas construções de casas são; angelim, jatobá, tatajuba, pequi, castanheira, itaúba, quari quari. O quari-quari foi indicado como a melhor madeira para construção das casas conforme conversas na aldeia *Ratxopreti*.

As embiras (*Lonchocarpus* spp.) tem os caules cortados superficialmente e a endoderme é retirada com o uso do facão em formas de tiras (cordas), que são usadas na construção das casas, nas amarrações dos madeiramentos e do telhado (palhas) (FUNAI, 2023) (**Figura 200 e Figura 201**).





FIGURA 200 EMBIRAS UTILIZADAS NA AMARRAÇÃO DOS TELHADOS, ALDEIA RAMBARO, EM 10/23



FIGURA 201 ÁRVORE INDICADA PARA CONFEÇÃO DE EMBIRA, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.

Num primeiro momento a base da casa é estabelecida com troncos, fazendo a armação do teto e paredes, e depois o teto é armado com as folhas de babaçu (*Attalea speciosa*) inteiras e que são fixadas com embiras, as paredes são armadas com terra molhada e pecíolos de babaçu, finalmente as paredes também são cobertas com as folhas. Conforme Pérez (2016) são necessárias, em média de 200 a 500 folhas para cobrir paredes e tetos dependendo das dimensões da casa. Este trabalho é realizado pelos homens que costumam fazer em um tipo de mutirão, de pelo menos oito pessoas, entre amigos, vizinhos e parentes (Pérez, 2016) (**Figura 202 e Figura 203**).





FIGURA 202 TELHADO FEITO COM FOLHAS DE BABAÇU, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/23.



FIGURA 203 PARTE INTERNA DE UM TELHADO DE BABAÇU, ESCOLA DA ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/23.

Outras espécies foram citadas como o cumaru (*Dipteryx odorata*) e ipê (*Handroanthus* sp.), são utilizadas como tábuas, usadas na construção ou em reformas, como da balsa da aldeia Baú. O caule, galhos e cascas estão entre as partes da planta menos citadas para seu uso, não sendo menos importantes, pois geralmente dessas partes se obtém grande parte da lenha.

A coleta de lenha, principal fonte combustível utilizado nas casas das aldeias da TI Baú, é uma atividade realizada apenas pelas mulheres. Para as coletas, organizam saídas para coletar no caminho das roças. No caminho de volta à aldeia, juntam toda a lenha coletada e a partir daí, (**Figura 204**) começa o árduo trabalho de transportá-la, com cestos feitos de babaçu e alças de embira, também observado por Lea (2012).



FIGURA 204 MULHER TRANSPORTANDO LENHA, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/23.

As espécies Guarantã (*Esenbeckia pilocarpoides*) e ingá (*Inga* sp.), foram indicadas como boas para lenha. Na aldeia *Krambarj*, as madeiras espinhosas foram as mais bem apontadas para



esse uso. Segundo o cacique Keron, “as madeiras com espinho são melhores porque são mais secas.” (aldeia Krambarj, 09/10/23).

Quando coletam lenha em grande quantidade, fabricam abrigos com palha de babaçu, no lado de fora das casas, visualizado em todas as aldeias da TI Baú (Figura 205, Figura 206, Figura 207 e Figura 208).



FIGURA 205 LENHA ABRIGADOS NA PARTE EXTERNA DAS CASAS, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/23.



FIGURA 206 ESTOQUE DE LENHA ABRIGADOS NA PARTE EXTERNA DAS CASAS, ALDEIA RAMBARJ, 09/10/23.



FIGURA 207 ESTOQUE DE LENHA ABRIGADOS NA PARTE EXTERNA DAS CASAS, ALDEIA RONKOJA, EM 10/10/23.



FIGURA 208 ESTOQUE DE LENHA ABRIGADOS NA PARTE EXTERNA DAS CASAS, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/23.

As madeiras utilizadas para as tábuas ou lenhas são quase sempre da madeira das árvores que caem. Essa informação foi repassada pelo Bemoroi, da aldeia Baú (Figura 209 e Figura 210).





FIGURA 209 LENHA APROVEITADA DE
ÁRVORE CAÍDA NO CAMINHO DA ROÇA,
ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.



FIGURA 210 TÁBUA APROVEITADA
DE ÁRVORE CAÍDA NO CAMINHO
DA ROÇA, ALDEIA BAÚ, EM
14/10/23.

15.4 USOS NÃO MADEIREIROS DA FLORA

ALIMENTAR AGRICULTURA (ROÇADOS E POMARES) E EXTRATIVISMO

A agricultura *Mebêngôkre-Kayapó* está estreitamente relacionada aos períodos de chuva e seca que caracterizam o clima da Amazônia.

A unidade de produção é composta pela família que desenvolve todas as fases do processo produtivo desde o preparo das roças até beneficiamento da produção. O tamanho das roças é muito variado e se destina ao consumo familiar.

O período do plantio, coincide com a época das chuvas de janeiro a maio, mais tarde, quando o rio começa a secar, as pessoas se dedicam ao trabalho no roçado. Só depois do fim da chuva, vem o tempo de abrir roças novas. As novas roças são abertas preferencialmente em floresta fechada, para isso, são feitas as aberturas ou derrubadas na mata e se deixa descansar um período para secar o mato. Os homens escolhem e preparam o terreno retirando as plantas menores deixando as espécies arbóreas de grande porte para retiradas posteriormente. As árvores são derrubadas no início da estação seca (maio) e permanecem lá alguns meses, até a proximidade da estação chuvosa. Toda matéria vegetal é deixada no local para ser queimada e servir como adubo para os cultivos (Povos Indígenas no Brasil - <https://pib.socioambiental.org/>, 2023).



Os homens ao derrubarem as árvores, as fazem cair empilhadas, deixando corredores relativamente vazios entre elas. Nesses corredores, são plantados os tubérculos, antes da queimada. Com isso, as raízes desses tubérculos, estarão formados no início das chuvas, fazendo que as jovens plantas absorvam os nutrientes trazidos pelas infiltrações das primeiras chuvas (De Robert et al., 2012).

Em novembro, se ateia fogo nas roças abertas e, com a volta das chuvas, se iniciam as tarefas de plantio das roças (De Robert et al., 2012). Após a queimada, a plantação das roças é realizada pelas mulheres, que podem ser ajudadas pelos homens. A roça pode continuar sendo trabalhada também com a ajuda dos homens, porém predomina um domínio feminino, já que as mulheres a visitam diariamente, cuidam dos cultivos, até colher os frutos e processá-los em alimentos (De Robert et al., 2012) (**Figura 211** e **Figura 212**).



FIGURA 211 ROÇA RECÉM-ABERTA, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/23.



FIGURA 212 ROÇA RECÉM-ABERTA, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.

A roça *Mebêngôkre-Kayapó* é organizada segundo um modelo concêntrico (Posey, 2002).

No centro da roça, geralmente o lugar mais ensolarado, fica o cultivo das batatas doces e o amendoim, em volta, inhames, abóboras e melancias. No círculo seguinte, as mandiocas e macaxeiras. Logo após, as culturas das espécies mais altas, na parte externa das roças, como as bananas e o mamão. As plantas medicinais são geralmente plantadas nos limites da roça. (Povos Indígenas no Brasil - <https://pib.socioambiental.org/>, 2023, De Robert et al., 2012).

Nas roças existentes na TI Baú, são comumente cultivados; mandioca (pelo menos quatro variedades), milho (duas variedades), batata, batata doce, abacaxi, inhame, cará, melancia, bananas (mais de dez variedades), abóbora, mamão, amendoim, açaí, algodão e cana de açúcar. As roças são orgulhosamente demonstradas por seus respectivos donos (**Figura 213** a **Figura 220**).





FIGURA 213 PLANTAÇÃO DE MANDIOCA, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.



FIGURA 214 PLANTAÇÃO DE BANANA, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/23.



FIGURA 215 BATATA COLHIDA, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.



FIGURA 216 BANANA COLHIDA NA ROÇA, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.





FIGURA 217 VARIEDADES DE MILHO, ALDEIA BAÚ, 14/10/23.



FIGURA 218 MELANCIA CULTIVADA NA ROÇA, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.



FIGURA 219 AMENDOIM CULTIVADA NA ROÇA, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.



FIGURA 220 ABACAXI CULTIVADA NA ROÇA, ALDEIA KAMAU, 06/10/23.

Durante passeios guiados nas aldeias da Baú, as áreas de roça, foram minuciosamente demonstrados pelos indígenas, principalmente nas aldeias Baú, *Kamau*, *Ratxopreti* e *Krambarj* (Figura 221).



FIGURA 221 PASSEIO GUIADO NAS ROÇAS, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.



Apesar de simples, em aparência, a agricultura *Mebêngôkre-Kayapó* revela uma refinada sofisticação e técnica, sendo uma das mais adequadas para o tipo de solo encontrado na Amazônia, na medida em que permite tirar proveito da fina camada de húmus, beneficiada por suas cinzas. Além do mais, o cultivo da policultura, no qual se mistura plantas de diversos tipos e tamanhos, protege por algum tempo o solo dos efeitos devastadores do clima, de maneira análoga aos diferentes estratos arborescentes da floresta (RODRIGUES, 2017).

As roças em quase todas as aldeias da TI, se localizam bem próximas ao núcleo central da aldeia, geralmente em áreas adjacentes as residências. No caso da aldeia Baú e *Kamau*, as roças se encontram um pouco mais afastadas do núcleo da aldeia, em relação as demais aldeias, porém a distância das roças não excede quinze minutos de caminhada do centro da aldeia (**Figura 222 e Figura 223**).



FIGURA 222 CAMINHO PARA A ROÇA, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/23.



FIGURA 223 CAMINHO PARA A ROÇA, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.

O auge da produção dos principais cultivares, no caso dos *Mebêngôkre-Kayapó*, se mantém durante 2 ou 3 anos. Mas suas roças continuam a fornecer produtos cultivados durante muitos anos. Os *Mebêngôkre-Kayapó* têm o costume de sempre voltar as roças velhas no intuito de coletar plantas domésticas como a batata-doce, que continua sendo colhida quatro a cinco anos após o plantio, o inhame e o cará, de cinco a seis anos, a mandioca, que produz durante 4 a 6 anos e o mamão pelo espaço de 5 ou mais anos (RIBEIRO, 2011) (**Figura 224**).





FIGURA 224 ROÇA ANTIGA, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.

Outra função das roças velhas é atrair caça que se alimenta das abundantes plantas baixas e folhudas, mais abundante nas capoeiras do que nas matas. Nas capoeiras, pacas, cotias e veados encontram mais facilmente as plantas que consomem, assim como aves em busca de frutos (POSEY, 1985) (**Figura 225**).



FIGURA 225 ROTA UTILIZADA PARA CAÇA EM ROÇA VELHA, ALDEIA BAÚ, 14/10/23.

No inverno, o cuidado com a roça da mandioca é basicamente com a limpeza e manutenção, pois em dezembro inicia-se a produção de farinha. A mandioca além de ser o principal ingrediente na fabricação da farinha, item principal na dieta dos indígenas, também é utilizada na fabricação de beijus (**Figura 226**).





FIGURA 226 FABRICAÇÃO DE FARINHA, NA CASA DE FARINHA, ALDEIA BAÚ, 14/10/23.

Os quintais, são espaços contíguos às casas se são plantadas espécies algumas espécies vegetais de usos diversos para os indígenas. Dentre as espécies cultivadas, várias são frutíferas (manga, pequi, bananeiras, ingá, goiabas) outras são medicinais e as espécies utilizadas na pintura corporal como, o jenipapo e o urucum.

Esses quintais são aproveitados também para atividades de processamentos diversos, confecção do artesanato e processamento de alimentos, principalmente da mandioca para a produção de farinha (Peréz, 2016). Mas os quintais não são apenas espaços de produção. Também são lugares de socialização, como, por exemplo, sessões coletivas de pintura corporal (VIDAL, 1977).

Dentre os diversos quintais visitados, destaca-se o quintal do Sr. *Ho-i*, na aldeia Baú. No seu quintal, muito bem cuidado, existem mais de trinta espécies vegetais diferentes, usadas nas mais diversas ocasiões. Foram evidenciadas mais de vinte espécies frutíferas (cacau, laranja, cupuaçu, tangerina, caju, jaca, goiaba, abacaxi e uma grande variedade de bananas), plantas de uso medicinal como boldo e um cipó, “que é remédio para tudo”, Sr. *Ho-i* (**Figura 227**).





FIGURA 227S.H-, OI DEMOSTRANDO E EXPLICANDO SOBRE SEU QUINTAL, EM 14/10/23.

15.5 PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS

Os produtos florestais não-madeireiros (PFNM) têm sido considerados uma das melhores alternativas de geração de renda para as populações tradicionais e de conservação da Floresta Amazônica (Anderson 1990; Nepstad & Schwartzman 1992; Richards 1993; Clay 1997).

Foram identificadas diversas espécies utilizadas pelos *Mebêngôkre-Kayapó* para extração de frutos essenciais à sua alimentação ao longo do ano. Muitas dessas espécies ocorrem apenas nas florestas preservadas, tanto de terra firme como aluviais e normalmente tem sua distribuição geográfica longe de indivíduos da mesma espécie (exceção são as palmeiras e o açaí que ocorrem agregados).

Uma das famílias de plantas mais utilizadas por populações tradicionais e povos indígenas na Amazônia devido aos recursos que oferece é das *Aceraceae*. Entre as integrantes desta família na Amazônia, o babaçu (*Attalea speciosa*), destaca-se por ser uma das palmeiras mais abundantes da Amazônia, distribuindo-se amplamente no sul da região (BALICK; PINHEIRO, 2000). Trata-se de uma das espécies mais importantes na subsistência de muitas populações tradicionais, já que todas as partes dessa palmeira são aproveitáveis (PINHEIRO; FRAZÃO, 1995).

As folhas do babaçu, são materiais utilizados na construção das casas. As folhas novas, são utilizadas na cobertura dos tetos e paredes das casas. Suas folhas fornecem fibras para a confecção de cestos utilizados cotidianamente para o transporte de alimentos (caça, pesca e coleta de frutos silvestres (González-Pérez et al., 2012).

As sementes do babaçu, são utilizados na alimentação e na produção de óleo. Depois da coleta de cocos, as mulheres se sentam juntas a quebrar cocos. A quebra é realizada com facão



se apoiando sobre uma pedra ou pode ser realizada a quebra total do coco para retirar as amêndoas (**Figura 228**).



FIGURA 228 MULHER QUEBRANDO A SEMENTE DO BABAÇU, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.

O óleo produzido com a amêndoa do babaçu, é utilizado para passar no cabelo e para misturar com as sementes de urucum preparado assim a tinta vermelha utilizada na pintura corporal, e no tingimento de braceletes tecidos com algodão (GONZÁLEZ-PÉREZ et al. 2012).

CASTANHA

A castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) é um dos principais PFNM comercializados na região Amazônica. As sementes da castanha vêm sendo utilizadas por comunidades indígenas há milhares de anos (Clement, 1999) e hoje são apreciadas no mundo inteiro por seu sabor, propriedades nutricionais e por seu óleo, utilizado para cosméticos e como azeite (Clement, 1999; Cymerys et al., 2005).

A castanha é uma das únicas espécies de castanha cuja produção comercial provém quase que exclusivamente de algumas populações tradicionais e sua comercialização é um importante, senão a única, fonte de renda para milhares de famílias indígenas, ribeirinhas e quilombolas na Amazônia (RIBEIRO, 2011) (**Figura 229**).





FIGURA 229 ÁRVORE DE CASTANHA,
ALDEIA KAMAU, EM 06/10/23.

A castanha é consumida para subsistência em muitas comunidades *Mebêngôkre-Kayapó* ao longo de todo o ano, complementando sua dieta com óleo, proteína e vitaminas (Clement, 1999). Além da castanha madura, os *Mebêngôkre-Kayapó* ocasionalmente consomem a castanha verde (Robert, 2009) e algumas vezes utilizam a embira de indivíduos jovens para fazer a alça de cestos utilizados para o transporte da castanha (RIBEIRO, 2011).

A castanha é um recurso abundante nas florestas da região, o que favorece a sustentabilidade de sua coleta e sua viabilidade econômica. Nos últimos anos, diversas comunidades *Mebêngôkre* passaram a comercializar castanha bruta e óleo (RIBEIRO, 2011). As comunidades *Mebêngôkre* do Baú (TI Baú), *Kubenkokre* e *Pykany* (TI Menkragnoti) vêm processando e comercializando óleo de castanha com apoio das organizações indígenas locais, o Instituto Raoni, a Associação Indígena Mantinó e o Instituto Kabu.

CUMARU

O Cumaru (*Dipteryx odorata*), também conhecido como fava tonka e Baunilha brasileira, é uma planta brasileira, típica da Amazônia, que contém cumarina, responsável por deixar as suas sementes muito aromáticas, lembrando a Baunilha.

É originária da região amazônica, desde o Estado do Acre até o Maranhão, na floresta pluvial de terra firme e de várzea. Apresenta frequência elevada, porém um tanto descontínua



e irregular ao longo de sua ampla área de ocorrência. Ocorre preferencialmente no interior da mata primária de terra firme. Produz anualmente abundante quantidade de sementes viáveis, amplamente disseminadas pela fauna. Seu valor comercial se dá pela utilização da sua madeira e suas sementes aromáticas.

Entre junho e outubro que os *Mebêngôkre-Kayapó* usam seus conhecimentos tradicionais para encontrar os frutos entre as folhas secas no chão. Na colheita, buscam-se as boas sementes, que serão usadas pelos povos das aldeias e comercializadas. a semente gera renda para as famílias das aldeias, a produção é vendida principalmente para empresas de perfumaria e cosméticos (site Funbio) (**Figura 230**).



FIGURA 230 ÁRVORE DE CUMARU, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/23.

15.6 ARTESANATO E RITUAL

Com uma produção tradicional repassada pelos mais velhos aos mais novos, cercada de valor imaterial, construída de forma utilitária a partir da relação com a floresta e suas formas de vida, na qual a forma e o grafismo dos artesanatos são inspirados em formas zoomórficas e nas plantas em uma intrínseca relação com a natureza, assim os *Mebêngôkre-Kayapó* constroem uma relação de dependência com a floresta, utilizando de forma sustentável os recursos a fim de produzir a sua arte.

Produzem diversos objetos utilitários, decorativos e funcionais confeccionados com madeira, fibras, cipós e missangas (INSTITUTO KABU).



A palmeira babaçu fornece a principal matéria prima para confeccionar o corpo do cesto e a alça ou laço de carregar que servem essencialmente para transportar alimentos e trazer ao espaço doméstico os cultivos dos *Mebêngôkre-Kayapó*, principalmente batata doce, milho, macaxeira, inhame, banana, abobora, mamão e mandioca (Van Velthem & De Robert, 2012).

As *Menire* (meninas *Mebêngokre*) muito cedo recebem um cestinho de tamanho reduzido feito especialmente para elas pelo pai ou pelo avô, ou já pelo noivo. Com seu cestinho, elas acompanham suas mães e tias nos caminhos das roças e da mata. Os meninos, desde muito novos, começam a aprendizagem da cestaria com folhas (Van Velthem & De Robert, 2012) (Figura 231 e Figura 232).



FIGURA 231 CESTARIA PEQUENA PARA AS CRIANÇAS, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.



FIGURA 232 CESTARIAS UTILIZADAS NO TRANSPORTE DE PRODUTOS, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.

Os homens trabalham também a madeira, onde se destacam objetos como bordunas, armas utilizadas antigamente nas guerras e em caçadas e cujo uso atual é de cunho ritual. As bordunas, são feitas de ipê, conforme relatado na aldeia *Ronkojagot*.





FIGURA 233 BORDUNA ESPATULADA, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/23.

O ipê (*Handroanthus* sp.) também foi citado como utilizado na fabricação de arcos e tábuas de madeira, já as flechas são feitas de *Krwa*, uma espécie de bambu (não identificada). O ipê foi apontado como uma espécie mais dura e pesada, por isso mais utilizada na fabricação de bordunas.



FIGURA 234 ESPÉCIE APONTADA PARA A CONFEÇÃO DE FLECHAS (KRWA), ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.



FIGURA 235 ARCO E FLECHA, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.

Outra madeira bastante utilizada no artesanato *Mebêngôkre-Kayapó* é o mogno (*Swietenia macrophylla*). Vários utensílios são produzidos a partir dessa árvore. Destacam-se:



remos, pilão, canoas, bancos, mesas. O mogno foi identificado como uma madeira mais leve, ideal para os remos dos barcos e canoas.



FIGURA 236 REMO DE MOGNO, ALDEIA KAMAUF, EM 06/10/23.



FIGURA 237 REMO DE MOGNO, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.

A pintura corporal é uma atividade cotidiana, exclusivamente feminina e executada nas casas, domínio feminino.

A produção de enfeites corporais com recursos da flora também foi observada, como a utilização do Jenipapo para pintura de cor preta de desenhos no corpo que duram de uma semana a quinze dias. o jenipapo (*Genipa americana*) cujo fruto é consumido na alimentação, mas seu uso mais citado e importante entre os *Mebêngôkre-Kayapó* é no preparo da tinta negro-azulada utilizada na pintura corporal (GONZÁLEZ-PÉREZ et al. 2012) (**Figura 238**).





FIGURA 238 PINTURA FEITA COM O FRUTO DE JENIPAPO, ALDEIA RONKO, EM 11/10/23.

O pigmento vermelho é preparado a partir da semente de urucum (*Bixa orellana*). O preparo deste pigmento começa pela exposição destas sementes ao sol para que sequem. As sementes secas são misturadas com água e muitas vezes com óleo babaçu. a tinta vermelha resultante é utilizada na pintura corporal, e no tingimento de braceletes tecidos com algodão e na pintura de cestarias (GONZÁLEZ-PÉREZ et al. 2012) (**Figura 239**).



FIGURA 239 MASSA DE URUCUM (PYNHI), USADA NA PINTURA CORPORAL, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/23.

Na **Tabela 23**, a sistematização das principais espécies vegetais utilizadas pelos Mebêngôkre-Kayapó



TABELA 23 PRINCIPAIS ESPÉCIES VEGETAIS UTILIZADAS PELOS MEDICAMENTOS RESPECTIVOS USOS

Família	Nome científico	Nome popular	Nome <i>Mebêngôkre-Kayapó</i>	Usos
Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i>	Manga	<i>pidjô krã poj ti</i>	AL
Anacardiaceae	<i>Anacardium occidentale</i>	Caju	<i>akrwýt</i>	AL
Anacardiaceae	<i>Spondias mombin</i>	Taberabá	<i>bajrerekřãkrÿ</i>	AL, MED
Arecaceae	<i>Attalea speciosa</i>	Babaçu	<i>Rõn</i>	AL, CON, ART
Arecaceae	<i>Euterpe oleracea</i>	Açaí	<i>kamêê kàk</i>	AL
Arecaceae	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Bacaba	<i>kamêre</i>	AL
Bignoniaceae	<i>Handroanthus</i> sp.	Ipê		CON, ART
Bixaceae	<i>Bixa orellana</i>	Urucum	<i>Py</i>	AL, PIN
Bromeliaceae	<i>Ananas comosus</i>	Abacaxi	<i>akranhĩ ti</i>	AL
Caricaceae	<i>Carica</i> sp.	Mamão	<i>katẽ bari</i>	AL
Caryocaraceae	<i>Caryocar brasiliense</i>	Pequi	<i>Prĩn</i>	AL, CON
Convolvulaceae	<i>Solanum tuberosum</i>	batata doce	<i>jât djajne</i>	AL
Cucurbitaceae	<i>Citrullus lanatus</i>	Melancia	<i>katẽ tàp kuru</i>	AL
Cucurbitaceae	<i>Cucurbita pepo</i>	Abóbora	<i>katẽre</i>	AL
Dioscoreaceae	<i>Dioscorea cayanensis</i>	Inhame		AL
Dioscoreaceae	<i>Dioscorea alata</i>	Cará		AL
Euphorbiaceae	<i>Manihot</i> sp.	mandioca roxa	<i>kwÿrÿ tyk</i>	AL
Euphorbiaceae	<i>Manihot</i> sp.	mandioca branca	<i>kwÿrÿ jaka</i>	AL
Euphorbiaceae	<i>Manihot</i> sp.	mandioca	<i>kwÿrÿ kamrêk</i>	AL
Euphorbiaceae	<i>Manihot</i> sp.	vermelha		AL
Euphorbiaceae	<i>Manihot</i> sp.	mandioca amarela	<i>kwÿrÿ ngrãngrã</i>	AL
		Macaxeira	<i>Krwyry</i>	AL
Fabaceae	<i>Hymenolobium</i> sp.	Angelim		CON
Fabaceae	<i>Hymenaea</i> sp.	Jatobá	<i>Môj</i>	CON
Fabaceae	<i>Dipteryx odorata</i>	Cumarú	<i>krêm 'ykÿ</i>	CON, ART, AL
Fabaceae	<i>Inga</i> sp.	Ingá	<i>kon'nhõkõ</i>	AL, LENHA
Fabaceae	<i>Arachis hypogaea</i>	Amendoim	<i>kayre-y</i>	AL
Fabaceae	<i>Ateleia glazioviana</i>	Timbó	<i>tep ka'õnhdjã</i>	RIT
Lauraceae	<i>Mezilaurus itauba</i>	Itauba	<i>pĩ tauba</i>	CON, ART
Lauraceae	<i>Persea americana</i>	Abacate	<i>abakatxi</i>	AL, CON
Lecythidaceae	<i>Bertholletia excelsa</i>	Castanha	<i>pi 'y</i>	AL
Malvaceae	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Cupuaçu		AL
Malvaceae	<i>Theobroma cacao</i>	Cacau		AL
Malvaceae	<i>Gossypium hirsutum</i>	Algodão	<i>kubẽ krã ti</i>	ART
Malvaceae	<i>Swietenia macrophylla</i>	Mogno	<i>kadjãnhin</i>	CON, ART
Meliaceae	<i>Peumus boldus</i>	Boldo	<i>Pinkã</i>	MED
Monimiaceae	<i>Maclura tinctoria</i>	Tatajuba	<i>boldo</i>	CON
Moraceae	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Jaca		AL
Moraceae	<i>Musa</i> spp.	Banana	<i>pidjô krãnhiti</i>	AL
Musaceae	<i>Psidium guajava</i>	Goiaba	<i>tyry ti</i>	AL
Myrtaceae			<i>Gotaba</i>	



Família	Nome científico	Nome popular	Nome <i>Mebêngôkre-Kayapó</i>	Usos
Myrtaceae	<i>Plinia cauliflora</i>	Jaboticaba	<i>pidjôtykre</i>	AL
Myrtaceae	<i>Syzygium jambos</i>	Jambo	<i>Jambo</i>	AL
Poaceae	<i>Zea mays</i>	milho nativo	<i>bay kumrēj</i>	AL
Poaceae	<i>Zea mays</i>	milho <i>kuben</i>	<i>kubě nhõ bay</i>	AL
Poaceae	<i>Saccharum officinarum</i>	Cana	<i>kàdjwâti</i>	MED
Poaceae	<i>Cymbopogon citratus</i>	capim santo	<i>txa-ô</i>	AL, PIN
Rubiaceae	<i>Genipa americana</i>	Jenipapo	<i>Mrôti</i>	AL
Rubiaceae	<i>Coffea sp.</i>	Café	<i>Kapé</i>	AL
Rutaceae	<i>Citrus sp.</i>	Limão	<i>limãõ</i>	LENHA
Rutaceae	<i>Esenbeckia leiocarpa</i>	Guarantã	<i>guaraná</i>	AL
Rutaceae	<i>Citrus sp.</i>	Laranja	<i>pidjô kudjyti</i>	AL
Rutaceae	<i>Citrus reticulata</i>	Tangerina	<i>tangerina</i>	COM
Siparunaceae	<i>Siparuna sp.</i>	quari quari		AL
Solanaceae	<i>Solanum tuberosum</i>	Batata	<i>Jàt</i>	AL
Solanaceae	<i>Capsicum spp.</i>	Pimenta	<i>bàri'y</i>	CON, ART
		Cipó	<i>Akrô</i>	AL
		espécie de cenoura	<i>Krua</i>	ART
			<i>Coronawiru</i>	MED
		???		

Legenda: AL (alimentar), CON (construção), ART (artesanato), PIN (pintura), MED (medicinal), RIT (ritual)

15.7. A IMPORTÂNCIA DO USO DE PLANTAS SAGRADAS E MEDICINAIS PELOS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ

Plantas medicinais são aquelas que possuem em sua composição substâncias químicas, biologicamente sintetizadas a partir de nutrientes, água e luz. Estas substâncias provocam no organismo humano e animal reações que podem variar entre a cura ou abrandamento de doenças pela ação de princípios ativos como alcaloides, glicosídeos, saponinas etc. (Parente et al. 2003).

Na área de estudo a interação dos indígenas com o meio natural é de relevância expressiva, são de conhecimentos riquíssimos em todos os aspectos, em particular no tocante a utilização dos recursos naturais e, em especial, ao conhecimento e a utilização da flora medicinal para a prevenção e cura de males e para manutenção da saúde.



É importante destacar aqui que a medicina tradicional *Mebêngôkre-Kayapó* ainda é bastante valorizada entre este povo, mesmo com a presença do posto de saúde nas aldeias.

O conhecimento de plantas de uso medicinal se concentra principalmente nos Pajés, nos conhecedores de plantas medicinais (homens e mulheres) e parteiras, esses últimos só conhecem as ervas para tratar doenças não relacionadas a espíritos (González-Pérez, 2016).

Os pajés conhecem o uso de todas as plantas que podem curar as doenças, mesmo se relacionadas a espíritos (González-Pérez, 2016). As mulheres também são detentoras de conhecimento sobre as plantas medicinais, principalmente as plantas utilizadas para prevenir a gravidez, dar banhos nos recém-nascidos para garantir a vida, assim como também para curar gripes, febre e diarreia, plantas que em alguns casos são plantadas nos quintais domésticos (González-Pérez, 2016).

Segundo explicaram os interlocutores de várias aldeias, existem “doenças de índio”, que só o pajé pode curar, e doenças de branco, que são tratadas nos postos de saúde. Esta divisão também é observada por Elisabetsky (1986) entre os *Mebêngôkre-Kayapó* da aldeia Gorotire na TI Kayapó.

As “doenças de índio”, são classificadas em duas categorias: “doenças de espírito” e “doenças do corpo”. As “doenças de espírito” se manifestam quando o corpo é invadido por espíritos de animais ou por espíritos de pessoas que já morreram ou por pajés maldosos. As “doenças do corpo” apresentam causas diversas, podendo surgir em consequência de intoxicação alimentar, contato com elementos da natureza, inclusive picadas de insetos ou animais peçonhentos, bem como contaminação por excrementos produzidos ou retidos pelo próprio corpo (MPEG, 2020).

Na aldeia *Kamau*, a Sra. *Kukojtaminho*, anciã matriarca da aldeia, contou um pouco sobre seu conhecimento dos remédios tradicionais. Em seus relatos, descreveu que os conhecimentos são passados pelos mais velhos, durante as idas para o mato. Ela contou que as plantas são mostradas ao longo do trajeto e em algumas ocasiões coletadas e que somente algumas mulheres têm esse conhecimento. Contou das experiências como parteira e das ervas utilizadas na hora dos partos.

O Sr. *Kabokin*, pajé da aldeia *Kamau*, descreveu uma história bem similar em relação a forma como o conhecimento sobre as plantas medicinais foi a ele passado. Ele conta que começou a aprender nas idas para o mato com seu pai, quando tinha entre 5 e 7 anos de idade.



Nas aldeias visitadas, poucos adultos possuem esse conhecimento da cultura tradicional, com isso, poucas pessoas com conhecimento para ensinar às gerações mais novas.

Com poucos conhecedores, técnicas e determinados tipos de objetos tradicionais desaparecem, ou são reproduzidos em escalas menores, ou substituídos por objetos industrializados (SILVA, 2013, González-Pérez, 2016)

Alguns velhos conhecedores desse conhecimento, relataram a falta de interesse ou descontinuidade no aprendizado sobre os remédios naturais, pelas gerações mais novas. Eles temem pelo fim dessa tradição e se dizem tristes com esse contexto.

Têm-se conhecimento para o tratamento de doenças, cerca de 120 plantas, encontradas em áreas de campo, nas matas, mas também cultivadas nos quintais. As partes da planta comumente utilizadas na manipulação dos remédios tradicionais, são os cipós, árvores ou ervas, raízes, galhos e folhas (MPEG, 2020).

Dentro desse contexto são apresentadas algumas espécies utilizadas pelos *Mebêngôkre-Kayapó* da TI Baú, grande parte desses remédios são utilizados contra febres, hemorragias, diarreias, dores no corpo, tonteiras, dores de cabeça, dores de dentes; como abortivos e anticoncepcionais (**Figura 240 a Figura 243**).



FIGURA 240 CIPÓ APONTADO COMO REMÉDIO PARA TUDO, ALDEIA AÚ, EM 13/10/23.



FIGURA 241 BOLDO UTILIZADO PARA DORES NO FÍGADO, ALDEIA AÚ, EM 13/10/23.





FIGURA 242 PLANTA APONTADA COMO REMÉDIO PARA DORES DE BARRIGA, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/23.



FIGURA 243 PLANTA APONTADA COMO REMÉDIO PARA DESMAIOS ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/23.

Na aldeia Baú, uma espécie apontada pelo Sr. *Ho-i*, foi indicada na prevenção do coronavírus (Figura 244).



FIGURA 244 ESPÉCIE INDICADA NO COMBATE DO CORONAVÍRUS, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.

Grande parte do conhecimento ainda se encontra oculto e esse direito foi respeitado durante as entrevistas. Não informar a identidade botânica das plantas, foi uma forma de proteger esses conhecimentos sensíveis de possíveis usos indevidos e de evitar que sejam objeto de exploração econômica não autorizada pelo povo indígena.



15.8 FAUNA

A caça na América do Sul é tão antiga quanto a própria chegada do homem na região, remontando a, pelo menos, 11 mil anos de História (Roosevelt et al. 1991, Porro 1995, Prestes- Carneiro et al. 2015). Desde então, ela consiste em uma atividade extrativista e, mais recentemente, comercial, e que tem provido alimento às populações indígenas e não-indígenas da Amazônia (ICMBIO, 2018).

Em geral, a caça de subsistência está relacionada à provisão de carne e demais subprodutos da fauna, não apenas ao próprio caçador e seu núcleo familiar, mas também a entes próximos, como outros familiares, vizinhos ou compadres. Nesse sentido, ela assume uma função socialmente estruturante para a provisão alimentar (ICMBIO, 2018). A função sociocultural da caça é particularmente intensificada e diversificada durante a realização de caçadas coletivas com o intuito de prover festas ou rituais comunitários, evidenciando a cooperação entre os caçadores na mata e entre as mulheres na preparação da carne (Siskind 1973).

A prática da caça se sustenta em saberes acumulados ao longo das gerações sobre história natural dos animais, interações ecológicas, uso do território e normas sociais, regulamentando as interações entre o caçador, a caça e a sociedade que os cerca. As escolhas e o planejamento do caçador não se dão puramente pela otimização, originada de uma racionalidade econômica, entre os custos da obtenção do alimento e os benefícios energéticos conseguidos com a presa, mas permeiam um complexo universo normativo de proibições e de preferências (Ingold 2000).

Populações tradicionais utilizam os recursos naturais de diversos modos, essa vertente utilitária dos recursos biológicos ficou evidenciada pelos depoimentos dos indígenas entrevistados. Os animais que apresentam alguma utilidade foram distribuídos em quatro categorias de uso pré-definidas na elaboração dos questionários: consumo alimentar, medicinal/ritual, artesanato e xerimbabo.

Constatou-se a existência de uma conexão utilitária da fauna na região, sendo o uso alimentar o mais representativo. A extração da fauna silvestre para subsistência tem importância fundamental na manutenção de comunidades tradicionais de diferentes áreas tropicais, principalmente as que vivem em locais isolados (Lourival & Fonseca 1997, Redford 1997, Peres 2000, Figueira et al. 2003, Milmer-Gulland & Bennett 2003). A carne de animais silvestres apresenta um alto teor proteico se comparado a outros alimentos, como a farinha de mandioca e o peixe, também ingeridos por essas comunidades (Redford 1997).



A atividade de caça é praticada exclusivamente pelos homens, corroborando com os trabalhos de Jamamadi (Cruz, 2002), Ashaninka (Almeida, 2002) e Katukina (Borges, 2002), com os índios que vivem na Amazônia Acreana. Para os caçadores indígenas do povo *Mebêngôkre-Kayapó*, a caça é considerada uma atividade de subsistência, complementar a outras atividades realizadas na região como a agricultura, a coleta e a pesca.

Algumas técnicas de caça ancestrais foram descaracterizadas ao longo dos anos, sendo substituídas por formas "modernas". Atualmente a grande maioria dos indígenas usam espingardas nas caçadas. Poucos indígenas, geralmente os mais velhos, ainda, usam o arco e flecha para caçar.

Os caçadores capturam os animais silvestres utilizando técnicas diversificadas. Essas técnicas podem ser empregadas de maneira individual ou combinadas. O tempo de permanência na atividade de caça varia conforme a disponibilidade de tempo para sua execução e a localização da aldeia onde moram.

Os homens geralmente caçam sozinhos, partem para a floresta bem cedo. Aqueles que têm a sorte de matar algo imediatamente, voltam próximos ao meio-dia. Outros, que não tiveram sorte, continuam vagando pela floresta até o final da tarde. Em média permanecem de algumas horas a vários dias exercendo essa atividade dependendo do local escolhido e da "sorte" de encontrar a caça.

A caça em trilhas é empregada de maneira individual ou em poucos indivíduos, consiste em sair de casa e seguir o caminho em direção a floresta, passando pela roça, pelas capoeiras, ramais na mata até a floresta primária, passando pelas árvores frutíferas, sempre visando encontrar uma caça.

Outra técnica de caça é a chamada caça de espera. Nesse molde, geralmente praticada de forma individual, O caçador arma uma rede e fica esperando em silêncio a aparição da caça, podendo selecionar de acordo com seus critérios se abate ou não os animais que visitam a fruteira.

Alguns animais são capturados eventualmente, quando o caçador está indo para o trabalho na roça ou indo pescar. Essa estratégia de caça pode ser considerada uma caçada oportunista (Lourival & Fonseca 1997), ou seja, o caçador ao sair para o trabalho encontra um animal por acaso.



O conhecimento tradicional acerca dos ciclos da natureza e hábitos alimentares da fauna cinegética é presente entre os indígenas *Mebêngôkre-Kayapó* e de extrema utilidade para a captura de caça, onde eles destacam quais são as melhores fruteiras para atração de caça (castanha para cutia e aves), além de apontaram o período em que inicia a caída de muitos frutos, possibilitando maiores visitas nas “fruteiras” aumentando as chances de se capturar um animal (**Figura 245**).



FIGURA 245 VESTÍGIO DE PACA EM ÁREA DE MANGUEIRAL, ALDEIA BAÚ, EM 05/10/23.

Os *Mebêngôkre-Kayapó* apreciam carnes gordurosas, como a da anta, da queixada, do caititu e da fuboca. Mas não é todo dia que se pode encontrar esses grandes mamíferos. Os macacos, as cutias, pacas, tracajás e sobretudo, os jabutis são frequentemente caçados e possuem um papel essencial na alimentação dos índios. Durante as visitas as aldeias, era muito frequente a observação de carcaças nas áreas dessas aldeias. Foram observadas carcaças de mamíferos (porcos, veado, anta), de répteis (tracajás) e aves (**Figura 246** e **Figura 247**).





FIGURA 246 PREPARAÇÃO DE COSTELA DE ANTA, ALDEIA KRAMBARJ, 08/10/23.



FIGURA 247 CARÇAÇAS DE TRACAJÁS, ALDEIA RATXOPRETI, 08/10/23.

Para a captura da anta (*Tapirus terrestris*) e o dos porcos, os indígenas sabem visitam os barreiros dentro da mata onde é mais fácil encontrá-los.

Os porcos do-mato do Brasil pertencem a duas espécies, a queixada (*Tayassu pecari*) e o cateto (*Pecari tajacu*). Eles são importantes frugívoros que dependem de áreas contínuas de florestas com diferentes tamanhos (**Figura 248** e **Figura 249**).



FIGURA 248 QUEIXADA CAÇADA, ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.



FIGURA 249 RESTOS DE QUEIXADA, ALDEIA KAMAU, EM 05/10/23.

A maior parte dos pássaros é abatida apenas pelas suas plumas coloridas, utilizadas para o artesanato, no entanto, mutuns, papagaios e araras, foram citadas também entre as espécies usadas na alimentação *Mebêngôkre-Kayapó*.

Dentre os animais caçados, ficou evidente nas entrevistas realizadas com os indígenas uma preferência pelos mamíferos. Segundo Redford & Robinson (1987), geralmente os caçadores capturam para fins alimentícios mais mamíferos que aves e que répteis. Apesar da



preferência, diversos entrevistados afirmaram que caçam os primeiros animais que encontram, não importando a espécie.

Pezzuti (2009) em um levantamento sobre a situação da caça na Amazônia aponta que os mamíferos de grande porte e os primatas são os animais mais susceptíveis a caça, e entre os não primatas, os ungulados são as principais espécies pressionadas, principalmente a anta.

Foram também citadas algumas espécies de animais que os *Mebêngôkre-Kayapó* disseram não consumir (preguiça, jacaré, gavião, cobras, capivara).

XERIMBABOS

Desde sua chegada os europeus registraram vastamente a marcante presença de animais cativados nas aldeias indígenas brasileiras. Eram assim mantidos essencialmente como animais de estimação, os chamados *xerimbabos*. A palavra *xerimbabo* é de origem Tupi-Guarani e vem da expressão *xe-r-emimbawa*, que significa “meu animal familiar” (Fausto, 1999).

Os *Mebêngôkre-Kayapó* têm tradicionalmente o costume de criar certos animais silvestres. Lea, 2012 tem mostrado como os direitos de criação de animais de estimação pertencentes a certas espécies capturadas na floresta. Em algumas ocasiões, quando os homens caçam, muitas vezes matam uma fêmea e esta tem filhotes. Esses bichinhos são levados para a aldeia e criados pela família de quem estava caçando.

A maioria destes animais é de natureza silvestre, que às vezes vivem soltos nas casas e quintais (psitacideos, jacamins, araras, galinhas, patos) ou presos em algum tipo de armadilha como os tracajás (*Podocnemis unifilis*), jabutis (*Platemys platycephala* e *Chelonoidis carbonarius*), e macacos prego (*Sapajus macrocephalus*). Os quelônios (tracajás e jabutis) são destinados a um consumo diferido (reserva alimentar estocada *in vivo*) (**Figura 250 e Figura 251**).





FIGURA 250 JABUTIS UTILIZADOS COMO RESERVA ALIMENTAR, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/23.



FIGURA 251 JABUTIS UTILIZADOS COMO RESERVA ALIMENTAR, ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/23.

As aves, como jacamins (*Psophia viridis*) e os psitacídeos e o macaco prego, por exemplo, são criados como animais de estimação, e tidos como alguém da família e por isso nunca serão consumidos como alimentos (**Figura 252** a **Figura 255**).





FIGURA 252 JACAMIM DE ESTIMAÇÃO, ALDEIA KAMAU, EM 06/10/2023.



FIGURA 253 M ACACOPREGO , DE ESTIMAÇÃO, ALDEIA RNKO EM 11/10/23.



FIGURA 254 PAPAGAIO (AMAZONA SP) CRIADO COMO ANIMAL DE ESTIMAÇÃO, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.



FIGURA 255 PSITACÍDEOS CRIADOS COMO ANIMAL DE ESTIMAÇÃO, ALDEIA BAÚ EM 14/10/23.

15.9 ARTESANATO

O artesanato é confeccionado tanto pelos homens quanto pelas mulheres das aldeias. Enquanto as mulheres são responsáveis pelas pinturas e trabalhos com missangas de vidro, os homens, são responsáveis por bordunas e cocares.

A confecção de cocares e plumárias, são importantes trabalhos executados pelos homens. Vidal, 1992, relata que as duas formas mais expressivas de produção artística entre os *Mebêngôkre-Kayapó* são, a pintura corporal que é uma atividade exclusivamente feminina e a confecção de ornamentos de plumária, confeccionados, exclusivamente pelos homens.

São confeccionados na TI Baú, diversos tipos de cocares com penas de araras, papagaios, rei congo (*Psarocolius decumanus*). O equilíbrio está sempre presente nas peças *Mebêngôkre-*



Kayapó. Além de ser o adorno mais importante para a maioria das etnias, o cocar, circular solar, também sinaliza a disposição das casas na aldeia. Somente os homens têm o direito de usá-lo (Figura 256 a Figura 258).



FIGURA 256 COCAR CONFECCIONADO COM PENAS DEREI CONGO E ARARA, ALDEIA BAÚ, EM 14/10/23.



FIGURA 257 COCAR CONFECCIONADO COM PENAS DE PAPAGAIO E ARARA ALDEIA KAMAU, EM 06/10/23.



FIGURA 258 COCARES CONFECCIONADOS COM PENAS DE PAPAGAIOS, ARARA E REI CONGO ALDEIA RONKOJAGOT, EM 10/10/23.

Além de cocares, também são confeccionados adornos para o corpo, como brincos e “pulseiras” que são colocadas nos braços e canelas. Esses objetos são utilizados em eventos festivos e são feitos com as penas de papagaios, araras e do mutum (*Pauxi* sp.). Com as penas dessas mesmas aves, também são adornadas as flechas (Figura 259 e Figura 260).





FIGURA 259 ADORNOS CONFECCIONADOS COM PENAS DE ARARAS, ALDEIA BAÚ, EM 06/10/23.



FIGURA 260 BRINCOS CONFECCIONADOS COM PENAS DE ARARAS, ALDEIA BAÚ, EM 06/10/23.

Na **Tabela 24**, a seguir, são apresentadas as espécies animais citadas e seus respectivos usos.

TABELA 24 ANIMAIS CITADOS PELOS MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ E SEUS RESPECTIVOS USOS

Família	Nome científico	Nome popular	Nome <i>Mebêngôkre-Usos Kayapó</i>		Observação
Accipitridae		Gavião	<i>Ràkinhàti</i>	não comem	
Alligatoridae		Jacaré	<i>Mĩ</i>	não comem	
Anatidae	<i>Anas platyrhynchos domesticus</i>	Pato	<i>ràk'ti</i>	XER	ovos
Apidae	<i>Apis sp.</i>	Abelha	<i>amjỳ</i>	AL	mel
Bradypodidae	<i>Bradypus sp.</i>	Preguiça	<i>Pàtkàk</i>	não comem	
Canidae	<i>Canis lupus familiaris</i>	Cachorro	<i>Ropre</i>	XER	
Caviidae	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	Capivara	<i>Kunum</i>	nao comem	



Família	Nome científico	Nome popular	Nome <i>Mebêngôkre</i> -Usos <i>Kayapó</i>		Observação
Cebidae	<i>Sapajus macrocephalus</i>	macaco prego	<i>Kukoi</i>	AL, XER	
Cervidae	<i>Odocoileus virginianus</i>	veado branco	<i>ngĩjadjy jaká</i>	AL	
Colubridae		Cobra	<i>Kangã</i>	não comem	
Cracidae	<i>Crax fasciolata</i>	Mutum	<i>krwýt kaprêk</i>	AL, ART	
Cuniculidae	<i>Cuniculus paca</i>	Paca	<i>Ngrá</i>	AL	REI
Dasypodidae		Tatu	<i>Toti</i>	AL	REI
Dasyproctidae	<i>Dasyprocta</i> sp.	Cutia	<i>Kukêj</i>	AL	
Felidae	<i>Felis catus</i>	Gato	<i>Txãn</i>	XER	
Felidae	<i>Panthera onca</i>	Onça	<i>Ropkrori</i>	não comem	
Icteridae	<i>Psarocolius decumanus</i>	rei congo	<i>Pêjàti</i>	AL, XER, ART	
Phasianidae	<i>Gallus gallus domesticus</i>	Galinha	<i>okrên'ãnh</i>	XER	ovos
Podocnemididae	<i>Podocnemis unifilis</i>	Tracajá	<i>krãntỳj</i>	AL, XER	
Procyonidae	<i>Nasua nasua</i>	Quati	<i>Wakõre</i>	AL	
Psittacidae	<i>Anodorhynchus hyacinthinu</i>	arara azul	<i>màt kàtykti</i>	AL, XER, ART	
Psittacidae	<i>Ara</i> sp.	arara vermelha	<i>màt ne</i>	AL, XER, ART	



Família	Nome científico	Nome popular	Nome <i>Mebêngôkre</i> -Usos <i>Kayapó</i>		Observação
Psittacidae	<i>Ara ararauna</i>	arara amarela	<i>màt nàràj</i>	AL, XER, ART	
Psittacidae	<i>Amazona</i> spp.	Papagaio	<i>krwỳj</i>	AL, XER, ART	
Psophiidae	<i>Psophia viridis</i>	Jacamim	<i>Mutēnkre</i>	XER	
Tapiridae	<i>Tapirus terrestris</i>	Anta	<i>kukrýt</i>	AL	
Tayassuidae	<i>Pecari tajacu</i>	Catitu	<i>Angrôre</i>	AL	REI
Tayassuidae	<i>Tayassu pecari</i>	Porcão	<i>angrô</i>	AL	REI
Testudinidae	<i>Cheloides carbonaria</i>	jaboti manchas amarelas	<i>kapram kâgrâti</i>	AL, XER	
Testudinidae	<i>Cheloides denticulata</i>	jaboti manchas vermelhas	<i>kapram kàtykre</i>	AL, XER	

Legenda: AL (alimentar), XER (xerimbabo), ART (artesanato), REI (reimoso).

15.10 ICTIOFAUNA

A pesca constitui uma atividade extrativista milenar que contribui como fonte de alimentos, emprego e benefícios àqueles que a ela se dedicam. Desde a pré-história esta atividade permitiu, juntamente com a agricultura, a fixação de populações humanas em determinadas regiões (CARDOSO, 2001; AGGIO, 2008; RESENDE, 2010).

A pesca é universal para todos os povos ameríndios (SUSNIK, 1990). Diegues (1988) definiu a pesca artesanal como aquela em que o pescador sozinho ou em parceria participa diretamente da captura do pescado, utilizando instrumentos relativamente simples.

A pesca *Mebêngôkre-Kayapó*, é realizada de maneira tradicional e utiliza-se de artefatos simples, o que permite classificá-la como artesanal. Também é classificada como de subsistência, sendo desenvolvida por pescadores e destinada à sua alimentação e a de seus familiares. Os *Mebêngôkre-Kayapó*, praticam a pesca atualmente de varas, linhas de mão, e em



períodos festivos, tarrafas e redes de emalhar. O uso de flechas, foi também relatado, porém tal metodologia é utilizada somente pelos mais velhos das aldeias.

Nas noites, para a captura de traíras, *Hoplias* sp., faz-se uso de uma técnica chamada de “fachear”, que consiste em iluminar as águas com uma lanterna ou fogo, no intuito de localizarem indivíduos dessa espécie, que frequentemente ficam paradas esperando para predar peixes menores.

A pesca é praticada por todos das aldeias, homens mulheres e crianças, sem horários fixos, pois o objetivo principal é a obtenção de um quantitativo de peixe suficiente para alimentar a família naquele dia (**Figura 261** e **Figura 262**).



FIGURA 261 PEIXES CAPTURADOS PARA REFEIÇÃO (PIRARARA, PIRANHAS E JURUPINS) EM ALDEIA KAMAÛ EM 06/10/23.



FIGURA 262 PEIXES CAPTURADOS PARA REFEIÇÃO (MATRICHAS, PIAUS E LAMBARI), ALDEIA RATXOPRETI, EM 08/10/23.

A pescaria com a utilização de veneno de pesca, conhecido regionalmente como timbó, é uma técnica tipicamente nativa envolvendo veneno de peixe, método amplamente empregado por diversos outros povos indígenas e por ribeirinhos (HEIZER, 1987). Inicialmente coleta-se o timbó (*Ateleia glazioviana*), em seguida, a raiz do timbó é triturada sobre troncos, onde é batida com pequenas bordunas pelos homens. A pescaria é feita no dia seguinte, envolvendo um grupo variado de pessoas. A massa obtida com o tritramento das folhas do timbó é levada até as drenagens em cestos. Esses cestos com veneno são então levados para dentro do igarapé, e seu conteúdo amassado dentro da água para que se misture à mesma. Simultaneamente, os



indígenas começam a bater com os pés na água para suspender o sedimento. A água, a partir deste ponto, torna-se turva, e depois de alguns minutos os peixes, asfixiados pela ação do veneno, começam a saltar e a serem apanhados pelos índios com flechas ou com a mão (**Figura 263**).



FIGURA 263 TIMBÓ, UTILIZADO NAS PESCARIAS EM DRENAGENS MENORES, ALDEIA BAÚ, EM 13/10/23.

Os locais de pesca mais próximos das aldeias como igarapés e lagoas são, naturalmente, mais intensamente explorados, entretanto em algumas ocasiões são também realizadas pescarias longas, envolvendo vários dias de viagens e a construção de acampamentos. Quando a pesca é praticada próxima as aldeias, geralmente é realizada nos barrancos, já em trechos mais distantes, os indígenas utilizam pequenas canoas de madeira a remo e em algumas aldeias utilizam barcos a motor e rabetas. Ressalta-se que as pescarias em locais mais distantes só são realizadas pelos homens, as mulheres e crianças, realizam as pescarias nos igarapés e rios mais próximos as aldeias (**Figura 264**).





FIGURA 264 CRIANÇA RETORNANDO DA PESCARIA NO RIO PIXAXÁ, ALDEIA KRAMBARJ, EM 09/10/23.

A variação sazonal no nível da água influencia decisivamente na distribuição da fauna aquática e, conseqüentemente, nos locais onde a pesca acontece em cada período do ano.

Em comum com a maioria das bacias hidrográficas de outras regiões de planície, os rios da bacia do Amazonas são constituídos por dois componentes básicos: o leito ou canal principal e as áreas marginais, inundáveis periodicamente. A oscilação do nível das águas faz com que, na época da cheia, esses dois componentes se confundam, tornando-se discerníveis apenas nas partes mais profundas, onde a correnteza é maior e a vegetação fixa não pode se estabelecer (SANTOS, 2005).

Um fator de grande importância nos rios da Amazônia diz respeito aos pulsos de inundação, isto é, às grandes variações do nível das águas, entre 8 a 15 m entre os períodos de seca e cheia. Essas variações, embora decorrentes de um processo quase contínuo de subida e descida das águas, determinam quatro fases distintas, a saber (SANTOS, 2005):

- **Enchente:** fase mais duradoura, entre dezembro e abril, quando a maioria das espécies forma cardumes e empreende migrações para desovar na boca de igarapés ou nas margens dos rios, sendo seus ovos e larvas carregadas pela correnteza para as áreas que começam a ser inundadas.
- **Cheia:** fase de duração curta, entre maio e junho. É nela que os peixes desovados e os jovens recrutados, em fase de crescimento, se alimentam intensamente, aproveitando a farta oferta de frutos, sementes, raízes, folhas e invertebrados e outros alimentos



proporcionados pela floresta inundada. Essa intensa atividade alimentar resulta na produção e no acúmulo de gordura e outras substâncias de reserva, as quais serão utilizadas nas fases seguintes, tanto para suportar as condições adversas do meio como também para elaborar os produtos gonadais que serão utilizados na fase reprodutiva seguinte. **Vazante:** fase intermediária de duração, entre julho a

- setembro. Corresponde ao período em que os peixes se agrupam para abandonar as áreas da floresta que começam a secar, iniciando a saída pelas ligações do lago com o rio e, a partir daí, pelo canal principal, em movimento de dispersão ascendente.

Seca: fase curta, entre outubro e novembro. É nessa ocasião que os peixes se tornam

- mais concentrados, por causa do menor volume de água. Essa época é crítica para a maioria deles, tanto por causa da maior vulnerabilidade à predação, como pela depleção de oxigênio nos corpos d'água mais rasos e sob forte influência de material em decomposição.

Considerando a grande dimensão e os diversos gradientes geográficos que fazem parte da bacia, resulta que essas fases ou estações se dão em momentos distintos ao longo de sua área de abrangência. Trata-se, portanto, de um fator adicional e importante para a complexidade da diversidade ictiofaunística, bem como do comportamento dos peixes e da dinâmica das pescarias.

A pesca é uma atividade que pode ser feita o ano todo, mas grandes quantidades de peixes são capturadas quando a estação seca se aproxima e o nível da água está no seu nível mais baixo.

O período de estiagem ou verão começa em junho e, até setembro, se pode pescar batendo timbó, tempo em que se come tucunaré e traíra. No mês de novembro começa o período de chuvas que estabelece o inverno nesta região, neste período, geralmente em novembro, acontecem as festas e, segundo os indígenas, ainda é tempo bom para pescar, pois o rio ainda não encheu, a partir de dezembro com o rio cheio é mais difícil. Os indígenas relatam que com a diminuição do volume das águas nos rios, os peixes se concentram na calha do rio, não procurando áreas mais esparsas.

O cacique da aldeia Kamau, sr. *Ngrape*, ainda relatou que na época do rio cheio, também é época das frutas da beira do rio, como os ingás (*Inga spp.*), que fazem parte da dieta de



algumas espécies de peixes como pacus (*Myleus* sp.) e matrinhãs (*Brycon* sp.). Então nesse período é mais fácil encontrar essas espécies.

Os locais apontados como preferidos para a prática de pescarias pelos indígenas do da TI Baú, foram as calhas dos Curuá, Pixaxá e Baú e pequenos igarapés que circula as aldeias. Apontam também o rio Pixaxá e a cachoeira dos papagaios, como locais de captura de maiores espécimes de peixes.

Dos indígenas entrevistados, nenhum tem preferência por realizar a pesca em algum período do ano específico, apenas indicaram espécies mais encontradas nos períodos. Segundo os pescadores, algumas espécies de peixes, apresentam um padrão sazonal de ocorrência bem conhecido por eles.

Após os levantamentos em campo nas aldeias Kayapós, foram identificados 18 etnoespécies de peixes. Ressalta-se que algumas etnoespécies, muitas vezes correspondem a mais de uma espécie de peixe. Alguns indígenas relataram, por exemplo, a existência de uma grande variedade de piau (flamenguista, cabeça gorda), dois tipos de piranhas (preta, vermelha).

Na **Tabela 25** é apresentada a classificação das etnoespécies de peixes observadas no presente levantamento.

TABELA 25 PEIXES APONTADOS PELOS KAYAPÓS E RESPECTIVOS USOS DOMÉSTICOS.

Família	Nome científico	Nome popular	Nome Mebêngôkre-Usos Kayapó		Observação
Ageneiosidae	<i>Ageneiosus brevifilis</i>	fidalgo	Tepjarikwâpó	AL	REI
Anostomidae	<i>Megaleporinus macrocephalus</i>	piau cabeça gorda	tep'waka'àk	AL	
Anostomidae	<i>Leporinus fasciatus</i>	piau flamenguista	tep'waka'àk	AL	
Bryconidae	<i>Brycon pesus</i>	Matrinchá	Tepkâtire	AL	
Characidae	<i>Astyanax</i> spp.	lambari	tepkryre	AL	
Cichlidae	<i>Cichla</i> sp.	tucunaré	Tepikôt	AL	
Cynodontidae	<i>Hydrolycus</i> sp.	cachorra	Tepkwatire	AL	
Erythrinidae	<i>Hoplias</i> sp.	traíra	krwyt'tire	AL	
Gymnotidae	<i>Electrophorus electricus</i>	poraquê	Mokokti	?	não comem



Pimelodidae	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>	pirara	<i>tep'punuti</i>	AL	REI
Pimelodidae	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	piraiba	<i>kri-ô</i>	AL	
Pimelodidae	<i>Pseudoplatystoma</i> sp.	pintado	<i>Korã</i>	AL AL	REI
Pimelodidae	<i>Sorubim lima</i>	jurupensém		AL AL,	
Pimelodidae	<i>Pimelodus</i> spp.	mandi	<i>Kroro</i>	ART AL	
Potamotrygonidae	<i>Potamotrygon</i> sp.	arraia	<i>Mjêtxê</i>	AL	
Sciaenidae	<i>Cynoscion</i> sp.	pescada	<i>krã-iti</i>	AL	
Sciaenidae	<i>Plagioscion</i> sp.	corvina	<i>krã-iti</i>	AL AL	
Serrasalmididae	<i>Pygocentrus nattereri</i>	piranha	<i>Teptykti</i>		
Serrasalmididae	<i>Serrasalmus rhombeus</i>	vermelha	<i>Teptykti</i>		
Serrasalmididae		piranha preta	<i>Djuroroti</i>		
Serrasalmididae		pacu			

Legenda: AL (alimentar), ART (artesanato), REI (reimoso).

15.11. A IMPORTÂNCIA DA FAUNA PARA OS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ

Conforme apresentado no **item 15.8**, **item 15.9**, **item 15.10** a relação estabelecida pelos *Mebêngôkre-Kayapó* com a fauna tem fundamental importância no âmbito da alimentação para aquisição de proteína animal, como parte de sua segurança alimentar, também abordado no **item 6.5**, mas como fundamentais para o equilíbrio de sua compreensão dos aspectos etnoecológicos do grupo, conforme abordado no **item 5.1**, e ainda, como parte das relações de nome, conforme sua organização social **item 5.3**.

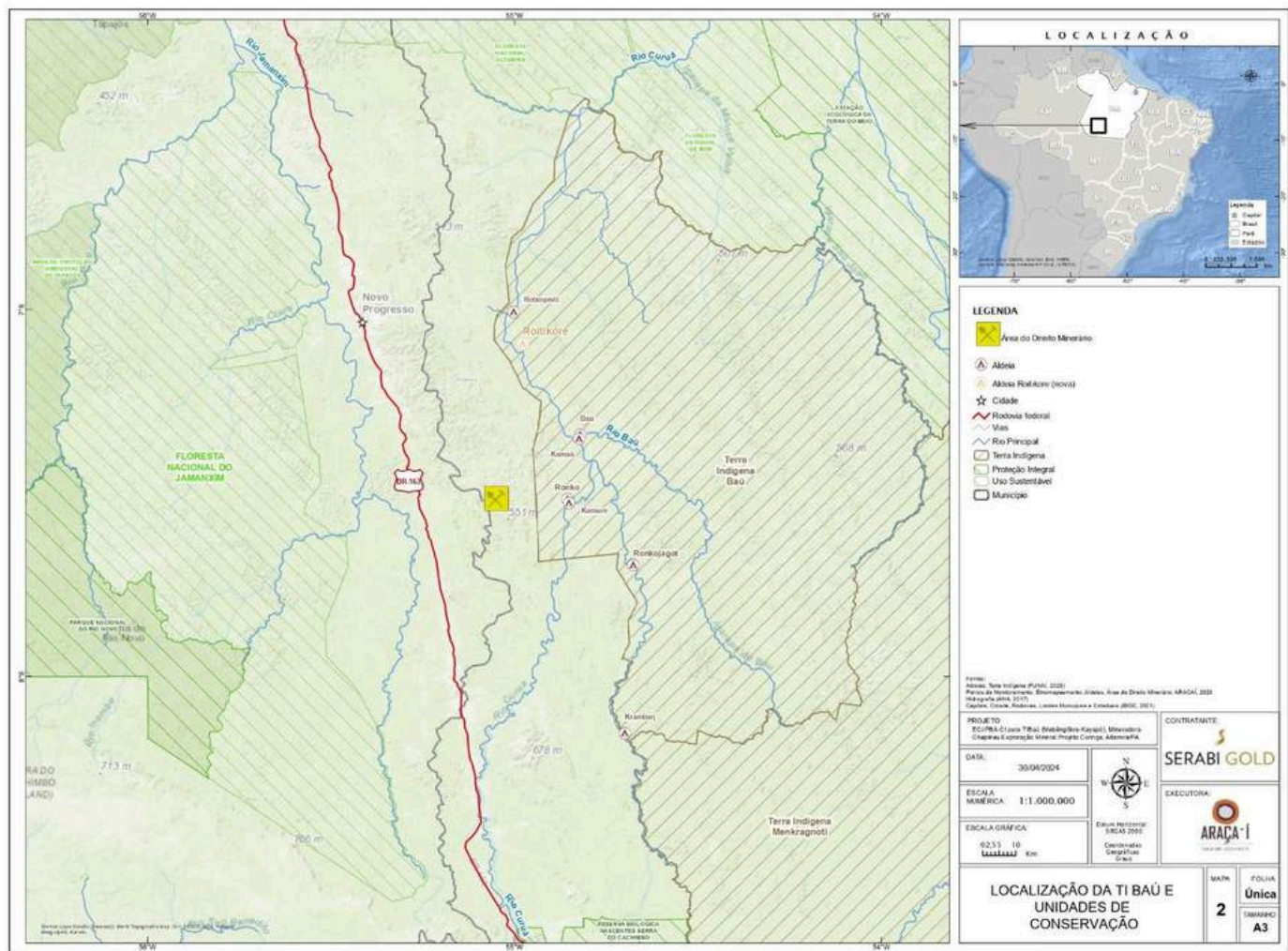
16. ÁREAS PROTEGIDAS

A TI Baú, embora interceptada pela BR-163 e fazendas do entorno, bem como empreendimentos, se insere juntamente entre um complexo mosaico de Unidades de Conservação, envolvendo dois Parques Nacionais: Parque Nacional do Rio Novo e Parque Nacional do Jamanxim; três Florestas Nacionais: Floresta Nacional do Jamanxim, Floresta Nacional de Altamira e Floresta Estadual do Iriri; Uma Estação Ecológica: Estação Ecológica da Terra do Meio; uma Reserva Biológica: Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo; e, uma área de Proteção Ambiental: a APA do Tapajós, conforme apresentado na **Figura 265**.



Esse complexo de Unidades de Conservação são responsáveis em fornecer matérias primas para remédios, vestimentas, móveis, corantes, essências de perfumes, além do controle natural das pragas de insetos; são fundamentais para a vida indígena, das comunidades locais e são as responsáveis pela manutenção e equilíbrio do clima do planeta.





FIGURAZ65 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ENTORNO DA TI BAÚ.

16.1 ETNOMAPEAMENTO

O etnomapa é uma importante ferramenta para representar aspectos da vida social e cultural dos territórios indígenas a partir da percepção local sobre sua identidade e agência sobre o ambiente. O etnomapa é elaborado com o diagnóstico participativo e permite apreender formas de representações espaciais distintas. Um dos principais objetivos desse recurso é estabelecer a aproximação entre o saber técnico e o nativo. É importante salientar que a implantação do mapeamento etnológico consiste em estabelecer o diálogo para o protagonismo indígena acerca de seu território e cultura.

Compreende-se como mapas mentais, a caracterização cartográfica de elementos associados ao modo de vida da comunidade e suas relações com o espaço onde vivem e se identificam. A construção dos mapas mentais, junto dos indígenas, envolve relatos dos antigos sobre histórias passadas coadunadas com interpretações atuais, envolvendo os mais jovens, que se expressam através de elementos de autopercepção que enfatizam o caráter sócio organizativo do coletivo, caracterizando o protagonismo sobre o território e como expressam sua identidade coletiva.

De acordo com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída por meio do Decreto nº7.747 em 5 de junho de 2012, a construção do mapeamento participativo contribui para o entendimento da relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas que reconhecem como parte de seu conhecimento ancestral.

Entretanto, é importante salientar que o campo de etnomapeamento foi realizado pela primeira equipe contratada, a qual realizou atividades nas aldeias com os indígenas e não descreveu sobre os dados coletados. As imagens apresentadas da equipe anterior realizando uma oficina de etnomapeamento podem ser observadas na **Figura 266 a Figura 273**.

Durante a estada da atual equipe técnica em campo, os indígenas questionaram sobre a oficina realizada pela equipe anterior e se negaram em realizar outra oficina de etnomapeamento. Em diálogo com cada liderança, foi construído um croqui do mapa do território e dialogado sobre o detalhamento de uso do território, principais pontos de riscos e ameaças, detalhes de locais sagrados, uso dos rios, pontos estratégicos e apontamento de locais relatados durante a coleta da história oral. Durante a visita as roças, rios, pista de pouso e outros locais apontados pelos indígenas foram coletados pontos no GPS para identificação e



sistematização dos dados para a elaboração de um mapa georreferenciado. A partir dessas informações foi elaborado um croqui da área de uso de cada aldeia com os pontos elencados pelos indígenas. E, sobre essas informações, foi realizado o traçado do mapa e o detalhamento coletado, conforme apresentado na **Figura 274**. Após a coleta de campo, em diálogo com o Instituto Kabu (IK), os técnicos do IK disponibilizaram os relatórios da construção do etnomapeamento realizado durante as fases da implementação do PGTA na TI *Menkrãgnoti* integrado à TI Baú, o qual apresenta o detalhamento da TI elaborados pelos indígenas da aldeia Baú que participaram das oficinas e integram a frente de Vigilância e Monitoramento da aldeia Baú. A partir do cruzamento das informações, foi possível compreender a respeito do conhecimento indígena das áreas usadas e os nomes dados aos lugares. Na **Tabela 26**, será apresentada a sistematização dos lugares elencados por eles, caracterizações pertinentes do conhecimento *Mebêngôkre-Kayapó* sobre a TI e seus recursos naturais.

Durante o diálogo com as lideranças para a construção do croqui em elaboração, o primeiro ponto a ser observado por eles foram os rios localizados no interior do território e, a partir de sua extensão, a localização das aldeias. A partir desse ponto, foram pontuados outros elementos da paisagem, apontando nomes de lugares, lugares de coletas, lugares de antigas roças, cemitérios, lugares sagrados ou locais de grandes batalhas, ou mesmo as áreas degradadas. Não foi possível realizar uma imersão pelos rios ou para dentro da floresta; o levantamento em forma de croqui foi simplificado, numa junção de informações separadas, conforme o relato de cada liderança em sua aldeia.

A principal ênfase dada pelos indígenas envolve as áreas de pesca e pontos de coletas de produtos extrativistas ao longo do rio Baú; e a preocupação em relação a contaminação ou as invasões históricas do rio Curuá pelo garimpo ilegal.

Embasado em meio ao levantamento histórico do grupo, as lideranças apontaram os locais do contato, tais como o igarapé do Pimenta, onde ocorreu o contato com Francisco Meirelles (do tempo do SPI), a retomada por dentro da mata para retornar para a aldeia Menkrãgnoti velho; locais de aberturas de roças antigas ao longo do retorno do território como marco por onde passaram e, atualmente, se constitui novas aldeias, como a Krambarj, Kamure, por exemplo. Também apontaram a ampla área degradada e a perda do território durante o processo de homologação da TI, frente as pressões dos fazendeiros e acordo com a Funai.

O processo que envolve o desenvolvimento de um mapa mental proporciona aos agentes sociais, mesmo em nível de croqui, a reflexão de proteção do território e os riscos da perda do



território; foi apontado pontos onde já tiveram bases de vigilância, e atualmente não atuam mais, e refletem sobre as questões políticas que envolvem as decisões do grupo, os conflitos internos e fissuras. Todos refletem sobre “como era antes” e a “situação atual”. No caso dos indígenas integrados a Associação Indígena Mantinó, a reflexão sobre a proteção do território perpassa, sobretudo, a recente associação e a inabilidade burocrática de elaboração de projetos e que configure parceiros para apoiá-los; já entre as aldeias associadas ao Instituto Kabu, a preocupação é voltada para como ampliar a fiscalização e monitoramento, prevendo os riscos que ameaçam a pressão sobre o território e o bem-estar das aldeias. São paradigmas distintos, resultado das rupturas internas e de como a organização política *Mebêngôkre* é complexa.

Os lugares possuem nomes, infinitos nomes que remontam as histórias, conhecimentos

sobre a vegetação e relevo, nomes nativos e a compreensão da vegetação, relevo, ciclos, saídas e chegadas etc.





FIGURA 266 OFICINA DE ETNOMAPA REALIZADO NA ALDEIA RATXOPRETI EM NOV/22. ACERVO SERABI, REALIZADO PELA EQUIPE ANTERIOR.

FIGURA 267 OFICINA DE ETNOMAPA REALIZADO NA ALDEIA RATXOPRETI, EM NOV/22. ACERVO SERABI, REALIZADO PELA EQUIPE ANTERIOR.



FIGURA 268 OFICINA DE ETNOMAPEAMENTO REALIZADO NA ALDEIA KRAMBARJ, EM NOV/22. PELA EQUIPE ANTERIOR.

FIGURA 269 OFICINA DE ETNOMAPEAMENTO REALIZADO NA ALDEIA KRAMBARJ, EM DEZ/22. ACERVO SERABI, REALIZADO PELA EQUIPE ANTERIOR.





FIGURA 270 OFICINA DE ETNOMAPEAMENTO REALIZADO NA ALDEIA KRAMBARJ, EM DEZ/22. ACERVO SERABI, REALIZADO PELA EQUIPE ANTERIOR.



FIGURA 271 OFICINA DE ETNOMAPEAMENTO REALIZADO NA ALDEIA KAMURE, EM JAN/23. ACERVO SERABI, REALIZADO PELA EQUIPE ANTERIOR.



FIGURA 272 OFICINA DE ETNOMAPEAMENTO REALIZADO NA ALDEIA BÚ, EM JAN/23. ACERVO SERABI, REALIZADO PELA EQUIPE ANTERIOR.



FIGURA 273 OFICINA DE ETNOMAPEAMENTO REALIZADO NA ALDEIA BAÚ, EM JAN/23. ACERVO SERABI, REALIZADO PELA EQUIPE ANTERIOR.

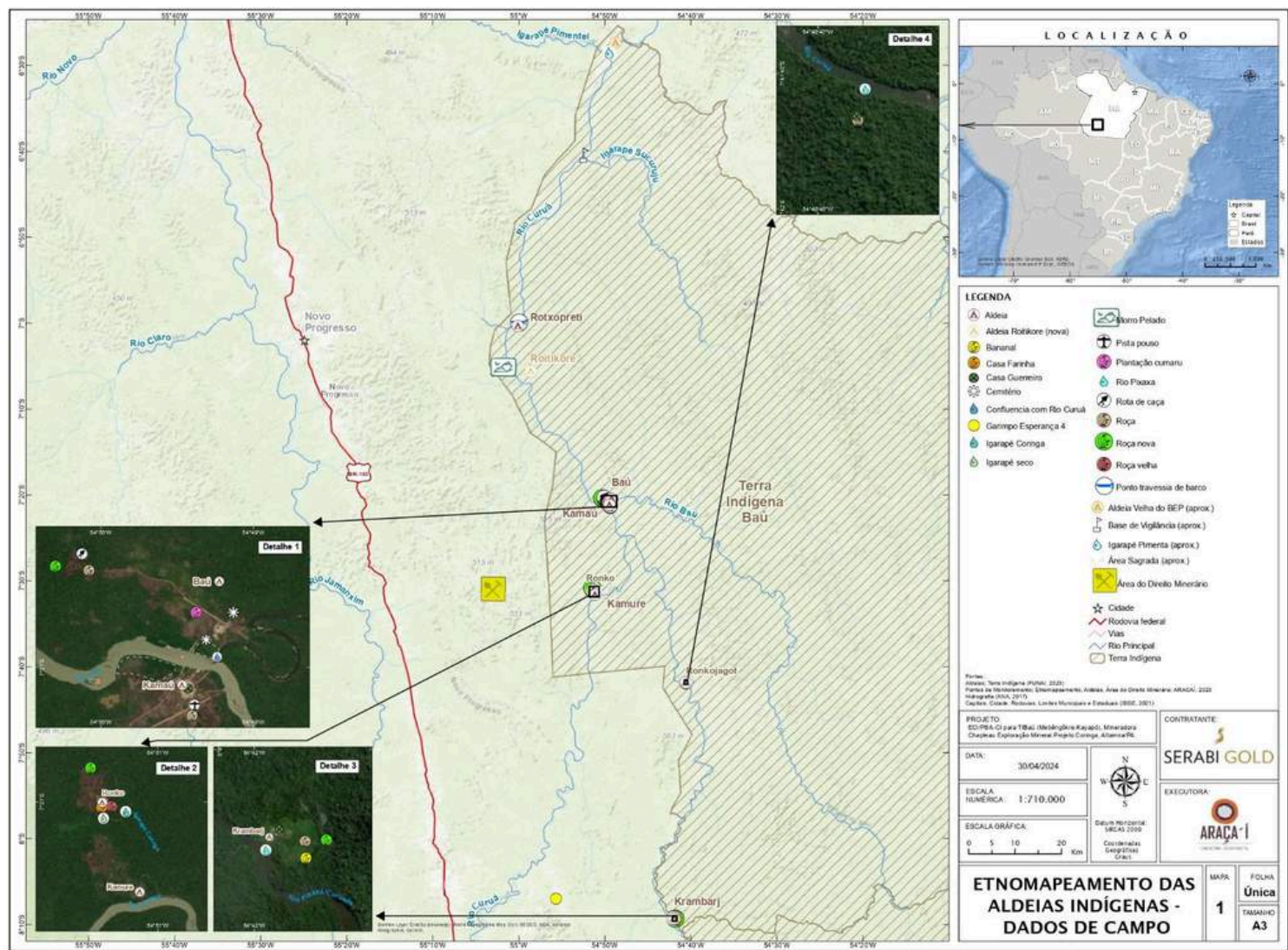


TABELA 26 SISTEMATIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ SOBRE O USO DO TERRITÓRIO. APOIO: INSTITUTO KABU.

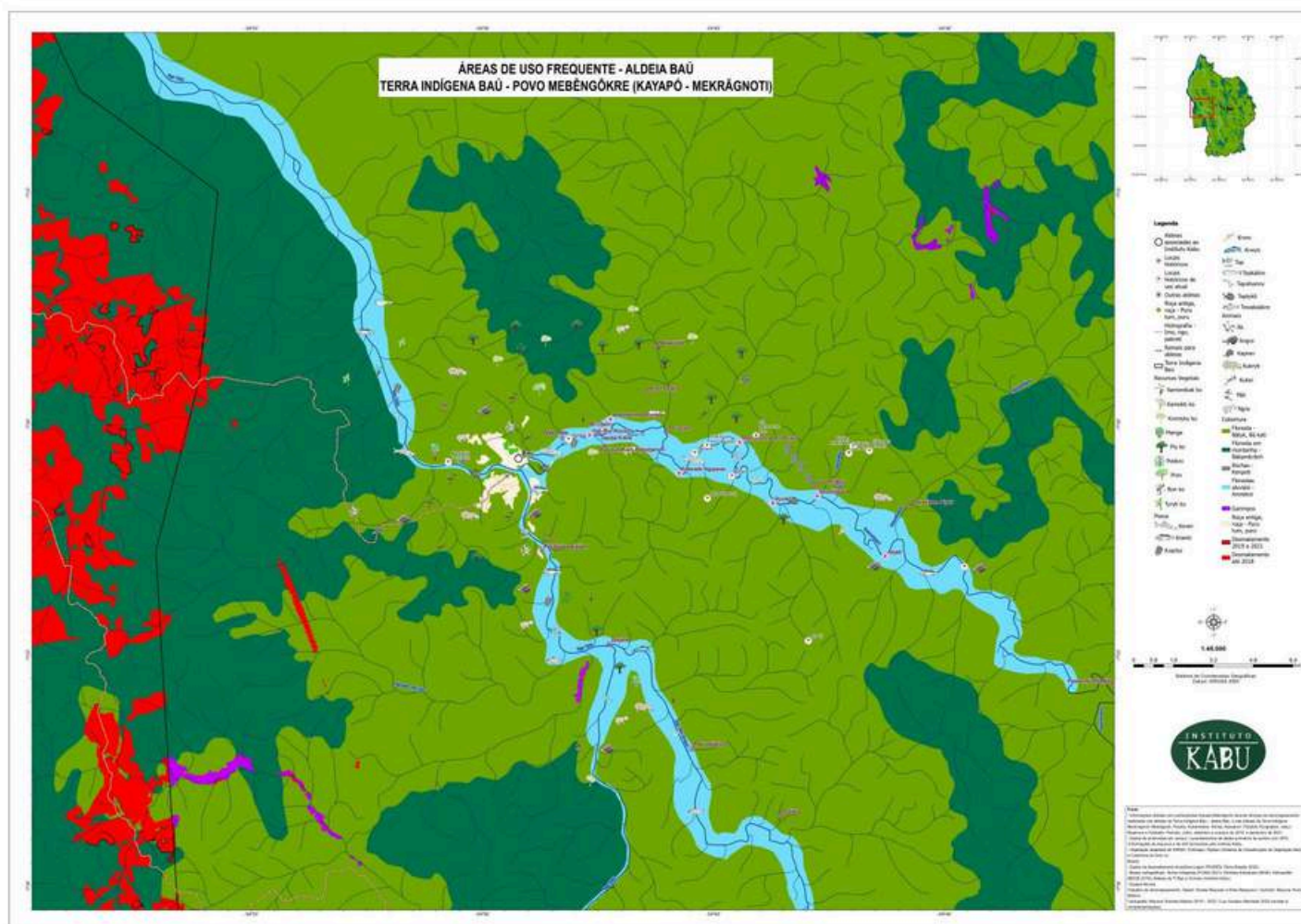
Classificação Mebêngôkre (vegetação, relevo, lugares, nomes)	Descrições coletadas pelo Instituto Kabu.
<i>Bâtyk / (bâyukre)</i>	Floresta escura, mata mais fechada, sombreada. Maior densidade e ocorrência de animais.
<i>Bâkakram tyk</i>	Igual ao <i>bâtyk</i> , floresta fechada
<i>Bâkati</i>	Floresta com grande abundância de frutos e recursos de interesse
<i>Bâprim</i>	Refere-se a vegetação secundária, áreas de roças abandonadas.
<i>Ibé</i>	Mata que se forma depois de abandonar a roça (<i>puru tum</i>), um estágio sucessional da floresta secundária, observação Wakonkra, aldeia Baú.
<i>Kapôt</i>	Cerrado
<i>Kenpo</i>	Pedra – ocorre no <i>bâtyk</i> , no rio, igarapé. Ambientes com pedras expostas em meio a vegetação.
<i>Krâi</i>	Serra, rocha.
<i>Ngô</i>	Rio.
<i>Pakreti</i>	Igarapé (menor que rio).
<i>Ngô màt</i>	Igarapé pequeno.
<i>Aduti</i>	Remanso (que ocorrem no meio dos rios)
<i>Imo</i>	Cachoeira, igapó, local que inunda.
<i>Apeiti</i>	Ilha.
<i>Pyka</i>	Terra (<i>pyka kamrek</i> – terra vermelha)
<i>ngo tykti</i>	Rio Curuá - nasce na Serra do Cachimbo
<i>Mât kâtykti nhô</i>	Castanhal – arara azul gorda
<i>Byruryti krôrdja</i>	Castanhal – local onde foi contatado grupo de indígena isolado e mataram um indígena do grupo
<i>Âkjaê</i>	Castanhal – ninho de gavião real
<i>Nho nhi boti</i>	Local de castanhal – pedra que tem a forma de urubu de cabeça para baixo
<i>Nekanoro</i>	Aldeia antigo no limite norte
<i>Kenpoti</i>	Morro / acampamento
<i>Kamrekti</i>	Rio Cateté
<i>Yry krwatoba djá</i>	O nome do pixaxá na região abaixo do crimej e pytako
<i>Pikakrã</i>	cemitério

A **Figura 275** representa o cruzamento de dados através do georreferenciamento e a **Figura 276** representa a identificação da vegetação da TI Baú, fornecida pelo Instituto Kabu.





FIGURÆ75 DADOS DE GEORREFERENCIAMENTO CRUZADOS COM OS PONTOS DE GPS COLETADOS NA TI BAÚ.



FIGURÆ76 MAPA DE IDENTIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO E ÁREAS DE USO DATI BAÚ. FONTE: INSTITUTO KABU.



17. IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DOS FATORES DE PRESSÃO EXTERNA

17.1 MARCOS TEMPORAIS DA TI BAÚ E DOS IMPACTOS SOFRIDOS NO PASSADO

O objetivo desse tópico é caracterizar e analisar os efeitos do desenvolvimento regional sobre a TI, indicando se existem significativos impactos socioambientais ocasionados às comunidades indígenas em estudo, em virtude das frentes de expansão econômica associadas com alguns empreendimentos assim como sinergia e/ou cumulatividade entre eles.

Os principais marcos de transformação das dinâmicas da TI Baú são listados a seguir.

- **BR-163 e BR-230 (década de 1970)**

A BR-163 possui 3.740 km de extensão que cruza longitudinalmente o Brasil do Rio Grande do Sul ao Pará. Sua construção foi iniciada em 1971, também como parte do PIN. No Pará, a BR-163 tem aproximadamente 992 km de extensão, desde o limite do estado do Mato Grosso até a cidade de Santarém. No corredor do Xingu, entre os estados do Mato Grosso e Pará, na mesma região cortada pela BR-163, ficam as TIs Munduruku e Kayapó. Deste trajeto, apesar de ações de pavimentação terem sido implementadas nas últimas décadas, ainda há trechos não pavimentados.

A construção da BR-230 - Transamazônica - foi iniciada logo após o lançamento do Plano de Integração Nacional (PIN), em outubro de 1970. Visava interligar a Amazônia à região Nordeste do Brasil, no sentido Leste-Oeste, com extensão de mais de 3.000 Km. como principal obra dos governos militares, foi nomeada como a “rodovia da integração nacional”.

O objetivo fundamental da abertura das duas rodovias foi promover a colonização desses dois grandes eixos da Amazônia e a criação de possibilidades para o desenvolvimento de outras atividades econômicas tão importantes para o governo federal quanto a própria colonização.

- **Grandes projetos agrícolas de colonização (a partir da década de 1970)**

A segunda etapa do PIN compreendia a colonização da Amazônia através de seus eixos rodoviários, e foi coordenada pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,



órgão criado em 1970, a partir da extinção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA). Entre o período de 1970 a 1990, estabeleceram-se na região das bacias dos rios Xingu e Tapajós.

- Asfaltamento da BR-163 (a partir de 2003)

Em 2003, apenas a notícia da possível pavimentação da BR-163 impulsionou grande onda migratória, com vasta ocupação irregular ao longo da rodovia. A pavimentação da Cuiabá-Santarém surge como uma promessa de abertura do corredor para exportação de soja. Como pré-condição para o asfaltamento, foi iniciado o Plano BR-163 Sustentável, que anunciava, entre outras medidas, o ordenamento territorial da região cortada pela rodovia.

Com a concretização do projeto de pavimentação da rodovia, o desmatamento e a grilagem ganharam ainda mais força na região. Atualmente, a privatização de trechos da rodovia já é uma realidade, e quem adquirir a concessão deverá arcar com os custos de pavimentação e manutenção dos trechos referentes à licença. Quanto à mitigação e controle de impactos, ainda não há uma informação objetiva quanto aos seguimentos dos programas originalmente estabelecidos.

- Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte (a partir de 2011)

A UHE Belo Monte tem sua construção iniciada em 2011, após um processo de disputa que se iniciou ainda na década de 1980, entre os indígenas do curso do médio Xingu e as populações de ribeirinhos e trabalhadores e trabalhadoras rurais de Altamira e região. A hidrelétrica é formada pelos seguintes componentes: barragem, reservatório principal, reservatório auxiliar, tomada d'água e casa de força. Está localizada na Volta Grande do Xingu, com o eixo da barragem principal em uma localização de cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira, precisamente no Sítio Pimental. O total da potência instalada é de 11.181 MW, mas a energia firme equivale a 4.719 MW médios anuais na casa de força principal e 77 MW na casa de força complementar. Sua área de reservatório está calculada em 478 km², considerando o reservatório principal (359 km²) e o auxiliar (119 km²).

- Paralisação do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental da BR-163 (2019)

O PBA-CI do asfaltamento da BR-163 contemplou uma série de medidas que foram planejadas para mitigar e controlar os efeitos e riscos decorrentes do asfaltamento da BR. As obrigações estavam sendo cumpridas até a paralisação, em 2019, dos repasses de valores referentes à mitigação dos impactos da rodovia. Os subprogramas previstos no Termo de Cooperação entre a Funai e o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte) eram executados pelo Instituto Kabu, nas



Terras Indígenas Baú e Menkrãgnoti, e pela Funai, por intermédio da CR Norte do Mato Grosso, em Colíder, Mato Grosso, na Terra Indígena Panará. Os subprogramas tinham como objetivo o fortalecimento dos territórios e suas comunidades.

Mais recentemente, mediante à privatização de trechos da rodovia, o DNIT enviou documento à Funai retirando-se da responsabilidade de apoiar os programas de mitigação desenvolvidos pelos indígenas, alegando que, como a estrada vai ser concedida à iniciativa privada, o futuro concessionário é que deverá assumir as obrigações ambientais. Isso justificou o corte abrupto dos recursos. Para o MPF, é impossível justificar a transferência da responsabilidade socioambiental a um concessionário privado que ainda não existe, “quando, em realidade, a suposta iminência de concessão deveria tornar a obrigação de definir o programa mitigatório ainda mais relevante, na medida em que caso haja transferência de responsabilidade a um novo ente, é fundamental que este tenha a dimensão do passivo socioambiental do empreendimento, antes da contratação”.

Para o MPF “a inexistência de um plano mitigatório macula o licenciamento com vício gravíssimo, pois trata-se da prova da viabilidade do empreendimento”. A insegurança quanto à mitigação dos danos provocados pela BR-163 é uma das principais reivindicações dos Kayapó *Menkrãgnoti*, das TIs Baú e *Menkrãgnoti*, e tem sido motivo de grande tensão por causa da dificuldade do governo em abrir negociações com os indígenas. Além disso, constitui um fator fundamental das cisões mais recentes ocorridas entre os *Menkrãgnoti*, o que mostra o quanto é importante considerar esse contexto na elaboração e implementação de programas de compensação e/ou mitigação de impactos de grandes obras.

17.2 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SINERGIA DE ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS

A Terra Indígena Baú abrange os municípios de Novo Progresso e Altamira, ambos na mesorregião Sudoeste do Pará, que constituem duas importantes frentes de expansão econômica do estado, e, portanto, de avanço da pressão sobre os recursos naturais dessa parte da Amazônia. Especialmente, a partir da década de 1970, essa pressão tem forte impulso com a abertura das rodovias federais BR-230 (Transamazônica) e BR-163 (Cuiabá-Santarém) e todo o conjunto de projetos de colonização, e outras ações empreendidas durante a ditadura militar no Brasil, no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN)¹¹. A primeira etapa do programa se deu justamente com a abertura das duas rodovias. As obras da Transamazônica tiveram início em setembro de 1970 e a Cuiabá-Santarém a partir de 1971.



Segundo Araújo et al. (2008), as ações do Estado baseadas na abertura de eixos rodoviários e distribuição de terras provocaram uma intensa imigração de populações extrarregionais em direção aos projetos implementados pelos governos militares:

O Programa de Integração Nacional contribuiu para o crescimento em volume e para a diversificação da origem regional dos fluxos migratórios que tinham como destino a região Norte. Iniciou-se desse modo um processo duradouro de concorrência pela terra e pelos recursos naturais entre diversos atores, o que resultou em conflitos diversos à medida que se assentavam e se tornavam complexas as bases (ARAÚJO *et al*, 2008, p. 13).

Os municípios de Altamira e Novo Progresso localizam-se nas regiões de abrangência da Transamazônica e Cuiabá-Santarém, respectivamente. Antes de se tornarem fronteiras de expansão econômica, estas regiões eram majoritariamente ocupadas por povos indígenas, pequenos agricultores, ribeirinhos e extrativistas. Características que passam por profundas transformações a partir das intervenções federais na região das duas rodovias, que sofrem processos de formação social diferenciados. Haja vista a diversidade de atores sociais envolvidos, desde as populações que tradicionalmente ocupavam essas regiões até os agentes que se introduzem por meio das políticas de colonização do Estado brasileiro e dão início a inúmeras novas dinâmicas de ocupação e uso do solo a partir destes dois importantes eixos rodoviários.

Isso difere também a própria história dos dois municípios: enquanto Altamira é uma das cidades mais antigas do Pará, nascida de uma ocupação predominantemente indígena e ribeirinha no início, Novo Progresso nasce das dinâmicas estabelecidas a partir da exploração garimpeira e da abertura e pavimentação da BR-163. Contudo, a presença indígena é bastante relevante na área de abrangência da BR-163, haja vista o papel histórico importante que as terras indígenas tiveram na conservação da floresta ao longo do percurso entre Mato Grosso e Pará iniciado com a abertura da rodovia.

Certamente, a chegada das duas rodovias é um fato marcante na história dessa região do Pará, uma vez que provoca a abertura para a consolidação desses espaços ao avanço de atividades predatórias, como o desmatamento e o garimpo, além de grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento, a exemplo das hidrelétricas. Fatos que produziram transformações socioespaciais profundas e mudanças em toda a sociedade regional. Araújo et al (2008) analisa que a maioria das dinâmicas hoje estabelecidas ao longo das BRs tem origem desse grande processo de reordenamento territorial, fomento a atividades econômicas (como a soja, a pecuária e a mineração industrial) e uso e prospecção de recursos naturais.



A política de colonização da ditadura militar não logrou o sucesso desejado, havendo grande evasão dos lotes concedidos pelo governo devido a uma série de fatores, sobretudo devido à localização e condições ambientais de muitos terrenos, que impediam o bom desenvolvimento da agricultura. Além disso, a difícil trafegabilidade da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém agravou os problemas, tornando-se um grande entrave ao escoamento das poucas produções existentes nos lotes. Além de não concluir os eixos principais das duas rodovias, os governos militares não cumpriram a promessa de realizar a abertura de vicinais, o que dificultou bastante a vida dos colonos instalados nos projetos de colonização.

Estes fatores levaram o governo a privilegiar a ocupação da região pela empresa privada.

Segundo Araújo et al. (2008, p 20):

[...] o que estava em jogo no favorecimento da empresa privada no desenvolvimento da Amazônia por diversas instâncias governamentais era uma progressiva, porém definitiva, metamorfose das formas de acesso à terra nas áreas de fronteira.

Dessa forma, “[...] a terra pública habitada secularmente por colonos, ribeirinhos, indígenas, caboclos em geral, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores”. Seja por aquisição diretamente de órgãos fundiários ou de particulares, o fato é que os novos proprietários geralmente demarcavam as terras em extensões maiores do que as originais. A presença desses atores econômicos expandiu-se, sobretudo, em torno da exploração do potencial madeireiro, tendência que se tornou praticamente incontornável para as novas dinâmicas de ocupação, o que impulsionou também o desenvolvimento da grande pecuária extensiva e, posteriormente, dos monocultivos de soja. Nesse sentido, a extração madeireira representou a possibilidade de apossamento de áreas para a consequente expansão de atividades agropecuárias e para a concentração de terras por grandes proprietários.

Na área de abrangência da BR-163, especialmente no Norte do Mato Grosso, essas dinâmicas se consolidaram com a formação de novas cidades e evoluíram gradativamente em direção ao trecho paraense da rodovia (sentido sul-norte).

Mesmo existindo de forma precedente, os garimpos também foram bastante favorecidos pela abertura das rodovias, com impulso decisivo dos incentivos do governo federal. A rodovia Transgarimpeira, por exemplo, foi concebida para o escoamento do ouro extraído em toda parte oeste do Pará, complementada por toda uma logística composta também por pistas de pouso.



Devido a essa série de fatores, Araújo et al conclui que “a política de colonização privada resultava numa “contrarreforma agrária”, na medida em que excluía “operários agrícolas, parceiros e posseiros”, incapazes do investimento necessário para participar dos projetos das colonizadoras. Além disso, apropriava-se de terras tradicionalmente ocupadas por outras populações, o que tornou a fronteira de expansão em uma grande zona de conflitos.

17.3 IMPACTOS DE ATIVIDADES ILEGAIS

Neste item, o objetivo é identificar e mapear as áreas degradadas e de preservação permanente que tenham relevância para a TI; e identificar as principais atividades ilegais que ameaçam da TI.

17.3.1 DESMATAMENTO

Dados recentes do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) de 2021 demonstram que houve uma nova elevação do desmatamento na Amazônia em grandes proporções. A área total desmatada foi de 13.235 km², a maior desde o ano de 2006. O Pará encabeça a lista de estados mais desmatados, com 5.023,83 km², seguido do Amazonas com 2.063,38 km² e do Mato Grosso com perda de uma área de 1.907,13 km². Os municípios paraenses mais afetados em 2021 pertencem às regiões da Transamazônica/Xingu e BR-163, Altamira e Novo Progresso, respectivamente. A primeira teve um desmatamento na ordem de 765,56 km² enquanto Novo Progresso responde por 414,29 km² de área desmatada.

Segundo o MapBiomas7, a maior parte do desmatamento nessa região ocorreu em áreas da União, em terras públicas ainda não destinadas - seja à conservação, a populações tradicionais ou indígenas, ou mesmo à produção agropecuária e outros usos econômicos.

As Terras Indígenas foram os principais alvos dos desmatadores das regiões de abrangência da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém. Segundo nota técnica elaborada pelo Instituto Socioambiental (ISA), a partir de dados do programa Prodes do Inpe, o salto no desmatamento entre os anos de 2019 a 2021 foi de 138%. Além do corte ou supressão da mata, a nota técnica considera

⁷⁰ O Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomas) é uma iniciativa que envolve uma rede colaborativa com especialistas nos biomas, usos da terra, sensoriamento remoto, SIG e ciência da computação, que utiliza processamento em nuvem e classificadores automatizados desenvolvidos e operados a partir da plataforma Google Earth Engine com o objetivo de gerar uma série histórica de mapas anuais de uso e cobertura da terra do Brasil <<https://mapbiomas.org/>>.

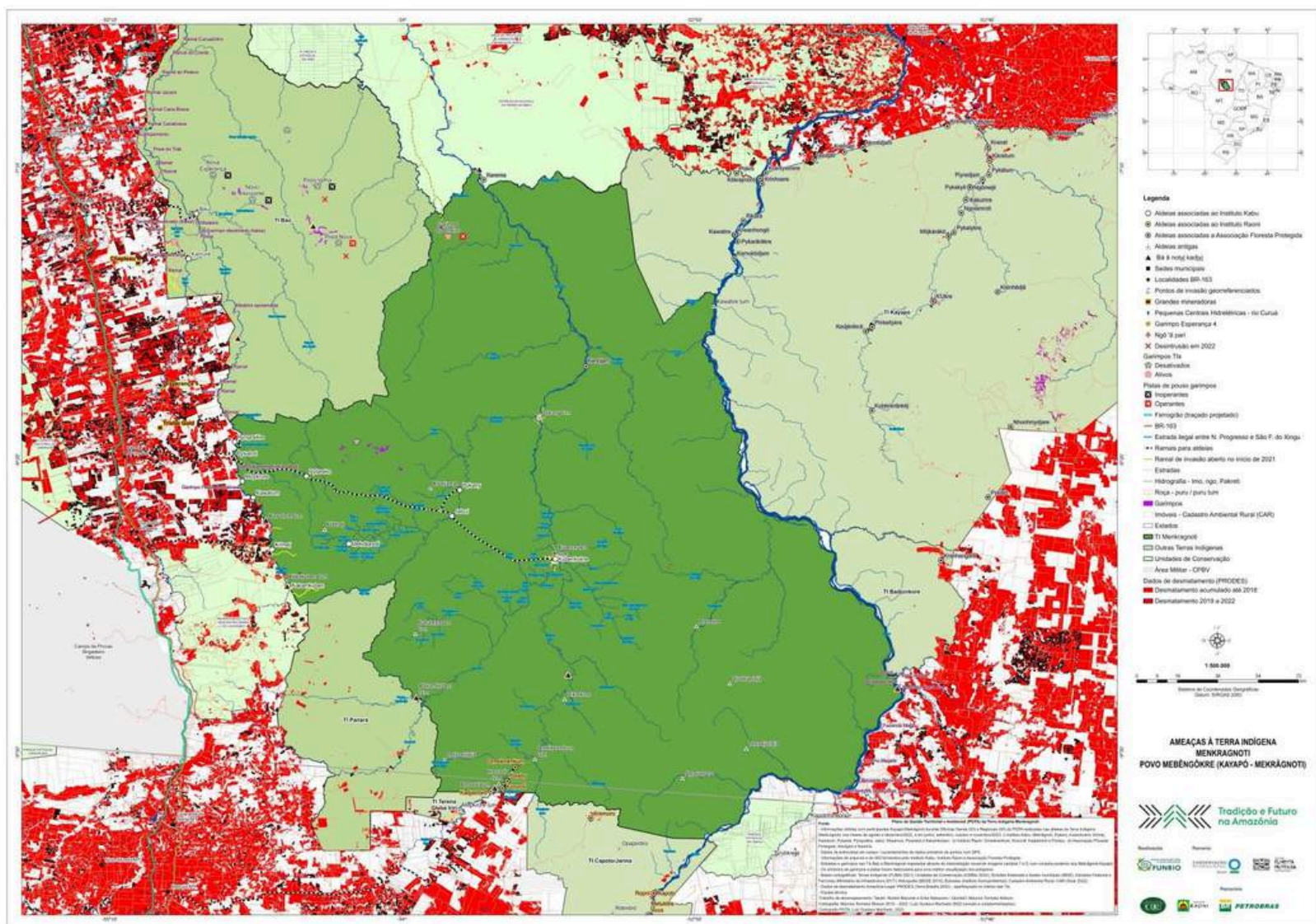


as que TIs também sofrem com intensos processos de invasão degradação florestal provenientes garimpos ilegais e incêndios criminosos.

A **Figura 277 e Figura 278**, a seguir, mostra o desmatamento no entorno das TÍ's Baú e Menkrãnoti entre 2019 e 2021. O mapa foi disponibilizado pelo Instituto Kabu que realiza o monitoramento de seus territórios. Observando no mapa a porção da Terra Indígena Baú, que concentra os maiores índices, notadamente mais próximos ao eixo da BR-163, onde o rio Curuaes (ou Pixaxa) marca a divisa entre ela e as áreas externas.







FIGURÆ78 MAPA AMEAÇAS EM TORNØIBAÚ E MENKRÆGNØTI, 2023. ØNTE: INSTITUTO KABU.

A região do entorno da TI Baú apresenta vários pontos de invasão para a retirada de madeira. O Instituto Kabu realiza o monitoramento do desmatamento nas TIs Baú e Menkrãgnoti desde 2010. De acordo com o relatório de 2022, as pressões se intensificaram bastante, culminando em uma grande ação de queimadas e invasões de terras públicas na região de Novo Progresso.

O relatório do Instituto Kabu de 2022, com base nos dados obtidos através do Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite (PRODES), observa que desde o início do monitoramento, entre 2011-2020, o ano de 2020 apresentou o maior valor absoluto da série, valor esse muito maior do que a média para o período, que foi de 666,9km² de desmatamento. Segundo o relatório, a tendência de crescimento acelerado continua presente comparado com o ano de 2011-2021, que apresentou número de 1.547,51 km² de desmatamento registrado em 2021, correspondendo a quase duas vezes o tamanho da área urbana da cidade de São Paulo (949,61km²). O relatório observa ainda a situação do entorno das terras indígenas continua bastante preocupante, comparado com os dados obtidos da análise de 2019, corresponde a um aumento de 77,69%, o que demonstra uma tendência de consolidação de grandes áreas suprimidas em só um ano.

A grande concentração de áreas desmatadas em 2021 ao longo do eixo da BR-163, comparado com o ano anterior, segundo o relatório, corresponde ao trecho em que está mais próximo dos acessos a TI Baú, fazendo fronteiras, em pontos específicos do limite do território e o entorno.

17.3.2 GARIMPO

Araújo et al. (2008) analisa que a atual fase do garimpo na Amazônia paraense tem início em meados da década de 1950, com a descoberta de jazidas do ouro na região do Tapajós que, até então, possuía uma economia essencialmente voltada ao extrativismo da borracha e outros produtos florestais. À época, o garimpo tinha uma relação mais estabelecida com a cidade de Santarém, que usufruía de alguma estrutura para escoamento do ouro extraído, além de ser um polo comercial de circulação de mercadorias.

No final da década de 1960, houve uma queda da produtividade do garimpo na região, devido a de restrições naturais, como a redução do teor das aluviões (os mais produtivos foram explorados no início do ciclo), e a base técnica manual da atividade naquele momento. A



superação dessa crise se desenha com a ajuda fundamental das políticas militares de integração nacional, a partir da década de 1970. A chegada da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém foi o impulso decisivo para a recuperação da garimpagem na região, por possibilitar a ligação de núcleos de exploração com pouca expressão até então, como Itaituba. Após a abertura das duas rodovias Itaituba assumiu a posição de principal província aurífera da região. O aumento do preço do ouro nessa época também teve papel importante para a recuperação da garimpagem na região.

Também a partir da década de 1970, até o início dos anos 1980, deu-se o processo de mecanização da garimpagem, com a introdução das balsas, que possibilitava explorar as jazidas que antes estavam fora do alcance dos garimpeiros. A alta dos preços do ouro no mercado internacional foi responsável pela aceleração do processo de mecanização dos garimpos, que passaram a lavar 7,5 vezes mais material do que antes, quando o trabalho era exclusivamente manual (ARAÚJO et al., 2008).

O aumento da produção do ouro no Brasil virou política pública do governo federal, nesse sentido, não só a produção industrial foi estimulada, como também os garimpos. A abertura da rodovia Transgarimpeira é um marco desse processo. A estrada foi construída, ainda no início dos anos 80, com recursos do governo federal, para servir ao escoamento do ouro extraído em toda parte oeste do Pará, ligando diversos garimpos da região à BR-163. Também havia uma pista de pouso e decolagem de aeronaves que serviam aos garimpos, no local onde nasceu a cidade de Novo Progresso.

Na área que hoje corresponde ao Projeto Coringa também houve uma super exploração de garimpos durante a década de 1980.

Os efeitos ambientais negativos do novo modelo de exploração aurífera, com o uso de balsas, dragas e outros maquinários, logo tornou-se evidente, sobretudo com o assoreamento dos rios e a contaminação das águas por mercúrio e demais substâncias tóxicas nas regiões de garimpo.

A descoberta de Serra Pelada, no início dos anos 1980, foi um fato que acabou alterando o ritmo de avanço dos garimpos na Amazônia paraense, pois a atração de milhares de garimpeiros para a região acabou motivando uma política de intervenção, com envio de forças repressivas não só para o local, mas também para outras regiões garimpeiras. Essa intervenção, contudo, não tinha como motivação os crescentes danos ambientais que o aumento dos garimpos vinha provocando nas áreas de exploração.



A década de 1980 representa o período auge da exploração garimpeira na Amazônia, sobretudo porque o fechamento temporário de Serra Pelada provocou o deslocamento da maior parte dos garimpeiros para outras áreas. A maioria direcionou-se para a região do Tapajós, provocando um considerável aumento populacional e fazendo com que a região se tornasse a maior produtora de ouro do Brasil, à época.

As consecutivas ondas migratórias que se deram a partir desse momento foram responsáveis por acarretar inúmeros problemas socioambientais à região do Tapajós. Além da crescente degradação ambiental, o avanço da garimpagem tornou a região como um todo dependente dessa atividade e ocasionou problemas como o aumento do custo de vida e o crescimento desordenado de cidades como Itaituba, além do aumento da violência.

No fim da década de 1980, os problemas socioambientais provocados pela garimpagem passaram a ser combatidos, obrigando os órgãos federais como o DNPM a mudar sua posição em relação à atividade, e redirecionar-se ao estímulo apenas da produção industrial, sobre a qual haveria mais possibilidades de regulação. Adaptando-se ao discurso ecológico que passa a ter destaque também a partir dos anos de 1980 e diante da enorme repercussão da exploração predatória dos garimpos em Terras Yanomami (RR), o garimpeiro passou a ser tido como um “predador do meio-ambiente” (ARAÚJO et al., 2008). Inicia-se, assim, o declínio dessa atividade a partir do começo dos anos de 1990. A produção de ouro passa então a realizada predominantemente por empresas reguladas pela atuação de órgãos estatais e a garimpagem passa a ser considerada atividade ilegal.

Em contrapartida à decadência do garimpo, a atividade madeireira e a formação de fazendas acabaram se expandindo, desde Sinop (MT) até Castelo de Sonhos, Novo Progresso e Moraes de Almeida (PA). Assim, o cenário das pastagens passa a predominar ao longo da rodovia Transgarimpeira e BR-163.

Contudo, é importante frisar que a coibição dos garimpos não significa sua total extinção, tornando-se uma prática ilegal, porém com presença bem marcante nas décadas seguintes, mas com algum controle estatal mais presente. Sobretudo a partir do ano de 2018, com a eminente desregulação ambiental que passa a entrar em curso no Brasil, houve uma nova eclosão da atividade garimpeira, sendo retomada a exploração de várias áreas que foram desativadas em décadas anteriores, incluindo em Terras Indígenas que historicamente enfrentam esse problema.



Segundo o MapBiomass⁸, em 2020, a área minerada no Brasil foi seis vezes maior do que o reportado para o ano de 1985, época do grande *boom* aurífero na região do Tapajós e com exploração industrial incipiente. Em 1985, a área total explorada foi de 31 mil ha; em 2020, é de 206 mil ha.

O crescimento foi tanto, que a área ocupada atualmente por garimpos foi maior do que a área ocupada pela mineração industrial. De todos os biomas brasileiros, a Amazônia é o que concentra a maior parte da área explorada por garimpos, chegando a 101.051 ha, o que corresponde a 93,7% da área total explorada no Brasil. O estado do Pará é o estado com maior incidência de garimpos ilegais em toda a Amazônia, com 76.514 ha de área explorada. Segundo Molina *et al* (2023, p. 7):

A exploração garimpeira na Amazônia se revelou uma das questões mais críticas da região, da produção viabilizada localmente por organizações criminosas (e amparada, não raro, por corrupção e outros crimes envolvendo agentes públicos), às movimentações milionárias de empresas brasileiras e estrangeiras suspeitas de crimes financeiros e fiscais na compra e venda do metal.

Na região do Xingu e seus afluentes, incluindo o rio Curuá, foi detectado que, apenas entre abril e maio de 2020, foram abertos 562 associados à exploração garimpeira, passando a comprometer drasticamente a qualidade das águas em 20 sub-bacias do rio Xingu. Ao todo já foram desmatados aproximadamente 22 mil hectares de floresta por causa do garimpo (Rede Xingu+, 2020).

Em Terras Indígenas, o MapBiomass informa que entre os anos de 2010 e 2020, houve um aumento de 495% de áreas de garimpos no interior das TIs, com maior concentração na Amazônia. Sobre a área destinada à exploração garimpeira, os números do MapBiomass⁹ confirmam a tendência de expansão ao longo dos anos, já apresentada na coleção anterior e atualizam a área de lavra ocupada pela atividade nos diferentes territórios e categorias fundiárias. Entre as TIs, destacam-se a TI Kayapó, com 11.542 ha de área ocupada, a TI Munduruku, com 4.744 ha, e a TI Yanomami, com 1.557 ha. De acordo com o método do MapBiomass, os números ainda estão subestimados. Segundo Molina *et al*:

O mapeamento com imagens de satélite de alta resolução de áreas de garimpo nas TIs Yanomami e Munduruku, por exemplo, realizado por sistemas de monitoramento regionais, indicam números ainda

⁸ Projeto MapBiomass - Mapeamento da superfície de mineração industrial e garimpo no Brasil - Coleção 6, acessado em [DATA] através do link: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf

⁹ A Coleção 7.1 do MapBiomass inclui dados anuais de cobertura e uso da terra para o período de 1985 a 2021. Disponível em <<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>>



maiores. Na TI Yanomami, o Sistema de Monitoramento do Garimpo Ilegal (SMGI), da Hutukara Associação Yanomami, identificou, até maio de 2022, uma área acumulada superior a 4 mil hectares, sendo que apenas no primeiro quadrimestre do ano a área destruída aumentou em 784 hectares. Na TI Munduruku, um levantamento realizado pelo Greenpeace em outubro de 2021, com validação de sobrevoos, registrou um total de 6.780 hectares destruídos (MOLINA *et al*, 2023, p. 8).

De acordo com o Ipam (2021), a ocorrência de garimpo ilegal representa um importante vetor de pressão que pode resultar em desmatamento, fogo e destruição (IPAM, 2021, p. 10). Ao todo, já foram desmatados aproximadamente 22 mil hectares de floresta por conta do garimpo em áreas que se consolidaram ao longo dos anos de 2019 e 2020. O garimpo de ouro também tem sido responsável pelo aumento exponencial da contaminação das águas por mercúrio em vários rios da Amazônia, incluindo o Curuá e tributários, que percorrem a TI Baú.

A forma descontrolada no uso de maquinários industriais, como dragas escariantes que perfuram o leito do rio e retroescavadeiras (PCs), causa também impactos irreversíveis ao solo, à qualidade das águas dos rios e igarapés, gerando paisagens degradadas e focos de desmatamento (ROCHA; LOURES, 2020, p. 345-346). A destruição e poluição dos rios afeta diretamente as fontes de alimentação aquáticas dos povos indígenas e compromete sua saúde pelo acúmulo de mercúrio na cadeia alimentar.

Inúmeros crimes e impactos à sociedade e ao meio ambiente podem ser associados ao garimpo, conforme está listado a seguir:

- Dos Crimes contra a Flora

- (1) Abertura desautorizada de vias de acesso;
- (2) Remoção desautorizada da vegetação o que favoreceu a compactação do solo na área instalada das estruturas de extração, beneficiamento e disposição do material extraído;
- (4) Derrubada desautorizada das árvores e do material lenhoso da área para a instalação de áreas úteis;
- (5) Instalação desautorizada de Estruturas para a extração de ouro;
- (6) Destruição da mata ciliar.

- Da poluição do ar, da água, do solo e visual



(7) Depreciação da qualidade do ar, devido ao lançamento de gases provenientes dos motores e de partículas sólidas, em virtude da utilização de maquinarias em diferentes operações. Aumento da concentração de partículas em suspensão (turbidez) na água, em virtude da lavagem da areia;

(8) Impacto visual, associado às instalações das estruturas, ao processo de retirada da vegetação, à estocagem da areia e à descaracterização da paisagem natural;

(9) Depreciação da qualidade física, química e biológica da água pelo lançamento de efluentes em virtude do uso de equipamentos de extração de areia nos leitos dos rios;

(10) Diminuição da possibilidade de usos múltiplos da água, tendo em vista o aumento da sua turbidez e a possibilidade de sua contaminação;

(11) Depreciação da qualidade do solo, decorrente da contaminação causada pelos resíduos (óleos, graxas, lubrificantes etc.) provenientes das máquinas utilizadas nos diferentes tipos de trabalho, decorrente também da diminuição da sua fertilidade, plasticidade e aeração, devido à compactação pelo uso de maquinários pesados, e da remoção da matéria orgânica nas áreas onde o solo foi exposto;

(12) Diminuição da infiltração de água no solo, devido à compactação ocasionada pelo uso de máquinas pesadas e à impermeabilização promovida pela instalação da infraestrutura do empreendimento;

(13) Contaminação da água causada pelos resíduos (óleos, graxas, lubrificantes) provenientes de maquinários utilizados nos diferentes tipos de operações. Aumento da concentração de partículas em suspensão (turbidez) no curso d'água, devido ao atrito do material mineral com o corpo líquido, durante o processo de extração de areia. Possibilidade de interferência na velocidade e direção do curso d'água, tendo em vista a eliminação de bancos de sedimentos presentes nos leitos dos rios;

(14) Assoreamento do manancial.

- Dos Crimes contra a Fauna:

(15) Estresse, afugentamento e morte da fauna silvestre, ocasionado pela geração de ruídos advindos do trânsito de maquinários e pelo aumento de presença humana no local.

Redução espacial do "habitat" silvestre por ocasião da erradicação da cobertura vegetal nativa nas áreas destinadas à instalação das estruturas de extração de areia e da rede viária.



Diminuição da capacidade de suporte do meio para a fauna silvestre, devido à redução do “habitat”. Estresse da fauna aquática, ocasionado pela geração de turbulência no curso d’água durante a extração de ouro e mortandade de animais.

Além dos crimes ambientais, de acordo com Molina *et al* (2023), outras infrações penais também são decorrentes da exploração do garimpo feita em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, como os crimes contra o patrimônio público, o tráfico de pessoas, a exploração sexual de mulheres e crianças (indígenas e não indígenas) e condições de trabalho análogas à escravidão. Ligados às cadeias de produção e comercialização de ouro, os autores também destacam a existência de esquemas criminosos de tráfico de mercúrio, drogas e armas.

18. PERCEPÇÃO DOS MEBENGÔKRE-KAYAPÓ DA TI BAÚ QUANTO AO EMPREENDIMENTO

Ao longo de todo o período de diálogo com os indígenas para a construção do presente Estudo, muitas dúvidas em relação a operação do empreendimento e dos possíveis impactos foram abordadas. Também foram relatadas as visitas monitoradas ao empreendimento realizadas em 10/02 e 13/02/2023 e apontadas dúvidas. Conjugam apontamentos da equipe técnica baseados nas entrevistas, nas reuniões, registros do empreendedor e nas conversas com os indígenas.

- **Recursos hídricos – principais apontamentos dos indígenas e esclarecimentos técnicos**

Durante a realização do presente estudo, pela equipe atual, os indígenas demonstraram preocupação em relação aos recursos hídricos, cujas questões envolveram suas dúvidas sobre a operação e beneficiamento do minério pelo empreendimento. Ao ser explicado com a demonstração dos vídeos de visita do empreendimento pela equipe técnica, foi esclarecido que não haverá uso de recursos hídricos e riscos de rejeitos, pois seria realizado o beneficiamento do minério na Mina Palito, no município de Moraes de Almeida/PA, sem quaisquer riscos de contaminação sobre os recursos hídricos que abastecem a TI Baú, e tampouco, a TI Menkragnoti, conforme questionado pelos indígenas.

Outra preocupação recorrente é sobre a qualidade da água. Durante a apresentação final do presente estudo, foi apresentado para os indígenas da Associação Indígena Mantinó os dados



analisados pelo estudo de qualidade de água dos rios Curuá, Baú e Pixaxá, e também, foi esclarecido aos indígenas sobre o curso dos principais rios que não seguem sentido à TI Menkrãgnoti, desta forma, não havendo risco através do meio físico e biótico.

- **Pressão Sonora (explosões de dinamites) - esclarecimento técnicos.**

Os indígenas também questionaram sobre o uso de explosivos, questionando o risco de afugentamento de caça e também de perturbação sonora nas aldeias. Entretanto, foi esclarecido que a atual equipe técnica ao visitar o empreendimento, também acompanhou a explosão de dinamites e não foi registrado ruídos, tais quais ocasionariam dispersão de caça ou mesmo o cotidiano indígena, visto a distância do empreendimento, mas, sobretudo, pelo ruído emitido ser o correspondente a “dois botijões em contato”, ou seja, não é possível ser percebido das aldeias.

Passivo Ambiental

O Passivo Ambiental, caracterizado pelo período de 2012 até atualmente, o qual consiste ao período de fase de instalação estimados, quando o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) concedeu ao empreendedor alvarás de pesquisa e a SEMAS/PA, concedido a Licença de Operação inicial em 04/08/2012. Outros processos de Licença Operação foram autorizados pela SEMAS/PA ao longo dos anos de 2011 e 2017.

As lideranças associadas a Associação Indígena Mantinó acordaram nos programas, as compensações referentes ao período. As lideranças associadas ao Instituto Kabu consideram agravante a presença do empreendimento na região, temendo, sobre o aumento da pressão no entorno do território.

No entanto, foi esclarecido para os indígenas que a empresa está localizada em área de pressão garimpeira, contudo, em função de ter direitos minerários, a companhia é obrigada a promover a recuperação ambiental e o combate ao garimpo. Foi constatado protocolos de denúncia¹⁰ de garimpo e desmatamento realizados pela empresa para órgãos competentes. Também foi constatado que os corpos hídricos dentro do empreendimento se encontram preservados, com mata ciliar, mesmo aqueles de origem antrópica da época do garimpo.

¹⁰Alguns números de protocolos de denúncias aos órgãos competentes: PROTOCOLO - SEI Nº 27205.850567/1990-65; PROTOCOLO - SEI Nº 27205.850568/1990-18; PROTOCOLO - SEI Nº 48405.850981/2006-14; Nº DO PROTOCOLO 2023/389622; e, PROTOCOLO SEI 08362.001225/2022-08 IPL 2021.0064616.



- **Sinergia com outros empreendimentos e a Pressão externa sobre o território - Aumento da pressão de caça, pesca e extração por invasores.**

A percepção Mebêngôkre-Kayapó sobre a interferência do empreendimento resulta do entendimento de ser *“mais um empreendimento no entorno do território”*, e com isso, compreendem como mais pressão sobre o território, sobretudo na caça, pesca e extrações oriundas de invasores, tais como o retorno do garimpo, da caça e pesca.

Borju, cacique da aldeia *Ronko*, questionou sobre a proximidade do empreendimento, da aldeia ser a mais próxima. Ele questionou sobre a pressão com a chegada de outras pessoas no território: *“Eu me preocupo com a segurança da aldeia, é a aldeia que fica mais perto do empreendimento e como você vê, a nossa estrutura, nós estamos ainda fazendo as coisas aqui, mas nós precisamos do apoio do empreendimento”*.

Imá, cacique da aldeia *Ronkojagot* reforçou sobre as necessidades físicas da aldeia, da proximidade do empreendimento e do medo de pessoas estranhas na comunidade.

Sobre as questões apontadas pelos indígenas, durante a apresentação final do estudo para as lideranças representadas pela Associação Indígena Mantinó, foi demonstrado a distância e rotas que os caminhões farão até a Mina Palito (**item 2.1.5**), não havendo nenhum tráfego pelas vicinais que dão acesso às aldeias, cujos acessos são limitados pelas fazendas do entorno. Outro ponto abordado, é a política da empresa na contratação interna de seus empregados, os quais retornam para suas cidades ou países.

E, sobretudo, ainda sobre a pressão externa sobre o território indígena, as lideranças apontam que mesmo com a distância do empreendimento em relação ao limite do território, o risco da pressão externa ocorre devido ao interesse de novos fluxos migratórios, ou de novos invasores, ou mesmo de pessoas que busquem pela região, devido a economia dos municípios e oportunidades de novos trabalhos, visto o desenvolvimento e a presença de novos empreendimentos, retomando, todas fases que perceberam da chegada de todo fluxo migratório que envolve a história do território, eles afirmam *“ser mais um empreendimento, mais pressão”*.

Durante o campo na aldeia Baú, em reunião com a comunidade, a preocupação sobre a pressão sobre o território foi bastante questionada. Com o monitoramento contínuo realizado pelo Instituto Kabu das TI's Baú e *Menkragnoti*, compreendem que não há uma estimativa de que o aumento contínuo do fluxo migratório e a pressão no entorno do limite do território diminua, afirmam. E, reforçam, o histórico territorial com a invasão de garimpeiros na região.



Eles temem, não apenas pelo aumento populacional no entorno ou municípios, mas também, do risco que a presença de uma mineradora, em uma área com histórico de conflito com garimpo, a médio e longo prazo, retornem.

Bepdjo, cacique da aldeia Baú, reforça:

“Eu quero que você mostre a nossa realidade, nós lutamos por essa terra, nós temos a frente de monitoramento e vigilância do território, se não fosse nós, estaria tudo acabado. Hoje, os kuben falam do clima, falam da natureza, mas quem protege a natureza? Somos nós. Hoje as nossas aldeias não têm estrutura, eu quero uma escola descente para os meus netos estudarem, eu quero um posto de saúde bom para a minha comunidade. Eu não quero ver kuben invadindo a nossa terra. Será que o empreendimento vai nos ouvir?” (*Bepdjo*, aldeia Baú, em 13/10/23).

Em relação a pressão sobre o território, compreende-se que o empreendimento se localiza a pouco mais de 10km do limite da TI Baú e **não** utiliza as vicinais próximas do acesso ao território indígena. Foi constatado que a dinâmica atual da empresa não favorece a pressão de outros empreendimentos, pois o empreendimento está localizado em área de assentamento e fazendas, não possuindo área de expansão e toda a metodologia minerária é subterrânea. O empreendimento prevê um máximo de 300 empregados, pois a metodologia de mineração é parcialmente artesanal (método Srinkage); desses 300 empregados, uma turma sempre estará de folga, mantendo uma rotatividade de pessoas e ficando aproximadamente 200 pessoas alojadas. Parte dos empregados ficam alojados no empreendimento ou já moram na região de Santarém/PA, Itaituba/PA e Novo Progresso/PA, além de empregados que moram migrados da Mina São Chico, desativada em 2023, em Moraes de Almeida/PA. Um outro contingente consta de peruanos que ficam alojados, mas residem no Peru. Outro ponto observado, as licenças de mineração e ambientais restringem aumento de capacidade atualmente.

Devido a empresa possuir há 20 anos outra mina na região, ela já desenvolveu fornecedores locais, possuindo aproximadamente 49% de aquisição de compras e serviços no estado do Pará, 35% num raio de 1000km e 16% de outros estados. A Força de trabalho também é de 70% do estado do Pará e os demais na sua maioria são peruanos não residentes no Brasil, não havendo migração para o projeto e pressão antrópica.



Desta forma, em diálogo com os indígenas que questionam a presença de mais um empreendimento na região, contudo, foi considerado que diretamente a empregabilidade do empreendimento é limitada, já que os empregados ficam alojados, contudo, indiretamente o projeto soma-se na prosperidade econômica do município e, indiretamente, pode atrair pessoas à procura de oportunidades. O estudo também considerou a sinergia com outros empreendimentos da região na avaliação técnica, podendo, desta forma, contribuir com a pressão sobre o território indiretamente.

- **Expectativa indígena em relação ao empreendimento.**

Para as lideranças indígenas as expectativas em relação ao empreendimento são grandes, visto já possuem em sua história a relação com outros empreendimentos e processos de licenciamentos ambientais, na região, tais como a BR-163 e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Para as lideranças representadas pela Associação Indígena Mantinó, a expectativa em relação ao empreendimento é que ele possa mitigar e compensar os impactos identificados através de medidas que fortaleçam as aldeias através de melhorias a serem implantadas para o bem estar da comunidade e o fortalecimento institucional. Segundo alguns relatos:

O ancião e pajé da aldeia *Kamau, Kabokin*, relata:

“Eu espero que esse trabalho vá muito longe para a nossa aldeia, que possa compensar e ajudar todos da aldeia. Há esperança na nossa comunidade. A gente precisa ser respeitado pela empresa que conheça a nossa realidade através do seu trabalho, que possa nos fazer ser reconhecidos” (Kakobin, aldeia Kamau, em 06/10/23).

Não muito distante da esperança, *Bepdjy-re*, da aldeia *Kamau*, expressa:

“Eu espero que esse empreendimento seja muito bom para nós, você está vendo a nossa realidade. É bom que alguém venha até nós e veja a nossa realidade, é essa que você está vendo. A aldeia tem muito o que melhorar, e nós esperamos que o empreendimento nos escute, entenda da nossa realidade e nos escute”. (Bepdjy-re, aldeia Kamau, em 06/10/23).

Pydja, cacique da aldeia *Ratxopreti*, ressalta *“eu me preocupo com o futuro das crianças, sem escola, como é que ficamos. A nossa história, tantos anos de luta, e eu espero que o empreendimento possa auxiliar com as nossas demandas”*.



As lideranças representadas pelo Instituto Kabu expressam muita expectativa em relação ao empreendimento, especialmente no âmbito de inclusão da TI *Menkragnoti* e do apoio ao a Proteção e Monitoramento Territorial e Fortalecimento Institucional. É importante ressaltar que a solicitação de detalhamentos do presente estudo, incluindo o histórico das aldeias e as relações de parentesco entre elas, demonstrando as dinâmicas das famílias, foi uma solicitação do Instituto Kabu, por meio de seus pareceres de monitoramento do presente estudo, bem como a inserção do detalhamento histórico bibliográfico mais amplo sobre a mobilidade social *Mebêngôkre-Kayapó*. Demonstrando, com isso, a alta expectativa referente ao empreendimento em relação aos dois territórios, pois se inserem em suas linhas de atuação: Fortalecimento Institucional e o Proteção e Monitoramento Territorial executadas pelos indígenas vinculados ao Instituto Kabu.

O estudo demonstra que o maior impacto do projeto é a expectativa indígena, ao qual, através de uma proposta de comunicação entre as comunidades e o empreendimento pretende-se mitigá-la. O empreendimento não promove nenhum tipo de impacto na TI *Menkragnoti*, localizada aproximadamente 70km do Projeto Coringa e, ressaltando, que o projeto se encontra fora da TI Baú. Outra observação importante, o empreendimento não possuirá bacia de rejeito, portanto, não terá Zona de Auto salvamento (ZAS) e, tampouco, Zona de Inundação ou outros impactos indiretos associados, conforme a Resolução ANM nº95/2022. O tráfego rodoviário não utilizará e nem terá nenhum acesso às Terras Indígenas e nem em suas proximidades, tampouco na TI *Menkragnoti*.

Outro ponto elencado, foi a relação de parentesco que demonstra as dinâmicas internas, envolvendo as relações diversas com outras aldeias que compõe o bloco Kayapó. O estudo demonstrou que apesar do grau de parentesco, no caso da TI *Menkragnoti*, questionado pelos indígenas, mesmo abrangendo os municípios de Altamira (PA), Matupá (MT), Peixoto de Azevedo (MT) e São Felix do Xingu (PA), há vínculos parentais envolvendo a mobilidade indígena e toda a dinâmica social Kayapó, as quais se estendem muito além dos limites da TI Baú. Desta forma, a dinâmica indígena é muito mais ampla e subjetiva a proposta de análise do estudo.

Conforme o Protocolo de Consulta Kayapó, a consulta deve garantir a ampla participação de todas as aldeias da TI Baú, por isso, o estudo, baseado no Termo de Referência da Funai, está voltado para a TI Baú. Vale ressaltar. E, é importante ressaltar que foi aprovado pelos indígenas em 2022 o Plano de Trabalho e o Cronograma de Campo na TI Baú. Contudo, é importante ressaltar, que a reunião final com as aldeias Baú e Kamure não foram autorizadas de ocorrer. O detalhamento dos fatos será explanado nas considerações finais do presente estudo.



19. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

O objetivo da avaliação dos impactos, sua identificação e proposição de medidas correlatas é a regularização do licenciamento ambiental do empreendimento em questão. Cumpre destacar que os efeitos identificados, de acordo com as características do empreendimento e para efeito deste estudo, relacionam-se a fase de instalação (passivo ambiental) e operação (impactos ambientais), sendo os relacionados à fase de instalação estimados, visto o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ter concedido ao empreendedor alvarás de pesquisa e a SEMAS/PA, concedido a Licença de Operação inicial em 04/08/2012. Outros processos de Licença Operação foram autorizados pela SEMAS/PA ao longo dos anos de 2011 e 2017. Em 2019, a SEMAS é comunicada pela Funai sobre o enquadramento junto a Portaria Interministerial nº60/2015 para a realização do Estudo do Componente Indígena.

Os impactos identificados na TI Baú possuem natureza baixa, mas marcada pela presença de cumulatividade e sinergia do Projeto Coringa com outros empreendimentos de entorno. Evidenciou-se, assim, que seus efeitos sobre o modo de ser *Mebêngôkre-Kayapó* e a prerrogativa do bem viver indígena frente a proteção de seu território reforçam os impactos cumulativos da região. A presença do empreendimento, bem como os demais empreendimentos na região que foram motivados pela execução de diferentes projetos nacionais ou regionais de desenvolvimento e modernização, transformaram a paisagem e o antigo território indígena. O empreendimento, localizado pouco mais de 10km da TI Baú, não apresenta interferência direta sobre o território indígena, mas corrobora para a intensificação de impactos na região, cujo histórico envolve frentes de exploração e degradação desde a década de 1970. Em relação aos impactos sobre a TI Menkragnoti, questionado pelos indígenas associados ao Instituto Kabu, a qual se localiza a mais de 70km do empreendimento; não foram identificados impactos sobre a TI *Menkragnoti* dos meios socioeconômico, físico e biótico. Mas, considera-se a expectativa como muito alta.

Ao que se refere à operação do empreendimento, fase corrente, as atividades de operação não envolverão o beneficiamento do minério na planta do Projeto Coringa, o qual será transportado para a mina Palito, localizada em Moraes de Almeida e, portanto, não impactará os recursos hídricos que são de uso das comunidades indígenas da TI Baú.

Ainda sobre os recursos hídricos, durante o trabalho de campo, foi realizado coletas de água nos rios Curuaés, Baú e Curuá, com monitores indígenas, conforme apresentado no **item 13.2**. Apresentando, portanto, tanto nas variáveis coletadas *in loco* quanto pelo resultado das



variáveis analisadas em laboratório não foi observado a presença de contaminação nas águas superficiais, seja por carga orgânica ou por carga industrial/metais pesados.

Outro ponto bastante questionado pelos *Mebêngôkre-Kayapó* é sobre a geração de ruídos. Durante a avaliação da equipe técnica para monitorar os procedimentos de operação pelo empreendimento, foi acompanhado também a explosão realizada e analisado os relatórios de ruído do empreendimento, os quais são mínimos; não é possível ouvir da TI. Esse ponto também bastante questionado pelos indígenas, que foi esclarecido durante o trabalho de campo, com a apresentação dos vídeos de registros realizados pela equipe técnica no empreendimento.

Sobre a comunicação estabelecida entre o empreendimento e as comunidades indígenas, segundo os relatos indígenas, a empresa realizou uma apresentação do Projeto Coringa através de uma visita guiada com algumas lideranças e indígenas, bem como representantes das duas instituições indígenas, na planta do projeto e interior da mina do Projeto Coringa, realizadas em 10/02/23 e 13/02/23. Os indígenas que visitaram a mina obtiveram mais informações sobre o processo operacional do empreendimento, porém, as famílias que não puderam visitar ainda se sentem receosas. Em diálogo com as lideranças e membros da comunidade, eles sugeriram a possibilidade de campanhas extras de visita para os indígenas, o que poderá ser programado pelo empreendimento futuramente. A equipe técnica avaliou importante o empreendimento disponibilizar de um vídeo registrando os processos da exploração voltado para a compreensão indígena com tradução na língua para distribuição nas aldeias. Outro ponto interessante, a empresa possui um Programa de Comunicação interno com uma representante que mantém o diálogo com a comunidade indígena e com outras comunidades de assentamentos das vilas próximas ao empreendimento. A comunicação é avaliada como boa, mas estender o canal de comunicação através de campanhas é fundamental para a boa relação de vizinhança que deve ser realizado periodicamente pelo empreendimento junto as aldeias.

19.1 MÉTODOS E CRITÉRIOS APLICADOS

Os métodos para a análise dos impactos socioambientais do Projeto Coringa promovem sua identificação de forma sistemática. A mensuração dos impactos está concentrada na operação do empreendimento **não afetando diretamente** a vida dos *Mebêngôkre-Kayapó* da TI Baú.

A identificação dos impactos compreende sua qualificação e quantificação, considerando os seguintes aspectos: **I)** A caracterização socioambiental da TI Baú; **II)** A abrangência dos locais de uso voltados a mobilidade e à manutenção do modo de ser *Mebêngôkre-Kayapó*; **III)**



Compreensão das interpelações promovidas com a presença do Projeto Coringa, considerando suas atividades operacionais, e o modo de ser *Mebêngôkre-Kayapó*.

A análise e avaliação de impactos do empreendimento foi realizada com base nos seguintes pontos: **I)** Na visita operacional realizada pela equipe técnica junto aos responsáveis pelo empreendimento, avaliando os aspectos físicos e ambientais; **II)** Na avaliação participativa realizada junto aos *Mebêngôkre-Kayapó* e o uso do seu território e entorno; **III)** Avaliação das pressões do entorno territorial considerando a sinergia dos empreendimentos de acordo com o marco temporal dos mesmos; conforme apresentado ao longo do estudo.

Para a identificação e avaliação dos impactos ambientais foram utilizados como métodos: relatórios operacionais do empreendimento, tais como relatório de controle operacionais, matrizes e redes de interação e sobreposição de mapas em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (informações cartográficas), integrando a análise dos profissionais a partir das observações registradas in loco, revisões de literatura e a discussão dos registros em diálogo com os *Mebêngôkre-Kayapó* durante a pesquisa de campo.

Destaca-se que os impactos identificados tiveram como referência a percepção indígena sobre o empreendimento e as transformações do espaço geográfico e socioculturais, conforme previsto na Instrução Normativa Nº60/2015 da Funai. Deste modo, o conhecimento indígena sobre o ambiente foi articulado pelo saber técnico da equipe responsável pela elaboração deste documento. A avaliação dos impactos socioambientais realizada não se baseou em metodologias de quantificações determinadas a partir de notas ponderadas. A metodologia integrada à percepção indígena envolveu sua participação inclusive na consideração dos efeitos cumulativos gerados pelo empreendimento. A identificação e avaliação dos impactos ocasionados pelo Projeto Coringa desenvolveu os seguintes procedimentos:

- Definição da área influenciada pelo empreendimento e a localização dos limites da TI Baú, baseando-se na caracterização dos *Mebêngôkre-Kayapó* e no etnomapeamento, realizado em diálogo com a Associação Indígena Mantinó e o Instituto Kabu. Considera-se área de influência para o Componente Indígena toda a região identificada no etnomapeamento.
- Definição da metodologia de Avaliação de Impactos Ambientais considerando o Componente Indígena, baseada na listagem de controle operacional, matrizes, redes de interação, informações cartográficas e critérios de classificação de impactos;



- Análise quantitativa dos processos sinérgicos e cumulativos, por meio de diálogos da equipe técnica com os *Mebêngôkre-Kayapó da TI Baú* e com os técnicos responsáveis do Projeto Coringa;
- Identificação dos aspectos ambientais significativos relacionados a operação do empreendimento, especialmente aqueles que tendem a causar impactos socioambientais negativos; e, Avaliação e descrição dos impactos identificados
- compreendendo a elaboração de uma matriz de avaliação sistematizando a valoração de seus atributos, com a proposição de medidas mitigatórias e/ou compensatórias e programas socioambientais.

A metodologia de avaliação aplicada considera que o aspecto ambiental consiste no elemento de uma atividade que pode reagir com o meio (ISO 14.001:2015), causando ou podendo causar um impacto ambiental. Impacto ambiental é entendido como uma alteração brusca dos elementos socioambientais, resultantes de processos naturais ou sociais provocados pelo homem, de forma direta ou indireta.

As atividades do empreendimento passíveis de causar alterações nesses elementos referem-se às intervenções originadas pelo planejamento, implantação e operação, os quais poderão exercer, em diferentes graus, pressões sobre as variáveis socioambientais, originando aspectos e seus respectivos impactos de diferentes significâncias. Para a classificação dos impactos ambientais diagnosticados no presente Estudo de Componente Indígena, foram adotados os seguintes critérios:

Os impactos identificados junto ao grupo indígena foram organizados na Matriz de aspectos e impactos socioambientais e posteriormente avaliados seus atributos, fundamentados na NBR ISO 14.001 e referências bibliográficas. Entre os possíveis critérios de avaliação foram priorizados oito atributos:

- **Natureza:** refere-se à melhoria (**Positivo**) ou deterioração (**Negativo**) da qualidade ambiental;
- **Fase:** refere-se a qual fase do processo de licenciamento o impacto se relaciona, podendo ser de **Implantação** e/ou **Operação**;
- **Incidência:** refere-se as condições de ocorrência do impacto, podendo ser **direto** quando for uma decorrência do empreendimento; e **Indireto** quando o impacto



gerado resultar da combinação entre os efeitos decorrentes de uma ou diversas ações do empreendimento;

- **Probabilidade de Ocorrência:** pode variar entre **Certa**, quando o impacto ocorrerá inevitavelmente, independente das medidas de controle adotadas; **Provável**, quando a sua ocorrência for passível de controle mediante a adoção de medidas correlatas ou quando houver incertezas quanto a sua ocorrência; e, **Improável**, quando a sua ocorrência tiver baixa probabilidade de manifestar e ou a eficácia das medidas propostas reduzir drasticamente a sua ocorrência;
- **Duração:** refere-se à condição de permanência do impacto. Podendo ser **temporário** quando a alteração tiver duração determinada, cessando imediatamente ou após um período definido ou com a finalização da atividade que gerou; **permanente** quando o impacto representar uma alteração definitiva no componente ambiental ou para efeitos práticos, uma alteração que tem uma duração indefinida, persistindo mesmo quando cessada a atividade que o desencadeou; e, **Cíclico** quando se refere à alteração passível de recorrer em intervalos de tempos regulares;
- **Espacialização:** refere-se à distribuição e abrangência do impacto, sendo **localizado** quando tem abrangência espacial restrita e **Regional** quando ocorre de forma disseminada;
- **Reversibilidade:** refere-se à capacidade do sistema (ambiente afetado) de retornar ao estado anterior, quer seja pela simples finalização da atividade geradora ou quer seja pela aplicação de medidas corretivas, podendo ser **Reversível** ou **Irreversível**;
- **Temporalidade:** refere-se à escala temporal em que o impacto ocorre em relação à atividade geradora, sendo imediato quando ocorrer instantaneamente com o início da atividade; de **Curto Prazo** quando se instalar no período de dias a semanas; **Médio Prazo** quando ocorrer de semanas a meses; e, **Longo Prazo** quando ocorrerem com uma defasagem na escala de meses e anos; e
- **Cumulatividade:** refere-se ao caráter cumulativo ou não do impacto, quando avaliado em relação aos demais efeitos do empreendimento ou à interação deste com os outros fatores de pressão externa identificados na região, apresentando caráter **Linear** quando o efeito resultante corresponde à soma dos efeitos isoladamente (representado pela expressão matemática $x + x = 2x$); **Exponencial** quando o efeito resultante for superior à soma dos efeitos isolados (representado



pela expressão matemática $x + x = 3x$); ou ainda **Sinérgico** quando a combinação de fatores, sejam eles de origens semelhantes ou distintas, resultar em um impacto diferente dos originais (representado pelas expressões $x + x = z$ e $x + y = z$). Quando não forem identificadas características cumulativas ou sinérgicas para os demais fatores de pressão externa, seja pela temporalidade ou espacialidade, o impacto é classificado como **Não Cumulativo**.

Destaca-se que, de forma a englobar tanto as características cumulativas lineares e exponenciais quanto as sinérgicas de cada impacto, o critério de cumulatividade adotado considera a avaliação onde a sinergia sugere como um tipo de cumulatividade ocorrida entre dois fatores (TOMASSI, 1994).

Além desses critérios, descritos para cada impacto individualmente, no sentido de evitar a recorrência de impactos de relevância muito baixa (que pouco contribuam, da perspectiva da avaliação de impactos, na definição de medidas mitigadoras) condensou-se os 4 impactos identificados em 2 eixos distintos, para os quais foram caracterizados os critérios de magnitude e importância.

- **Magnitude:** refere-se à intensidade do eixo de impactos frente a um determinado fator ambiental ou área de ocorrência, podendo ser **Pequena, Média** ou **Grande**;
- **Importância:** refere-se à expressividade do eixo de impactos, devendo sua classificação considerar o conjunto da avaliação dos outros atributos em relação ao meio impactado, podendo o impacto ser de **Baixa, Média** ou **Alta Relevância**.

TABELA 27 QUADRO-RESUMO DOS MEIOS ENVOLVIDOS E DOS PRINCIPAIS IMPACTOS COMPILADOS PELOS EIXOS DE INTERFERÊNCIA.

Eixo de Referência	Principal Meio	Compila impactos negativos que...
Cultural	Socioeconômico	... geração de expectativas quanto ao empreendimento
Cultural	Socioeconômico	...aumentam a pressão antrópica sobre a TI e o seu entorno.
Ambiental (Fauna)	Biótico	...interagem de forma deletéria com a fauna nativa

Após a identificação dos impactos, cabe indicar medidas, na forma de ações específicas, ou indicar programas, que visam mitigar (controlar, prevenir, corrigir) ou compensar os eventuais danos que os impactos socioambientais possam acarretar sobre os impactos



ambientais ameaçados. Desta forma, as medidas e ou programas indicados foram avaliados os seguintes critérios:

- **Características:** Preventiva, Corretiva, de Monitoramento ou Compensatória.
 - o **Medidas Preventivas:** são indicadas com a finalidade de conter a ocorrência de determinado impacto.
 - o **Medidas Corretivas:** são aplicadas para corrigir os efeitos deletérios de impactos.
 - o **Medidas de Monitoramento:** visam monitorar os efeitos de determinada ação.
 - o **Medidas Compensatórias:** visam compensar os efeitos e ou indenizar determinada população afetada por um impacto irreversível;
 - o **Eficiência:** diz respeito ao grau de resolução das medidas para mitigar determinado impacto. A eficiência de uma dada medida está diretamente relacionada aos critérios de magnitude e reversibilidade dos impactos identificados. O grau de eficiência pode ser **baixo, médio** ou **alto**; e,
 - o **Responsabilidade:** identifica o responsável pela implantação da medida. Pode ser o empreendedor, órgãos intervenientes, poder público, concessionárias de serviços públicos, entre outros.

A sumarização das matrizes individuais de classificação de cada impacto identificados, bem como das matrizes de programas e medidas aplicáveis, será apresentada a seguir.

20. MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO, MEDIDAS E PROGRAMAS

A seguir serão apresentadas à **Tabela 28** com a matriz de avaliação dos impactos e a **Tabela 29** com as medidas e programas correspondentes aos eixos de interferência de acordo com o impacto identificado. Na **Tabela 30** é apresentado o resumo das medidas mitigatórias propostas por eixo de interferência.



TABELA 28 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DATI BAÚ.

MEIO	IMPACTO	ETAPA DO EMPREENDIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS						EIXO DE INTERFERÊNCIA	IMPORTÂNCIA PARA OS INDÍGENAS
		Planejamento	Implantação	Operação	Categoria	Duração	Reversibilidade	Probabilidade	Prazo de Manifestação	Magnitude		
					Neg/Pos	Tem/Cic/Per	Rev/Irr	Cert/Prov/Imp	Ime/Med/Long	Baix/Med/Alt		
SOCIAL	Geração de expectativas quanto ao empreendimento				Neg/Pos	Tem	Rev	Cer	Ime	média	CULTURAL	- ALTA
SOCIAL	Aumento da pressão antrópica sobre a TI Baú e o seu entorno				Neg	Tem	Rev	Prov	Med	baixa	CULTURAL	- ALTA



BIOTICO	Alteração na dinâmica ecológica/territorial da fauna relacionada à caça (Peixes, Quelônios, Aves e Mamíferos)			Neg	Tem	Rev	Imp	Med	baixa	AMBIENTAL	- ALTA
---------	---	--	--	-----	-----	-----	-----	-----	-------	-----------	--------



Medidas recomendadas para cada impacto identificado na TI Baú.

TABELA 29 MEDIDAS RECOMENDADAS PARA CADA IMPACTO IDENTIFICADO NA TI B

	Impactos	Eixo de interferência	Mag	Imp. Para os indígenas	Medidas recomendáveis	Programas Associados
1	Geração de expectativas quanto ao empreendimento	CULTURAL	média	Alta	<p>- Estabelecer um canal de comunicação com as comunidades. Detalhamento do Programa de Comunicação Social Indígena no item 22.1.</p> <p>-Programa de Fortalecimento Institucional Indígena (detalhamento no item 22.2).</p> <p>-Programa de Mitigação da Interferência da População exógena contratada (detalhamento no item 22.4).</p>	<p>-Comunicação Social Indígena; -Fortalecimento Institucional Indígena;</p> <p>-Programa de Mitigação da Interferência da População exógena contratada.</p>



2	Aumento da pressão antrópica sobre a TI Baú e o seu entorno	CULTURAL	baixa	Alta	-Programa de Fortalecimento Institucional Indígena (detalhamento no item 22.2). -Detalhamento do Programa de Apoio a Proteção Territorial no item 22.3 ; -Programa de mitigação da interferência da população exógena contratada. (Detalhamento no item 22.4);	-Fortalecimento Institucional Indígena; -Programa de Apoio a Proteção Territorial;
3	Alteração na dinâmica ecológica/territorial da fauna relacionada à caça (Peixes, Quelônios, Aves e Mamíferos)	AMBIENTAL	baixa	Alta	-Programa de Apoio a Proteção Territorial (Detalhamento no item 22.3).	- Programa de Apoio a Proteção Territorial.



A **Tabela 30**, tem como objetivo apresentar a reavaliação dos impactos quanto à magnitude e a reversibilidade a partir das medidas mitigatórias propostas:

TABELA 30 QUADRO-RESUMO DAS MEDIDAS MITIGATÓRIAS PROPOSTAS POR EIXO DE INTERFERÊNCIA.

Eixo de interferência	Antes das Medidas		Programas Aplicáveis	Caráter	Eficiência das Medidas	Responsável	Depois das Medidas	
	Magn.	Imp					Magn.	Imp
CULTURAL	média	média	-Programa de Comunicação Social Indígena; -Fortalecimento Institucional Indígena; -Programa de Mitigação Interferência da População Exógena contratada.	Compensatória	Alta	Empreendedor	Alta	Alta
CULTURAL	baixa	baixa	-Fortalecimento Institucional Indígena; -Programa de Apoio a Proteção Territorial;	Mitigatória	Alta	Empreendedor	Alta	Alta
AMBIENTAL	baixa	baixa	-Programa de Apoio a Proteção Territorial.	Mitigatória	Alta	Empreendedor	Alta	Alta



21. CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS.

Considerando o exposto no **item 18**, acerca das percepções *Mebêngôkre-Kayapó*, (que vê com grande ressalva quaisquer alterações significativas no meio ambiente) sobre o empreendimento, o **Item 19**, sobre identificação e avaliação de impactos, bem como os efeitos sinérgicos que os impactos do empreendimento podem apresentar com outros projetos e obras na região, a equipe técnica optou por avaliar uma análise minuciosa, avaliadas individualmente, considerando a percepção indígena, conforme detalhado no item a seguir.

21.1 EIXO DE INTERFERÊNCIA 01 - CULTURAL

O primeiro eixo de interferência expressa dois impactos indiretos identificados do empreendimento sobre o território na perspectiva indígena, considerando o passivo do impacto e os efeitos sinérgicos, serão detalhados a seguir, na **Tabela 31. TABELA 31 CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS - EIXO 01 CULTURAL.**

Impacto	Descrição	Caracterização
A expectativa indígena frente em relação ao empreendimento	A presença do empreendimento causou muita expectativa em todas as aldeias, conforme os relatos apresentados no 9.4.	do Impacto Negativo e Indireto , ocorre na operação do empreendimento, com incidência certa e ocorrência curto prazo . Possui caráter temporário e reversível . Apresenta sinérgica interação com outros impactos.
Aumento da pressão antrópica sobre a TI Baú e o seu entorno	A presença do empreendimento no entorno da TI corrobora para o aumento populacional através do interesse no desenvolvimento socioeconômico regional e de oportunidades de exploração dos recursos naturais no entorno da Terra Indígena, podendo contribuir com a pressão sobre o território.	do Impacto Negativo e Indireto , ocorre na operação do empreendimento, com incidência Provável e reversível . Apresenta sinérgica interação com outros impactos.



Considerando os impactos listados acima, o eixo de interferência foi classificado como de magnitude **média** e importância **alta**.

21.2 EIXO DE INTERFERÊNCIA – AMBIENTAL.

O segundo eixo de interferência expressa os impactos identificados no meio biótico, conforme apresentado na **Tabela 32**, a seguir.

TABELA 32 CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS - EIXO 02 AMBIENTAL.

Impacto	Descrição	Caracterização
Alteração na dinâmica ecológica/territorial da fauna relacionada à caça (Peixes, Quelônios, Aves e Mamíferos)	<p>A dinâmica atual da empresa Impacto com natureza descaracteriza a mobilidade adversa e incidência indireta, de empregados circulando no sinérgica, com baixa entorno da TI, visto a probabilidade de ocorrência empresa trabalhar no em virtude da distância do sistema de alojamento. No empreendimento em relação entanto, sinergicamente, à TI, de abrangência limitada com outros e reversível, ou seja, ocorre empreendimentos, poderá um determinado local, de ocorrer o aumento de ofertas relevância marginal, com de empregos diretos e duração temporária, indiretos, é provável que somente no período em que durante a operação do os trabalhadores circularem empreendimento que haverá na região.</p> <p>aumento de contingente populacional indireto na região, de forma que isso poderá acarretar um maior fluxo de pessoas circulando no entorno da TI. Tal movimentação, poderá acarretar numa maior pressão de captura e caça das espécies conhecidas como xerimbandos e cinegéticas, principalmente na pesca, potencializada com a utilização de petrechos proibidos, como redes. Durante as atividades de campo, foi evidenciada a pesca por não indígena no rio Curuá, próximo à aldeia</p>	



	<p>Ratxopreti. O aumento no número de pessoas pescando, poderá acarretar uma competição pelas principais espécies admiradas por pescadores, indígenas e não indígenas. O mesmo, pode ocorrer com as principais espécies utilizadas na caça e a pesca são as principais fontes proteicas das comunidades.</p>	
--	--	--

Considerando os impactos listados acima, o eixo de interferência foi classificado como de magnitude **baixa** e importância **baixa**.



22. DIRETRIZES GERAIS DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS PROPOSTOS

22.1 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL INDÍGENA

O Programa de Comunicação Social Indígena visa orientar as ações de comunicação entre o empreendimento em operação e sua área de influência, de forma a garantir a boa convivência e o diálogo entre os diversos atores sociais envolvidos. Compreende-se que as comunidades indígenas da área do estudo, afetadas indiretamente pelo empreendimento, deverão ser consideradas nas ações do Programa de Comunicação Social Indígena como um todo, principalmente no que diz respeito às interferências passivas de ocorrer, em seu cotidiano. Há a necessidade de se manter canais de comunicação adequados com a população residente nas comunidades e seus representantes, evitando assim qualquer expectativa ou insegurança. Deste modo é importante manter um canal de comunicação para reduzir dúvidas ou receios acerca do empreendimento, prestando informações claras, utilizando-se de diferentes formas de comunicação que se façam necessárias, figurando, portanto, enquanto um canal de comunicação é necessário estabelecer meios para que as comunidades também se manifestem. Propõe-se também que sejam desenvolvidas ações adicionais específicas, como as que interligam o Programa de Comunicação Social Indígena a todos os demais programas e a contratação de consultores ou comunicadores indígenas em uma linha de ação que prioriza a comunicação comunitária.

Justificativa: O Programa de Comunicação Social Indígena justifica-se por ser uma prática que se desenvolveu no contexto de organizações e movimentos sociais como uma ferramenta de participação e formação política. É uma modalidade de comunicação que tem como característica o exercício da participação direta das partes de interessados, onde é possível que os receptores das mensagens sejam também produtores e emissores no processo de comunicação.

Objetivo Geral: Desenvolver ações que contribuam para um relacionamento positivo, uma comunicação dialógica e contínua entre os diversos atores envolvidos no empreendimento e as comunidades indígenas da área do estudo.

Objetivos Específicos:



São objetivos do Programa:

- Estimular a participação ativa dos membros das comunidades indígenas, nas ações de comunicação;
- Fornecer à população Mebêngôkre-Kayapó informações sobre as atividades que envolvem o Programa Básico Ambiental, cronograma de execução e as atividades correspondentes as ações planejadas;
- Divulgar as informações pertinentes ao empreendimento e aos demais programas a serem implantados ou contratações realizadas;
- Estabelecer canais de comunicação entre o empreendedor e as comunidades afetadas indiretamente pelo empreendimento;
- Criação de um canal de comunicação com um representante da empresa que esteja alinhado na comunicação com as lideranças por meios acessíveis, tais como telefone/WhatsApp, o qual possibilite ouvir os indígenas e comunicar sobre as etapas de execução do Plano Básico Ambiental;
- Compor 01 comunicador indígena por associação (Associação Indígena Mantinó e Instituto Kabu) a fim de facilitar a comunicação entre empreendimento e comunidades;
- A elaboração de um vídeo da operação do empreendimento em linguagem simplificada e traduzido para a língua *Mebêngôkre-Kayapó* para ser distribuído nas aldeias, nas duas representações institucionais indígenas;
- Criação de mecanismos indicadores de satisfação e grau de interferência que possam estar ocorrendo com as comunidades indígenas;
- Divulgação prévia da execução de quaisquer ações previstas no cronograma do Plano Básico Ambiental Indígena pela executora;
- Campanha de comunicação social e relacionamento entre empreendimento e comunidades: deverá promover uma campanha anual com as duas associações, na qual poderá envolver o apoio a alguma ação positiva (apoio festivo, ou deslocamento, ou doação de material) com a intenção de gerar impacto positivo na relação entre o empreendimento e comunidade;
- Construir um relacionamento de confiança entre o empreendedor e as comunidades envolvidas.

Público Alvo: aldeias da TI Baú e prestadores de serviços.



Comunidades envolvidas: aldeias da TI Baú: *Ratxopreti, Roitikore, Baú, Kamaú, Ronko, Kamure, Ronkojagot e Krambarj.*

Metodologia: As ações de comunicação, bem como a sua implantação, deverão observar as especificidades de cada comunidade, suas dinâmicas internas de convivência e sua cultura. Pretende-se com a implantação do Programa de Comunicação Social Indígena, cujo o público envolvido, possua 01 representante de comunicação indígena por associação, os quais estejam aptos, como comunicadores indígenas, a discutir, transmitir e fornecer informações sobre o empreendimento e suas interferências positivas ou negativas para a comunidade. Neste sentido, opta-se pela colaboração participativa e efetiva nos diagnósticos e planejamento em todo o processo que envolve o projeto, durante o período de operação da mineradora, de modo a possibilitar o comprometimento e a participação ativa das partes interessadas. Desta forma, os comunicadores indígenas, um de cada associação, serão os responsáveis em transmitir para as comunidades ações previstas, bem como contribuir na distribuição das informações acerca da operação do empreendimento por meio da divulgação da elaboração de um vídeo informativo sobre a operação do empreendimento a ser construído (com tradução na língua materna) pelo empreendedor, junto com os comunicadores, para divulgação nas comunidades. E, ainda, se comprometer para que a comunicação interna nas comunidades chegue até o empreendimento, para manter a boa relação entre partes interessadas. O empreendedor deverá promover uma campanha anual para cada associação indígena a fim de promover alguma atividade festiva ou de apoio em materiais ou deslocamento dos indígenas com o intuito de manter a boa relação entre as partes.

Descrição das Atividades:

- **Reuniões de planejamento participativo:** Antes do início efetivo do programa, são necessárias reuniões de planejamento participativo das ações de comunicação social que serão desenvolvidas em alinhamento com os demais programas a serem executados. Essas reuniões são fundamentais para a boa conduta do Programa, pois ajudam na atualização de quaisquer alterações que possa ocorrer na execução do projeto ou nas comunidades;
- **Equipe de comunicadores indígenas:** Deve-se para cada associação indígena ser elencado um responsável indígena, que deverá ser contratado pelo executor, e será responsável pelas atividades de mobilização das comunidades das ações a serem



realizadas pelo Programa de Comunicação Social Indígena em interface com os outros programas e das possíveis contratações de consultoria ou serviços técnicos que executará as ações dos programas; **Reunião de esclarecimento sobre o**

- **empreendimento:** Deverão ser realizadas reuniões com as equipes técnicas ou contratações pela execução das ações previstas nos programas para esclarecer a respeito das normas relativas à interferência em comunidades indígenas. Essa atividade deverá estar vinculada com o Programa de Mitigação da Interferência da População exógena contratada. É importante a validação junto aos comunicadores indígenas as diretrizes de comunicação e relacionamento com as comunidades indígenas envolvidas da área do estudo e, também, em relação ao público externo (prestadores de serviços), seja realizado o esclarecimento quanto às abordagens e contato junto às populações das comunidades. Estes profissionais deverão ser orientados acerca da boa convivência e de respeito junto aos comunitários e também da relação da comunidade com o empreendimento. **Produção de Material**
- **Informativo:** Deverão ser produzidos materiais informativos dirigidos aos prestadores de serviços do empreendimento e prestadores de serviços responsáveis pela execução de atividades nas comunidades, orientando a convivência com as comunidades indígenas. Todas peças gráficas devem utilizar linguagem simples e de fácil compreensão. O conteúdo apresentado neste material incluindo a escolha de temas a serem abordados deverá ser desenvolvido em conjunto com os comunicadores indígenas contratados pela executora. E, para as comunidades envolvidas, deverá ser elaborado um vídeo informativo, no qual apresente de maneira esclarecedora as atividades do empreendimento e traduzidos na língua materna pelos comunicadores indígenas, que serão também os responsáveis em difundir as informações nas comunidades. **Visitas às comunidades:** Durante as campanhas de campo previstas no Programa de Comunicação Social Indígena envolvendo todas as ações dos demais programas, deverão ser realizadas o alinhamento com os comunicadores indígenas e o planejamento do cronograma previsto ou de possíveis alterações que ocorram ao longo da execução do projeto para acompanhamento das etapas a serem executadas pelos demais programas deverão ser monitoradas pelos comunicadores indígenas em diálogo com o Comunicador Social do empreendimento. As informações do planejamento



deverão ser repassadas para o empreendimento ao menos uma vez por mês com os seguintes objetivos:

- o Estabelecer diálogo com os membros da comunidade, em especial lideranças e os comunicadores indígenas;
- o Possibilitar o conhecimento do empreendimento pelas comunidades – da operação e demais Programas;
- o Proporcionar oportunidade para esclarecimentos de dúvidas da comunidade;
- o Realizar reuniões que promovam uma comunicação transparente e contínua entre o empreendimento e a comunidade sobre o projeto do empreendimento, questões de segurança, resultado dos Programas Ambientais e a execução de ações de outros programas;
- o Promover o bom relacionamento entre empreendimento e comunidade através de uma campanha anual de relacionamento; e,
- o Acompanhamento dos demais programas e/ou contratações de prestadores de serviços ou consultores.
- o Dialogar com o Programa de Mitigação da Interferência da População Exógena contratada, com o objetivo de prevenir quaisquer interferências na cultura indígena.

Metas:

- Tornar os canais de comunicação eficazes;
- Promover a conscientização e o entendimento da comunidade sobre as especificidades do empreendimento em operação;
- Promover a prevenção de quaisquer transtornos envolvendo a presença de pessoas externas na execução das ações previstas nos demais programas;
- Promover a boa relação entre empreendimento e comunidade, respeitando o diálogo e a consulta junto aos indígenas.

Indicadores:

- Número de indígenas presentes em reuniões e encontros que venham a ser realizados;
- Número de reclamações registrados no canal de comunicação aberto as comunidades;
- Número de indígenas participantes da campanha de relacionamento com o empreendimento;



- Número de indígenas esclarecidos sobre a operação do empreendimento e suas atividades.

Interface com outros programas:

- Programa de Fortalecimento Institucional Indígena;
- Apoio a Proteção Territorial;
- Programa de Mitigação da Interferência da População Exógena contratada.

Atendimento aos Requisitos Legais e/ou outros requisitos

- Constituição Federal – 1988: artigos 215, 216 e 231;
- Portaria Interministerial nº60, de 24 de março de 2015;
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Recursos Necessários

- **Recursos Humanos:** A implementação do Programa será de responsabilidade do empreendedor e deverá contar com uma equipe técnica interdisciplinar constituída por:

TABELA 33 RECURSOS HUMANOS DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL INDÍGENA.

Quantidade	Profissional	Responsabilidade
01	O Empreendimento deverá ter Coordenador/Comunicador social com experiência com comunidades indígenas	Coordenar a frente de diálogos com a instituição indígena executora, acompanhar os recursos materiais, financeiros e logísticos, além de fechamento de relatórios
02	Comunicadores de Campo Indígenas, sendo um por associação indígena.	Realizar as ações de comunicação para mobilização e disseminação de informações nas comunidades
02	Tradutores indígenas, sendo um por associação informativa.	Participar da elaboração do vídeo
01	Elaborar o projeto gráfico e layout do Designer gráfico a ser contratado pela associação executora.	material informativo produzidos no Programa.

Recursos materiais:



- **Materiais fixos para Usos no Programa:** Equipamentos eletrônicos: 01 Notebook, 01 impressora simples com escâner e 01 Telefone celular simples que atendam as necessidades de comunicação;
- Materiais de papelaria: Listas de presenças, diários de campo para anotação das atividades, materiais gerais de escritório (canetas, prancheta, folha de papel sulfite; cartucho de tinta para impressora); e,
- Impressão de folhetos para entrega junto aos prestadores de serviços;
- Produção de um vídeo informativo com tradução na língua materna com distribuição por meio de mensagem (WhatsApp) e que alcancem o público de 300 residências indígenas; Estabelecer um canal de comunicação direto para que as comunidades possam se manifestar em diálogo com o empreendimento. **Logística:** Deverá ser previsto a logística para que os comunicadores realizem a execução e o monitoramento de ações previstas nos programas com apresentação das notas referente as ações realizadas.
- **Acompanhamento e Avaliação:** Atas de reuniões; Lista de presença; Relatório das atividades executadas com fotografias; Avaliação indígena anual das ações executadas.

Cronograma previsto anual:

-
-
-
-
-
-

Deverá ser realizado um planejamento prévio das ações a serem executadas anualmente pelo empreendedor em diálogo com as associações para orientar a elaboração do Plano de Trabalho referente as ações do PBA-CI. Desta forma, sugere-se:

TABELA 34 CRONOGRAMA ANUAL DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL INDÍGENA

Atividade/Produtos	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Mobilização de equipe	x											
Campanha de reconhecimento		x										
Reunião de planejamento		x	x									X



Entrega do PT com cronograma das ações planejadas			x	x								
Reuniões com a equipe gestora e demais programas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
Produção de material informativo			x	x	x							
Distribuição dos materiais informativos (ao longo de todas ações de todos os programas)				x	x	x	x	x	x	x	x	X
Execução	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Monitoramento e Avaliação das ações executadas			x			x			x			X
Relatórios parciais e final.			x			x			x			x

Responsável pela implementação do Programa: A execução do programa será realizada por meio de **convênio** entre o empreendimento e as associações indígenas, sendo a Associação Indígena Mantinó e o Instituto Kabu, as executoras responsáveis pela implementação do programa em diálogo com o empreendimento.

22.2 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL INDÍGENA.

No Brasil, as associações de bases comunitárias acumulam múltiplos papéis de protagonismo político, tais como: a reivindicação e participações em conselhos consultivos e deliberativos de políticas públicas; gestão de projetos financiados por órgãos governamentais e privados, interlocução com diferentes atores que de alguma forma se relacionam com as comunidades indígenas ou impactam seus territórios. É importante ressaltar que o enfrentamento político na defesa dos direitos indígenas é insuficiente para garantir sua liberdade e autonomia frente à pressão exercida pelos interesses econômicos existentes no entorno das comunidades. Na TI Baú, o protagonismo indígena é representado pela organização de duas associações na tomada de decisões, ou seja, a Associação Indígena Mantinó e o Instituto Kabu. Durante a



construção do presente ECI/PBA, as lideranças manifestaram demandas inerentes a sua realidade de maneiras distintas, conforme apresentado, a seguir.

A **Associação Indígena Mantinó** compreende o fortalecimento institucional através de ações que apoiem suas tomadas de decisões por direito e na execução de melhorias nas instalações e do bem-estar das aldeias.

Neste sentido, buscando atender o detalhamento apresentado pela Associação Mantinó, a qual optou como resposta ao apoio ao fortalecimento institucional manter o que foi acordado através de um acordo judicializado - no qual o empreendimento contribui com uma taxa mensal para a manutenção da associação no valor de R\$40.000,00; e, também, o apoio que na construção do detalhamento do presente programa, ficou acordado as compensações visando atender a demanda institucional para o seu fortalecimento através da atenção ao detalhamento apresentados na **Tabela 35**, mais abaixo. **O Instituto Kabu não autorizou a realização da reunião**

para apresentação da etapa final do

estudo, envolvendo a apresentação dos Impactos identificados e da construção participativa dos programas ambientais, respondendo, portanto, a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) orientada pela OIT 169, conforme relatado no **Item 2.2** do presente estudo.

Desta forma, não foi possível concluir esta etapa do estudo. Ressalta-se que durante a construção do presente estudo em diálogo com as lideranças das aldeias vinculadas ao Instituto Kabu, foram caracterizadas algumas de suas demandas, apresentadas no **item 7**. Mas, sem a participação efetiva na construção do presente documento, **não é possível detalhar sem a consulta realizada com a participação dos indígenas o detalhamento correspondente as aldeias vinculadas ao Instituto Kabu.**

Justificativa: O Programa de Fortalecimento Institucional justifica-se através de ações que visam: garantir o fortalecimento participativo das comunidades indígenas na implantação de ações destinadas a promoção de seu protagonismo e de minimizar quaisquer impactos advindos de impactos causados sobre o seu território e, de fortalecer a sua identidade étnica.

Objetivos: As ações devem ser realizadas com o objetivo de incentivar e promover a gestão organizacional e a luta por seus direitos e a tomada de decisões. E, apoiar as tomadas de decisões que orientam o protagonismo indígena na melhoria das decisões apresentadas.

Objetivos específicos:

No âmbito institucional, busca-se:



- Promover o fortalecimento institucional e a sua auto-gestão, na tomada de decisões;
- Apoiar encontros ou reuniões indígenas que envolvam tomadas de decisões;
- Apoiar através de melhorias de instalações ou de materiais diagnosticadas no presente programa a fim de fortalecer as decisões indígenas.

Público Alvo: lideranças indígenas e membros associativistas das aldeias da TI Baú e suas representações institucionais (Associação Indígena Mantinó e Instituto Kabu).

Comunidades envolvidas: aldeias da TI Baú: *Ratxopreti, Roitikore, Baú, Kamaú, Ronko, Kamure, Ronkojagot e Krambarj.*

Metodologia:

A construção das ações correspondentes deverá ser orientada através da participação indígena em todas as etapas do presente programa, a saber:

- **Planejamento participativo:** realizar reuniões de planejamento em diálogo com as lideranças e comunicadores indígenas para a elaboração do cronograma do programa. O planejamento deverá ocorrer de maneira colaborativa a fim de ser pensado coletivamente o quadro de atividades para organização das prioridades elencadas pelas associações.
- **Oficinas de Capacitação:** o empreendimento deverá dar atenção a Oficinas de Capacitação de Gestão Administrativa Institucional.
- **Apoio as organizações indígenas:** a executora deverá realizar um planejamento de logística para a mobilidade de lideranças para a realização de reuniões de planejamento e apresentar para o empreendimento.
- **Apoio de encontros indígenas:** o empreendimento deverá contribuir para o fortalecimento de encontros indígenas a fim de promover o fortalecimento institucional.
- **Apoio na instalação e/ou construção e/ou aquisição de bens materiais:** o empreendimento deverá realizar alinhamento com as lideranças sobre o cronograma de execução das demandas apontadas pelos indígenas, conforme apresentado na **Tabela 35**, a seguir. Observa-se, contudo, que não houve a consulta junto as lideranças das aldeias Baú e Kamure, vinculadas ao Instituto Kabu.



TABELA 5 DETALHAMENTO PROGRAMA D E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Aldeia	Distância do empreendimento	Detalhamento
Ratxopreti	55km	<p>-02 placas de energia solar, 01 freezer horizontal para o bem-estar da aldeia e 01 internet compatível a região;</p> <p>-Revitalização do posto de saúde em alvenaria da aldeia com edificação pronta. Requer a avaliação de um engenheiro ou arquiteto, a ser contratado pela associação executora, em diálogo com o empreendimento, para elaboração de um projeto de melhorias, pois exige a recuperação das paredes com infiltração, algumas janelas e principalmente o telhado infestado por morcegos e, também toda pintura;</p> <p>- 01 Poço artesiano e bomba com placa solar;</p> <p>-Reestruturação da casa de artesanato.</p>
Baú	29km	<p>Não houve a consulta de alinhamento do detalhamento apresentadas no item 7, do presente estudo.</p>
Kamaú	28,5km	<p>-02 placas de energia solar, 01 freezer horizontal para o bem-estar da aldeia e 01 internet compatível a região;</p> <p>-Revitalização da escola de alvenaria da aldeia. Requer a avaliação de um engenheiro ou arquiteto, a ser contratado pela associação executora, em diálogo com o empreendimento, para avaliar a ampliação para melhor conforto térmico das crianças, adultos e professores; a possibilidade de ampliação de sala de aula e área; pintura e instalações;</p> <p>-Revitalização do posto de saúde em alvenaria da aldeia com edificação pronta. Requer a avaliação de um engenheiro ou arquiteto, a ser contratado pela associação executora, em diálogo com o empreendimento, para elaboração de um projeto de melhorias, pois exige a recuperação das paredes com infiltração, algumas janelas e principalmente o telhado infestado por morcegos e, também toda pintura;</p> <p>-01 Poço artesiano e 01 bomba com placa solar;</p> <p>- 01 Trator agrícola pequeno e parcela única de R\$50mil para a melhoria na Casa do Guerreiro;</p> <p>-01 Veículo comunitário;</p> <p>-Apoio para 05 jovens indígenas cursarem Tec. Enfermagem em NP sendo 01 jovem por ano;</p> <p>-Apoio para 05 jovens indígenas tirarem a CNH em NP, sendo os 05 jovens de uma vez só, ficando para decidir qual será o ano conforme o cronograma de execução;</p> <p>-Apoio na manutenção no valor de R\$ 50 mil, correspondendo as duas caminhonetes, uma única vez.</p>



Ronko	18,5km	-02 placas de energia solar, 01 freezer horizontal para o bem-estar da aldeia e 01 internet compatível a região; -01 Poço artesiano e 01 bomba com placa solar; Construção de 01 Casa de Farinha. executora deverá contratar um arquiteto ou engenheiro para a elaboração de um projeto pequeno e de sua execução. -01 Veículo comunitário; -Reestruturação da casa de artesanato.
Kamure	19km	Não houve a consulta de alinhamento do detalhamento apresentadas no item 7, do presente estudo.
Ronkojagot	38km	-02 placas de energia solar, 01 freezer horizontal para o bem-estar da aldeia e 01 internet compatível a região; -01 Poço artesiano e 01 bomba com placa solar; -Construção de 01 Casa Farinha. A associação indígena executora deverá contratar um arquiteto ou engenheiro para a elaboração de um projeto pequeno e de sua execução. -Construção de 01 Casa de Artesanato. -02 placas de energia solar, 01 freezer horizontal para o bem-estar
Krambarj	72km	da aldeia e 01 internet compatível a região; -01 Poço artesiano e 01 bomba com placa solar; --Construção de 01 Casa de Artesanato. -02 placas de energia solar, 01 freezer horizontal para o bem-estar
Roitikore	Aproximadamente 65km.	da aldeia e 01 internet compatível a região; -01 Poço artesiano e 01 bomba com placa solar; -01 Casa de Farinha.

Metas:

- Garantia da participação indígena na tomada de decisões;
- Fortalecimento Institucional;
- Apoio nas melhorias das aldeias a fim de fortalecer as instituições indígenas.

Indicadores:

- Atender o detalhamento proposto pelos indígenas na tomada de decisões;
- Número de indígenas beneficiados pelas ações do programa;
- Aquisição de equipamentos, da construção e/ou reformas solicitadas.
- Fomento para infraestrutura.



Interface com outros programas:

- Programa de Comunicação Social Indígena;
- Apoio a Proteção Territorial;
- Programa de Mitigação da Interferência da População Exógena Contratada.

Atendimento aos Requisitos Legais e/ou outros requisitos

- Constituição Federal – 1988: artigos 215, 216 e 231;
- Portaria Interministerial nº60, de 24 de março de 2015;
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Recursos Necessários: A implementação do Programa será de responsabilidade do empreendedor, podendo ser executado pelas associações indígenas ou empresa de consultoria e deverá contar com uma equipe técnica interdisciplinar constituída por: **Recursos Humanos:**

TABELA 36 RECURSOS HUMANOS DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL INDÍGENA

Quantidade	Profissional	Responsabilidade
01	Coordenador do Programa de Fortalecimento Institucional com formação em Antropologia ou Biologia, correlatas e sobretudo com experiência com a etnia Mebêngôkre-Kayapó.	Coordenar o programa, os recursos materiais, financeiros e logísticos, além de fechamento de relatórios e prestação de contas.
01	Comunicador indígena.	Estabelecer o diálogo entre comunidade, empreendimento e executora alinhado ao Programa de Comunicação Social Indígena.
01	Engenheiro ou Arquiteto.	Elaboração de projetos de melhorias em diálogo com os indígenas e empreendimento.
01	Equipe de prestação de serviços diversos.	Deverá ser avaliado a contratação de uma equipe de profissionais para a execução das melhorias: pedreiros, técnico elétrico, técnico hidráulico, marceneiro, entre outros.



Recursos materiais: Para a execução das melhorias propostas, deverá ser realizado o detalhamento orçamentário de todos materiais necessários para a execução das melhorias propostas na **Tabela 35**.

Logística: Deverá ser apontado os gastos com logística de equipes técnicas para a execução das ações propostas, considerando locação de veículo e combustível, alimentação e hospedagem.

Acompanhamento e Avaliação:

- Atas de reuniões;
- Lista de presença;
- Prestação de contas;
- Relatório das atividades executadas com fotografias;
- Avaliação indígena anual das ações executadas.

Cronograma previsto anual:

TABELA 37 CRONOGRAMA ANUAL DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL INDÍGENA

Atividade/Produtos	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Reunião de planejamento		x										x
Entrega do PT com cronograma das ações planejadas			x	x								
Mobilização de equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reuniões com a equipe gestora e demais programas						x	x	x	x	x	x	x
Execução	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Monitoramento e Avaliação das ações executadas			x			x			x			x
Relatórios parciais e final.			x			x			x			x

Responsável pela implementação do Programa: A execução do programa será realizada por meio de **convênio** entre o empreendimento e as associações indígenas, sendo a Associação Indígena Mantinó e o Instituto Kabu, as executoras responsáveis pela implementação do programa em diálogo com o empreendimento.



22.3 PROGRAMA DE APOIO A PROTEÇÃO TERRITORIAL

Sabe-se que desde meados da década de 1970, com a abertura da BR-163, e posteriormente, durante sua pavimentação, em meados de 2010, a TI Baú sofre com as pressões do entorno de suas fronteiras assim como o avanço de ilicitudes na busca de recursos naturais. A criação de um Subprograma de Coordenação e Monitoramento e Subprograma de Proteção Territorial executados através do PBA-CI da BR-163, tem sido os grandes responsáveis para evitar um aumento ainda maior das taxas de desmatamento na região sudoeste do Pará e contribuem imensamente para a preservação de várias espécies da flora e fauna, assim como de reserva hídrica e milhões de toneladas de Carbonos armazenados.

É importante ressaltar, que durante a realização do campo do ECI, apenas o Instituto Kabu executa programas de vigilância e proteção territorial. E, a partir de meados de fevereiro de 2024, a Associação Indígena Mantinó, construiu uma base de vigilância na aldeia Kamaú, a qual iniciou com a vigilância e monitoramento nesta aldeia através do PBA-BR-163.

Contudo, **não foi possível realizar finalizar a etapa de construção participativa junto as aldeias Baú e Kamure, vinculadas ao Instituto Kabu** para detalhamento do presente programa, sendo realizado a consulta e construção participativa apenas com as lideranças representantes pela Associação Indígena Mantinó. Neste sentido, a construção do presente programa se torna incompleto, visto não ser possível o detalhamento completo para a execução do presente programa. Neste sentido, **a apresentação do detalhamento do Programa de Apoio a Proteção Territorial responderá aos detalhamentos apresentados somente pela Associação Indígena Mantinó.**

Justificativa: É importante ressaltar que essa medida se justifica por ser uma ação mitigatória para possíveis pressões que venham a ocorrer com a operação do empreendimento em sinergia com os demais empreendimentos da região.

Objetivo Geral: No âmbito do presente estudo, o Programa de Apoio a Proteção Territorial do presente ECI/PBA do Projeto Coringa tem como objetivo apoiar a mitigação de impactos negativos sobre a TI Baú. No contexto atual, devido não ter ocorrido a apresentação do ECI junto ao Instituto Kabu, o objetivo é incentivar a Associação Indígena Mantinó na proteção de seu território. **Objetivo Específico:**

- Incentivar a vigilância do território;



- Incentivar a inserção de novas bases de vigilância nas aldeias que não possuem programas de monitoramento e vigilância.

Público Alvo: Mebêngôkre-Kayapó da TI Baú.

Comunidades envolvidas: aldeias da TI Baú: *Kamaú* e *Ronko* (vinculados a Associação Indígena Mantinó) e Baú e Kamure (vinculadas ao Instituto Kabu).

Metodologia:

Descrição das Atividades:

- **Planejamento participativo:** realizar reuniões de planejamento em diálogo com as lideranças e comunicadores indígenas para a elaboração do cronograma do programa.
- **Oficinas de Capacitação:** o empreendimento deverá dar atenção ao Apoio as Oficinas de Capacitação dos agentes indígenas das bases de vigilância territorial. O executor do programa deverá apresentar um Plano de Trabalho e prestação de contas ao empreendimento.
- **Fomento à Infraestrutura das bases de vigilância e proteção territorial:** o empreendimento deverá atender o detalhamento por aldeia, conforme apresentado na **Tabela 38**, a seguir:

TABELA 38 DETALHAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO A PROTEÇÃO TERRITORIAL.

Aldeia	Distância do empreendimento	Detalhamento
Baú	29km	Não houve a consulta de alinhamento do detalhamento do presente programa.
Kamaú	28,5km	- Aquisição de 01 barco com motor para vigilância territorial. - Apoio para vigilância (valor de R\$ 50mil, em uma única parcela, a ser definido pelo empreendimento).
Ronko	18,5km	- Aquisição de 01 barco com motor para vigilância territorial. - Apoio para vigilância (valor de R\$ 50mil, em uma única parcela, a ser definido pelo empreendimento).
Kamure	19km	



		Não houve a consulta de alinhamento do detalhamento do presente programa.
--	--	--

Metas

- Apoiar a capacitação de indígenas envolvidos na vigilância e proteção territorial;
- Apoiar as bases de vigilância em sua infraestrutura;
- Aquisição de equipamentos necessários: barco, veículo e outros.

Indicadores

- Apoio para execução do programa;
- Fomento para infraestrutura e capacitação;

Interface com outros programas:

- Programa de Fortalecimento Institucional;
- Programa de Comunicação Social Indígena;
- Programa de Mitigação da Interferência da População Exógena Contratada.

Atendimento aos Requisitos Legais e/ou outros requisitos

- Constituição Federal – 1988: artigos 215, 216 e 231;
- Portaria Interministerial nº60, de 24 de março de 2015;
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Recursos Necessários: A implementação do Programa será de responsabilidade do empreendedor, podendo ser executado pelas associações indígenas ou empresa de consultoria e deverá contar com uma equipe técnica interdisciplinar constituída por: **Recursos Humanos:**

TABELA 39 RECURSOS HUMANOS DO PROGRAMA DE APOIO A PROTEÇÃO TERRITORIAL

Quantidade	Profissional	Responsabilidade
01	Auxiliar administrativo	Realizar prestação de contas em diálogo com o Coordenador do Programa do PFI).
01	O empreendimento deverá ter Comunicador Social representante	Dialogar com o coordenador do PFI no planejamento das ações a serem executadas.



02	Comunicador indígena, sendo um por associação.	Estabelecer o diálogo entre comunidade, empreendimento e executora alinhado ao Programa de Comunicação Social Indígena.
----	--	---

Recursos materiais: Deverá ser considerado o detalhamento apresentado na **Tabela 38**.

- **Logística:** Deverá ser apontado (se necessário) os gastos com logística de equipes técnicas para o planejamento de execução das ações propostas.
- **Acompanhamento e Avaliação:**
 - Relatório das atividades executadas com fotografias e prestação de contas;
 - Avaliação indígena anual das ações executadas.

Cronograma previsto anual:

TABELA 40 CRONOGRAMA ANUAL PROGRAMA DE APOIO A PROTEÇÃO TERRITORIAL

Atividade/Produtos	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Reunião de planejamento		x										x
Mobilização de equipe	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reuniões com a equipe gestora e demais programas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Execução	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Monitoramento e Avaliação das ações executadas			x			x			x			x
Relatórios parciais e final.			x			x			x			x

Responsável pela implementação do Programa: A execução do programa será realizada por meio de **convênio** entre o empreendimento e as associações indígenas, sendo a Associação Indígena Mantinó e o Instituto Kabu, as executoras responsáveis pela implementação do programa em diálogo com o empreendimento.



22.4 PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DA POPULAÇÃO EXÓGENA CONTRATADA

Este programa tem como objetivo principal a redução da interferência ocasionada pela inserção da população exógena proveniente de contratação da mão de obra para a fase de operação do empreendimento. Especificamente voltado para as comunidades da TI Baú, cabe destacar nas ações a serem desenvolvidas no âmbito deste programa, a orientação a quaisquer funcionários contratados pelo empreendimento ou executoras do PBA-CI, sobre a necessidade de se estabelecer diálogo junto ao Programa de Comunicação Social Indígena de interferências que possam vir a ocorrer nas proximidades das aldeias. Os contratados pelo empreendimento ou executoras do PBA-CI deverão passar por um treinamento de capacitação em relação aos direitos indígenas, da valorização do Patrimônio da Cultura Material e Imaterial Indígena e do respeito a diversidade étnica do grupo afetado. Estabelecendo também orientação de respeito étnico nas relações com indígenas durante a execução das ações previstas. Este programa caminha junto com o Programa de Comunicação Social Indígena e demais programas a fim de prevenir quaisquer transtornos com os indígenas.

Justificativa: O presente programa se justifica devido a necessidade de preservar e respeitar a cultura indígena na relação com quaisquer possíveis interferências de população exógena durante a execução das ações do PBA-CI.

Objetivo Geral: Redução da interferência ocasionada pela inserção da população exógena proveniente de contratação da mão de obra para a fase de operação do empreendimento.

Objetivos Específicos: Treinamento de capacitação em relação aos direitos indígenas.

Público Alvo: aldeias da TI Baú e prestadores de serviços.

Comunidades envolvidas: aldeias da TI Baú: *Ratxopreti, Baú, Kamaú, Ronko, Kamure, Ronkojagot e Krambarj.*

Metodologia:

Descrição das Atividades:

o **Oficina de capacitação:** Realizar uma oficina de capacitação sobre os direitos indígenas e a valorização do Patrimônio da Cultura Material e Imaterial Indígena e do respeito a diversidade étnica do grupo afetado.

Metas:



- Evitar quaisquer interferências na cultura indígena;
- Proteção do patrimônio material e imaterial indígena;
- Respeito aos direitos indígenas.

Indicadores:

- Treinamento de capacitação em relação aos direitos indígenas;

Interface com outros programas:

- Programa de Comunicação Social Indígena;
- Programa de Fortalecimento Institucional Indígena;
- Programa de Apoio a Proteção Territorial;

Atendimento aos Requisitos Legais e/ou outros requisitos

- Constituição Federal – 1988: artigos 215, 216 e 231;
- Portaria Interministerial nº60, de 24 de março de 2015;
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Recursos Necessários: Contratação de um especialista em direitos indígenas ou técnicos das instituições indígenas a capacitar população exógena que realizará as atividades programadas. Oficina prevista com carga horária de 2h, vinculada ao Programa de Comunicação Social Indígena.

Recursos materiais:

- **Logística:** a logística deverá ser incluída pelas executoras junto com a execução das ações que envolvam prestadores de serviços nas aldeias.
- **Acompanhamento e Avaliação:**
- Relatório das atividades executadas com fotografias;
- Avaliação indígena anual das ações executadas.

Cronograma previsto anual:

TABELA 41 CRONOGRAMA ANUAL DO PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DA POPULAÇÃO EXÓGENA CONTRATADA.

Atividade/Produtos	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Mobilização de equipe	x											



Campanha de reconhecimento		x										
Reunião de planejamento		x										x
Entrega do PT com cronograma das ações planejadas			x	x								
Reuniões com a equipe gestora e demais programas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Oficinas de treinamento para capacitação.						x	x	x	x	x	x	x
Execução	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Monitoramento e Avaliação das ações executadas			x			x			x			x
Relatórios parciais e final.			x			x			x			x

Responsável pela implementação do Programa: A execução do programa será realizada por meio de **convênio** entre o empreendimento e as associações indígenas, sendo a Associação Indígena Mantinó e o Instituto Kabu, as executoras responsáveis pela implementação do programa em diálogo com o empreendimento.

23. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo cumpriu com todas as suas etapas. Conforme apresentado no **Anexo 3**, foi realizado o monitoramento do estudo por técnicos representantes da Associação Indígena Mantinó (AIM) e do Instituto Kabu (IK), durante todo o processo de realização do campo e avaliação do estudo preliminar apresentado.

Entretanto, conforme apontado no **item 2.2** e **Anexo 4**, devido ao posicionamento do Instituto Kabu de não aceitar o agendamento de uma reunião para devolutiva do ECI, não foi possível a apresentação final do estudo nas aldeias Baú e Kamure para a construção participativa das Diretrizes Gerais dos Programas Ambientais Propostos, envolvendo o processo de consulta junto aos indígenas e em diálogo com o Protocolo de Consulta *Mebêngokre-Kayapó*. Desta forma, não foi possível finalizar o estudo junto às lideranças e comunidades vinculadas ao Instituto Kabu.



Durante o período de tratativas com o Instituto Kabu para agendamento da reunião de apresentação final do estudo, os técnicos do instituto informaram não ser possível a realização da apresentação final no começo de dezembro de 2023, devido algumas ações institucionais na TI *Menkrãgnoti*, e entrariam em recesso logo em seguida até meados de 20 de janeiro de 2024. Em seguida, foi emitida pelo advogado do Instituto Kabu uma Notificação Extrajudicial (**ANEXO 4**) para a Chapleau Exploração Mineral Ltda, referente a um alegado descumprimento do acordo extrajudicial celebrado em 26 de junho de 2023, entre o Instituto Kabu, a Associação Mantinó e a Chapleau Exploração Mineral Ltda. Tal acordo extrajudicial foi protocolado pelo Instituto Kabu nos autos da Ação Civil Pública nº 0001592-34.2017.4.01.3908, em curso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), com origem na Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Itaituba/PA. Na ocasião de tal protocolo, o Instituto Kabu relatou um descumprimento do cronograma estimado e previsto no Acordo Extrajudicial de 26 de junho de 2023, no qual havia uma previsão de entrega do ECI à CGLIC/FUNAI, em 15/12/2023.

Em resposta ao Instituto Kabu, a Chapleau Exploração Mineral Ltda, respondeu à Notificação Extrajudicial, em 02 de fevereiro de 2024, buscando dialogar de maneira pacífica e se reconhecendo como a maior interessada nas tratativas junto às associações indígenas e ressaltando que buscou atender todas as considerações manifestadas pelo Instituto Kabu, tais como: a paralização da primeira equipe do estudo; e contratação da atual equipe - cujos trabalhos anteriores já haviam sido realizados junto ao Instituto Kabu e estabelecendo vínculo de confiança pelos indígenas; a inclusão do antropólogo Gustaaf Verswijver; a realização de trabalho de campo complementar para responder a todos os pontos elencados nos pareceres da instituição, buscando respeitar o tempo das aldeias e também do período de recesso institucional previsto para o final do ano (dezembro), conforme apresentado no **ANEXO 4**.

Em resposta, por mensagem eletrônica, o Instituto Kabu se manifestou informando que não seria possível realizar a reunião final do presente estudo enquanto não fosse resolvida a questão apresentada na Notificação Extrajudicial de 20 de dezembro de 2023, ou seja, enquanto a Chapleau Exploração Mineral Ltda não pagasse a multa prevista no Acordo Extrajudicial de 26 de junho de 2023, por entender que a mesma havia descumprido tal Acordo Extrajudicial. **Por essa razão, o Instituto Kabu não autorizou a atual equipe técnica em realizar a devolutiva do ECI**, conforme a Convenção nº 169 da OIT, em diálogo com o Protocolo de Consulta Mebêngôkre-Kayapó.

Paralelamente, a Associação Indígena Mantinó (AIM) autorizou que fosse realizada a apresentação do estudo para consulta junto às lideranças e para a construção participativa das



Diretrizes Gerais dos Programas Ambientais Propostos, em 11/03/2024 a 13/03/2024, o que ocorreu na aldeia Kamaú (TI Baú), reunindo todas lideranças das aldeias vinculadas à AIM, para a conclusão do estudo e aceite das comunidades, o que transcorreu em total conformidade com o Protocolo de Consulta Mebêngôkre-Kayapó, culminado, inclusive, com o aceite da AIM, conforme apresentado no **ANEXO 5**.

Conforme analisado no presente estudo, os impactos identificados na TI Baú possuem natureza baixa, mas está marcado pela presença de cumulatividade e sinergia do Projeto Coringa com outros empreendimentos do entorno da TI. Desta forma, evidenciou-se que os efeitos sobre o modo de ser dos *Mebêngôkre-Kayapó* e a prerrogativa do bem viver indígena frente a proteção de seu território reforçam impactos cumulativos da região. O Projeto Coringa, localizado pouco mais de 10km da TI Baú, não apresenta interferência direta sobre o território indígena, mas corrobora para a intensificação de impactos na região, cujo histórico envolve frentes de exploração e degradação desde a década de 1970, intensificando, desta forma, a expectativa indígena em relação ao empreendimento, considerado o principal impacto.

Questionado pelos indígenas associados ao Instituto Kabu, é importante ressaltar, que não foi caracterizado, pela equipe técnica, impactos sobre a TI *Menkragnoti*, a qual se localiza a mais de 70km do empreendimento, não identificado impactos no meio socioeconômico, físico e biótico. Mas, considera-se a abrangência da expectativa indígena em relação ao empreendimento.

Um ponto bastante questionado pelos indígenas *Mebêngôkre-Kayapó*, é em relação ao rejeito e o impacto sobre os recursos hídricos que abastecem a TI. Ao que se refere à operação do empreendimento, fase corrente, as atividades de operação não envolverão o beneficiamento do minério na planta do Projeto Coringa, o qual será transportada para a mina Palito, localizada em Moraes de Almeida e, portanto, não impactará os recursos hídricos que são de uso das comunidades indígenas da TI Baú, conforme demonstrado no **Item 2.1.2.4**. Ainda sobre os recursos hídricos, foram realizadas coletas de água nos rios Curuaés, Baú e Curuá, e segundo os resultados do laboratório, não foi observado a presença de contaminação nas águas superficiais, seja por carga orgânica ou por carga industrial/metals pesados, conforme apresentado no **item 13.7**.

Em relação aos ruídos, a equipe técnica, responsável pelo presente estudo, acompanhou *in loco* os procedimentos de operação do empreendimento durante a explosão e analisados os relatórios de ruído, os quais são mínimos; não sendo possíveis ouvi-los da TI.



Ao que tange a pressão sobre o território, o estudo do meio biótico, avalia como de importância a preocupação indígena em relação a sua subsistência, sendo as principais atividades que envolve a agricultura tradicional envolvendo as coletas da floresta e de caça/pesca. A subsistência dos indígenas do presente estudo, depende da manutenção dos recursos oriundos das florestas e dos rios, utilizados principalmente para a alimentação. No entanto, observa-se que a empresa possui uma dinâmica que descaracteriza a mobilidade de empregados no entorno da TI, por se tratar de um sistema de alojamento, ou seja, diretamente a empregabilidade do empreendimento é limitada, mas, indiretamente o projeto soma-se na prosperidade econômica do município e, indiretamente, pode atrair pessoas à procura de oportunidades. E, sinergicamente com outros empreendimentos, poderá ocorrer aumento de ofertas de empregos diretos e indiretos, é provável que durante a operação do empreendimento haverá aumento de contingente populacional indireto na região, de forma que isso poderá acarretar um maior fluxo de pessoas circulando no entorno da TI. Tal movimentação, poderá acarretar numa maior pressão de captura de caça das espécies conhecidas e na pesca, principalmente; conforme demonstrado no **Item 21**. Considerando, portanto, apoio a Proteção e Monitoramento Territorial, executadas pelo Instituto Kabu e, recentemente, pela Associação Indígena Mantinó; e ao Fortalecimento Institucional das duas representações indígenas (AIM e IK).

E, conforme abordado ao longo do estudo, a expectativa indígena em relação as tratativas com o empreendimento dentro do processo de licenciamento ambiental são bastante altas de ambas representações institucionais indígenas. E, especialmente do Instituto Kabu, o qual em vias finais da apresentação do presente estudo, após a validação preliminar do estudo (**ANEXO 4**) pelos técnicos monitores e seguindo o cronograma previsto para a construção participativa das Diretrizes Gerais dos Programas Ambientais Propostos, não autorizou a apresentação final do presente estudo. Tal fato ocorreu devido a alegação de descumprimento dos prazos tratados anteriormente por parte do empreendedor, o que não ocorreu pela equipe técnica, conforme apresentado nas tratativas do **ANEXO 4**, portanto, o estudo cumpriu com todas etapas e prazos, mas foi paralisado, com a prerrogativa que o empreendimento deva pagar uma multa, a qual não é devida, visto o cumprimento dos prazos acordados com as instituições indígenas anteriormente. Desta forma, embora o estudo tenha cumprido com todas as etapas do trabalho de campo com a participação indígena, a negativa institucional promovida pelo Instituto Kabu, não foi possível o alinhamento final dos programas de mitigação e compensação.



24. BIBLIOGRAFIA

AGGIO, R. B. M. **Pesca artesanal na Baía Norte de Florianópolis**: capturas, esforço de pesca, problemática e possíveis soluções. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu**: uma crítica xamânica da economia política da natureza. Brasília: Serie Antropologia, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B de. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 6, núm. 1, mayo, 2004.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2.ª ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, M.E.; BRITO, M.F.L.; MACAMBIRA, M.J.B. **Caroçal Granite**: 207Pb/206Pb evaporation age in post-collisional granitoids of Tapajós Gold Province, Amazonian region, Brazil. In: SOUTH AMERICAN SYMPOSIUM ON ISOTOPE GEOLOGY, 2, Córdoba, 1999. Actas Córdoba, p. 3-6.

ALMEIDA, L. L. S. **Da Cordilheira para a floresta**. Povos do Acre: história Indígena da Amazônia Ocidental 26-27, 2002.

AMANAJÁS, J. C; BRAGA, C. C. **Padrões espaço-temporal pluviométricos na Amazônia Oriental utilizando análise multivariada**. Revista Brasileira de Meteorologia, vol.27, n.4. São Paulo, Dec. 2012.

ANA; CETESB. **Guia nacional de coleta e preservação de amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos**. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; Organizadores: Carlos Jesus Brandão. 2011.



ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; ALENCAR, N. L. **Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos.** In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. (Org.). Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e Etnoecológica. Recife, PE: NUPEEA, p.39-64. 2010.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. **Métodos e técnicas para a coleta de dados.** Pp. 37-62. In: U.P. Albuquerque & R.F.P. Lucena (orgs.). Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica. Recife, Editora Livro Rápido/NUPEEA. 2004.

ALEXIADES, M. N. **Selected guidelines for ethnobotanical research:** a field manual. The New York Botanical Garden, Bronx. 1996.

ANDERSON, A. B. 1990. **Deforestation in Amazonia:** Dynamics, Causes and Alternatives. In: Alternatives to Deforestation. Columbia University Press. New York p. 1-23.

ARAÚJO, M.G.S.; ALVES, E.S.; CAMPOS, M.S.; MONTEIRO, N.B. **Delimitação e caracterização morfológica da sub-bacia da foz do rio Iriri no município de Altamira-Pará-Amazônia.** In: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Porto Alegre/RS. IBEAS, 2015.

ARAÚJO, Roberto; *et al.* **Estado e Sociedade na BR-163:** desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. In: CASTRO, Edna (Org.). Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão. Belém: NAEA, 2008, pp. 13-84.

BAILEY, K.D. **Methods of Social Research.** New York: The Free Press. 439p. 1982

BALICK, M. J.; PINHEIRO, C. Babaçu *Orbignya phalerata* In: CLAY, J. SAMPAIO, P.; CLEMENT, C. Biodiversidade Amazônica: **Exemplos e Estratégias de Utilização.** Óleos Industriais. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Co-Edição SEBRAE. Manaus 2000.

BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. **Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling.** *Sociological Methods and Research* v. 10, n. 2, p. 141-163, novembro de 1981.



BORGES, D. R. **A união de muitos povos**. Povos do Acre: história Indígena da Amazônia Ocidental 28-29, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil, Art. 225**. Garante que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

_____. **Constituição Federal do Brasil, Artigos 231 e 232**. Versam sobre os povos indígenas e seus direitos originários às terras que tradicionalmente ocupam.

_____. **Lei nº 6.938/81**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

_____. **Portaria Interministerial n.º 60**, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação da Fundação Nacional do Índio-FUNAI [...].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34ª ed. Brasília: Edições Câmara, 2011.

_____. Lei nº 6.001 de 19/12/73. **Estatuto do Índio**. Fundação Nacional do Índio. Brasília: FUNAI, 1993.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois**: reinterpretação sob diversos olhares. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CANTER, Larry. **Manual de evaluación de impacto ambiental, técnicas para la elaboración de los estudios de impacto**. McGraw Hill, 1998.

CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais**: Natureza, Território, Movimento Social. Tese (Doutorado em Geografia Física). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.



CARDOSO, T. M.; SEMEGHINI, M. G. (Orgs.). **Diálogos agroecológicos: conhecimentos científico e tradicional na conservação da agrobiodiversidade no rio Cuieiras (Amazônia Central)**. Manaus: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. **História dos Índios do Brasil**, Companhia das Letras, São Paulo: SP, 1992.

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara. **Simbologia do rural-urbano na floresta amazônica: políticas, mediações e identidades**. Belém: Papers do NAEA, 2018.

CASTRO, Edna; MONTEIRO; Raimunda; CASTRO, Carlos. **Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamentos na rodovia Cuiabá-Santarém**.

CHAMBERS, R. & GUIJT, I. 1995. **DRP: depois de cinco anos, como estamos agora?** Quito, Revista Bosques, Árvores e Comunidade Rurais. No. 26, março. p. 4-15.

CHAPLEAU Exploração Mineral Ltda. **Estudos de Impacto Ambiental Projeto Coringa. Volume I Dados do Empreendimento e Delimitação das Áreas de Influência**. Novo Progresso, PA. Terra Ambiente, 2017.

_____. **Estudos de Impacto Ambiental Projeto Coringa. Volume II Meio Físico**. Novo Progresso, PA. Terra Ambiente, 2017.

_____. **Estudos de Impacto Ambiental Projeto Coringa. Volume III Meio Biótico**. Novo Progresso, PA. Terra Ambiente, 2017.

_____. **Estudos de Impacto Ambiental Projeto Coringa. Volume IV Meio Socioeconômico e Análise Integrada**. Novo Progresso, PA. Terra Ambiente, 2017.

_____. **Estudos de Impacto Ambiental Projeto Coringa. Volume V Avaliação de Impactos Ambientais e Programas Ambientais**. Novo Progresso, PA. Terra Ambiente, 2017.

_____. **Estudos de Impacto Ambiental Projeto Coringa. (RETIFICAÇÃO)**. Novo Progresso, PA. Terra Ambiente, 2019.



CLAY, J. W., 1997. Brazil nuts. **The use of a keystone species for conservation and development.** In C. H. FREESE (Ed.): Harvesting wild species. Implications for biodiversity conservation: 246-282. The John Hopking University Press, Baltimore.

CLEMENT, C. R. **1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources.** II. Crop biogeography at contact. Economic Botany, v. 53, n. 2, p. 203-216, 1999
COOPER et al., 2005.

COUTINHO, M.G.N. (editor), 2008: **Província Mineral do Tapajós: Geologia, Metalogenia e Mapa Provisional para ouro em SIG.** CPRM.

CRUZ, T. A. **Gente da mata.** Povos do Acre: história Indígena da Amazônia Ocidental 16-17, 2002.

CYMERYS, M.; FERNANDES, N.M.P.; RIGAMONTE-AZEVEDO, O.C. Buriti - *Mauritia flexuosa* L. f. In: SHANLEY, P.; MEDINA, G. (Ed.). **Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica.** Belém: CIFOR, Imazon, 2005. 300p.

DE ROBERT, P.; GARCÉS, C. L.; LAQUES, A.; COELHO-FERREIRA, M. **A beleza das roças: Agrobiodiversidade Mëbêngôkre-Kayapó em tempos de globalização.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. ano7. n.2. p.339–369. 2012.

DENZIN, N. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods.** New York: Routledge, 2017.

DIEGUES, A. C. **A Pesca Artesanal no Litoral Brasileiro: Cenários e Estratégias para sua Sobrevivência.** Instituto Oceanográfico. Cidade Universitária. São Paulo, 1988.

_____ **O mito moderno da natureza intocada.** Hucitec, São Paulo, Brasil, 169pp. 1996.

_____ **A sócio antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil.** Etnográfica, v. 3, n. 2, p. 361–375, 1999.



ELISABETSKY, E. **Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras.** In: **B.G. Ribeiro (ed.) Suma Etnologica Brasileira.** Edição Atualizada do Handbook of South American Indians v. 1. p: 135-148. Petrópolis. Vozes/FINEP. 1986.

EMPERAIRE, L. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*[s.l.] 32: 23-35. (2005).

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer.** São Paulo Perspectiva. Antropologia. Coleção estudos v. 53. 2ª Edição. 296p. 2011.

FARIA, A. A. C.; FERREIRA NETO, P.S. Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FIGUEIRA, M. L. O. A., CARRER, C. R. O. & SILVA NETO, P. B. **Weight gain and evolution of a wild white-lipped peccaries under extensive and semi-extensive systems, on a Savanna area.** *Rev. Bras. Zootec.* 32(1):191-199, 2003.

FUNAI, 2023. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Kapôt Nhĩnore** Portaria nº 1249 de 27 de setembro de 2004, Portaria nº 1173, de 19 de setembro de 2012 e Portaria nº 968 de 19 de agosto de 2014.

FUNAI. **Levantamentos Etnoecológicos em Terras Indígenas na Amazônia brasileira: uma metodologia.** Disponível em <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/10549/Levantamentos-etnoecol%C3%B3gicos-em-terras-indigenas-na-Amaz%C3%B4nia-uma-metodologia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

_____. **OEA aprova Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.**

Disponível em <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2016/oea>> Acesso em 20 fev. 2022.

_____. **Regimento Interno;** Portaria nº 666/PRES, 17 jul. 2017; Disponível em

<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/coplam/2017/portaria-presidencia-666-2017-regimentHo-interno.pdf>

FUERST, René. 1970. **Une civilisation du palmier.** *Zeitschrift für Ethnologie*, vol. 95(1): 114-122.



FUTEMMA, C. R. T.; SEIXAS, C. S. **Há territorialidade na pesca artesanal da Baía de Ubatumirim (Ubatuba-SP)?** Questões intra, inter e extra-comunitárias. *Biotemas*. V.1, n.21, p. 125-138, março, 2008.

GALVIS PATIÑO, Maria Clara. Instrumentos Internacionais para a proteção dos povos e pessoas indígenas. In: DPLF Due Process of Law Foundation [Fundação para o Devido Processo]. **Manual para defender os direitos dos povos indígenas** [s/d].

GIANNINI VIDAL, Isabelle. 1991. **Os domínios cósmicos**. Um dos aspectos da construção da categoria humana Kayapó-Xikrin. *Revista de Antropologia*, vol. 34: 35-58.

GONZÁLEZ-PÉREZ, S. E. 2011. **Produtos florestais não – madeireiros em terras indígenas Kayapó no Estado do Pará**: diversidade e uso / Sol Elizabeth González Pérez; orientadora, Márlia Coelho – Ferreira; coorientador, Pascale de Robert. – Belém, 2011. 153 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural da Amazônia / Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011).

GONZÁLEZ-PÉREZ, S. E. 2016. **Exploração de recursos florestais não madeireiros pelos Mëbêngôkre - Kayapó da aldeia Las Casas - terra indígena Las Casas, no sudeste do Pará**: aspectos biológicos, sociais e econômicos relevantes para a sustentabilidade da comercialização. 264 f.: il.; 29 cm Inclui bibliografias Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.)

GONZÁLEZ-PÉREZ, S. E.; COELHO-FERREIRA, M.; DE ROBERT, P.; GARCÉS, C. L. L. 2012. **Conhecimento e usos do babaçu** (*Attalea speciosa* Mart. e *Attalea eichleri* (Drude) A. J. Hend.) entre os Mëbêngôkre-Kayapó da Terra. *Acta bot. bras.* 26(2): 295-308. 2012).

GROSS, Daniel, et al. 1979. **Ecology and acculturation among native peoples of Central Brazil**. *Science*, vol. 206, No. 4422: 1043-1050.

HAVERROTH, M; NEGREIROS, P. R. M. **Calendário agrícola, agrobiodiversidade e distribuição espacial de roçados Kulina** (Madija), Alto Rio Envira, Acre, Brasil. *Sitientibus série Ciências Biológicas*. V. 11, n.2, pg: 299-308. 2011.

HEIZER, R.F. 1987. **Venenos de Pesca**. In: *Suma Etnológica Brasileira*. Vol. 1. Etnobiologia. (D. Ribeiro, ed.). Vozes/Finep. Petrópolis. p. 189-233.



IBGE. **Altamira**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>>

_____. **Novo Progresso**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/novo-progresso/panorama>>

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2018.
Biodiversidade Brasileira – BioBrasil Número temático Caça: subsídios para gestão de unidades de conservação e manejo de espécies n. 2, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2012. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro. 271p.

INSTITUTO KABU. **Protocolo de Consulta dos Kayapó-Menkrãgnoti associados ao Instituto Kabu**. Instituto Kabu, 2019. Disponível em <https://www.kabu.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Protocolo-Kayapo-Menkrãgnoti_corrigido.pdf>

_____. **Atualização dos estudos referentes as pressões exercidas sobre as Terras Indígenas Baú e Menkrãgnoti**, ano 2021.

INGOLD, Tim. 2000. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge.

Instituto Socioambiental ISA. Programa Povos Indígenas no Brasil: **Mebêngôkre (Kayapó)**. Disponível em <[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3))>

_____. **Relatório Expedição ao Rio Curuá e Riozinho do Anfrísio (Terra do Meio) Bacia do rio Xingu, Altamira, Pará**. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/05D00009.pdf>>

_____. **Terra Indígena Baú**. Disponível em <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3617>>



_____. **Terras Indígenas no Brasil**. Disponível em <<https://terrasindigenas.org.br/>>

LEA, V. **Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: Os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central**. São Paulo: EDUSP. 2012.

LEME Engenharia Ltda. **Sumário: diagnóstico ambiental**. 2005. Disponível em <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2005/AAR%20MEIO%20FISICO/TEXT0/AAR%20MEIO%20FISICO.pdf>.

LOURIVAL, R. F. F. & FONSECA, G. A. B. Análise da sustentabilidade do modelo de caça tradicional, no Pantanal da Nhecolândia, Corumbá, MS. In **Manejo e Conservação de Vida Silvestre no Brasil** (C. ValladaresPadua & R.E. Bodmer, eds). MCT-CNPq; Sociedade Civil Mamirauá, Belém, p. 123-172, 1997.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAPBIOMAS. **Mapeamento da superfície de mineração industrial e garimpo no Brasil** - Coleção 6. Disponível em https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf

MARGARIT, E. **O processo de Ocupação do Espaço ao Longo da BR-163: Uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar**. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2013. DOI: 10.48075/geoq.v6i1.6634. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6634>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARQUES J. G. W. **Pescando pescadores: Etnoecologia Abrangente no Baixo São Francisco Alagoano**. NUPAUB-USP. São Paulo/Maceió, Brasil. 304 pp, 1995.

MARKUS, Cledes. Identidade étnica e educação escolar indígena. Blumenau: FURB, Dissertação. Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

PARÁ (Estado). Lei nº 7.806 de 29 de abril de 2014. Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC e dá outras providências.



_____. Portaria nº 30 de 31 de julho de 2017. Cria o Anexo Gorotire, na aldeia Gorotire.

Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2017/07/31/2017.07.31.DOE35.pdf>.

MILLIKEN, William. **Levantamentos etnoecológicos em reservas indígenas na Amazônia brasileira**: uma metodologia. Brasília: PPTAL, 1998.

MILNER-GULLAND, E.J. & BENNETT, E.L. Wild meat: the bigger picture. *Ecol. Evol.* 18 (7):361-367, 2003

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria Nº 148, DE 7 DE JUNHO DE 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, **referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção**.

MPEG - MUSEU PARAENSE EMANUEL GOELDI, 2020. Mebêngôkre nhõ pidj'y: remédios tradicionais Mebêngôkre-Kayapó. **Pesquisas colaborativas sobre plantas medicinais nas aldeias Las Casas (TI Las Casas) e Moikarakô (TI Kayapó) - PA** / Organizadoras Márlia Coelho-Ferreira e Claudia López-Garcés – Belém: MPEG, 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; Procuradoria da República no Município de Altamira. **Parecer preliminar sobre os rios Curuá e Baú**, Inquérito Civil nº. 1.23.008.000114/2014-33. Altamira, 2019. Disponível em <<https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica//node/237/edit/2020-08/PRM-ATM-PA-00003283.2019.pdf>>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; Procuradoria da República no Município de Itaituba. **Ação Civil Pública de declaração de nulidade da Licença de Operação nº 10320/2017**. Disponível em <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica//node/237/edit/2018-06/Acao_MPF_anulacao_mineracao_Chapleau_Novo_Progress.pdf>

NEPSTAD, D.C. & SCHWARTZMAN, S. (eds.). 1992. Non-Timber Products from Tropical Forests: **Evaluation of a Conservation and Development Strategy**. New York Botanical Garden, Bronx

NIMUENDAJÚ, Curt. **The Eastern Timbira**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

OLIVEIRA, ADRIANE. Políticas Públicas para o Desenvolvimento e para Conservação do Distrito Florestal Sustentável (DFS) para BR-163, Brasília, 2011. Disponível em:



https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9980/3/2011_AdrilaneBatistaOliveira.pdf > acesso em 17/11/2023.

PARENTE, V. M., OLIVEIRA JÚNIOR, A. R., COSTA, A. M. 2003 **Projeto Potencialidades Regionais Estudo de Viabilidade Econômica Plantas Para Uso Medicinal e Cosmético**. Suframa. Manaus.

PENROD, J. et al. **A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations**. *Journal Of Transcultural Nursing*, v. 4, n. 2, p.100-107, abr. 2003.

PERES, C. A.; NASCIMENTO, H. S. 2006. **Impact of game hunting by the Kayapo of south-eastern Amazonia: implications for wildlife conservation in tropical forest indigenous reserves**. *Biodiversity & Conservation* 15(8): 2627-2653.

PERES, C. A. **Effects of subsistence hunting on vertebrate community structure in Amazonian Forests**. *Conserv. Biol.* 14(1): 240-253, 2000.

PEZZUTI, J. C. B. **Manejo de caça e a conservação da fauna silvestre com participação comunitária**. *Papers do NAEA (UFPA)*, v. 1, n. 1, 2009.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p.179-195, 2001.

POSEY, D. **Etnobiologia: Teoria e prática**. In: RIBEIRO, Darcy (ed.). *SUMA etnológica brasileira*. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Petrópolis: Vozes, FINEP, p. 15-25, 1986.

POSEY, Darrell. 2000. **Indigenous Management of Tropical Forest Ecosystems. The Case of the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon**. *Agroforestry Systems*, vol. 3: 139-158.

POSEY, D. A. **Introdução à Etnobiologia: teoria e prática**. In: RIBEIRO, B. G. *Suma Etnobiológica Brasileira*. Petrópolis, Rj: Vozes, p. 15-25, 1987.



REDE XINGU +. **Dossiê Garimpo no Xingu**. Rede Xingu +, 2020. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-garimpo-no-xingu>>

_____. **História do Xingu** Disponível em <<https://xingumais.org.br/historia>>

_____. **Mineração Coringa (Chapleau)**. Disponível em <<https://xingumais.org.br/obra/mineracao-coringa-chapleau>>

SAITO, E. A., KORTING, T. S., FONSECA, L. M. G., ESCADA, M. I. S. **Mineração em Dados Espaciais de Desmatamento do Prodes Utilizando Métricas da Paisagem Caso de Estudo Município de Novo Progresso- PA**. III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. p. 001-009.

SAMPAIO, A.P.L.; CARIGNANI, G. **Desafios da Política de Habitação: Um Estudo do Plano Diretor de Novo Progresso-PA**. V. 07, N. 05. Mato Grosso 2011.

SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SANTOS, G. M. e SANTOS, A. C. M. 2005. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia**. Estudos Avançados 19 (54)

SANTOS, J.O.S., Groves, D.I., Hartmann, L.A., Moura, M.A., McNaughton, N.J., 2001: **Gold deposits of the Tapajós-Parima orogenic belt, Amazon Craton, Brazil**. Mineralium Deposita, vol. 36, pp 278-299.

SCHRÖDER, Peter. **Levantamentos Etnoecológicos: uma experiência metodológica em terras indígenas e suas lições sobre relações ambientais**. Recife: Estudos de Sociologia, 2015, Vol. 2 n. 21. Disponível em < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235655>>

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. A força vinculante do Protocolo de Consulta. In Verena Glass (org.). **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019. 268 p.



TURNER, Terence. **Os Mebengokre Kayapó**: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In. Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras, 1992, pp. 311-338.

TORRES, Mauricio. **Dono é quem desmata**: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia, 2017.

VERSWIJVER, Gustaaf. 2011. **O impacto da rodovia BR-163 na vida atual dos indígenas Mekrãgnoti (PBA)** - o ano executivo de 2010. Relatório para o Instituto Kabu, 36 p.
_____. 2012. **O impacto da rodovia BR-163 na vida atual dos indígenas Mekrãgnoti (PBA)** - o ano executivo de 2011. Relatório para o Instituto Kabu, 27 p.
_____. 2013. **O impacto da rodovia BR-163 na vida atual dos indígenas Mekrãgnoti (PBA)** - o ano executivo de 2012. Relatório para o Instituto Kabu, 31 p.
_____. 2016. **O impacto da rodovia BR-163 na vida atual dos indígenas Mekrãgnoti (PBA) - o ano executivo de 2015**. Relatório para o Instituto Kabu, 33 p.
_____. 2018. **The Club-Fighters of the Amazon. Warfare among the Kayapo Indians of Central Brazil**. Almeria (Spain): Turuti Books.
_____. 2019. **O impacto da rodovia BR-163 na vida atual dos indígenas Mekrãgnoti (PBA) - o ano executivo de 2018**. Relatório para o Instituto Kabu, 26 p.
_____. 2020. **The Kararaô of Central Brazil**. Geneva: Fondation culturelle Musée Barbier-Mueller.
_____. 2023. **The Way of Warriors. Annotated Narratives of the Mebengokre (Kayapo) of Brazil**. Almeria (Spain): Turuti Books.

VIDAL, Lux. 1981. **Contribution to the Concept of Person and Self in Lowland South American Societies**· Body Painting among the Kayapo-Xikrin. *Coleção Museu Paulista, Série Ensaio*, vol. 4: 291-303.



25.ANEXOS

ANEXO 1 – CURRICULUS EQUIPE TÉCNICA E TERMOS DE COMPROMISSO



**ANEXO 2 – AVALIAÇÃO TÉCNICA INSTITUTO KABU E PARECER DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA
MANTINÓ – EM RELAÇÃO A EQUIPE ANTERIOR.**



**ANEXO 3 – PARECERES TÉCNICOS MONITORES – INSTITUTO KAU E ASSOCIAÇÃO INDÍGENA
MANTINÓ – EM RELAÇÃO A EQUIPE ATUAL.**



**ANEXO 4 – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL INSTITUTO KABU E CONTRANOTIFICAÇÃO
CHAPLEAU.**



**ANEXO 5 – ATA DE REUNIÃO ASSOCIAÇÃO INDÍGENA MANTINÓ REFERENTE A
APRESENTAÇÃO E ACEITE DO ESTUDO.**



